

Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

## **TEMPO DE ACAMPAMENTO**

*Nashieli Cecilia Rangel Loera*

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Antropologia Social, sob a orientação da Prof. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi

Dezembro de 2009  
Campinas, SP

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP  
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

**L824t**      **Loera, Nashieli Rangel**  
**Tempo de acampamento / Nashieli Rangel Loera.**  
**- - Campinas, SP : [s. n.], 2009.**

**Orientador: Emília Pietrafesa de Godoi.**  
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Acampamentos. 2. Movimentos sociais. 3. Mobilização.**  
**4. Tempo. 5. Prestígio. I. Godoi, Emília Pietrafesa de.**  
**II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e**  
**Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Encampment time**

**Palavras chaves em inglês (keywords) :**

- Camps**
- Social movements**
- Mobilization**
- Time**
- Prestige**

**Área de Concentração: Antropologia Social**

**Titulação: Antropologia**

**Banca examinadora: Emília Pietrafesa de Godoi, Fernando Lourenço, John  
Cunha Comerford, Marcelo Carvalho Rosa, Mauro W.  
Barbosa de Almeida**

**Data da defesa: 11-12-2009**

**Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social**

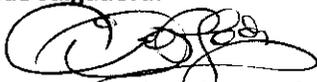
**Nashieli Cecilia Rangel Loera**

**“Tempo de Acampamento”**

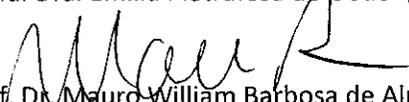
Tese apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de Doutora em Antropologia Social sob orientação da Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À REDAÇÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA E APROVADA PELA COMISSÃO JULGADORA EM 11/12/2009

**Comissão Julgadora:**



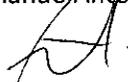
Prof. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi (Presidente)



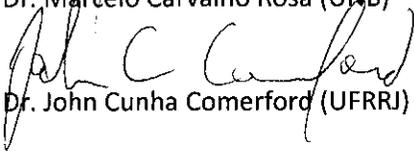
Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida (IFCH-Unicamp)



Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (IFCH-Unicamp)



Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa (UNB)



Prof. Dr. John Cunha Comerford (UFRRJ)

**Suplentes**

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz (IFCH-UNICAMP)

Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello (UNESP)

Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (FEAGRI-Unicamp)

Campinas  
Dezembro de 2009

## LISTA DE SIGLAS

ATST	Associação dos trabalhadores sem-terra de São Paulo
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única de Trabalhadores
FETAG-RJ	Federação dos trabalhadores na Agricultura do estado do Rio de Janeiro
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado de Minas Gerais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária
MAST	Movimento dos agricultores sem-terra
MLT	Movimento de luta pela terra
MNP	Movimento Nacional de Produtores
MTL	Movimento terra, trabalho e liberdade
MTR	Movimento do Trabalhador rural
MTR	Movimentos dos Trabalhadores Rurais
MTRSB	Movimento do trabalhador rural sem-terra do Brasil
MST	Movimento dos trabalhadores rurais sem terra
OLC O	Organização de luta no campo
OLPT	Organização de Luta pela Terra
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PRP	Partido Republicano Progressista
PR	Partido da República
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PSC	Partido Social Cristão
PV	Partido Verde
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Andradina
TSM	Acampamento Terra sem Males
Uniterra	União dos trabalhadores sem-terra

## RESUMO

O *tempo de acampamento* é um código social do mundo das ocupações de terra, na medida em que além de uma medida cronológica é também, um demarcador de prestígio, de *status*, um princípio organizador e ordenador das relações sociais, e um requisito para conseguir um lote de terra, tanto para participantes das ocupações e acampamentos de sem-terra, para os dirigentes das organizações que promovem as ocupações e para as autoridades encarregadas das desapropriações de terra, conformando assim uma fórmula social entendida e compartilhada por todos aqueles que fazem parte desse mundo social particular, o das ocupações de terra.

No entanto, o *tempo de acampamento* pode ter diversos significados todos eles referidos ao contexto, à situação e à condição do indivíduo assim como às posições que as pessoas ocupam nesse mundo social particular. Assim sendo, ainda que os participantes do mundo das ocupações façam referência às expressões nativas: *tempo de barraco*, *tempo de luta* e *tempo de reforma*, como expressões homônimas ao *tempo de acampamento*, descrevem, a maioria das vezes, uma diversidade de significados, ações e situações.

## ABSTRACT

*Encampment time (Tempo de acampamento)* is a social code within the world of land occupation. Besides being a type of chronologic measurement, it also defines distinction and status; it is a concept that organizes and orders social relations. Furthermore, in order to obtain a piece of land, *tempo de acampamento* is a prerequisite for those who take part in the Landless Movement occupations and encampments, for the leaders of the organizations that promote land occupation as well as for the authorities who manage land expropriation, thus creating a social formula that is understood and shared by all who take part in this particular social world of land occupation.

However, the expression *tempo de acampamento* may carry different meanings depending on one's context, situation and condition, as well as on the roles played by each individual in this particular social world. Therefore, even though *tempo de acampamento* is sometimes expressed through other native terms – such as *tempo de barraco*, *tempo de luta*, and *tempo de reforma* –, each one of these terms encompasses a complex diversity of meanings, actions and situations.

a Lygia Sigaud  
*In memoriam*

# SUMÁRIO

Agradecimentos	13
<b>INTRODUÇÃO: O mundo das ocupações de terra</b>	<b>17</b>
Caracterização do problema de pesquisa	22
O percurso pelo mundo das ocupações de terra: escolhas, contextos e pessoas	26
Caracterização dos lugares de pesquisa	32
Tecendo os fios da pesquisa	41
<b>Capítulo I. ETNOGRAFIA DE UMA MOBILIZAÇÃO</b>	<b>53</b>
1.1 Os guardiões dos segredos	54
1.2 O Acampamento	65
1.3 Tempo de reforma	76
1.3.1 O trabalho de base	83
<b>Capítulo II. TEMPO DE BARRACO</b>	<b>89</b>
2.1 Velhos, novatos e novos Acampados	91
2.2 Moradores, acampados e apoios	109
2.3 Barracos e barracos:	123
O barraco de Ilma e Donizete	128
O barraco da Dona Léó	135
Barracos de moradores	142
Barracos de apoios	144
2.4 Os donos do acampamento	146
<b>CAPÍTULO III. TEMPO DE LUTA</b>	<b>153</b>
3.1 As dificuldades	156
3.2 Os recursos	164
3.3 Vale mais um dia de luta do que um mês de barraco	173
3.4 Os bons de luta	188
<b>CAPÍTULO IV. TEMPO DE REFORMA</b>	<b>199</b>
4.1 Os indicados	199
4.2 Os compromissos	215
4.3 As dívidas	222

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: Tempo de Acampamento</b>	233
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	245
<b>INTERLOCUTORES</b>	255
<b>ANEXOS:</b>	265
<b>Mapas:</b>	265
Mapa nº 1:	265
Percorso das famílias Dos Reis e Cerqueira pelo mundo das ocupações de terra.	
Mapa nº 2:	267
Cronologia das ocupações	
<b>Documentos:</b>	
Documento n. 1      Informativo de campanha eleitoral	269
Documento n. 2      Declaração de residência e filiação ao MTR	271
Documento n. 3      Carteirinha do MTR	273
<b>Dossiê fotográfico</b>	275
1.      O Acampamento (sul da Bahia)	275
2.      Cronologia da ocupação	277

## AGRADECIMENTOS

Em 2002, apenas meses depois da minha chegada ao Brasil tive a fortuna de conhecer Lygia Sigaud. Naquela ocasião, durante meu primeiro congresso da Associação Brasileira de Antropologia, participei como ouvinte do grupo de trabalho que Lygia coordenava. Foi a partir dali que realizei minhas primeiras incursões à *forma acampamento*. Encantei-me. A proposta da Lygia era para mim uma novidade. Fui para o campo com aquilo na cabeça. Em 2003 Lygia aceitou participar da minha qualificação de mestrado e a partir desse momento ela se tornou uma interlocutora fundamental e sempre presente nas minhas reflexões. No ano seguinte tive a honra de tê-la na minha defesa de mestrado e, dois anos mais tarde, ela escreveria a orelha do meu livro. Nesse mesmo ano, em 2006, os alunos do IFCH tivemos a sorte de tê-la um semestre inteiro. Lygia sempre generosa dedicou longas horas do seu tempo a debater questões de meu trabalho. A última vez que a vi foi no final de 2007, por ocasião da minha qualificação do doutorado, onde mais uma vez Lygia me presenteou com contribuições inestimáveis. Lygia não viu este trabalho terminado, mas seus ensinamentos e uma pequena parte do seu legado estão aqui. Ela foi, e sempre será uma grande inspiração. A ela um profundo agradecimento por ter me dado a oportunidade de conhecê-la.

Devo agradecer também a presença sempre constante e generosa da minha orientadora Emília Pietrafesa. Emília facilitou minha chegada em Campinas e foi a primeira a me acolher na Unicamp. Nestes mais de sete anos, Emília generosamente me cedeu, sempre que precisei, horas preciosas do seu tempo, um bem, hoje em dia, raro entre os professores do IFCH. Este trabalho é o fruto desse investimento de tempo em conjunto, dialogando, debatendo, questionando. A ela um profundo agradecimento por tantos anos de aprendizado e de diálogo frutífero. Emília, cada vez que precisei, me apoiou generosamente com financiamento Faepex para apresentar os avanços da minha pesquisa em eventos acadêmicos. E durante este último ano me deixou “literalmente” ocupar a sala dela. Pode parecer um gesto aparentemente sem importância, mas, assim como o fez no contexto da minha chegada na Unicamp, ela não somente me acolheu até o último momento deste

percurso mas também me presenteou com o lugar ideal para terminar de escrever esta tese. Obrigada pelo carinho.

Não posso deixar de agradecer ao professor Fernando Lourenço, um excelente sociólogo com alma de antropólogo. Fernando acompanha desde o mestrado meu percurso de pesquisa. E nesse caminho, pude me beneficiar dos seus comentários sempre atinados e pertinentes. A ele “mil gracias” pela leitura sempre minuciosa, cuidadosa e carinhosa do meu trabalho.

Durante o decorrer do meu doutorado tive excelentes professores, dentre eles Mauro Almeida, Omar Ribeiro Thomaz, Suely Kofes, John Monteiro, Bela F. Bianco, Vanessa Lea, muito do que aprendi com eles está nestas páginas.

Agradeço de maneira especial a equipe da secretaria de pós-graduação do IFCH: Maria José, Maria Rita, Cris, Júnior, Neide, Sônia, Antônio e Rodrigo pelo apoio. Durante meses e meses compartilharam comigo parte do seu espaço de trabalho e me acolheram carinhosamente. Sem dúvida esse apoio carinhoso e cotidiano também me propiciou as condições necessárias para terminar esta tese.

O programa de pós-graduação em Antropologia apoiou inúmeras viagens nacionais e internacionais para assistir a seminários e congressos, onde apresentei avanços do meu trabalho de pesquisa. Sem esse apoio, a interlocução com especialistas que trabalham com temas afins não teria sido tão frutífera. Em alguns desses encontros me beneficieei dos comentários de Marcelo Rosa, Maria José Carneiro, Marilda Menezes, John Comerford, Mabel Grimberg, Virginia Manzano e Cristobal Key.

Agradeço a toda a equipe do CECI-Unicamp, especialmente às professoras dos berçários II e IV que no meu último ano do doutorado se dedicaram com tanto carinho a cuidar do Gael.

Durante a maior parte do doutorado contei com uma bolsa concedida pelo Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología do México (CONACYT). Graças a esse suporte pude me dedicar de maneira integral à minha pesquisa.

Durante os últimos dois anos contei com excelentes comentários dos meus colegas dos seminários de leituras dirigidas organizados pela professora Emília. As

contribuições desses encontros foram fundamentais para o avanço da reflexão para o meu trabalho.

Agradeço a meus colegas e amigos do Ceres, Verena Sevá Nogueira, Thais Tartalha do Nascimento Lombardi, Marisa B. Araujo, José Carlos Pereira, Vanda Silva, Mariana Chaguri, Juliana Guanais, Cristiano Ramalho, Ana Paula Bolfe, Ana Carolina B. da Silva, que durante anos compartilharam minhas descobertas e angústias da pesquisa e sempre propiciaram espaços de discussão para as minhas idéias.

Agradeço de maneira especial a Sel e à sua família que me acolheram carinhosamente em Salvador, BA quando fiz trabalho de campo.

E a Verena, amiga querida que durante os últimos meses acompanhou de perto as minhas agonias da escrita. Nesse processo, os nossos inúmeros almoços compartilhados foram, com certeza, um respiro.

Augusto Postigo, antropólogo e excelente “mapólogo” me concedeu horas preciosas do seu tempo para a elaboração dos mapas desta tese. Agradeço também a Cristina M. e a Vilma Albino que fizeram um excelente trabalho de revisão.

Durante o decorrer do doutorado tive a sorte de conhecer pessoas maravilhosas e também dar continuidade à interlocução iniciada com colegas do mestrado. Pessoas que ao longo de anos de convivência se tornaram amigos queridos: Felipe Vander Velden, Olendina Cavalcante, Rívia Bandeira, Andréa Peres, Mariana Françoço, Érika Figueiredo, Giovana Tempesta, Daniel Faria, Eliana e Domingos Creado, Raquel Wiggers, Gabor Basch.

Agradeço a Gustavo Rossi, Marília Giesbrecht, Andréia Galvão, Marcos Novelli, Cristiano Tambascia, Daniela Araujo, Carolina Fiad e João de Oliveira, pessoas que considero como parte da minha família e que desde os primeiros anos no Brasil me fizeram sentir como se estivesse em casa, isso, para um estrangeiro, não é qualquer coisa. Sem eles e o apoio constante, inclusive fazendo inúmeras vezes de “pais substitutos” provavelmente esta tese ainda estaria em andamento.

Agradeço particularmente a Gustavo que ao longo do doutorado fez uma leitura cuidadosa de trechos do trabalho e debateu comigo questões fundamentais da tese.

A meus interlocutores: acampados, assentados, autoridades, dirigentes e militantes do mundo das ocupações de terra que compartilharam comigo segredos, dificuldades, histórias e barracos. Vocês fazem uma bela luta!

A meus queridos Cleusa, Alfredo, Edes e seus filhos e netos que confiaram em mim desde o começo e me permitiram entrar em suas vidas, construindo assim vínculos fortes de carinho, amizade e cumplicidade. Este trabalho é também de vocês, é minha pequena homenagem à sua luta.

Meu agradecimento eterno para Paule e Jacky Borgo pelo apoio constante.

A minha abuelita Socorrito, ao meu pai, e ao resto da minha família que me fazem sentir saudades do México.

Minha mãe Cecilia e seus insights de antropóloga e socióloga autodidata foram maravilhosos para meu trabalho. Ela, muitas vezes me reconfortou na distância, e, muitas outras, acompanhou de perto minhas descobertas e vicissitudes. Na última aventura de trabalho de campo “debaixo da lona preta” contei com sua companhia e mesmo sob um calor de quase 40 graus o sorriso continuou no seu rosto; cuidou com afincos dos seus netos e sua alegria pela vida continuou se refletindo a cada minuto.

Meu maior agradecimento é para aqueles que conferem sentido à minha existência. Bertrand, como nenhuma outra pessoa dedicou-se a mim e aos nossos filhos. Inúmeras vezes me acompanhou ao campo, para que assim, as saudades não tomassem conta de mim. Sem ele, sua dedicação, amor, confiança, apoio e tranquilidade durante todos esses anos, esta tese simplesmente não teria sido possível.

Durante o doutorado não somente cumpri disciplinas, fiz pesquisa e produzi uma tese, também tive duas crianças maravilhosas: Sofia e Gael. Meu sonho feito realidade. Eles foram pacientes e encararam com muita tranquilidade minhas ausências. Algum dia compreenderão que essas ausências renderam frutos e de alguma forma valeram a pena.

## INTRODUÇÃO

### O MUNDO DAS OCUPAÇÕES DE TERRA

Desde o final da década de 1980, começaram a surgir pesquisas sobre assentamentos rurais no Brasil. Naquela época o modelo de assentamento derivado da desapropriação por ocupações massivas de terra era recente.<sup>1</sup> Os resultados desses estudos nos fornecem dados de extrema importância, que tomam como ponto de partida a organização dos assentados, ou tratam das vantagens ou das desvantagens do modelo assentamento, dos impactos socioeconômicos, da organização social e das relações de poder e conflitos entre os assentados, dentre eles Rapchan, 1993; Lechat, 1993; Medeiros et al., 1994; Bergamasco, 1996, Ferrante, 1999; e ainda estudos mais recentes, como Feix, 2001; Caume, 2002; Bergamasco 2003; Bergamasco et al., 2003; Martins, 2003; Sparovek, 2003; Leite et al., 2004, entre outros. No entanto, a maioria desses estudos não descreve os processos de formação dos assentamentos, ou seja, as etapas que os precederam: as ocupações e os acampamentos.<sup>2</sup>

As ocupações de terra com montagem de acampamentos organizados e mediados pelos chamados *movimentos* constituem um fato novo na história da luta pela terra no Brasil.<sup>3</sup> Desde os anos 1990, a fórmula ocupação-acampamento se tornou uma das formas “adequadas” de demandar reforma agrária ao Estado brasileiro, ou seja, para que as demandas das organizações de trabalhadores rurais (*movimentos*) sejam atendidas, deve existir ocupação e, sobretudo, um

---

<sup>1</sup> Na literatura nacional sobre o tema, assentamento é o nome genérico dado às novas unidades de produção agrícola criadas pelo Estado em benefício dos demandantes de terra.

<sup>2</sup> Dos trabalhos anteriormente citados, somente no de Caume (2002) se descreve de maneira detalhada o processo de formação dos acampamentos e a organização social dos acampados que derivaram nos assentamentos por ele estudados no Rio Grande do Sul e em Goiás.

<sup>3</sup> *Movimento* é o termo usado por representantes do Estado, por dirigentes das organizações de trabalhadores rurais e pelos próprios trabalhadores que participam dos acampamentos, para se referirem às organizações que promovem as ocupações. Outros termos e frases nativos apareceram também em itálico.

acampamento (Rosa, 2005; Sigaud, 2005).<sup>4</sup> Aqueles que desejam um pedaço de terra devem então ocupar a terra, montar um acampamento organizado por um *movimento* e, a partir desse momento, fazer suas demandas ao Estado.<sup>5</sup>

É somente no final da década de 1990 que começam a surgir algumas referências sobre a dinâmica das ocupações de terra. Um exemplo são os trabalhos publicados por Fernandes (1998 e 1999) e Stédile e Fernandes (1999). Em estudos mais recentes, especialistas em movimentos sociais têm focalizado suas análises nas organizações que promovem as ocupações, de maneira especial o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), entre eles estão Fernandes, 2000; Meszaros, 2000; Veltmeyer e Petras, 2002; Navarro, 2002, 2005; Wolford, 2003; Branford e Rocha, 2004; Ondetti, 2006; Giarracca et al., 2006; Baletti et al., 2008; Vergara-Camus, 2009. No entanto, hoje em dia, existem no Brasil inúmeras organizações de trabalhadores rurais que promovem ocupações de terras e organizam “acampamentos de lona preta”, entre elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast), Associação dos Trabalhadores Sem-Terra de São Paulo (ATST), Movimento do Trabalhador Rural Sem-Terra do Brasil (MTRSB), União dos Trabalhadores Sem-Terra (Uniterra), Organização de Luta no Campo (OLC), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Movimento do Trabalhador Rural (MTR), Movimento de Luta pela

---

<sup>4</sup> Essa forma de demanda ao Estado e a relação entre ocupações de terra e organizações de trabalhadores rurais é o que Rosa (2005) chama de a “forma movimento”.

<sup>5</sup> De maneira geral as principais etapas do processo de reforma agrária ligado à montagem dos acampamentos são as seguintes: uma vez que uma propriedade foi ocupada e um acampamento foi montado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), órgão do governo federal encarregado das desapropriações de terras, classifica a terra ocupada como uma “área de conflito” e inicia-se o processo de vistoria, isto é, a propriedade ocupada é examinada por técnicos do Incra que avaliam a produtividade da terra de acordo com um nível mínimo de rendimento por hectare. Caso a terra seja improdutiva, o valor dela é avaliado e o resultado é encaminhado ao Incra em Brasília, para que o decreto de expropriação seja assinado pelo Presidente. Uma vez que o decreto é assinado, a terra pode ser liberada para assentamento. Esse processo pode demorar meses ou inclusive anos, não só porque o proprietário da terra ocupada pode pedir a reintegração de posse e os ocupantes acabam, na maioria das vezes, saindo da propriedade e reocupando novamente um tempo depois para iniciar outro processo. Mas também porque o próprio processo da vistoria técnica e envio do resultado é demorado. Desde 2001, uma medida provisória (MP 2.183) foi baixada pelo governo federal e proíbe que áreas invadidas sejam vistoriadas pelo Incra por dois anos. Para as lideranças dos *movimentos* que promovem as ocupações, essa medida tem como objetivo frear a empreitada de ocupações e evitar o pipocar de acampamentos. No entanto, os movimentos conseguem em ocasiões “driblar” essa medida, ocupando e montando acampamentos na beira das propriedades e não dentro delas. Para uma discussão mais apurada sobre as mudanças na legislação brasileira sobre o procedimento de distribuição de terras e sua relação com o MST e o Estado, ver Meszaros (2000).

Terra (MLT), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as federações de trabalhadores rurais estaduais (Fetape, Fetag–RJ, Fetaemg, entre outras). A maioria dessas organizações (com exceção das federações) surgiram ao longo dos últimos 20 anos. Os participantes das ocupações, sem importar a organização que as promoveu, são chamados genericamente *sem-terra*; de fato, esse termo é, hoje em dia, uma categoria social.

São recentes os estudos que tomam as ocupações e os acampamentos como objeto de estudo, privilegiando principalmente o ponto de vista dos homens e das mulheres de carne e osso, que fazem possíveis as ocupações de terras e que vivem o dia a dia dos acampamentos.<sup>6</sup> Entre eles encontram-se Sigaud 2000, 2002, 2004; L’Estoile e Sigaud, 2006; Sigaud, Rosa e Macedo., 2008; Smircic, 2000; Macedo, 2003, 2005; Rosa, 2004; Loera, 2006; Barra, 2007. Esses estudos exploram a diversidade de casos específicos encontrados em diversos lugares do Brasil e formulam hipóteses a respeito das condições sociais que têm contribuído para a reprodução ampliada de um fenômeno social recente: os acampamentos da reforma agrária.<sup>7</sup>

A demanda por reforma agrária, nos últimos 20 anos, tem tomado uma forma social particular, que se distingue das lutas e demandas anteriores.<sup>8</sup> Como menciona Rosa, “sociologicamente, não é possível estabelecer rupturas entre os acontecimentos passados — como as ligas camponesas e as lutas de posseiros e as atuais ocupações de terra. A diferença está no fato de que, hoje, as ocupações capturam para si um conjunto inédito de símbolos e procedimentos, além de mudanças na forma de reivindicação” (2004, p. 74).

---

<sup>6</sup> Na mídia brasileira e por vezes entre funcionários governamentais, as ocupações de terra são tratadas como “invasões”; no meu trabalho privilegio o termo nativo *ocupações*, termo usado pelos indivíduos que as realizam.

<sup>7</sup> Outros trabalhos nessa direção, que analisam o caso das organizações de piqueteros na Argentina, são Quirós, 2006 e Manzano, 2007; e ainda para um estudo comparativo, recente, sobre movimentos sociais em Brasil e Argentina, ver Grimberg, Fernández e Rosa (2009).

<sup>8</sup> Principalmente a partir da constituição de 1988. Desde então as propriedades que não cumprem com a sua função social podem ser desapropriadas. A partir desse momento, organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) começam também seu processo de expansão em nível nacional. Para mais detalhes sobre a formação do MST no Brasil, ver Fernandes (2000).

Hoje em dia, a “forma acampamento”, como demonstrado por Sigaud (2000), é uma linguagem social, uma nova forma de reivindicar demandas sociais ao Estado, políticas públicas, nesse caso, desapropriação de terras para fins de reforma agrária.

Segundo Sigaud (2000), a “forma acampamento” se reproduz instaurando uma espécie de linguagem simbólica. Para os participantes das ocupações, o ato de montar uma barraca num acampamento de sem-terra é a forma de dizer que se é candidato à reforma agrária, e, para os *sem-terra* em geral, o ato de instalar um acampamento é a forma apropriada de dizer que é essa a terra ou o espaço físico que se pretende que seja desapropriado. Para Macedo os acampamentos constituem-se como uma linguagem social, que tem seus próprios processos de constituição e que variam de acordo com as conjunturas específicas: “possuem as lonas (que cobrem as barracas) e as bandeiras (que indicam a instituição que organiza o acampamento) como principais símbolos e um modelo de organização social próprio, que vem se transformando ao longo do tempo e também comporta variações dessa representação social de caso para caso” (2003, p. 5).

Segundo Loera (2006), a “forma acampamento” é reproduzida em espiral, um acampamento sempre está vinculado a outro em formação ou já formado e este por sua vez se encontra vinculado a um assentamento. Segundo a autora, são os indivíduos, os ocupantes desses espaços que, cumprindo com uma série de *obrigações* e *compromissos* para com o *movimento* que organiza a ocupação, convidam outros para formarem novos acampamentos e, mais, eles mesmos participam de novas ocupações, mostrando para os novos acampados a tecnologia de montagem e organização da “forma acampamento”.

Como demonstram Sigaud, Rosa e Macedo (2008), a sociogênese dessa forma de reivindicação data dos primórdios dos anos 1960, no Rio Grande do Sul, sendo depois socializada e expandida para outros estados do Brasil. Naqueles anos, ainda seguindo o argumento dos autores, a ideia de ocupar para forçar a distribuição de terras já figurava no horizonte dos possíveis e começava a ser forjado um novo tipo de relação entre demandantes de terra e Estado.

No entanto, nos últimos 20 anos, principalmente após a Constituição de 1988, no contexto pós-ditadura militar, a “forma acampamento” como linguagem social

sofreu um processo de expansão e principalmente de institucionalização. Segundo os autores anteriormente citados, “a linguagem só começou a se esboçar antes de 1964 e pôde-se consolidar a partir da década de 1990, porque houve escuta por parte do Estado brasileiro” (Sigaud et al., 2008, p. 136).

A partir desse momento, diversos atores sociais (principalmente organizações de trabalhadores rurais) foram entrando em cena, deu-se outro tipo de intervenção e atuação do Estado, e outros códigos sociais e outros valores pareciam ser compartilhados ao ocupar uma terra.<sup>9</sup>

Hoje em dia, a chamada reforma agrária parece ter novos sentidos. *Estar na reforma*, para aqueles que realizam as ocupações e se instalam em acampamentos, corresponde a participar de uma ocupação e acampar, reivindicando uma terra para si ou para outros. Por sua vez existem diversas formas de reivindicar “terra para outros”:

1) por representação — um parente ou amigo fica no acampamento “guardando” o lugar;

2) como uma forma de cumprir com certas obrigações — acampados cumprindo com a *disciplina* do *movimento* participam das ocupações para fazer número, e assentados participam das ocupações também fazendo número, como uma forma de retribuição ao *movimento*, especificamente em acampamentos organizados pelo MST.

No entanto, hoje em dia, estar acampado ou manter uma barraca num acampamento e participar das tarefas do *movimento* que organiza o acampamento pode significar também uma chance de ascensão social e de obtenção de outros bens preciosos e inseparáveis entre si: nome, reconhecimento, prestígio, visibilidade, significação social.

---

<sup>9</sup> Rosa, inspirado em Elias, menciona que a expressão códigos sociais “se refere às maneiras pelas quais, ao longo da história, um grupo estrutura seus modos de agir, pensar, sentir e classificar o mundo ao seu redor” (2004, p. 30).

## ***Caracterização do problema de pesquisa***

Nos últimos 20 anos, as ocupações de terra têm-se configurado como um mundo social particular, sofrendo um processo de institucionalização e sendo, para muitas das pessoas que participam delas, um mecanismo de ascensão e significação social. Ainda, nesse processo, configuraram-se também grupos de *status* (Bourdieu, 1998), isso é, grupos de indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder no mundo das ocupações de terra.<sup>10</sup> Entendo o prestígio —tomando como inspiração as considerações de Elias (2005) — mais como “chances” de poder numa hierarquia tensa de determinada figuração social, através de elementos conversíveis em moeda de troca nas relações de *status*, e menos como uma qualidade que se porta ou acumula pela reunião de certas qualidades.<sup>11</sup> Já para Bourdieu, “são os grupos de status que impõem aos que neles desejam participar, além de modelos de comportamentos, modelos da modalidade dos comportamentos, ou seja, regras convencionais que definem a maneira justa de executar os modelos” (1998, p. 16). Esses grupos, portanto, se distinguem não pela maneira de ter bens, mas de usar esses bens.

Desse modo, no mundo das ocupações de terra, aqueles que se encontram em posições consideradas privilegiadas pela maioria dos participantes dos acampamentos, direcionam muitas das suas ações para defender essa posição; estão em concorrência com seus pares e com aqueles que não fazem parte do seletto grupo e que de alguma ou outra forma aspiram a sê-lo.

Ainda, ter certo *status* no mundo das ocupações ou ocupar uma posição privilegiada também passa pelo *tempo de acampamento*. Essa expressão não é só

---

<sup>10</sup> Bourdieu inspira-se em Weber para mostrar a diferença entre classes e grupos de *status*, estes últimos seriam “conjuntos de homens definidos por uma certa posição na hierarquia da honra e do prestígio” (1998, p. 14), que se estabelecem por critérios de diferenciação e distinção numa determinada estrutura social. Critérios estes determinados por um sistema de valores.

<sup>11</sup> Para Elias (2005), uma figuração social é uma formação social de indivíduos, seu tamanho pode variar, pode ser os jogadores de um jogo de cartas, um grupo escolar, um povoado, uma cidade ou uma nação, onde os indivíduos estão ligados uns com os outros por um modo específico de dependências recíprocas e sua reprodução supõe um equilíbrio móbil de tensões. Ver também Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort (orgs.), *Norbert Elias. Escritos & ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, vol. I — Estado, processo, opinião pública.

uma forma de quantificar o tempo que se passa num acampamento, mas também o número de ocupações, acampamentos e mobilizações nos quais já se participou, o quanto já se sofreu, o número de famílias que se conseguiu “levar para a terra”, e essa expressão também traduz as relações tecidas com outros acampados, com lideranças e militantes dos acampamentos, as alianças e relações estabelecidas com outros *movimentos*, com representantes do Estado e com políticos locais e, mais, essa expressão diz respeito ao conjunto de relações e ações ligadas ao nível de comprometimento, ao tempo de participação e dedicação ao *barraco*, ao acampamento e ao *movimento* e ao cumprimento de certas obrigações.

Nesse sentido, hoje em dia, o *tempo de acampamento* é um código social dentro do mundo das ocupações de terra, na medida em que, além de uma medida cronológica, é também um demarcador de prestígio, de *status*, um princípio organizador e ordenador das relações sociais, e um dos requisitos para *conquistar a terra* tanto para os participantes das ocupações e dos acampamentos, para dirigentes das organizações que promovem as ocupações e para as autoridades encarregadas das desapropriações de terra, conformando assim uma fórmula social entendida e compartilhada por todos aqueles que fazem parte desse mundo social particular, o das ocupações de terra.

Retomo a expressão “fórmula social” inspirada na bela etnografia *Tempo de Brasília*, de Antonádia Borges (2003). Essa autora descreve certas “fórmulas mágicas” ou equações cunhadas pelo governo, que servem para classificar a quem venderá ou doará suas terras. Cada fórmula, segundo a autora, “apresenta um conjunto de variáveis que se pretendem as mais precisas para calcular o grau de merecimento da população em face dos bens (raros) a ela disponibilizados pelo Estado” (Borges, 2003, p. 165). Ainda Borges nos mostra como essas “fórmulas” “foram destacadas do repertório classificatório nativo para figurar em uma fórmula mágica estatal, tornando-se logo em seguida, categorias legais de referência para a população” (2003, p. 165). No caso aqui apresentado, o *tempo de acampamento* é uma expressão nativa que ainda não é uma categoria legal, mas é referência também para representantes dos órgãos públicos encarregados das desapropriações de terras. Segundo informações obtidas em entrevista com um funcionário do Inbra

em Salvador (BA), na desapropriação das terras, *dá-se prioridade as famílias que têm mais tempo de acampamento.*

Segundo Rosa, inspirado em Elias, os códigos sociais “constituem-se em instrumentos de distinção que garantem o pertencimento de um determinado indivíduo a um grupo” (2000, p. 113). E ainda, na perspectiva desse autor, se trata de modos de sentir e portar-se diante do mundo social.

No entanto, o *tempo de acampamento* pode ter diversos significados, todos eles referidos ao contexto, à situação e à condição do indivíduo assim como às posições que as pessoas ocupam nesse mundo social particular. Assim sendo, ainda que os participantes do mundo das ocupações façam referência às expressões nativas, *tempo de barraco*, *tempo de luta* e *tempo de reforma*, como expressões homônimas ao *tempo de acampamento*, descrevem, na maioria das vezes, uma diversidade de significados, ações e situações.

Leach (1971), na sua análise da categoria tabu entre os clãs trobriandeses, demonstra que há vários significados de tabu, significados que seriam acidentalmente nomeados com um mesmo termo, no entanto, tabu seria uma categoria de relações e seu significado varia de acordo com o contexto, a idade, o *status* e a posição genealógica do indivíduo dentro de um sistema de parentesco.

Em nosso caso, a expressão nativa *tempo de acampamento* traduz distintos significados e principalmente distintas temporalidades vivenciadas pelos indivíduos no mundo das ocupações de terra. Assim, as expressões *tempo de barraco*, *tempo de luta* e *tempo de reforma* que fazem referência a essas distintas temporalidades são nomeadas muitas vezes como sinônimos do *tempo de acampamento*. Contudo, se as palavras, como Malinowski (2002) nos disse, “têm o poder fatal de engendrar ação”, então as expressões anteriores fariam referência também a diversas situações e ações. Haveria, então, diversos *tempos* de um *tempo* e diversos *tempos* nos distintos *tempos*.

Malinowski ([1965] 2002) na sua “teoria etnográfica da linguagem”, adendo do seu Coral Gardens, nos inspira a analisar os termos dos grupos que estudamos, no seu contexto, em situação. Para esse autor, certas palavras nativas só podem ser definidas quando analisadas em situação. Só assim poderemos saber o que esses

termos significam para os nativos. Na proposta dele é imprescindível estudar um mesmo termo num grande número de situações, para elucidar seus significados.

Assim sendo, o *tempo de barraco*, por exemplo, tanto para os acampados como para lideranças dos *movimentos*, faz referência ao tempo que de fato uma pessoa passa *debaixo da lona preta* num acampamento,<sup>12</sup> mas também para os acampados refere-se à *dedicação* ao seu barraco e às tarefas do acampamento em geral; os acampados acreditam que a vida no acampamento é sofrida e também se faz referência ao *tempo de barraco* como uma forma de “medir” o sofrimento debaixo da lona. Já o *tempo de luta* é importante para *novos* e *velhos* acampados que mantêm barraca principalmente em acampamentos do MST e, sobretudo, para coordenadores e militantes que organizam e dirigem os acampamentos.<sup>13</sup> Através do *tempo de luta* se contabiliza a participação em *mobilizações* ou *jornadas* organizadas pelo *movimento* (ocupações, marchas, atos, caminhadas e outras formas de protesto) e também é uma forma de medir a capacidade de mobilização individual e de certos grupos dentro do *movimento* e uma forma de comparar essa capacidade com a de outros militantes e outros *movimentos*. E, por último, o *tempo de luta* também expressa o tempo de dedicação ao *movimento* e a capacidade de negociação que se tem, assim como o capital de relações acumulado, que pode ser mobilizado em benefício dos acampados e do *movimento*.

E finalmente o *tempo de reforma* é uma expressão utilizada por militantes dos *movimentos* e, na maioria das vezes, por velhos assentados. O *tempo de reforma* parece equacionar os dois tempos anteriores como uma forma de lembrar o cumprimento de *obrigações* para com o *movimento*, é também uma forma de contabilizar os ganhos e as perdas dessa incursão pelo mundo das ocupações de

---

<sup>12</sup> “*Ficar debaixo da lona*” é uma expressão comum entre os participantes dos acampamentos, para designar a vida no acampamento. Muitas vezes é usada em situações nas quais os acampados querem mostrar ou fazer explícitas as penúrias e dificuldades pelas quais passam no acampamento, é uma expressão, muitas vezes, ligada à noção de sofrimento (Loera, 2006).

<sup>13</sup> Como assinalado por Rosa (2009), o termo militante é usado principalmente por indivíduos ligados ao MST e participantes dos acampamentos promovidos por esse *movimento*. Para outros casos se faz referência a dirigentes ou lideranças. Ocasionalmente também pode ser usado o termo militante para lideranças que não fazem parte dos quadros do MST. Farei referência a esses diferentes termos respeitando então a lógica nativa.

terra; e finalmente o *tempo de reforma* também evidencia, dependendo do contexto em situação, a posição que as pessoas ocupam nesse mundo social.

Desse modo, neste trabalho retomo o *tempo de acampamento* como fio condutor e tento, além de tornar evidentes seus vários significados, descrever como os participantes do mundo das ocupações de terra vivenciam, na prática, esses diversos *tempos*.

### ***O percurso pelo mundo das ocupações de terra: escolhas, contextos e pessoas***

A estratégia metodológica da pesquisa consistiu em seguir o percurso de uma família extensa (consanguíneos e afins) pelo mundo das ocupações de terra, desde os primeiros acampamentos nos quais estiveram até — alguns membros da família — serem assentados no final de 2005 e o processo vivido durante quase três anos, já como assentados da reforma agrária. Também acompanhei o percurso de membros dessa família que não foram assentados e que continuavam até começo de 2009 na peregrinação por acampamentos de sem-terra.

Através do percurso de uma família pelo mundo das ocupações de terra, meu objetivo é o de mostrar o que esse caminho permite revelar desse mundo social e das suas particularidades; com isso, quero dizer que minha ênfase não está numa história de vida ou numa trajetória individual. Por outro lado, nesse caminho, privilegio o ponto de vista dos homens e das mulheres que vivem o cotidiano dos acampamentos e fazem possível a reprodução destes.

Na continuação apresento o percurso percorrido com a família extensa Reis–Cerqueira, uma breve caracterização dessa família e dos acampamentos aos quais farei referência ao longo do texto, assim como uma descrição geral da organização social dos acampamentos.

Farei isso não sem antes mencionar que, no texto, adoto duas estratégias com o objetivo de respeitar a vontade de algumas pessoas, principalmente de militantes do MST e de autoridades e representantes do governo de manter sua identidade preservada:

- 1) usar um termo genérico, dependendo da posição da pessoa como autoridade ou militante, dirigente ou coordenador; ou
- 2) trocar o nome da pessoa; os nomes de alguns lugares onde foi levado a cabo o trabalho de campo também foram trocados.

É diferente no caso da maioria dos acampados e assentados, cujos nomes verdadeiros aparecem no texto. Ao longo da pesquisa me dei conta da importância que tinha, para a maioria dos meus interlocutores, conversar com alguém interessado em conhecer suas histórias, aventuras e desventuras. Assim, não só perguntar sobre a vida deles e sobre sua experiência nos acampamentos, mas, principalmente, colocar essas experiências no papel já é uma forma de reconhecimento. É uma forma de fazer visíveis pessoas e circunstâncias da vida dessas pessoas que eles consideram importantes e que de outra forma continuariam no anonimato.

#### *A família extensa Reis–Cerqueira<sup>14</sup>*

Cleusa e Alfredo dos Reis são casados há mais de 25 anos. Eles se conheceram, como eles gostam de dizer, *na estrada*, quando Alfredo era caminhoneiro. Ele, filho único, foi criado e ficou na roça até os 23 anos, trabalhando na terra do seu pai, um pequeno produtor do interior do estado de São Paulo. Alfredo com 23 anos saiu da roça para trabalhar numa linha de leite na cidade, e dois anos mais tarde dedicou-se à profissão que ele mais gosta, a de caminhoneiro. Alfredo é viúvo da sua primeira esposa com a qual teve cinco filhos. Ele conheceu Cleusa quando sua esposa ainda era viva, mas já estava bastante doente. Com Cleusa têm três filhos: Tiago (24), Marcos (22) e Junior (20).

Cleusa é originária de Recife e filha de pequenos produtores rurais. Também foi criada na roça. Casou-se muito jovem e teve um filho, cuja guarda, depois da

---

<sup>14</sup> O percurso dessa família encontra-se indicado em anexo no Mapa 1.

separação do seu primeiro marido, foi ganha pela avó paterna.<sup>15</sup> Cleusa trabalhou como empregada doméstica na cidade de Recife e só saiu daquela cidade quando conheceu Alfredo, que era caminhoneiro e estava de passagem por Recife, indo em direção a São Paulo. Cleusa decidiu ir com ele, com a expectativa de conseguir um bom emprego em São Paulo e poder recuperar seu filho. No entanto, como ela me disse, desde então *a gente não se descolou mais*. Depois de morarem em vários lugares do interior de São Paulo e de trabalharem como caseiros, cuidando de um sítio, o casal se instalou para morar numa casa que compraram na periferia de Sumaré, cidade localizada a 100 quilômetros da cidade de São Paulo, onde moravam quando receberam o convite *para ir para a terra*. Eles participaram pela primeira vez de uma ocupação de terras em abril de 2002, foram convidados por um conhecido de Sumaré, para irem juntar-se a um contingente de pessoas que se preparava para realizar uma grande ocupação na região de Bragança Paulista (SP). Aquela primeira ocupação deu vida ao acampamento Terra Sem Males (TSM), organizado pela militância da *Regional de Campinas do MST*.<sup>16</sup> Cleusa e Alfredo aceitaram o convite para ir acampar. Um dos motivos mais fortes que os levaram a aceitar esse convite foi não só o desejo de pegar um pedaço de terra, mas de manter os filhos junto deles e principalmente de tirá-los da violência da cidade e do envolvimento com *pessoas que não prestavam*.

Em 2002 Cleusa (43) e Alfredo (65) acampavam com Tiago, o filho mais velho, que estava com 18 anos, e Júnior, o caçula de 13 anos. Em abril de 2003, um ano depois, eles já haviam passado por várias ocupações, haviam ficado fora do acampamento durante dois meses e haviam voltado novamente para o TSM, que, depois de ter sofrido alguns despejos, havia sido montado em Cajamar, a 30 quilômetros da cidade de São Paulo, em conjunto com famílias do acampamento

---

<sup>15</sup> Cleusa ficou mais de 25 anos sem ter notícias desse filho e foi só em 2008 que o filho conseguiu localizá-la através de uma vizinha de Sumaré, a cidade onde morava antes de acampar. Cleusa viajou mais de 600 quilômetros de Pereira Barreto até Campinas, para encontrar seu filho. Já o filho percorreu mais de 2.500 quilômetros de Recife até Campinas, para “conhecer” sua mãe.

<sup>16</sup> Os militantes do MST de São Paulo organizam eventos e mobilizações desde escritórios do *movimento* montados nas principais cidades desse estado. Escritórios são chamados de *Regionais*. Os militantes, no entanto, também estão divididos hierarquicamente em *Direção Nacional*, *Coordenações Estaduais* e *Regionais*.

Irmã Alberta, organizado pela militância da *Regional de São Paulo* do MST.<sup>17</sup> De fato, as famílias do TSM, por iniciativa dos militantes de Campinas, haviam ido ajudar as famílias do acampamento Irmã Alberta, fazendo a massa, isto é, fazendo número para conseguir criar o efeito desejado de qualquer ocupação, o de uma grande massa de acampados e barracas de lona. Foi em Cajamar que Tiago, filho mais velho de Cleusa e Alfredo, se casou com Tina, uma moça de 19 anos originária da Bahia, que havia chegado para acampar com sua mãe Edesmaria (47) e seu irmão Sino (18). Sino também conheceu a sua esposa no acampamento, Márcia (18). Márcia acampava com os pais, mas eles ficaram pouco tempo acampando e acabaram voltando para a cidade, onde moravam antes de ir para o acampamento.

Edesmaria nasceu em Bom Jesus da Lapa (BA), no seio de uma família numerosa. Seu pai dedicava-se à pesca e à agricultura, e sua mãe, também de origem rural, dedicava-se ao trabalho na roça e a cuidar dos filhos. Edes passou sua infância à beira do rio São Francisco, numa pequena comunidade rural localizada no município de Serra do Ramalho, no sertão baiano. Edes, como o resto dos seus irmãos ajudava seus pais no trabalho da roça. Desde muito cedo aprendeu, como ela diz, *a pegar na enxada*. Com 15 anos, Edes saiu da sua comunidade de origem para tentar sorte *na Lapa* (na cidade de Bom Jesus da Lapa).<sup>18</sup> Ela gosta de dizer que a partir daí ela teve de *se virar sozinha*. Ela passou por vários empregos na cidade, inclusive, como ela relata, foi *mulher da vida alegre*.<sup>19</sup> Foi nesse momento, no começo dos anos 1980, que nasceu a filha de Edes, Tina. Quando Tina tinha 6 meses de idade, Edes casou-se com um moço que a frequentava e que, nas palavras dela, *a tirou dessa vida*. Seu marido registrou a filha de Edes como sua, e menos de um ano depois nasceu Sino. Desse casamento nasceram mais quatro

---

<sup>17</sup> Durante os dois meses que ficaram fora do acampamento, a família Reis voltou para Sumaré. Como se menciona em Loera, durante esse período “o filho mais velho foi detido pela polícia acusado de ter roubado, junto com um amigo, uma bicicleta. Foi nesse contexto que Cleusa e Alfredo decidiram voltar para o acampamento (2006, p. 45).

<sup>18</sup> Edesmaria engravidou aos 15 anos e teve um filho que acabou sendo criado por sua mãe, que na época também estava com um filho recém-nascido. Para Edes, o estatuto de mãe solteira dentro da sua comunidade lhe trouxe algumas dificuldades e, por conselho da sua mãe, acabou saindo da sua comunidade e se instalou em casa de parentes na cidade de Bom Jesus (BA).

<sup>19</sup> Essa é uma expressão usada por Edes, para dizer que foi prostituta. Numa das viagens ao campo, percorri com Edes uma pequena rua da cidade de Bom Jesus, rua onde as *mulheres da vida alegre* recebiam os clientes em quartos ou pequenas casinhas.

filhos. Edes mudou-se com sua família e se instalou para morar nas proximidades de Feira de Santana, uma das maiores cidades do estado da Bahia. Foi somente no começo dos anos 1990 que Edes conheceu o *movimento* (MST). Sua sogra havia sido convidada para acampar num acampamento recém-montado, próximo à cidade de Feira de Santana. Edes, quem a acompanhava, acabou-se envolvendo nas tarefas do *movimento*, realizando o que ela chama de *trabalho nos acampamentos*. No entanto, como será descrito no decorrer do texto, Edes acabou não só saindo do *movimento*, mas também da Bahia. Edes, vivendo um momento emocional difícil ao se separar do seu marido, decidiu tentar sorte em São Paulo, levando consigo só dois dos seus filhos, Tina e Sino. Edes morou um tempo em Santo André (SP), na região metropolitana de São Paulo, na casa do seu irmão, e depois foi convidada pela sua irmã para passar um tempo com ela no assentamento Carlos Lamarca, onde mora perto de Sarapuí, no município de Sorocaba. Foi nesse momento que se lhe apresentou a oportunidade para acampar no acampamento Terra Sem Males, que estava montado no município de Cajamar, a 30 quilômetros da cidade de São Paulo. Assim, em janeiro de 2003 Edes estava novamente entre os sem-terra.

Em julho de 2003, a família extensa Reis–Cerqueira (Cleusa, Alfredo, Junior, Tiago, Tina, Edesmaria, Sino e Márcia) saiu de Cajamar, em um ônibus fretado pelo *movimento*, com outras 50 famílias do acampamento. A promessa que havia circulado entre militantes e acampados por ocasião da mudança era que os acampados que saíssem do TSM, naquele ônibus, seriam assentados na região de Araçatuba, onde ganhariam aproximadamente 6 alqueires de terra para cada família. Assim, a família em questão viajou mais de 600 quilômetros para se instalar em outro acampamento, o Dom Hélder Câmara, que montaram no município de Birigui no noroeste do estado de São Paulo.<sup>20</sup>

Do Dom Hélder Câmara, eles passaram por mais dois acampamentos naquela região, um organizado por lideranças vinculadas à Central Única de trabalhadores (CUT) e outro organizado pelo MST. Entre essas mudanças de acampamentos, que

---

<sup>20</sup> Dom Hélder Pessoa Câmara foi um bispo católico, arcebispo emérito de Olinda e Recife. Foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

durou quase dois anos, Cleusa, Alfredo, seus filhos e Tina, sua nora, *voltaram para cidade* ou, como eles costumam dizer, *cansaram de tanto sofrimento, de tanto acampamento* e se instalaram na periferia de uma pequena cidade da região, Castilho, localizada a poucos quilômetros da fronteira com Mato Grosso do Sul. Alguns meses mais tarde voltaram a acampar, dessa vez no próprio município de Castilho, na Fazenda Capim. Finalmente quando surgiu uma *vaga* num assentamento novo da região, no final de 2005, foram assentados. Por outro lado, a família Cerqueira (Edesmaria, Sino e Márcia) não seguiu o mesmo percurso que a família Reis. Depois de ter saído do acampamento Dom Hélder, passou também pelo acampamento da CUT e finalmente se separou da família Reis, para continuar uma peregrinação por vários outros acampamentos, na região noroeste do estado. Como mencionei anteriormente, Edesmaria já havia participado, na Bahia, de vários outros acampamentos, especificamente na região de Feira de Santana; portanto, havia chegado a São Paulo com um capital de conhecimentos sobre a arte da ocupação de terras. Assim, Edesmaria, estando num acampamento do MST a convite de um sindicalista da região, mudou para um acampamento da CUT e de lá saiu com 12 famílias para outro acampamento no município de Andradina, onde ela liderava o grupo de acampados. O acampamento liderado por ela não durou muito tempo; em menos de três meses, ela, com seu filho, sua nora e várias outras famílias, acabaram-se instalando num acampamento do MST montado numa fazenda a 40 quilômetros da fronteira com o estado de Mato Grosso do Sul. No final de 2005, Sino, o filho de Edesmaria, e sua nora decidiram sair do acampamento. Em março de 2006, Edes decidiu sair também e voltou para sua terra natal na Bahia. Meses depois ela decidiu voltar novamente para o acampamento onde ficou até meados de 2008. Edes depois se instalou em um *acampamento de José Rainha*,<sup>21</sup> a 50 quilômetros de Aracangua, na região de Araçatuba. Finalmente, em agosto de 2009 ela foi assentada, ou, como ela recentemente me disse, *entrou na terra*.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Militante do MST que “rachou” com outras lideranças fortes desse movimento em São Paulo e começou a organizar acampamentos por iniciativa própria.

<sup>22</sup> Conhecia Edesmaria como dona Maria, é assim que as pessoas se referiam a ela, quando estava no Terra Sem Males. Quando voltou da Bahia, ela mesma começou a se apresentar como Edes; quando estive com ela naquele estado, dei-me conta de que é sob esse nome que seus parentes e amigos da Bahia a conhecem. Nesta ocasião não analisarei esse aspecto, mas estou ciente de que o

## ***Caracterização dos lugares de pesquisa***

Seguir o percurso anteriormente descrito me permitiu realizar trabalho de campo em diversos acampamentos do estado de São Paulo e inclusive da Bahia e ter uma perspectiva, em diferentes tempos e espaços, do mundo das ocupações de terra.

Antes de descrever brevemente as características dos acampamentos que fazem parte desse percurso, parece-me importante esclarecer que existe uma diferença entre ocupação e acampamento. O primeiro termo se refere ao momento da entrada na propriedade e os primeiros dias nos quais *novos acampados* e principalmente os *velhos de acampamento* e assentados ficam na propriedade ocupada, apoiando o *movimento* e mostrando para os *novatos* a tecnologia de montagem do acampamento. Acampamento é o termo usado uma vez que as barracas são montadas, a bandeira do movimento é colocada e famílias novas começam a se instalar *debaixo da lona*. Não necessariamente as famílias acampadas participam da ocupação que cria o acampamento, algumas, a convite de outras famílias assentadas ou acampadas, se instalam dias, meses ou inclusive anos depois num acampamento já constituído.

Segundo Navarro (2002), os acampamentos estariam constituídos pelo “lumpesinato”, uma categoria na qual ele aglomera os pobres do meio rural. No entanto, como identificado por Macedo (2003), Ondetti (2006), Wolford (2006) e Loera (2006), os acampamentos são constituídos por pessoas de origens diversas e por uma heterogeneidade de perfis socioeconômicos, o que põe em questão argumentos como o de Navarro, isto é, “a crença de que os acampamentos sejam constituídos por pessoas com perfis socioeconômicos homogêneos, a ponto de poderem ser enquadradas em categorias determinadas” (Macedo, 2003, p. 5).

Os acampamentos são instalados em diferentes espaços e podem ser organizados por diferentes *movimentos*; no entanto, há certos elementos que se repetem: são montados em lugares estratégicos, para que sejam visíveis de longe; são instalados o que os acampados chamam de *barracos* ou *barracas de lona*, uma

---

nome, como menciona Pina Cabral (2007), está intimamente ligado à constituição social das pessoas. Os nomes, para esse autor, funcionam como marcas de relações afetivas.

espécie de cabana cuja estrutura é feita com paus de bambu ou madeira e coberta com plástico preto ou colorido, que é chamado de *lona*. A *barraca* é um elemento de extrema importância, quando se está acampando, uma vez que é através dela que se pertence ao acampamento, ou seja, para ser considerado acampado de um determinado acampamento, é necessário *pedir uma vaga* ao coordenador do acampamento e montar uma *barraca*.<sup>23</sup>

Alguns acampados, principalmente os *novatos*, ao se instalarem debaixo da lona, levam consigo muitos pertences, inclusive móveis como fogão, armários, camas etc., acabam montando praticamente uma casa dentro do *barraco*. Já os *velhos acampados*, com experiência na arte de acampar, geralmente carregam o mínimo de coisas possíveis, pois sabem que é melhor assim, em caso de um despejo, ou de ter que mudar de acampamento ou sair para realizar uma nova ocupação.

Na maioria das ocupações e quando o acampamento começa a ser montado, as *barracas* são divididas em blocos ou grupos de famílias, segundo parentesco, afinidade ou conforme ordem de chegada. Uma vez que o acampamento está montado, dirigentes do *movimento* que organizam o acampamento dividem uma série de tarefas, que devem ser compartilhadas pelos acampados; na maioria dos acampamentos organizados pelo MST, essas tarefas se realizam através de *núcleos*, *setores*, *grupos*, *comissões*, *brigadas*, *equipes* etc. Uma das primeiras tarefas a ser cumprida é montar *a estrutura do acampamento*, ou seja, os espaços coletivos onde se levam a cabo as assembleias, as atividades educativas com as crianças e em alguns acampamentos monta-se uma cozinha coletiva.<sup>24</sup>

A maioria dos acampamentos recebe doações em roupa, alimento, lona, que são divididos entre as famílias, e, a cada três ou quatro meses, cada família recebe uma cesta básica,<sup>25</sup> mas na realidade o que realmente sustenta os acampamentos são, por um lado, os chamados *bicos*, ou seja, trabalhos eventuais que os

---

<sup>23</sup> Sobre o significado simbólico da *barraca*, ver Loera (2006). Essa questão será retomada no segundo capítulo.

<sup>24</sup> Para uma descrição etnográfica de uma ocupação de terra, ver Smircic (2000).

<sup>25</sup> Em conversa pessoal com um funcionário do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, mencionou que dentre as categorias que têm prioridade no recebimento da cesta básica estão: acampados, moradores de rua, quilombolas e indígenas.

acampados fazem fora dos acampamentos nas cidades ou fazendas próximas, e, por outro, o recebimento da aposentadoria<sup>26</sup> e outros benefícios de programas do governo, como o bolsa-família.<sup>27</sup>

Outros autores, como Sigaud (2000), L'Estoile e Sigaud (2006) e Wolford (2006), identificaram também, em acampamentos do Nordeste, indivíduos acampados envolvidos em múltiplas atividades econômicas. Os trabalhos temporários realizados pelos acampados, dependendo da região onde os acampamentos estão instalados, podem ser: cortar ou colher cana, catar tomate, laranja ou outras frutas em fazendas próximas, cuidar do gado, plantar, entre outros, isso no caso de trabalhos no meio rural. E, no caso dos trabalhos realizados nas cidades, podem ser: como pedreiros ou trabalhadores da construção (no caso dos homens) e diaristas (no caso das mulheres), catar papelão na rua e revendê-lo, compra e venda de móveis usados, jardinagem, entre outros.

Na maioria dos acampamentos organizados pelo MST, é obrigatório o cumprimento da chamada *disciplina*, o que significa entre outras coisas cumprir certas tarefas coletivas seja no *setor de educação, segurança, agricultura, saúde, comunicação*, entre outras.

Como assinalado por Ondetti (2006), em acampamentos organizados por outros movimentos que não o MST, a *disciplina* não é tão cobrada; no entanto, como revelou a pesquisa de campo, há casos nos quais nos próprios acampamentos organizados por militantes do MST a *disciplina* é inexistente.

Geralmente, nos acampamento do MST o trabalho nos *setores* funciona em rodízio dos diferentes grupos de famílias. Por exemplo, tal dia, no *setor de segurança* (que corresponde basicamente vigiar para que não entrem pessoas estranhas no

---

<sup>26</sup> Corresponde aproximadamente a 70% do salário, dependendo do tipo de aposentadoria (por idade, por invalidez, por tipo de contribuição, especial). O benefício pago não pode ser menor a um salário mínimo (R\$ 465,00) por mês.

<sup>27</sup> O Programa Bolsa-Família (PBF) faz parte do programa federal Fome Zero, incrementado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2004. É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 69,01 a R\$ 137,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 69,00). Os valores pagos pelo Programa Bolsa-Família variam de R\$ 20,00 a R\$ 182,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos, <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/beneficios-e-contrapartidas](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas)>. Acesso em 2 de maio de 2009.

acampamento ou controlar a entrada), fica alguém do grupo dois e no dia seguinte ficará alguém do grupo três, e assim sucessivamente, dependendo do número de grupos existente. A divisão de tarefas, segundo Stédile e Fernandes, é o segundo princípio organizativo do MST, pois “permite á organização crescer e trazer para dentro dela aptidões pessoais (1999, p. 41). No entanto, como menciona Loera, nos acampamentos “esse princípio organizativo funciona melhor entre os jovens, mas, entre outros acampados, funciona porque faz parte das obrigações de acampados, faz parte da disciplina” (2006, p. 107). Ainda segundo a autora, “são principalmente os adultos homens que participam de setores como segurança, saúde e almoxarifado. Os jovens e mulheres adultas do acampamento parecem gostar mais do setor de educação, realizando desde o planejamento até a implementação das atividades com as crianças de diferentes idades” (Loera, 2006, p. 107).

Por outro lado, os acampados de acampamentos do MST têm também a obrigação de participar das *mobilizações* organizadas pelo *movimento*, isto é, ocupações, marchas, passeatas, bloqueios de estradas e outras performances coletivas. Como especificado no regimento interno de dois acampamentos: “É um dever de todos os acampados, contribuir e participar das atividades coletivas e do bem comum: lutas, marchas e ocupações, reuniões dos grupos e setores, participar das assembléias e dos trabalhos do acampamento”.<sup>28</sup>

Apesar de os acampamentos seguirem um modelo de organização, uma “forma acampamento”, existem particularidades que dependem do *movimento* que organiza o acampamento, das trajetórias sociais dos militantes e dirigentes envolvidos com a organização deles, da origem e das características socioeconômicas das famílias que se instalam *debaixo da lona* e das características da região onde os acampamentos são montados.

Vejamos as características gerais dos acampamentos e do assentamento onde foi levado a cabo a maior parte do trabalho de campo.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Regimento Interno dos Acampamentos Terra Sem Males e Irmã Alberta, 2003.

<sup>29</sup> Ver localização dos acampamentos no mapa 2, em anexo.

### *O acampamento Terra Sem Males (TSM)*<sup>30</sup>

O TSM ganhou vida em abril de 2002, no município de Bragança Paulista, com a ocupação da Fazenda Capuava, que reuniu mais de 400 famílias entre *novos e velhos acampados* e assentados. A ocupação foi uma de tantas organizadas em todo o território nacional pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), para lembrar a morte de 19 trabalhadores rurais ocorrida em 1996 no Eldorado dos Carajás, no estado do Pará.<sup>31</sup>

A maioria das famílias acampadas era originária da região de Campinas e dos municípios próximos, e tinham sido convidadas para participar da ocupação por conhecidos ou parentes que já eram assentados ou faziam parte de outros acampamentos. Alguns deles também estavam participando da ocupação.

O acampamento TSM ficou aproximadamente cinco meses nas terras da Fazenda Capuava. Em Junho de 2002, um juiz de Bragança Paulista decretou que as famílias acampadas poderiam ficar só 60 dias naquelas terras. Quando o prazo se cumpriu, as famílias foram despejadas e o acampamento foi instalado no município de Franco da Rocha, na região metropolitana (RM) de São Paulo, e menos de um mês depois as famílias mudaram novamente e o acampamento foi montado no município de Cajamar, ainda na região metropolitana RM-SP.<sup>32</sup> As famílias do TSM ocuparam, com outras famílias que depois conformariam o acampamento Irmã Alberta, uma propriedade na periferia da pequena cidade de Polvilho. Em Julho de 2003, um contingente de 50 famílias de ambos os acampamentos saiu de Cajamar

---

<sup>30</sup> O trabalho de campo nesse acampamento foi realizado em diversas datas. Em abril de 2002, de abril a julho de 2003, em setembro de 2003 e em fevereiro de 2004. Também foi realizado trabalho de campo no escritório Regional de Campinas do MST. Daqui em diante farei referência a esse acampamento como TSM.

<sup>31</sup> Para mais detalhes sobre a relação entre o massacre de Eldorado dos Carajás, o estado e a intensificação das ocupações de terra organizadas pelo MST a partir de 1995, ver Ondetti (2006).

<sup>32</sup> Utilizou-se a terminologia “oficial”, que divide o estado de São Paulo em municípios dentro de regiões administrativas (RA), algumas destas inseridas em regiões metropolitanas (RM). Na terminologia nativa também se faz referência a regiões que, como mencionei anteriormente, se referem aos escritórios nos quais a militância do MST está dividida, constituindo as chamadas *Regionais*.

para ir-se instalar em outro acampamento, o Dom Hélder Câmara, no município de Birigui, ao noroeste do estado de São Paulo.

Em Outubro de 2003, as famílias do TSM que ficaram acampadas em Cajamar saíram de lá para se instalar temporariamente em terras do assentamento Sumaré II, a 100 quilômetros da capital do estado. Naquela ocasião contaram com o apoio dos próprios assentados, que cederam uma área de 2 hectares de terra para a instalação do acampamento. Em Fevereiro de 2004, as famílias do acampamento saíram do Sumaré e ocuparam uma fazenda em Americana. As famílias do TSM mudaram novamente e montaram o acampamento no município de Itu e depois foram para a região de Ribeirão Preto, a 300 quilômetros ao norte da capital do estado de São Paulo.

É importante mencionar que nesse percurso muitas das famílias, como no caso da família Reis–Cerqueira, decidiram sair do TSM e ir para outros acampamentos, outras simplesmente saíram ou foram expulsas e outras continuaram nesse acampamento, com famílias novas que se foram instalando *debaixo da lona*.<sup>33</sup>

### *O acampamento Dom Hélder Câmara*<sup>34</sup>

Cinquenta famílias de acampados do TSM saíram de Cajamar no começo de junho de 2003, com a expectativa de serem assentados na região de Araçatuba. Além dessas famílias, havia também outras famílias originárias da região de Campinas e São Paulo, que tinham sido convidadas em *trabalho de base*, para se unirem ao comboio que sairia do TSM.<sup>35</sup> Segundo Ondetti, a presença de famílias de áreas urbanas têm-se incrementado nos acampamentos (do MST) nos últimos anos; de acordo com esse autor, para o MST existem “organizational advantages of

---

<sup>33</sup> As expulsões de acampados se dão, na maioria das vezes, quando o comportamento do acampado dentro do acampamento é considerado inadequado e/ou quando não cumpre com a *disciplina*. Isso já foi tratado de maneira detalhada na minha dissertação de mestrado: *A busca do território: uma aproximação à diversidade do seu significado entre os sem-terra*, 2004.

<sup>34</sup> O trabalho de campo nesse acampamento foi realizado em julho de 2003 e em novembro desse mesmo ano.

<sup>35</sup> *Trabalho de base* é o termo nativo que designa o convite que é feito em bairros, periferias das cidades e bairros rurais, para que as pessoas, moradores nesses lugares, participem de uma ocupação de terra ou instalem uma *barraca* de lona num acampamento já existente.

conducting recruitment in towns and cities, where workers are more demographically concentrated and landowner vigilance is limited or nonexistent” (2006, p. 89).

As famílias que saíram do TSM ocuparam a Fazenda Santa Rosa perto da cidade de Araçatuba, e dois dias depois foram despejadas. Depois ocuparam a Fazenda Araçá, também em Araçatuba, onde ficaram uma semana e também foram despejados. Finalmente ocuparam a beira da pista ao lado da Fazenda Pau d’Alho, no município de Birigui, a mais de 500 quilômetros ao noroeste da cidade de São Paulo. Foi ali que o acampamento Dom Hélder Câmara foi constituído. As barracas foram montadas perto de uma pequena reserva de mata, na beira da fazenda. O nome do acampamento foi decidido em assembleia e sugerido pelos militantes do MST, que acompanhavam as famílias de acampados e coordenavam a organização do novo acampamento. Durante vários meses o acampamento esteve ocupado só pelas famílias vindas do TSM e da região de Campinas e São Paulo. E foram essas mesmas famílias que, em conjunto com militantes da região, realizaram *trabalho de base* em cidades e bairros rurais próximos ao acampamento, convidando novas famílias para irem instalar-se no Dom Hélder. O acampamento ficou nesse local mais de um ano e meio, de junho de 2003 até começo de 2005. Durante esse tempo, várias famílias desistiram e saíram do acampamento, as que ficaram realizaram outras *mobilizações*, e finalmente, em abril de 2005, o acampamento Dom Hélder foi desmanchado e as famílias ocuparam a Fazenda Macali, localizada perto da cidade de Pereira Barreto, a 40 quilômetros da fronteira com Mato Grosso do Sul, montando um acampamento com famílias de moradores da fazenda que já estavam no local e famílias vindas de cidades próximas. No final de 2005, a fazenda foi finalmente liberada para reforma agrária e as famílias foram assentadas.

## *Acampamento Família Unidas*<sup>36</sup>

Devo lembrar que a família extensa Reis–Cerqueira foi uma das famílias que saiu do acampamento Dom Hélder Câmara. A convite de um sindicalista da região, foram acampar num acampamento organizado pela CUT, especificamente por dirigentes vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Andradina (Sintraf), que estava montado na Fazenda Cafeeira a 20 quilômetros da pequena cidade de Castilho. Foi ali que a família se dividiu, Cleusa, Alfredo, os filhos e a nora decidiram sair do acampamento e foram morar na cidade de Castilho.<sup>37</sup> Já Edesmaria, seu filho e a nora continuaram acampados na Cafeeira, de lá Edesmaria com outras 12 famílias saíram e montaram um pequeno acampamento na Fazenda Santa Cruz, num local conhecido como Três Pontes, no município de Andradina; lá ficaram menos de três meses e depois se instalaram no acampamento Famílias Unidas localizado na mesma região.

O acampamento Famílias Unidas, ou Chê Guevara, como é conhecido por militantes do MST da região, foi montado após uma grande ocupação em dezembro de 2003. A maioria das famílias que participou da ocupação era originária de outros acampamentos próximos. A ocupação e a montagem desse acampamento, tal como o da Cafeeira, foram originalmente organizadas por membros do sindicato (Sintraf). Um grupo de famílias novas que estavam acampadas, entre elas a família de um dos que hoje coordena o acampamento, sentiu que a atuação do sindicato com respeito à organização das famílias e ao gerenciamento do acampamento deixava muito a desejar e decidiu procurar representantes do MST da região, ou, como o

---

<sup>36</sup> O trabalho de campo nesse acampamento foi realizado em julho de 2006, em agosto de 2007 e em janeiro de 2009. Em julho de 2007 e janeiro de 2009, também foi realizado trabalho de campo em Andradina e Castilho, com autoridades locais e com famílias que estavam acampadas, mas passavam os finais de semana nas suas casas *na cidade*, assim como também com outras famílias que já haviam estado acampadas, mas haviam *desistido do acampamento*. Também foram realizadas entrevistas com militantes do MST pertencentes as *Regionais do MST* e visitas curtas em outros acampamentos da região.

<sup>37</sup> Devo lembrar que a família Reis ficou quase um ano fora dos acampamentos; depois, a convite de um militante do MST, essa família voltaria novamente a acampar, dessa vez em terras da Fazenda Capim, também no município de Castilho. De lá, foram indicados para ser assentado na Fazenda Macali juntamente com famílias do acampamento Dom Hélder Câmara e que conheciam desde o TSM. Em julho de 2005 realizei trabalho de campo em Castilho, na época em que a família estava morando nessa cidade.

coordenador disse, decidiu *caçar um movimento*. Militantes do MST decidiram apoiar as famílias e foi organizada uma nova ocupação na mesma Fazenda, onde participaram famílias novas convidadas em *trabalho de base* feito por militantes do MST e por famílias de acampados que preferiam ter o MST ao Sintraf administrando o acampamento.

No começo de 2006, o acampamento foi dividido em dois movimentos MST e MTR. Uma das razões da divisão foi uma briga entre acampados, que não concordavam com o fato de a militância do MST permitir os moradores de final de semana no acampamento. Em outubro de 2008, o acampamento se dividiu mais uma vez; e assim um grupo de acampados decidiu ficar sob a bandeira do Sintraf e escolheu um velho acampado como coordenador. Uma das principais razões da briga foi que alguns acampados que ainda continuavam sob a bandeira do MST não concordavam com a exigência do *movimento* de participar das chamadas *jornadas* ou *mobilizações* (isto é, marchas, passeatas, ocupações de terras, ocupações de prédios públicos, bloqueios de estrada).

Hoje em dia, o acampamento se compõe de pouco mais de 170 famílias divididas em três movimentos: MST, MTR e Sintraf. Portanto, há três acampamentos em um, com diferentes regras, organização e formas de atuação dos *movimentos*.

### *Assentamento Macali*

Esse assentamento foi criado em novembro de 2005 numa área de quase 3 mil hectares de terra localizada, perto da cidade de Pereira Barreto, ao noroeste do estado de São Paulo. Desde 2004 um grupo de 120 famílias de antigos moradores da fazenda e famílias de novos acampados mantinha, sob a bandeira do MST, um acampamento nessas terras. Um grupo de 14 famílias do acampamento Dom Hélder Câmara saiu de Birigui no começo de 2005 e se juntou a esse contingente de acampados da Macali. No decorrer de menos de um ano, outras famílias de acampados, vindas de diversos acampamentos da região e de outros instalados em municípios não tão próximos, foram indicadas por militantes do MST para se juntarem ao acampamento da Macali. Quando a propriedade foi liberada para

assentamento, foram repartidos mais de 160 lotes de pouco mais de 5 hectares cada um. Quando as famílias *entraram nas terras*, a propriedade estava plantada com cana. Lideranças que representavam os antigos acampados do Dom Hélder começaram uma mobilização entre assentados, Incra e empresas privadas, para recuperar o *dinheiro da cana*, isto é, o dinheiro que seria pago pela venda da cana removida de cada lote. Foi nesse contexto que começaram uma série de disputas entre os diferentes grupos de assentados pela legitimidade do seu *tempo de acampamento*.

A família Reis foi uma das famílias escolhidas pelo MST para ter uma *vaga no assentamento*. A indicação de famílias, por parte do movimento, principalmente famílias de militantes do MST que não acompanharam desde o começo o grupo dos hoje assentados e antigos acampados da Macali, foi também um marco de disputa no recém-criado assentamento.

Hoje em dia, o assentamento Macali está conformado por uma heterogeneidade de famílias. E são principalmente algumas famílias de militantes as que continuam participando nas mobilizações organizadas pelo MST do estado, que recentemente instituiu o *Frente de assentamentos*.<sup>38</sup>

### ***Tecendo os fios da pesquisa***

Antes de internarmos no mundo das ocupações de terra, gostaria de apresentar meus próprios tempos de pesquisa, isto é, como a ideia da pesquisa surgiu, como o trabalho de campo foi levado a cabo e como, nesse percurso, meus argumentos iniciais foram mudando e outros foram tecidos.

Na minha dissertação de mestrado, procurei mostrar que a “forma acampamento” tem como base redes sociais de parentesco, vizinhança, amizade e afinidade. Os indivíduos, vinculados entre si, se sentem comprometidos com quem os convidou para fazer ocupação ou no caso dos assentados com o movimento que fez possível a obtenção de um lote de terra, no caso estudado durante o mestrado, o

---

<sup>38</sup> No capítulo 4 será tratado com detalhe em que consiste a Frente de Assentamentos.

MST. Seguindo uma “lógica de compromissos e obrigações”, assentados e acampados mobilizam parentes, vizinhos, amigos, compadres e conhecidos para realizarem novas ocupações de terras. Essa lógica faz parte das condições sociais que contribuem para a proliferação dos acampamentos. E sua reprodução permite a sobrevivência e continuação do próprio MST.

Assim, as redes de afinidades e a lógica dos compromissos nos permitem ver os mecanismos sociais e a forma como opera a dinâmica da ocupação. Um acampamento sempre está conectado com outro já formado ou em processo de formação e, por sua vez, um acampamento sempre está, de alguma forma, ligado a um assentamento. É essa dinâmica, as relações de dependência recíprocas entre acampados, assentados e militantes do MST, que permite a existência da espiral das ocupações de terra.

A pesquisa de mestrado partiu da análise das particularidades de acampamentos de uma região do estado de São Paulo; no entanto, observa-se a existência dessa forma de mobilização em nível nacional.

A escolha metodológica de estudar um acampamento, o Terra Sem Males, tendo como contraponto um assentamento, o Sumaré II, permitiu ver que a rede de relações entre acampados, assentados e militantes traspassava as fronteiras dos acampamentos e se estendia por diferentes lugares do país.

Foram principalmente essas descobertas as que me mostraram novos caminhos de pesquisa a serem explorados.

### *O plano inicial: o estudo comparativo*

Alguns acampados do Terra Sem Males, onde foi realizado meu trabalho de campo para o mestrado, haviam participado de outros acampamentos em outros estados do país e tinham parentes e conhecidos acampados em outros lugares. Esses acampados apontavam para as semelhanças da “experiência” de viver o acampamento, mas também faziam referência “às diferenças da luta”. Algumas das pessoas com as quais tive uma relação mais próxima haviam passado por

acampamentos no estado da Bahia e também mantinham contato com parentes ou conhecidos acampados lá, principalmente através de redes de *ajuda*.<sup>39</sup>

Por exemplo, Edesmaria, antes de acampar no TSM, havia participado de outros acampamentos no estado da Bahia e apontava para certas diferenças na maneira de se viver nos acampamentos em São Paulo. Ela mencionava, por exemplo, a particularidade do fato das pessoas montarem, literalmente, “sua casa” no acampamento. Ela comentava: *Nunca tinha visto sem-terras tão chiques. Aqui em São Paulo é assim, os sem-terra carregam monte de coisas, na Bahia os sem-terra só tem uma mochila nas costas, a cobertura debaixo do braço e panelas no outro.*

Cícero, *militante* do MST e acampado do Terra Sem Males, que também havia estado acampando na Bahia, mencionava: *Lá [na Bahia] a luta é outra, fazer acampamento é mais sofrido. Aqui em São Paulo a gente ganha a lona, doações [...], não tem tanto perigo; lá a gente rala para conseguir sobreviver no acampamento.*

Essas diferenças apontadas por acampados me levaram a formular um projeto de pesquisa para o doutorado, que pretendia reconhecer as diferenças e semelhanças da “experiência de acampamento”, seguindo as redes de acampados. Pretendia também verificar os fluxos dessas redes e as trocas e compromissos que eram estabelecidos. Havia “delimitado” acampamentos da Bahia como *locus* da pesquisa comparativa, precisamente porque alguns acampados com os quais mantinha uma relação mais próxima tinham parentes ou conhecidos acampando naquele estado.

Assim, com essas questões no roteiro de pesquisa, realizei um primeiro período de campo na Bahia, aproveitando os contatos já existentes com acampados de São Paulo. Esses contatos obtidos durante a pesquisa de mestrado no Terra Sem Males foram fundamentais para realizar essa primeira viagem. Por outro lado, esses contatos e essa viagem também foram responsáveis por desencadear outras perguntas e a reformulação das questões e do plano da pesquisa.

---

<sup>39</sup> *Ajuda* é o termo nativo para designar as trocas que acontecem entre parentes e amigos que estão em outros estados do país, mas também aqueles que são assentados ou acampados.

## *A reviravolta da pesquisa*

A convivência cotidiana que havia tido durante os meses de campo com alguns acampados do Terra Sem Males (TSM) me levaram a estabelecer sólidas relações de amizade e inclusive de parentesco ritual — compadrio — com uma família extensa de acampados, a família Reis–Cerqueira.<sup>40</sup> Foi graças a esses vínculos e por causa deles que no início acompanhei o percurso dessa família pelo mundo das ocupações de terra. E foi também graças a esses vínculos que surgiu a ideia inicial da pesquisa. O objetivo era partir precisamente de Edesmaria e dos seus contatos na Bahia, para realizar o estudo comparativo. Assim, em uma das últimas visitas ao acampamento onde ela se encontrava, ela me indicou alguns nomes de parentes e conhecidos, acampados e assentados na Bahia, pessoas que ela tinha levado para os acampamentos.<sup>41</sup> Em fevereiro de 2006, decidi que faria uma primeira incursão de campo em terras baianas, depois que Edesmaria entrou em contacto comigo e me informou que no mês seguinte viajaria para Bom Jesus da Lapa, sua terra natal, para visitar a mãe e outros membros da sua família.

Cheguei em Salvador, no começo de abril de 2006, e alguns dias depois embarquei rumo ao sertão baiano, para começar a peregrinação em busca das pessoas indicadas por Edesmaria. Depois de 12 horas de viagem pelo interior do estado da Bahia, cheguei em Bom Jesus. Edes já me estava esperando na rodoviária. Foi durante nossa conversa no ônibus até a Agrovila, na serra do Ramalho, onde ela estava fazendo um mês, que soube que ela não pensava em voltar mais para o acampamento, falando em termos nativos, ela havia “desistido da luta”.

Naquele momento ela não quis falar muito sobre o assunto e só justificou a decisão falando o seguinte: “fiquei enjoada”, “não tava bom lá”, “vim dar uma força para minha mãe”.

---

<sup>40</sup> Conheci essa família em abril de 2002, na minha primeira visita a um acampamento de sem-terra; encontrei-os novamente no Terra Sem Males, em 2003, quando realizei trabalho de campo para o mestrado. Foi a partir desse reencontro que passei a frequentá-los e em pouco tempo acabei indo morar no seu barraco, durante os quase quatro meses que fiquei no acampamento.

<sup>41</sup> Lembremos que as ocupações só são possíveis graças ao *trabalho de base* ou *convite* que os acampados e assentados fazem, mobilizando assim a sua rede de conhecidos.

Fiquei alguns dias com ela e outras respostas foram aparecendo aos poucos. Com o prosseguimento da convivência, ela foi relatando-me porque *não tava bom lá [no acampamento]: “Já me dediquei muito”, “foi muito tempo de acampamento”, “o tempo de acampamento passou e eu não tenho mais coragem para acampar, agora acabou, a descuidada é muito grande, você sofre muito, você tá lidando no meio de pessoas, cada uma de natureza diferente, entendeu”*.

Ela se lamentava por haver dedicado *tempo de acampamento*, esforço no *movimento* e não ter sido valorizada, reconhecida. Ela tinha sentido que o tempo dedicado ao acampamento não havia sido retribuído e tinha-se sentido desprezada e traída por pessoas próximas a ela, pessoas que ela tinha ajudado, algumas, inclusive, que ela *tinha convidado para ir para terra*, pessoas que não lhe tinham sido leais. Para Edes, o *tempo de acampamento* aparecia relacionado à dedicação, ao reconhecimento, à retribuição, ao merecimento e à lealdade, e estes apareciam como valores que davam sentido à sua vida no acampamento.

No entanto, naquele momento, tendo outras questões na cabeça e outros planos da pesquisa, não prestei a atenção devida às suas palavras e continuei minha empreitada pelo estado baiano em busca das redes de acampados.

Edesmaria tinha-me indicado alguns nomes de dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) da Bahia, que saberiam do paradeiro das pessoas que eu estava procurando. Foi assim, seguindo a rede de pessoas indicada por ela, que cheguei à Secretaria do MST em Salvador.

Naquela primeira visita, fui convidada pelo *coordenador estadual de frente de massa* para participar de uma *grande mobilização* no sul da Bahia, que aconteceria alguns dias depois.<sup>42</sup> A *grande mobilização* se tratava de uma ocupação de terras. Segundo esse militante, naquela ocupação iria encontrar os militantes e as pessoas indicadas por Edes. Assim, na semana seguinte empreendi a viagem rumo ao extremo sul da Bahia.

Mais de mil pessoas haviam-se juntado em um acampamento do MST, em um município do extremo sul, para partir de madrugada, em comboio, em direção a uma

---

<sup>42</sup> Como será tratado no primeiro capítulo, essa “visita” não foi tão simples assim, pois tive que passar por uma espécie de avaliação ou testes por parte da militância, para saber se era uma pessoa de confiança.

fazenda próxima, aproximadamente a 30 quilômetros de distância daquele acampamento. O contingente era composto principalmente por acampados e assentados de outros acampamentos e assentamentos da região e por militantes de diversos lugares do estado.

Passei alguns dias visitando os diferentes grupos de pessoas que se haviam instalado em barracões coletivos montados e organizados segundo o lugar de origem dos ocupantes. Durante aquelas visitas, deparei-me sempre com a mesma pergunta por parte dos participantes da ocupação: *Faz quanto tempo que você está na reforma?* Ou ainda respondiam a essa mesma pergunta dizendo que tinham *x anos de reforma* ou comparavam seu tempo de reforma com a de outros participantes. O *tempo de reforma*, para esses participantes, parecia ser muito mais do que uma medida cronológica.

Assim, os participantes daquela ocupação haviam-me alertado sobre várias questões:

1) hoje em dia, a chamada reforma agrária tem um significado preciso: *estar na reforma* para aqueles que realizam as ocupações corresponde a acampar para reivindicar uma terra para si ou para outros;

2) o *tempo de reforma* parecia estar relacionado ao que Edesmaria havia chamado de *tempo de acampamento*;

3) para os participantes dessa ocupação assim como para Edesmaria, fazia sentido medir a experiência de participar do mundo das ocupações; essa experiência é hierarquizada e temporalizada, a ação é transformada em tempo e é assim, através do *tempo de reforma* ou do *tempo de acampamento*, que as relações sociais se traduzem para eles, nesse mundo social, o das ocupações de terra;

4) e, por último, para algumas pessoas, participar no mundo das ocupações de terra ou dedicar *tempo de acampamento* é uma forma de serem reconhecidos, de acumular capital social e simbólico, uma forma de adquirir significação social.

Essas reflexões só foram digeridas um tempo depois, quando da análise dos materiais de campo, já que logo depois daquela ocupação continuei minha empreitada pelo estado baiano.<sup>43</sup>

### *Velhas novas questões, novos velhos destinos*

Aquele encontro com Edesmaria no sertão baiano e a posterior participação numa ocupação de terras abriram novos horizontes de pesquisa e me levaram a reformular minhas perguntas e a (re)tomar outros rumos.

Quando voltei da Bahia, confrontei os materiais novos de campo com novas leituras bibliográficas e com material anteriormente recolhido em acampamentos em São Paulo.

Para minha surpresa, a referência ao *tempo de acampamento* já aparecia nas entrevistas e nas descrições registradas no meu diário de campo da própria pesquisa do mestrado. Por exemplo, aquilo que num primeiro momento da pesquisa eu havia identificado como a “experiência de acampamento” aparecia em alguns registros como *tempo de acampamento*.

Dessa forma, Edesmaria foi a guia para retomar dados e situações que de fato já tinham aparecido durante a pesquisa e foi também a chave para abrir novas perguntas, novos caminhos e novas diretrizes.

O *tempo de acampamento* parecia a chave para indagar sobre algumas questões: Como a experiência — de ficar no acampamento, mudar de acampamento, envolver-se na militância ou desistir da luta — é significada pelas pessoas? Em que circunstâncias? Que relações estão em jogo? Quais condições sociais favorecem ou permitem que as pessoas fiquem em um ou outro acampamento? Que mudem de acampamento? Ou, ainda, que “desistam da luta”? Quais expectativas estão em jogo? Quais valores entram em cena?

---

<sup>43</sup> O trabalho de campo na Bahia durou ao todo um mês. Durante esse tempo passei alguns dias com Edesmaria, visitei vários acampamentos no norte do estado; seguindo uma rede de contatos, fiz pesquisa na sede estadual do Incra e pude participar do processo de mobilização da ocupação.

Assim, com essa nova leva de perguntas inspiradas nos depoimentos de alguns dos meus “novos” e dos meus “antigos” interlocutores, o estudo comparativo São Paulo–Bahia deixou de fazer sentido, já que essa perspectiva poderia empobrecer e limitar a pesquisa.

Decidi então que, para explorar o *tempo de acampamento*, “voltaria” para o Terra Sem Males, ou melhor, partiria dali, mas não necessariamente do acampamento em si, mas das pessoas, e, mais, da espiral de relações que começou ali, nesse acampamento.

A própria trajetória desta pesquisa mostra que não só no mundo das ocupações de terra, mas em qualquer mundo social, as pessoas estão indiscutivelmente ligadas umas com as outras, através de redes de relações ou redes de interdependências que fazem com que cada ação individual dependa de uma série de outras.

Para explorar então as novas questões e especificamente o *tempo de acampamento*, o ponto de partida foram os fios da minha própria rede, da espiral de relações que fui tecendo no mundo das ocupações de terra.

Assim o foco da pesquisa mudou e a proposta metodológica era seguir o próprio percurso nativo de alguns acampados com o objetivo de elucidar e compreender códigos sociais, como o *tempo de acampamento*, assim como outros procedimentos difundidos e compartilhados não só entre acampados, mas também entre dirigentes dos movimentos e representantes do estado envolvidos nas desapropriações de terras, levando em consideração que não se trata, como menciona Smircic (2000), de separar o mundo das ocupações de terra de outras esferas ou âmbitos da vida das pessoas, mas de ver como novas dimensões se incorporam, se ampliam e tomam outras cores através das características específicas que o mundo das ocupações tem. Para fazer isso, propus-me fazer a trajetória de três grupos de acampados: Cleusa, Alfredo e família; Edesmaria e família; e Zé Antônio e família.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Zé Antônio era outro acampado do Terra Sem Males, com o qual mantinha contato. Ele continuava como acampado nesse acampamento. Ele com sua esposa Geni sempre me receberam no seu barraco, durante as visitas de campo a esse acampamento, quando foi montado em Sumaré (2003), em Itu e em Americana (2004).

## *O trabalho de garimpagem*

Voltei para o campo levando comigo uma nova leva de perguntas e questionamentos. A observação e a participação nas conversas cotidianas se mostraram mais enriquecedoras do que realizar entrevistas. Os dados recolhidos e a análise dos dados prévios apontavam várias novidades: o *tempo de acampamento* aparecia relacionado à dedicação e ao reconhecimento, mas também ao tempo que de fato uma pessoa ficava no acampamento, a uma espécie de capacidade de cumprir com certas obrigações, com a capacidade de reunir relações e com a participação em ocupações, marchas e outras mobilizações organizadas pelos movimentos. As pessoas apelavam ao *tempo de acampamento* colocando-se numa espécie de hierarquia do merecimento, como uma forma de legitimarem sua luta. E, mais, a análise dos dados me permitia ver que, para alguns participantes dos acampamentos, a “conquista de um pedaço de terra” não era o único objetivo, mas a própria participação no mundo das ocupações de terra e o investimento de *tempo de acampamento* haviam-se tornado aquilo que dava sentido à vida deles. Isso questionava afirmações de senso comum como a que diz que todos os participantes dos acampamentos de sem-terra estariam somente em busca de um pedaço de terra.

Foram essas descobertas iniciais as que foram apresentadas no texto de qualificação através de vários textos:

- 1) um onde apresentava a trajetória de Edesmaria;
- 2) uma etnografia de uma ocupação na Bahia e;
- 3) uma pequena etnografia do acampamento Famílias Unidas.

Na ocasião, os acertados comentários e sugestões dos membros da banca iluminaram dados que se encontravam diluídos no texto. O *tempo de acampamento* aparecia nos dados como uma expressão com diversos significados, significados que variavam segundo a posição e relação da pessoa no mundo das ocupações de terra. Também o *tempo de acampamento* parecia ser vivenciado de maneira diferenciada. Essa expressão estava relacionada a relações de concorrência nos acampamentos e

nos *movimentos* e também a uma determinada hierarquia existente dentro dos acampamentos e dos *movimentos*. Por outro lado, o *tempo de acampamento* como chave analítica elucidava a importância das relações tecidas entre acampados, *movimentos* e representantes do estado. Assim, a sugestão da banca de qualificação de fazer um trabalho de garimpagem das entrevistas e do diário de campo para tornar mais nítidos ou mais explícitos — os diferentes significados do tempo de acampamento, as formas diferenciadas de vivenciar esse tempo, as diferentes dimensões do mundo social às quais remetem e a relação com o prestígio — se tornou fundamental para as novas descobertas.

Não só voltei novamente ao campo, mas dialoguei com novas leituras e reli velhos textos, e expressões e termos do material de campo foram cotejados. Para analisar os dados, mais do que fazer uma análise de discurso, propus-me, inspirada na proposta malinowskiana, fazer uma “etnografia da linguagem”, isto é, dar importância não somente aos termos e expressões em si, mas ao contexto e às situações nas quais as palavras são referenciados: quem o diz, quando, como, em que circunstâncias.

Assim, foi esse trabalho de garimpagem o que me levaria novamente a desviar o caminho da pesquisa. A riqueza do material encontrado me fez adotar uma nova estratégia metodológica: concentrar-me no percurso da família extensa Reis–Cerqueira, deslocando o foco das trajetórias individuais e usando-as somente como uma espécie de guia no mundo das ocupações de terra, para mostrar as nuances desse mundo social.

Paradoxalmente seguir o percurso de uma família de acampados pelo mundo das ocupações de terra me permitiu ter uma perspectiva mais ampla desse mundo social.

Assim sendo, a análise dos dados mostrou que a expressão *tempo de acampamento* não só não tinha um único significado, mas vários, e também que se faz referência a esses vários significados com outras expressões: *tempo de barraco*, *tempo de luta* e *tempo de reforma*, expressões que por sua vez fazem referência a determinadas ações em determinadas situações. Foi então a partir dessas descobertas que foi definida a estrutura desta tese.

Uma vez apresentado o marco teórico e metodológico da pesquisa, o percurso percorrido no mundo das ocupações de terra, os *locus* da pesquisa, as personagens principais, os contextos e os tempos, os principais eixos do trabalho, as condições sociais nas quais a pesquisa foi levada a cabo e o percurso das reflexões e argumentos desenvolvidos ao longo da pesquisa, só me resta introduzir o leitor ao texto.

Em um primeiro capítulo, o leitor se deparará com uma “Etnografia de uma mobilização”, que funciona como estratégia narrativa para introduzir o leitor à dinâmica e modo de funcionamento do mundo das ocupações de terra. A ocupação é para qualquer participante, a porta de entrada a esse mundo social em particular. Esse evento é, portanto, uma porta de entrada também para o leitor, uma forma de apresentar as principais questões e temáticas que serão abordadas ao longo da tese. Nesse primeiro capítulo veremos todos os *tempos* operando conjuntamente, em ação através do processo de mobilização vivenciado por *velhos e novos acampados*, assentados e militantes do MST na ocasião de uma ocupação de terra no extremo sul da Bahia.

Se, por um lado, a participação numa ocupação pode ser uma porta de entrada ao mundo das ocupações de terra, o barraco de lona funciona como uma espécie de inscrição, sinaliza a pertença a um acampamento e o interesse por parte do seu ocupante em ser contemplado para um lote de terra. No segundo capítulo, “Tempo de barraco”, veremos que o *tempo de acampamento* pode tornar-se visível através do barraco, já que a barraca de lona se torna uma prova, uma amostra desse tempo. O *tempo de barraco* se cumpre ou se mede de maneira diferenciada, dependendo do acampamento e da posição que a pessoa ocupa no mundo das ocupações de terra. Por outro, a identificação como *novato*, *velho acampado*, *morador* ou *apoio* passa pelo *tempo de barraco*, e o que distingue entre si esses grupos pertencentes a categorias nativas diferentes não é só o barraco em si, mas o tempo dedicado ao acampamento e também o *conhecimento* sobre esse mundo das ocupações de terra.

Uma vez que conhecemos qual a dinâmica de uma ocupação, a importância do barraco e o que significa ser *velho acampado*, ou *novato*, ou *morador* ou *apoio* no

mundo das ocupações de terra, no terceiro capítulo, “Tempo de luta”, tentarei mostrar que ter *tempo de barraco* não é suficiente, particularmente nos acampamentos organizados pelo MST, para ser contemplado para um lote de terra. Para isso também é necessário ter *tempo de luta*. O *tempo de luta* está relacionado às mobilizações nas quais se participa, às dificuldades pelas que se passa e aos recursos materiais e sociais mobilizados. No entanto, esse tempo é vivenciado de maneira diferenciada por acampados e por representantes dos *movimentos*, dependendo do acampamento e do *movimento* onde se está.

Finalmente no quarto e último capítulo, “Tempo de reforma”, vemos como na prática o *tempo de barraco* e o *tempo de luta* fusionados no *tempo de acampamento* funcionam realmente como um mecanismo de classificação de grupos de *status*. Nesse processo, analiso a prática da indicação, isto é, a seleção de famílias que serão assentadas. Através da análise desse procedimento, aponto para a existência de uma lógica do merecimento às avessas, acionada para conformar uma hierarquia do merecimento. E finalmente analiso as percepções que se tem dos *compromissos* como obrigações e como um componente inalienável do *tempo de reforma*, e, mais, como parte de um ciclo de reciprocidade no qual o próprio *tempo de acampamento* se torna um bem negociável.

Ainda, remeto ao leitor para a existência em anexo do item “Interlocutores”, em que de maneira resumida e em ordem alfabética apresento as pessoas com as quais dialogo ao longo do texto. Mais do que uma pequena biografia de cada uma delas, a ênfase está na posição ou no percurso delas pelo mundo das ocupações de terras.

## ETNOGRAFIA DE UMA MOBILIZAÇÃO

Em abril de 2006, por ocasião de uma visita de trabalho de campo à Secretaria Estadual do MST em Salvador (BA), fui convidada pelo *Coordenador Estadual de Frente de Massa* para participar de uma grande *mobilização* no sul da Bahia, que aconteceria alguns dias depois.<sup>45</sup> A grande mobilização se tratava de uma ocupação de terras, mas, em nenhum momento, a palavra ocupação apareceu nas conversas com militantes da Secretaria. Nesse contexto, *mobilização* foi usada pelos militantes não só para designar de maneira geral a forma de protesto ou performance coletiva que estava sendo organizada, mas, sobretudo, parecia servir para “ocultar” o tipo de manifestação que seria levada a cabo.<sup>46</sup> A própria forma que teria o protesto e os detalhes do local, das pessoas que participariam, do dia e da hora circularam só entre um número restrito de pessoas, formavam parte de um conjunto de informações tratadas como secretas, acessíveis até pouco antes de a ocupação acontecer só para o grupo de militantes do MST encarregado de organizar o grande “evento” e para os coordenadores de outros acampamentos da região que iriam contribuir com certo número de acampados, para fazer número naquela ocupação.

O fato de manter certas informações no sigilo não só parecia legitimar a própria ocupação perante os participantes dela, mas também a não circulação de certas informações ou a circulação restrita desvendou a existência de alianças e de grupos que detêm um *status* diferenciado no mundo das ocupações de terra. Como menciona Simmel (1977), o segredo pode ser um mecanismo de segregação destinado à conformação, conservação e hegemonia de um setor da sociedade. Nesse caso, também reafirma um *status* diferenciado entre certos grupos no mundo

---

<sup>45</sup> *Mobilização* é o termo usado pelos militantes do MST e pelos participantes dos acampamentos para designar os protestos e as *performances* coletivas organizadas pelo MST, como uma forma de reivindicar benefícios do Estado. Essas *mobilizações* podem ser ocupações de terra, marchas, caminhadas, ocupação de prédios públicos etc.

<sup>46</sup> *Mobilização*, nesse contexto, também designa o processo que é vivido pelos participantes antes do momento da ocupação, isto é, troca de informações, deslocamento e movimentação dos participantes da ocupação, reuniões, visitas preliminares ao local da ocupação etc.

das ocupações de terra e faz parte dos mecanismos de manutenção de poder, um meio de controle social.

Assim, observando o processo de mobilização para a realização de uma ocupação e a posterior constituição de um acampamento da reforma agrária no extremo sul da Bahia, pude perceber, além de uma linguagem particular (restrita e socializada entre certo grupo), a existência de um circuito específico de transmissão das informações sobre a *mobilização*.

### 1.1 Os guardiões dos segredos

O prédio que acolhe a Secretaria Estadual do MST está localizado a poucas ruas de distância de umas das zonas mais movimentadas e turísticas de Salvador: Pelourinho. Apesar de existir ao lado do portão de entrada um interfone, este não é muito usado, já que a porta se abre e se fecha sem cessar por causa do grande movimento de pessoas entrando e saindo do local.

Uma recepcionista sentada atrás de uma escrivaninha do lado da porta recebe as pessoas e pede para que se identifiquem e mencionem o objetivo da visita, isso antes de deixá-las entrar numa outra salinha que funciona como uma espécie de sala de espera.

Segundo essa mesma recepcionista, sempre tem bastante movimento na Secretaria, mas nesse mês em particular, que é chamado de “abril vermelho”, sempre o movimento é maior.<sup>47</sup>

Caco, um militante que eu estava buscando, não se encontrava no local; a justificativa da ausência desse militante era a mesma justificativa do excesso de movimento de pessoas: nessa época, segundo a recepcionista, teria dificuldade de encontrar militantes que participam do *Setor de Frente de Massa* pois a maioria, nesse período, se encontrava organizando *mobilizações* em todo o estado.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> É bem sabido que as mobilizações organizadas pelo MST se intensificam nessa data, pois fazem parte da agenda anual a ser cumprida para lembrar as datas comemorativas do movimento. Principalmente a lembrança da morte de 19 sem-terras ocorrida no Pará, em abril de 1996.

<sup>48</sup> Os militantes do setor de “frente de massa” são os que se encarregam de organizar o trabalho de base nos bairros, arregimentam as pessoas, fazem os contatos com lideranças locais, fazem as

Expliquei as razões de minha visita não sem antes contar — atendendo ao pedido da recepcionista — a maneira como tinha obtido as informações do Caco e também a relação e/ou participação que eu tinha dentro do MST. Depois de citar de maneira resumida a linhagem de militantes da *Regional de Campinas* com os quais tinha contato, ela mencionou que chamaria o Nilton, *coordenador de frente de massa*, para me ajudar a obter as informações que precisava.

Depois de uma espera de aproximadamente 40 minutos, Nilton chegou e, depois de me cumprimentar, me pediu para acompanhá-lo numa sala ao lado da sala de espera. Segundo Nilton, essa era a *sala de reuniões, a única sala com ar condicionado no prédio*. Era uma sala grande, com uma mesa retangular no meio e cadeiras executivas ao redor. Na parede da frente, além da bandeira do MST está pendurado um único quadro, um reconhecimento a Valmir Assunção, deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Valmir também é membro da Secretaria Estadual do MST.<sup>49</sup>

O que para mim era um pedido simples de informação se tornou uma semi-entrevista, dando a impressão de que eu estava sendo avaliada para obter algum emprego. Novamente repeti as informações ditas para a recepcionista, assim como a linhagem da militância de Campinas, além de algumas informações extras sobre minha chegada ao Brasil, minha pesquisa e o trabalho de campo realizado em acampamentos do estado de São Paulo.

Nilton parecia um pouco desconfiado e, ainda sem dar informações sobre o militante que eu procurava, começou um discurso sobre diversos temas: forma de agir do MST, dados históricos e informações sobre êxodo rural, sobre migração para estados como São Paulo, *onde está concentrado o trabalho e o capital*, industrialização, tecnologização, diferenças entre os que vão para os acampamentos e que são de origem urbana e aqueles considerados como de origem rural etc. Nesse momento os papéis foram trocados e parecia como se eu lhe estivesse fazendo algum tipo de avaliação. A nossa conversa de vez em quando era

---

reuniões em que se explica a arte da ocupação, conseguem os recursos materiais (caminhões, ônibus, marmitas, lona etc.) para as ocupações e levam as pessoas até o local da ocupação.

<sup>49</sup> Em 1989 foi diretor estadual do MST. Como veremos adiante, Assunção é uma referência importante entre militantes do MST da Bahia.

interrompida por algumas ligações em seu celular. Ele falava sobre uma *mobilização* e, quando mencionava nomes, abaixava a voz, levantando da cadeira e indo conversar num canto da sala.

Depois de pedir minha opinião sobre os diversos temas dos quais tínhamos conversado, ele explicitou sua surpresa por eu ter conhecimento da *organização interna* e linguagem do movimento (*grupos, setores, trabalho de base, coordenadores, assembléias* etc.). O conhecimento dessa linguagem, os contatos ou relações que detinha com certa linhagem de militantes em Campinas e o *conhecimento* prévio das *formas de atuação do movimento*, entre outras coisas, pareceram ser a chave de acesso ao que ele considerava *informações restritas*. Segundo ele, esse era o *procedimento adotado pelo movimento para dar certas informações*, “descartar” a possibilidade de eu ser uma “infiltrada” e ao mesmo tempo saber que era *alguém de confiança*.<sup>50</sup>

Nilton pediu para a recepcionista encostar a porta da sala e, abaixando o tom da voz, me disse: *O Caco está no sul, vai ter uma grande mobilização na semana que vem*. Perguntei que tipo de mobilização era essa, e mencionou que não podia me dizer, mas, caso pudesse, me convidava a participar.

Ele não quis me dar mais detalhes, só mencionou que, caso decidisse participar, teria que ir até uma cidade no extremo sul da Bahia. Chegando lá, poderia ir à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e entrar em contato com outro militante do MST, Enéas, e não podia esquecer um detalhe: ao falar com ele, devia mencionar que tinha estado com Nilton na *Secretaria* em Salvador e que ele me tinha convidado para participar da *mobilização*. Enéas me daria o resto das informações.

Nilton se despediu e fez questão de mencionar que pedia para não dar para ninguém as informações recebidas e ainda, além de reafirmar que essas

---

<sup>50</sup> Num depoimento de um sindicalista da Fetape, apresentado por Rosa no seu estudo sobre os “movimentos” na mata pernambucana, a troca de informações ou o fato de guardar certas informações também aparece relacionada à confiança. João, um sindicalista, queixa-se de apesar do apoio que o sindicato dava ao MST para as ocupações, eles, do sindicato, não recebiam certas informações e portanto não seriam alguém de confiança para o MST. Vejamos: “Pedi o apoio do sindicato. Aí muitas vezes o sindicato dava ajuda para o transporte. Só que na hora de montar a estratégia, o MST nunca dizia para o sindicato onde seria a ocupação. Ele pedia apoio, pedia carro, pedia dinheiro e tal, mas não dizia onde seria a ocupação. Aí a gente disse: ‘Olhe espera aí. Desse jeito não dá para a gente ser parceiro. Se vocês não dizem, então nós não somos de confiança’” (2004, p. 111).

informações deviam ser mantidas ocultas, insistiu no fato de serem restritas só a certo número de pessoas. Antes de sair da sala, disse-me: *Estou confiando em você, viu!* Com essa frase, Nilton não só me fazia uma advertência, mas conferia às informações que me tinha dado um caráter singular. Contudo, alguns dias depois, dei-me conta de que também, ao receber as informações, entrara num circuito de trocas; certas informações sobre a *mobilização*, tidas como segredo ou informações restritas, eram um bem precioso que conferiam certo poder e um *status* diferenciado ao portador.

Após alguns dias, seguindo as instruções de Nilton, peguei um ônibus de Salvador para o extremo sul. Para minha sorte, no ônibus escutei que alguém, falando ao telefone atrás do meu assento, mencionava: *Você precisava ver como animei o pessoal, todo mundo meio apagado e eu ‘MST, a luta é para valer’, todo mundo se animou, foi lindo, a marcha tava linda.* Quem estava tendo essa conversa era Vani, uma militante do MST e assentada em um assentamento localizado próximo a uma das principais cidades da região do extremo sul quem, cumprindo com suas obrigações, havia ido para Salvador para participar de uma marcha que havia acontecido dois dias antes em Feira de Santana, como parte das *mobilizações* do “abril vermelho”. Pedi licença para conversar com ela, Vani parecia desconfiada e a estranheza pareceu ser maior quando mencionei que havia escutado sua conversa sobre “a marcha”. Depois de passar pelo mesmo procedimento de interrogatório que tive com Nilton e das explicações sobre a linhagem de militantes de Campinas, da minha participação em acampamentos, do convite do Nilton e do contato com Enéas, a expressão dela mudou; respondi ainda algumas perguntas pontuais sobre se já conhecia o sul da Bahia, o que pensava fazer etc. Após conversar durante algum tempo, pegou o telefone e chamou o Lucas, seu marido, e informou-lhe: *Há uma companheira aqui no ônibus que veio de São Paulo para o ato, é militante de São Paulo, ela vai descer comigo, ela disse que conhece o Enéas e o Nilton.* Vani ficou surpresa quando esclareci que não era militante, que acompanhava o movimento fazendo um trabalho de pesquisa em acampamentos e assentamentos de São Paulo. O argumento da surpresa de Vani era o mesmo explicitado por Nilton: Não sendo militante, como tinha *conhecimento sobre as formas de atuação do*

*movimento!* Aparentemente certa linguagem e certas informações, ou, nas palavras nativas, *conhecimentos* eram restritos a certo grupo dentro do MST.

Alguns minutos depois Lucas retornou a ligação. Enéas ainda não tinha sido informado de minha participação “no ato” e pediu para Lucas esperar a confirmação dessa informação. No dia seguinte, ele entraria em contato com Nilton. Assim a informação sobre minha possível participação na “grande mobilização” estava circulando entre alguns militantes. Vani deveria confirmar com Lucas, que confirmaria com Enéas, que por sua vez teria que conferir com Nilton minha visita à Secretaria do MST em Salvador e o convite feito. Como no caso apontado por Elias e Scotson (2000) entre os habitantes da comunidade de Wiston Parva, nesse caso, também parecia existir um circuito de transmissão de informações. As informações circulavam seguindo a rota da própria hierarquia do movimento, primeiro entre militantes da *Secretaria Regional do extremo sul* do MST, para depois chegarem até os militantes da *Secretaria Estadual* dessa organização.

Vani, depois da ligação do Lucas, pareceu sentir-se mais à vontade para conversar sobre a *mobilização*. Foi através dela que soube que se tratava de uma *grande ocupação* e que não podia ser de outro modo, pois, como explicado por ela e mais tarde seria confirmado por um militante do extremo sul, *já havia acontecido a marcha de Feira para Salvador*, com isso queriam dizer que a *mobilização* no sul devia ser diferente. Segundo eles, a praxe no *movimento* era *diversificar as formas de mobilização*, isto é, não repetir a mesma forma de protesto (pelo menos não nas mesmas datas e no mesmo estado). No MST existe um planejamento prévio das *mobilizações*, ou das *jornadas* (termo usado entre os acampados do oeste de São Paulo). Estas são organizadas seguindo também uma hierarquia particular, ou seja, há *mobilizações* que têm prioridade, que têm mais importância do que outras, dependendo da época do ano, das prioridades de cada *Regional*, de cada *Estadual* ou da *Nacional* e do contexto político local e nacional.

Vani, além de ter participado na marcha em Feira de Santana, havia feito *trabalho de base* em algumas comunidades próximas ao lugar onde está localizado o assentamento onde mora, convidando as pessoas para participarem da ocupação. Segundo Vani, as informações sobre a *forma da mobilização* eram ocultas para

peças de fora do movimento, mas não podiam ser ocultas para aqueles convidados durante o *trabalho de base*, já que, segundo ela, *essas pessoas deviam estar preparadas para a ocasião*. No entanto, o local, a data exata, a hora e os participantes são informações que não circulam entre a massa de convidados, e às vezes nem entre os acampados e assentados que acompanham as ocupações, só entre pessoas que detêm no movimento certo *status*, um cargo, *uma responsabilidade* particular. Vani dava como exemplo seu marido, Lucas, quem, segundo ela, *é um militante conhecido [no movimento] na região do extremo sul*.<sup>51</sup>

Segundo ela, essas informações (data, hora, local etc.) devem ser resguardadas *para evitar vazamento de informação e provocar o possível fracasso da ocupação*. No entanto, existe um elemento a mais, segundo essa militante, essa parte “misteriosa” da ocupação *é que dá o elemento surpresa, o que faz sentir o frio na barriga [...] e a que mais atrai os jovens*.

Chegamos por volta das 7 da manhã na região do extremo sul. Conforme Vani me tinha informado, Lucas, seu marido, foi-nos buscar num ponto intermediário da estrada, localizado entre seu assentamento e a 9 quilômetros da cidade mais próxima.

Lucas e Vani se conheceram em Salvador, ela tinha acabado de se separar de seu ex-marido, tinha uma loja de brinquedos e fazia doações para o *movimento*. Lucas, 14 anos mais novo do que ela, já participava do MST. Faz 8 anos que estão juntos e morando no assentamento onde também moram a mãe e o irmão dele. Segundo Lucas, faz 17 anos que *está com os sem-terra*, ou seja, que participa das tarefas, ocupações e mobilizações do MST.<sup>52</sup>

Segundo Lucas, ele começou nos sem-terra quando um tio dele foi convidado por Jaime Amorim, para participar do 40-45, o primeiro acampamento organizado pelo MST na Bahia.<sup>53</sup> Depois disso, *o tio convidou a família toda para participar no movimento*. Tempo depois, Lucas envolveu-se na militância do movimento. Parece-

---

<sup>51</sup> Na Bahia, as “Regionais” do MST se dividem em extremo sul, recôncavo, sul, baixo sul, sudoeste, norte, oeste e chapada.

<sup>52</sup> Como será tratado no capítulo 4, a participação na militância do MST ou no mundo das ocupações de terra conta-se a partir da primeira ocupação de terras na qual se participou.

<sup>53</sup> Jaime Amorim foi um dos fundadores do MST no estado da Bahia. Hoje em dia é membro da Direção Nacional do MST e liderança dessa organização no estado de Pernambuco. Para saber mais detalhes sobre a vida e atuação de Amorim, ver Rosa (2004).

me importante mencionar que muitas vezes aqueles considerados pelos acampados como militantes não são considerados dessa forma por lideranças que ocupam posições mais altas na hierarquia do MST. Ou seja, existe não só uma heterogeneidade nos grupos que conformam a militância, mas também existem graus de militância.<sup>54</sup>

Chegamos ao assentamento onde moram Vani e Lucas depois de percorrer 4 quilômetros de estrada de terra. Já havia algumas pessoas (segundo Vani, vizinhos do assentamento) que esperavam o casal. Dois homens começaram a fazer algumas perguntas: *Quantos do assentamento iam para a mobilização? Quantos de cada família tinham que participar? Que horas chegaria o ônibus? Teria caminhão para transportar os colchonetes? Quem daria a lona?* Lucas respondeu que, no mínimo, dois de cada família teriam que participar e fez questão de mencionar que deviam ir também mulheres e crianças. Sobre as informações de horários e transporte, Lucas se limitou a informar que seria feita uma reunião informativa na parte da tarde.

No decorrer da manhã, outras pessoas (vizinhos do assentamento) chegaram à casa de Lucas fazendo as mesmas perguntas. A cada vez eu era apresentada como *uma companheira de São Paulo, mexicana, que veio acompanhar o trabalho da gente*. Parecia que não só meu estatuto de estrangeira já legitimava por si só a curiosidade pelo movimento, mas também o fato de ter uma relação com a militância do MST de São Paulo era também uma porta de entrada para acompanhar “o trabalho deles”.

Vani mencionou que *o comboio da ocupação sairia do acampamento*. Esse acampamento ao qual ela fazia referência não era qualquer acampamento, mas, um acampamento que tem uma característica particular: é um “acampamento permanente”.<sup>55</sup>

Segundo Fernandes (2000), na segunda metade da década de 1990, em alguns estados o MST começou uma experiência que denominou de acampamento permanente ou acampamento aberto:

“Acampamento que se estabelece numa região de muitos latifúndios, desse acampamento os sem-terra partem para várias ocupações, para onde podem

---

<sup>54</sup> Esse tema será tratado com detalhe nos próximos capítulos.

<sup>55</sup> Adiante falarei com mais detalhe desse acampamento.

se transferir ou em caso de despejo retornar para o acampamento e conforme vão entrando nas terras vão mobilizando e organizando novas famílias que passam a compor o acampamento (2000, p. 294)”.

Vani ainda mencionou que, já que eu ia para o *acampamento* e daí sairia direto para a ocupação, devia levar algumas coisas indispensáveis: *um prato, uma colher, um copo, uma coberta e um colchonete*. Quando ela viu que, além de minha mochila, tinha um saco de dormir, mencionou que já tinha uma parte indispensável do *kit ocupação*. Nos dias seguintes pude perceber que o *kit ocupação* parecia ser uma forma comum e conhecida entre os militantes e entre *velhos acampados*, ou participantes experientes das ocupações, para designar os utensílios básicos que se levam para uma ocupação.<sup>56</sup>

No acampamento Terra Sem Males, também os *velhos acampados* contavam com um *kit ocupação* (que não era chamado dessa maneira), inclusive, para alguns, a lona preta formava parte do *kit* e, quando eram informados de que participariam de alguma mobilização, carregavam com “um pedaço de lona preta” ou a guardavam nos seus barracos prevendo futuras ocupações. Edesmaria, quando acampava no TSM, fazia a observação de que, nos acampamentos da Bahia, os sem-terra só carregavam *a coberta debaixo de um braço e as panelas do outro*. Essa observação era feita sob uma lógica da diferenciação, tendo como contraponto o acampamento onde ela se encontrava, o Terra Sem Males. Para ela, os sem-terra desse acampamento eram *chiques*, pois, literalmente, montavam uma “casa” no barraco. É importante mencionar que Edesmaria chegou ao Terra Sem Males (em janeiro de 2003) junto com uma leva de *novatos*, que, ainda inexperientes na arte da ocupação, tinham literalmente montado sua casa no barraco, trazendo consigo móveis, roupa e todo tipo de utensílios.

Vani mencionou que devia preparar o *kit*, tirou três pratos, copos e colheres da cozinha, colocou um de cada em minha mochila, e o resto, junto com duas panelas pequenas, os colocou dentro de uma bolsa grande que tinha com o logotipo do MST, não sem antes esvaziá-la dos papéis e folhetos que tinha levado para a marcha. Lucas, apressado, percorria a casa perguntando para Vani pela “mochila”, mas não

---

<sup>56</sup> Conforme será explicado no segundo capítulo, nos acampamentos do oeste de São Paulo o “*kit ocupação*” é chamado de “*kit sem-terra*”.

era qualquer mochila que ele procurava, senão aquela que tinha o logotipo do MST. Essa também parecia fazer parte do seu *kit ocupação*.

Quando saímos do assentamento, no começo da tarde, algumas pessoas já tinham reunido seus *kits* (colchonetes, cobertas e mochilas) fora de suas casas; segundo Lucas, no final da tarde um caminhão passaria para pegar as coisas.

Lucas, eu e mais dois assentados descemos de carona até a estrada asfaltada. Deixaram-nos 5 quilômetros adiante da entrada do assentamento num ponto de ônibus. Enquanto esperávamos, Lucas queixava-se do pouco tempo que haviam tido para fazer o *trabalho de base* e achava pouco provável conseguir *cumprir o objetivo da Estadual: fazer a ocupação com mais de 2 mil pessoas*. Ainda justificou sua pouca participação nesse *trabalho*, pois, segundo ele, era difícil conciliar militância com família e roça. Lucas mencionou que já foi membro da *Coordenação Nacional do MST* e da *Coordenação Estadual*, mas ele teve que *pedir um afastamento*, porque precisava mexer na roça e, com as atividades do *movimento*, não dava tempo de fazer as duas coisas. O *pedido de afastamento* entre a militância funciona como se estivessem em qualquer emprego. O pedido é avaliado pelos superiores e é aceito ou não, dependendo do caso, e, se for aceito, essa “licença” não é remunerada. Conheci o caso de uma militante da *Regional de Campinas*, cujo pedido foi negado. O acordo foi que ela ficaria mais alguns meses apoiando e realizando tarefas no escritório regional, enquanto conseguiam que outra pessoa ficasse no seu lugar. Nesse sentido, existe uma diferença com o caso descrito por Smircic (2000), segundo o autor, entre militantes do MST de Pernambuco, as “saídas” e “entradas” da militância são constantes, situação também encontrada por Wolford (2006) em Pernambuco. No caso da militância de Campinas, as “saídas” e “entradas” parecem formar parte já de um conjunto de acordos institucionalizados.

Segundo Lucas, *a exigência do movimento é muita*, e, às vezes, a retribuição é pouca. Atualmente ele faz parte do *Setor de Produção* do MST do extremo sul da Bahia, um *setor* onde, segundo ele, *o trabalho [no MST] é menos reconhecido, mas é menos pesado*.

É importante mencionar que existe uma crença entre militantes do MST (tanto na Bahia como em São Paulo) de que certos *setores*, como o de Frente de massa, demandam um investimento maior, e sobretudo mais *tempo de luta*, por outro lado, a recompensa em termos de reconhecimento social e ascensão na hierarquia do movimento, ou, nas palavras nativas, *ter um nome dentro do movimento* se adquire mais facilmente atuando nesse *setor*. Por exemplo, o número de famílias que cada militante ou acampado consegue levar para os acampamentos é um elemento importante para adquirir certo prestígio no *movimento* já que as famílias geralmente são associadas ao nome ou apelido do militante ou acampado que fez o convite.

Para Lucas, sua participação na militância do MST é um *trabalho*, no entanto, a própria concepção de “trabalho” parece ter para ele vários significados. Por um lado, está “o trabalho realizado para ele”, na roça e com artesanato para a sua própria sobrevivência e a da sua família, no qual é *dono de seu tempo*. Por outro, está o “trabalho realizado para o movimento”, no qual *as questões pessoais não têm importância* e o trabalho realizado *é sempre para os outros, para o movimento*. E principalmente o mês de abril, por ser o mês das mobilizações é um marcador de tempo entre um e outro *trabalho*.<sup>57</sup> Para ele, surge um problema, quando ambos os trabalhos se misturam. Ele e Vani haviam tido que financiar algumas viagens às cidades próximas (com dinheiro do artesanato que vendem para complementar sua renda), porque não haviam recebido *apoio do movimento* para o *trabalho de base*.<sup>58</sup> Ele ainda mencionava que *os meninos novos se dão melhor no movimento*, jovens solteiros, que, segundo ele, *não têm responsabilidades familiares*. Rosa mostra como o MST em Pernambuco “abriu espaços sociais normalmente interditados para jovens” (2004, p. 246). No caso da participação dos jovens nas ocupações de terra no estado de São Paulo, estes se sentem atraídos pela novidade e, diferentemente dos “adultos” que veem a experiência de uma ocupação e de estar num

---

<sup>57</sup> É comum que, nesse mês, militantes de outros *setores* deixem de lado suas atividades para apoiar o *Setor de Frente de Massa*.

<sup>58</sup> O *apoio* é a palavra usada pelos militantes para descrever os recursos em dinheiro, ou seja, os 800 reais por mês (ajuda de custo) que recebem do MST, mas também faz referência ao dinheiro que cada Secretaria Estadual ou Regional do MST consegue para a organização de eventos e *mobilizações*.

acampamento como um sofrimento, para os jovens representa uma aventura (Loera, 2006).

Lucas com 33 anos poderia ser considerado jovem, no entanto, ele não se considera dessa maneira, já que é casado, nas palavras dele *tem responsabilidades familiares*. Alguns autores (Guaraná, 2006; Silva, 2006) mostraram que em contextos tidos como “rurais”, a categoria “jovem” adquire diversos significados e geralmente essas diferenças podem passar por distinções de gênero e pelas posições que os indivíduos ocupam na hierarquia familiar. No caso apontado por Silva, os homens deixam de ser jovens e passam para a idade “adulta”, quando casam, quando começam uma vida em comum com uma companheira. Já para Guaraná, a categoria “jovem” em acampamentos e assentamentos rurais está fortemente marcada pelo lugar que se ocupa na hierarquia familiar e adquire diferentes significados que variam de acordo com quem estiver falando e em quais espaços de sociabilidade estão atuando.

Lucas ainda mencionou que ele era uma *pessoa de confiança para o movimento*. Ao dizer isso, parecia fazer referência à confiança como sinônimo de lealdade, que, aliás, também tinha sido expressa dessa maneira por Nilton mas, segundo ele, isso não era suficiente para chegar a ter *um nome no movimento*, e dava como exemplo Valmir Assunção e Jaime Amorim, segundo ele, às vezes, para *conseguir ter um nome*, a vida familiar e na roça *deve ser sacrificada*.

A minha pesquisa realizada em acampamentos do estado de São Paulo tem-me dado indícios para poder afirmar que o “nome”, no mundo das ocupações de terra, ao mesmo tempo que deve ser oculto, resguardado em certos contextos, é também um bem valorizado e que pode ser, segundo as ações do portador, um instrumento de acumulação de capital simbólico.

Finalmente, depois de esperar mais de 40 minutos no ponto de ônibus, Lucas e eu pegamos uma carona até uma cidade próxima que serviria de ponto de reunião, para depois partir para *o acampamento* (permanente). Chamou-me a atenção que, ao longo do caminho, apareciam os acampamentos de lona preta e de bandeiras vermelhas (do MST), um muito perto do outro. Lucas explicava que havia sido decidido, no último encontro regional (do MST), que os acampamentos não deveriam

ter mais de 60 quilômetros de distância entre um e outro; segundo ele, além de exercer maior pressão (diante do Estado) pelo grande número de famílias acampadas, essa era uma forma de *mostrar que a Regional do extremo sul trabalha*. Mas mostrar para quem? perguntei. *Para o movimento*, respondeu.

Como mostrou Sigaud (2000), os acampamentos de lona preta organizados por movimentos são montados para serem vistos, configurando uma linguagem social, uma “forma acampamento”. Montar um acampamento é uma forma de dizer ao Estado que essa é a terra que se deseja para reforma agrária. No entanto, o depoimento do Lucas e outros dados recolhidos em campo nos permitem complementar essa formulação e mencionar que, nesse caso, a montagem de acampamentos também é uma forma de mostrar, para as outras regionais do MST e para outras instâncias dessa organização, a capacidade de mobilização de um grupo que conforma uma regional. Portanto, não só existe, como mencionado por Sigaud (2000) e por Rosa (2004), uma concorrência entre “movimentos”, mas também uma concorrência no próprio *movimento*.

## 1.2 O acampamento

Chegando na cidade, dirigimo-nos à rodoviária. Lucas, num telefone público, entrou em contato com Enéas, membro da *Direção Estadual do MST* e um dos principais organizadores da ocupação. Segundo ele, teríamos que ir para o *acampamento*, pois Enéas havia pedido para ele me deixar lá. Lucas entrou em contato com Nice, uma moça que ia nos dar-nos uma carona. Enquanto a esperávamos, várias pessoas que passavam pelo local se aproximaram para conversar com Lucas e perguntaram pela *mobilização*. *O que seria? De onde ia sair? O que deviam levar?* Segundo informações de Lucas, eram acampados da região que ficam durante a semana nos acampamentos e voltam sexta-feira para a cidade. Como será tratado no segundo capítulo, nos acampamentos essa circulação de acampados acampamento- cidade é bastante comum; portanto, o mundo das

ocupações de terra não se restringe ao espaço dos acampamentos, mas se estende além deles.

Lucas respondia aos acampados que deviam ir no final da tarde para o *acampamento* e estar *preparados para qualquer tipo de mobilização*; lá haveria uma *reunião informativa* para falar dos detalhes. Lucas (tal como Nilton e Vani) fez questão de mencionar para mim: *Não podemos dar detalhes da ocupação para o povo, pois pode ter um vazamento de informação.*

A *ocupação*, mencionou Lucas abaixando a voz, *vai ser nas terras de uma empresa grande, os donos são influentes aqui nessa região... vai muita gente, você vai ver... o povo vai começar a chegar no final da tarde, o Enéas falou que todo mundo [os participantes] vai se reunir no acampamento. Mas [essa informação] fica só entre a gente*". Segundo ele, só os organizadores *sabiam desses detalhes*. Lucas parecia sentir-se orgulhoso de fazer parte do seletivo grupo que resguardava "os segredos da mobilização".

Como mencionei antes, certas informações sobre a ocupação pareciam circular entre um número restrito de pessoas, seguindo um circuito particular, segundo a hierarquia do grupo que organizava a ocupação, grupo este que por sua vez se estrutura de acordo com a hierarquia do movimento. Vani, por exemplo, prestava contas das suas ações na mobilização para Lucas. Lucas prestava contas para Enéas, e Enéas prestava contas para Nilton. No entanto, todos eles constituem um grupo que se diferencia do resto dos participantes da *mobilização*.

Nice, quem ia nos dar carona chegou meia hora depois. Era uma jovem magrinha, vestida toda em couro e com um boné do Che Guevara na cabeça. Lucas lhe deu instruções de me levar para o *acampamento*. Nice mencionou que devia passar primeiro na casa dela, pois devia preparar seu *kit ocupação*.

Nice divide o aluguel de uma casa na cidade com uma amiga. Ela é originária de Governador Valadares (MG). Sua família migrou para Bahia, quando ela era pequena e, para minha surpresa, ela não tinha os 20 poucos anos que aparentava ter. Estava com 43 anos e já era aposentada. Tinha trabalhado durante 12 anos em Aracaju, no estado de Sergipe, e depois havia migrado para o sul da Bahia, para trabalhar com questões de programação de computadores. Anos atrás, uma amiga

dela que trabalhava no Sindicato dos Comerciantes a tinha convidado para ocupar; mas naquela época ela estava trabalhando e como *exigiam que quem fosse acampar ficasse o tempo inteiro nos acampamentos*, ela não pode ir. Só depois que se aposentou decidiu ir acampar. Já faz mais de um ano que é assentada na região sul, mas, como explica, mantém casa na cidade e só volta nos finais de semana para o assentamento. Segundo ela, *ficando na roça*, como ela chama o assentamento, *não dá para apoiar o movimento*. Tal como Lucas, ela coloca a dificuldade de conjugar as tarefas de militância e o trabalho na roça, no assentamento. Essa situação, como relatada por Rosa, também foi vivida por Jaime Amorim (principal liderança do MST em Pernambuco). Segundo o autor, “assim que [Amorim] passou a exercer funções de liderança, o projeto de ter um pedaço próprio de chão foi deixado de lado. Em 1987 foi enviado pela cúpula nacional para formar o MST no estado da Bahia” (2004, p. 32).

Nice fez questão de mencionar que não era militante, apesar de às vezes, *assumir funções de militância*. Ela *ajuda o movimento por sentir um compromisso com os sem-terra*.

Nice, enquanto conversávamos, juntou, numa mochila, um prato, um copo, talheres e alguma comida, como pão, enlatados, queijo e algumas frutas, e lamentava ter esquecido seu *kit na roça*. Ela explicava que já tinha um colchonete, coberta e lona numa bolsa separada para usar nas ocupações. Ainda se queixava de que as informações sobre a mobilização ficavam restritas a um número pequeno de pessoas, ao grupo dos que ela chamou de *militantes da região*. Segundo ela, *muitas pessoas [convidadas durante o trabalho de base] se sentiriam mais seguras sabendo para onde vão*. Para ela, essa “desinformação” fazia as pessoas desistirem de ir para uma ocupação.<sup>59</sup> Ainda complementou: *Você vai ver, nessa ocupação vai ter só pessoal dos acampamentos*. Com isso, ela queria dizer que os participantes não seriam *novos acampados*, mas pessoas de outros acampamentos, que, cumprindo com suas obrigações, fariam a ocupação.

---

<sup>59</sup> Essa “desinformação”, ou como mencionava Vani, essa parte misteriosa que envolve a ocupação ou outras mobilizações pode resultar atraente para os jovens.

Saímos da cidade rumo *ao acampamento*, localizado a 7 quilômetros dali. Está num ponto estratégico e de fácil acesso para os acampamentos do MST de dois municípios próximos. Esse acampamento tem as características de um “acampamento permanente”. Segundo dados dos arquivos da Secretaria Estadual do MST da Bahia, esse acampamento foi formado após uma ocupação em 20 de janeiro de 2004 e parece servir como um acampamento de base das ocupações da região e um ponto de encontro e organização dos militantes. Esse acampamento parece não ser o único no estado com tais características. Nos cadastros do INCRA estadual, aparece um acampamento chamado “modelo” no município de Prado. Esse acampamento é o que registra menor número de famílias (13 cadastradas e 22 previstas) em todo o estado.<sup>60</sup> Segundo dados do MST, famílias da região realizaram a primeira ocupação em junho de 1989 e o acampamento continuava até 2006 no mesmo local. Segundo Nilton, esse acampamento teve que reocupar várias vezes as terras onde está localizado e até esse momento *as famílias continuam na luta*. Esse acampamento é, nas palavras desse militante, *um modelo de luta*.

É do acampamento 20 anos do MST que os acampamentos da região se alimentam (de acampados), ou, nas palavras de Nice, *serve para a massificação dos acampamentos*. Ou seja, as pessoas são convidadas para fazerem parte desse acampamento, quando acontecem novas ocupações são levadas para esses outros lugares, deixando as barracas nesse acampamento montadas e vazias, à espera de novos acampados.<sup>61</sup>

Chegamos no *acampamento* no começo da tarde. Andando pela estrada do lado esquerdo na beira da pista; dava para ver uma fileira de barracas pretas que ia contornando as curvas da estrada. Logo no começo, uma bandeira vermelha com o logotipo do MST, um barracão de madeira que se destacava dentre as barracas e uma espécie de guarita feita de madeira na entrada, ao longo das barracas, contornando o acampamento uma cerca de arame farpado. As barracas que estavam do lado esquerdo do barracão pareciam abandonadas, algumas estavam

---

<sup>60</sup> Para o Incra, o termo “famílias previstas” quer dizer o número de famílias que caberiam na terra demandada, ou o número de lotes no qual essa terra pode ser dividida.

<sup>61</sup> Ver dossiê fotográfico em anexo.

caindo aos pedaços; das dez que estavam ali, só duas pareciam ter “moradores” dentro.

Depois do barracão de madeira, há uma caixa de água e depois começa uma fila só de barracas. O terreno é acidentado e as hortas individuais ficam atrás das barracas. Os animais de criação estão em cercadinhos ao lado ou atrás das barracas, junto dos banheiros. Segundo Gabi, a coordenadora do acampamento, em várias ocasiões os animais fizeram estragos nos barracos, por isso ela estabeleceu que quem deixasse os animais soltos *paga uma multa de 3 reais*. Atrás de cada barraca, também há um fogão a lenha feito de barro. Há aproximadamente 40 barracas formando uma fila só. As barracas estão a menos de 2 metros de distância uma da outra, um pequeno corredor percorre parte da frente das barracas e uma cerca divide o terreno da fazenda e do acampamento. Os acampados abriram parte da cerca da fazenda, para fazer a *horta coletiva* plantada com mandioca, mamão, milho e feijão. Um conjunto de árvores divide a horta da cerca e do acampamento.

Logo na entrada, Nice me apresentou um jovem, o Duda, que se ofereceu para fazer *um tour pelo acampamento*. Depois de passar pelo interrogatório habitual, já antes vivido com Nilton, Vani e Lucas, Duda, tal como aconteceu com Nilton (da Secretaria em Salvador), começou um discurso sobre política nacional, burguesia, capitalismo etc. Duda está com 20 anos e mencionou que era a terceira vez que ele visitava esse acampamento, tinha estado lá antes *em reunião e para outras mobilizações*. Ele pacientemente respondia minhas perguntas e explicava o que ele chamava da *reestruturação da organização do movimento*, que basicamente consiste na criação de *brigadas que aglomeram os diferentes setores* do MST no estado. Ele, por exemplo, faz parte do *setor de jovens* e da *Brigada Elias N., uma das sete da região nas quais se divide o movimento*.

Duda participa, há mais de quatro anos, da militância do movimento. Desde os 12 anos, ele trabalhou num circo com o tio; ali ele se fantasiava de palhaço e *animava o pessoal*. O circo geralmente transitava por cidades do interior do estado, fazendo o espetáculo: *Um belo dia um amigo do meu tio que já era assentado nos convidou para ir às reuniões para ganhar terra. A gente foi, e ficamos acampando, mas meu tio não agüentou mais de três meses no acampamento, saiu; eu decidi*

*ficar. Meu tio e minha mãe falavam para sair, mas eu não quis, gostei muito do movimento, gostaria de ter nascido no movimento.*

Duda já fez vários cursos em escolas do MST; segundo ele, no movimento encontrou uma *oportunidade de ser alguém, de estudar* e, sobretudo, de não ser mais dependente do tio. Quando contei que algumas pessoas dos acampamentos em São Paulo achavam que a vida no movimento e no acampamento era uma vida sofrida, Duda falou que era o contrário, a ocupação e o movimento *sempre traz coisas e pessoas novas, além de contribuir para mudar a situação atual das pessoas.* Para ele, não tem nada de sofrimento.

*Duda me explicou: Se eu tivesse continuado no circo, ia ficar que nem os outros [jovens] que continuam ali, sem saber de nada, não ia ter a oportunidade de conhecer pessoas de outros países, como você... Eu já fui fazer curso em São Paulo e no Rio Grande do Sul, agora quero fazer faculdade.*

Para Duda, a inserção no movimento lhe confere um *status* que o diferencia de outros jovens de sua idade, não só porque pode estudar, viajar e conhecer outros lugares, mas nesse processo adquire outros conhecimentos, que ele acredita sejam melhores dos que outros jovens têm e dos que tinha quando trabalhava no circo. E, sobretudo, sua participação no *movimento* lhe confere significação social. Ele não só acha que é alguém importante para o movimento, mas para pessoas que não fazem parte do seu círculo familiar e social, como eu, que se interessam pelo que ele tem a dizer. Segundo Smircic, o MST fornece várias possibilidades para os jovens. Por um lado, oferece certa mobilidade geográfica e a possibilidade de ter uma espécie de “emprego”, ainda que a remuneração seja pouca, mas, sobretudo, “fornece uma estrutura de contenção em contextos de grande precariedade trabalhista e a obtenção de um reconhecimento e um prestígio sociais, junto à possibilidade de ‘ganhar’ uma identidade, uma função social, quer dizer, um nome” (2000, p. 23).

Já Rosa menciona que “o MST é coisa para jovens porque está repleto de signos que atraem aqueles que estão no liminar de se tornarem homens: propicia mobilidade social ao levá-los para diversas regiões do país para os cursos e encontros; atribui-lhes signos de distinção por meio da hierarquia das funções e,

principalmente, os diferencia das demais pessoas de sua idade, colocando-os em pé de igualdade com pessoas mais velhas que povoam assentamentos e acampamentos nestas pequenas cidades” (2004, p. 62).

Duda e eu fomos convidados para tomar café numa das barracas. Nice chegou e mostrou a barraca onde ela tinha acampado. Ela tinha ficado nesse acampamento vários meses. Nice hoje assentada em Itamarajú tivesse preferido ir para um assentamento em Mucuri, onde *as terras são mais planas e fáceis de plantar, além de que a turma [que foi para Mucuri] era muito boa*. No entanto, ela foi indicada para Itamaraju, ela explicou: *Numa das reuniões que teve [no acampamento], quando eu estava na rua,<sup>62</sup> o pessoal foi dividido em dois grupos, um foi para as terras que tinham saído em Itamaraju e o outro grupo foi mandado para Mucuri. Eu [como não estava na reunião] fiquei em Itamaraju.<sup>63</sup>*

Segundo Nice, a única coisa ruim do grupo de pessoas que foi para Mucuri era um militante, de nome Jonas, *muito grosso, [que] sempre falava [no acampamento], que quem não gostasse das regras podia ir embora, que ele numa tarde enchia as barracas de novo*.

O prestígio, no mundo das ocupações de terra, adquire-se não só pelo número de famílias novas que se é capaz de mobilizar e levar para uma ocupação, mas também pela capacidade que se tem de mantê-las dentro do acampamento. Zé Antônio, por exemplo, acampado do Terra Sem Males e apoio da militância do MST de Campinas mencionava a importância de se continuar fazendo trabalho de base dentro do acampamento, ou seja, *um trabalho de convencimento* com as famílias que ele tinha convidado para elas ficarem no acampamento.<sup>64</sup>

No *acampamento* no final da tarde, o movimento era cada vez maior. Pessoas de “fora” do *acampamento* e aquelas que “estavam na rua” iam chegando aos poucos, munidas dos seus *kits ocupação* (colchonetes, mochilas, cobertas e ferramentas: foice, facão etc.). O barracão de madeira ia ficando entrincheirado na

---

<sup>62</sup> *rua* é como os acampados se referem à cidade.

<sup>63</sup> Como será tratado com detalhes no capítulo IV, a prática da indicação é comum no mundo das ocupações de terra.

<sup>64</sup> Esse trabalho de base, ou trabalho de convencimento, como veremos no capítulo IV também é realizado nos assentamentos para que os assentados continuem participando das atividades organizadas pelo movimento.

parte da frente com tanto *kit*. Chamou minha atenção que os únicos que entre seus *kits* não tinham ferramentas eram os identificados como militantes. Duda e Lucas, por exemplo, só contavam, dentre seus pertences, com uma mochila e um colchonete.

As pessoas de “dentro” do acampamento também começavam a deixar seus *kits ocupação* fora das suas barracas. Dos fogões a lenha, não parava de sair fumaça; as mulheres preparavam arroz e feijão para levar como marmita. Uma senhora idosa chegou perto de Duda e perguntou a que horas sairiam do *acampamento*, pois tinha o arroz cozinhando e queria saber se daria tempo de levá-lo. Duda falou que seria só de madrugada. As pessoas dos barracos que haviam ouvido a conversa cochichavam e conversavam sobre o tempo que ficariam fora do *acampamento* e sobre o lugar de destino dos próximos dias.

Um grupo de homens acampados em outros acampamentos da região e que tinham acabado de chegar se aproximaram para conversar conosco. Eles davam palpites sobre a mobilização. Um deles mencionou que alguns dias antes, em assembléia, o coordenador do seu acampamento havia informado que teriam que *acompanhar uma mobilização, no mínimo dois representantes por barraca*, e queixava-se, tal como Nice, da “desinformação”. Segundo ele, uma ocupação implicava não só mais tempo, mas também mais preparo do que uma marcha, por exemplo. Nice esclareceu-me: *Geralmente as pessoas que vêm de outros acampamentos para participar de uma [nova] ocupação devem ficar vários dias apoiando o movimento, esperando que cheguem novas famílias para acampar.*

Gabi, a coordenadora do acampamento, havia escutado a conversa e justificou-se, mencionando que havia tido a informação sobre a ocupação alguns dias antes, mas não podia passar os detalhes da *mobilização*, pois, *se vazar a informação, aí espalha, e a polícia chega antes do que a gente.*

Conforme ia anoitecendo, os rumores sobre a ocupação se espalhavam. O acampamento parecia cada vez mais cheio, com mais pessoas circulando entre as barracas. Alguns acampados tinham chegado de carro e já havia vários estacionados na beira da estrada, na parte de fora da cerca que contornava o *acampamento*. Outros tinham chegado a pé. Havia uma fogueira acesa perto do barracão e um

grupo de jovens tocava e dançava ao redor. Enéas e Nilton tinham chegado juntos no acampamento. Algumas pessoas, em círculo ao redor deles, ouviam atentas as indicações dadas. Por volta das 21 horas, chamaram os coordenadores dos acampamentos que se encontravam no local e entraram no barracão, fechando a porta. Duda também fazia parte do seletor grupo que podia entrar na reunião.

Lucas estava acompanhado por Buba, outro militante, juntos haviam pedido emprestada a moto da Nice para ir fazer trabalho de base em uma cidade próxima e conseguir lona. Lucas, um pouco mais tarde, explicou-me que já haviam marcado uma reunião com famílias de um bairro na cidade e, como havia sido pouco o tempo que tinha podido dedicar ao *trabalho de base* para essa ocupação, aproveitaram esse dia para tentar levar novas famílias.

Como já mencionei anteriormente, parece ter mais “valor” o fato de levar famílias novas do que mobilizar famílias que já são acampadas em outros lugares. Afinal são esses, os “novos” e não os “velhos” acampados, os que são associados com o nome daquele que fez o convite e, por outro lado, são também os *novos* acampados os que possibilitam a permanência de novos acampamentos. Por outro lado, como será tratado com mais detalhe nos próximos capítulos, mesmo se a participação dos *velhos acampados* nas ocupações é fundamental para a reprodução de novos acampamentos, essa participação é considerada praxe, e para os acampados faz parte das obrigações a cumprir no mundo das ocupações de terra.

A reunião no barracão havia terminado. Nilton se aproximou e me chamou para um canto do acampamento com Nice. Informou-nos que *o comboio* sairia um pouco depois da meia-noite, teríamos que esperar os mais de dez ônibus que chegariam *com o pessoal dos acampamentos*. Eu iria num carro com pessoas que já conheciam o lugar: uma fazenda aproximadamente a 30 quilômetros de distância do acampamento. A fazenda pertencia a uma grande empresa da região. E insistiu: *Não pode espalhar a informação ainda, viu*. Nilton havia sido informado que pela tarde eu tinha tirado algumas fotos do acampamento e pediu que, já que ia acompanhar a *mobilização*, tirasse algumas fotos e depois desse uma cópia para ele. A única restrição era que não podia tirar fotos de nenhum militante. Assim, um acordo havia sido explicitado, eu poderia participar da *mobilização*, conhecia já algumas

informações restritas da ocupação e a forma de atuar do *movimento*, o que me colocava dentro do grupo portador de um bem prezado nesse contexto: informações. Em troca, teria que cumprir certas regras e captar em fotos o momento da ocupação.

Por volta das 23 horas, chegou o primeiro ônibus. Estava vazio, este levaria os acampados que já estavam no *acampamento*. Rapidamente ficou lotado de mulheres, homens, crianças e pessoas idosas carregando seus respectivos *kits ocupação*. Havia passado mais de meia hora e o motorista nervoso desceu para conversar com Enéas. Perguntei para Lucas se havia algum problema, ele respondeu que o motorista *estava com medo, doido para ir embora, mas não pode, ele está sendo pago; pagamos 170 reais e agora ele tem que esperar os outros ônibus chegarem*.

Por volta de 1 hora, o desfile de ônibus começou. Chegaram três ônibus lotados, segundo Nice, *era um pessoal de Mucuri*. Destacavam-se os bonés e camisetas vermelhas. Algumas pessoas desceram e cumprimentaram as pessoas do acampamento, parecia que todo mundo se conhecia. Mais três ônibus lotados chegaram acompanhados de algumas pessoas de carro. Enéas havia dado a ordem de ir embora, segundo ele, o resto dos ônibus nos encontraria no cruzamento da cidade mais próxima. Eu subi, como sugerido por Nilton, num carro com mais quatro pessoas, dois acampados do *acampamento* e dois de fora. Alguém gritou: *O carro dos militantes vai esperar todo mundo no cruzamento da cidade!* O carro estava lotado com pertences e *kits ocupação*, quase não tinha lugar para sentar. O motorista do carro perguntou: *Você é a mexicana? Sou eu o encarregado de cuidar de você até chegar na fazenda*.

Entramos na estrada seguindo os ônibus. Para desviar de um posto de polícia rodoviária, entramos numa outra estrada. Chegando no cruzamento da cidade, quatro ônibus e um carro estavam parados; Nilton, dentro de outro carro, deu a indicação de continuar, na frente outro carro estaria guiando os ônibus. Andamos um pouco mais de 30 quilômetros. Paramos num posto de gasolina, principalmente jovens e crianças desciam dos ônibus fazendo barulho, tocando instrumentos. Um dos acampados que estava no carro comentou: *Isso acontece quando as pessoas fogem do controle do coordenador de ônibus, não deviam ter deixado que as*

*peças descessem*. Quando chegaram os ônibus que faltavam, todos os veículos (ônibus, carros e motos) apagaram os faróis e saíram em caravana conformando uma fila só, para entrar numa estrada de terra; fizemos mais ou menos 5 quilômetros na escuridão.

Um dos homens no carro perguntou para o motorista se sabia o local da ocupação; o motorista achava que seria nas terras de um conhecido grupo de empresários, *uma companhia que fabrica papel, uma transnacional*. Ele mencionou que ele já tinha participado de uma ocupação nessas terras, organizada pelo Movimento de Luta pela Terra (MLT).<sup>65</sup> Mas não tinha dado certo, porque, segundo ele, *esse movimento era muito desorganizado, eram poucas pessoas e o coordenador não soube negociar. O acampamento foi desmanchado e as pessoas foram saindo*.

Tanto nesse caso, como em casos encontrados no estado de São Paulo, quando um indivíduo que já passou por vários acampamentos “desiste da luta” e depois aposta pela segunda ou terceira vez na lona preta, o critério para participar de um acampamento pode passar pela escolha do movimento que organiza a ocupação, diferentemente daqueles que participam pela primeira do mundo das ocupações, já que geralmente não escolhem um *movimento*, e sim um acampamento independentemente do *movimento* que o organiza.<sup>66</sup>

Existe uma crença entre os participantes das ocupações e acampamentos de que uma organização como o MST, por ser, segundo eles, mais reconhecida (por ter mais prestígio no mundo das ocupações de terra), consegue negociar melhor e pode conseguir mais rapidamente a desapropriação das terras.<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> No *site* desse movimento, <<http://www.mlt.org.br/>>, aparece a seguinte manchete: “Segredo: O nome e a localização das fazendas a serem ocupadas estão sendo mantidos em sigilo, por razões de segurança para os militantes. ‘Claro que não podemos dizer quais serão as fazendas ocupadas, mas podemos dizer que são todas improdutivas e são passíveis de desapropriação’, comenta Aldenes Meira”. Acesso em 14 de maio de 2007.

<sup>66</sup> Como será tratado no segundo capítulo, a escolha do acampamento depende de várias situações: dos vínculos que os acampados potenciais têm com novos e velhos acampados, da forma de organização dos acampamentos, dos benefícios (cesta básica, serviços de saúde na cidade, água, escola para as crianças), que poderão receber estando em um ou outro acampamento, da proximidade com as cidades e do movimento ou pessoa que organiza o acampamento.

<sup>67</sup> Esse argumento será problematizado em capítulos posteriores.

### 1.3 Tempo de reforma

Chegamos na propriedade que seria ocupada por volta das 2 horas. Conforme os ônibus iam estacionando, as pessoas desciam cantando e gritando. Um grupo já havia aberto uma cerca de arame farpado que dividia a fazenda da estrada de terra e tinha conseguido entrar na propriedade.

Macedo descreve uma ocupação acontecida no estado do Rio de Janeiro que varia muito pouco com o processo de mobilização aqui descrito, vejamos um trecho descrito por esse autor:

Os deslocamentos foram realizados por ônibus (para as pessoas) e caminhões (para os utensílios) fretados pelos próprios acampados [...]. O comboio partiu em silêncio e de faróis apagados por uma estrada de terra alternativa ao asfalto, esse caminho alternativo foi utilizado para evitar o encontro com os policiais de um posto localizado na estrada asfaltada. [chegando na propriedade] por volta das três e meia da manhã, a cerca já estava rompida. Os trabalhadores desceram dos ônibus e, entre gritos, risos e comemorações, correram para dentro da propriedade (2003, pp. 44-8).

Macedo (2005) menciona que existe um modelo hegemônico de mobilização que vem sendo adotado pelo MST em diversos estados do país. A tecnologia da própria ocupação faz parte desse modelo: o deslocamento das pessoas por ônibus, a ocupação realizada de madrugada, as pessoas levando utensílios, como colchonetes, lona, cobertas, panelas etc., e o local da ocupação mantido em “segredo” até o último momento. A descrição de Caume (2002) do processo de formação, nos anos 80, de um acampamento no Rio Grande do Sul também não é muito diferente do processo acima descrito. O autor menciona que segundo relatos dos agricultores que participaram da ocupação, certas informações, como data e local da ocupação não foram dadas visando impedir a ação repressiva dos órgãos de segurança públicos. Ainda, conforme Caume, nos relatos dos participantes é recorrente a menção ao fato de terem subido de madrugada em ônibus, caminhões e veículos particulares “sem sequer saberem do seu destino” (2002:177).

Uma vez dentro da propriedade, os cochichos de que estávamos em terras do grupo Suzano não cessavam e os ônibus também não paravam de chegar. Meia hora depois havia mais de 15 estacionados na estrada de terra e as pessoas continuavam chegando; a maioria delas, experientes na arte da ocupação, começava a montar na escuridão barracões de lona colados à cerca. O local da ocupação não precisava mais ser mantido em segredo, pelo contrário era o momento de mostrar que estávamos nesse lugar. Um grupo de homens foi para o meio do terreno e, durante dez minutos, lançou fogos. As pessoas gritavam e batiam palmas, também se ouviam palavras e gritos de ordem do MST. No meio do tumulto, encontrei Vani; havia chegado em um dos últimos ônibus. Instalamo-nos num barracão montado por um grupo de homens do assentamento dela. Eram mais de 4h30. Um grupo de jovens percorriam o terreno em círculo parando em alguns barracões, outro grupo de meninas jovens andavam pelo terreno em círculo também, passando duas ou três vezes pelo mesmo lugar. Escutei um dos jovens que, ao cruzar com um grupo de meninas, comentava: *Faz duas horas que a gente está aqui e não tinha nada que prestasse, mas agora esta ficando bom.* Uma ocupação, quase sempre para os adolescentes e os jovens que dela participam, acaba sendo, como expressado por alguns, *um momento de liberdade*, um momento no qual regras podem ser infringidas (familiares, do movimento e jurídicas), é o momento também no qual se conhece gente nova e se sai da rotina (como no caso dos jovens que vivem nos assentamentos com os pais)<sup>68</sup> e é o momento também no qual jovens já com *tempo de acampamento* experientes na arte da ocupação conseguem, por um lado, ser tratados de igual a igual perante outros participantes adultos e, por outro, acabam tendo um *status* diferenciado perante outros jovens *novatos* do mundo das ocupações de terra.

No barracão onde eu estava, um grupo de jovens ria de um deles que nunca tinha participado de uma ocupação e mencionava: *Se a polícia chegar, a gente manda esse na frente.* Alguns minutos depois, um carro de polícia passou ao lado do

---

<sup>68</sup> Poucos são os jovens que nos assentamentos estão satisfeitos com sua vida como assentados, acham a vida nesses espaços tediosa e rotineira, diferentemente daqueles que se envolvem com a militância do movimento, que tem oportunidade de viajar, conhecer outras pessoas fora do círculo familiar.

terreno, todo mundo começou a ficar inquieto; fora do barracão, os que estavam acordados começaram a assobiar, alguns que estavam dentro dos barracos se levantaram e saíram, dirigindo-se para a frente do terreno, outros passavam correndo. Um grupo de jovens que estavam do lado do barracão começou a gritar para os policiais. Vani, brava, falava: *Gente! parem com isso, esses moleques ficam só implicando, se acontecer alguma coisa, depois a culpa é dos sem-terra.* Os policiais foram embora, os acampados voltaram para os barracos. Um grupo de jovens dentro do barracão tocava música e cantava. Ouviam-se gritos de longe: *Tem gente tentando dormir!*

Algumas horas depois quando o sol apareceu, fomos convocados para assistir à primeira *assembléia*, que aconteceu por volta das 6 horas no meio do terreno. Nilton foi apresentado como parte da Coordenação Estadual; no seu discurso ele lembrou que essa ocupação, acontecida no dia 19 de abril, era para *lembrar a chacina do Eldorado dos Carajás*. E logo depois mencionou a importância dessa ocupação, *inclusive*, ele disse, *temos convidados internacionais nesta ocupação, um chileno, um português e uma mexicana*, apontou para mim e mencionou que eu iria *acompanhar o trabalho deles*.

Os acampados sentem-se vistos, visíveis, levados em conta, quando pessoas de “fora” visitam os acampamentos. Essa é também uma forma de se sentirem socialmente significantes. Como tratado por Loera (2006), os acampados do Terra Sem Males, sentiam-se esquecidos, quando não tinham mais visitas de estudantes ou de pessoas de “fora”.

Depois da assembléia foram formadas *comissões de estrutura* para montar o acampamento, além de outras, como *alimento, saúde, negociação, trabalho de base e cultura e comunicação*, cujos participantes estariam encarregados de preparar as refeições para os acampados, prestar cuidados médicos básicos, estabelecer contato com prefeituras locais, ir nas cidades próximas para convidar novas famílias para se instalarem no acampamento, organizar místicas e estabelecer contato com os meios de comunicação, respectivamente. Logo depois o acampamento começou a ser montado.<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Ver dossiê fotográfico em anexo (cronologia da ocupação).

Como parte de uma das comissões que se haviam formado, vários homens abriram um rolo grande de lona, espalharam-no no chão e começaram a medir e cortar partes iguais, depois outros, em dupla, faziam um buraco no chão, alguns carpavam o lugar e tiravam o mato, aplanando a terra e limpando, outros só iam colocando os paus que serviriam de base dos barracos. Os barracos que estavam sendo montados eram maiores dos que tinha visto em acampamentos. Segundo indicações recebidas em assembléia, deveriam caber dez pessoas em cada barraco. Esses barracos, depois, seriam ocupados por duas ou mais famílias convidadas durante o *trabalho de base*. Assim, os barracões improvisados que haviam sido montados de madrugada foram sendo desmanchados e no lugar foram instalados os *barracões coletivos*. Grupos de pessoas foram-se instalando dentro deles de acordo com o lugar de origem. Por exemplo, aqueles que vinham de um mesmo acampamento da região de Mucuri ficaram no mesmo barracão, da mesma forma aqueles que vieram do assentamento de Lucas e Vani se instalaram em outro barracão e assim por diante. Parecia não haver uma organização das famílias preestabelecida, mas as pessoas juntavam-se com outras porque já se conheciam ou por afinidade.

Por volta das 15 horas, a maioria dos barracos havia sido montada, assim como o mastro com a bandeira do MST. No final da tarde, a ocupação já tinha “cara” de acampamento.

As tarefas no acampamento pareciam estar sendo divididas seguindo uma hierarquia particular. Aquelas tarefas que implicavam negociação com lideranças municipais, pedir doações, *trabalho de base*, contato com jornalistas, com a imprensa e com a polícia eram em sua maioria realizadas pelo grupo dos chamados militantes. As tarefas braçais, montar barracos, buscar lenha, cozinhar e outras que não implicavam a saída do acampamento, eram realizadas pelo restante dos participantes. Uma assentada que participava na comissão de alimentação ajudava a preparar almoço e mencionava que, *para poder ter uma folguinha, tem que ter camiseta vermelha*, referindo-se a um grupo de aproximadamente dez considerados militantes que estavam sempre conversando ou em reunião e vestiam a camiseta

vermelha do MST. Na visão dessa assentada, *quem não pega na enxada, com certeza é militante.*

Existe uma espécie de senso comum entre acampados e assentados, respeito ao papel que os militantes desempenham, acredita-se que militante raramente ou nunca realiza trabalho na roça e que do que eles gostam é de *comandar e movimentar*. De fato ouvi essa expressão tanto na ocupação como em outros acampamentos de São Paulo, e inclusive uma assentada na região de Andradina-SP explicava-me que *movimentar* se referia não só ao fato de os militares gostarem de não ficar num lugar só ou se deslocar, mas esse termo tinha também o sentido de recriar e renovar o *movimento*, como organização através das ocupações.

Junto do barracão onde a comida era servida, formavam-se filas enormes. Cada um passava com um prato e uma colher. A comida (arroz, feijão, carne e farofa) era preparada em panelas enormes. Na noite anterior, havia visto chegar uma caminhonete carregada de panelas com carne, parecia estar preparada em sal, para conservá-la. Sacos de arroz e feijão haviam sido colocados ao lado do mastro e eram protegidos da chuva por pedaços de lona.

Nesse mesmo local, onde havia sido colocado o mastro com a bandeira do MST, tornou-se o lugar de reunião dos militantes; alguns dias depois este começou a ser identificado pelos acampados como *o canto dos militantes*. Quando perguntei a Enéas em forma de brincadeira que função tinham ele e os que ficavam sempre ao redor, todo mundo riu e ele respondeu: *Nossa função é a mais difícil de todas, vigiar as pessoas, vigiar para que os outros façam tudo direitinho.*

Como parte dessa função, Enéas havia mandado dois militantes para que falassem com os meios de comunicação sobre a ocupação. Um militante que havia estado na cidade e ouvido uma notícia na rádio comentou: *Falaram na rádio que mais de 2.500 famílias de sem-terra lideradas por Valmir Assunção ocuparam a Fazenda.* Enéas, gritando, disse: *Falaram que por Valmir?! O bicho vai pegar!* Buba, tentando acalmar Enéas, mencionava: *Tem que ligar de novo para desmentir essa informação, ele vai ter que explicar no congresso.* Enéas disse: *Esse não é o problema... ele se vira, mas Valmir nem está aqui!* O “problema”, como mencionava Enéas, não era que a ocupação tivesse sido associada a Valmir, que ocupa um

cargo público no congresso, o “problema”, para ele, era que havia sido esse nome e não o seu que havia figurado na notícia sobre a ocupação.

Depois que a ocupação foi noticiada, os repórteres não tardaram em chegar ao local da ocupação. Na primeira assembléia feita no local, havia-se dado a ordem de que, quando a polícia ou a imprensa chegasse, todos os acampados deveriam parar com o que estivessem fazendo, pegar suas ferramentas e ir para frente do terreno.

Não precisaram falar mais nada, parecia que todo mundo tinha entendido o que significava aquela frase. Quando os repórteres chegaram na entrada do acampamento, muitos acampados que estavam trabalhando armando barracos colocaram a camiseta e o boné do MST, pegaram as ferramentas e correram até chegar na frente das câmeras. Uma massa de pessoas de vermelho cantavam e batiam foice com foice ou com o facão ao ritmo de uma das músicas do MST. O repórter entrou no meio do grupo das pessoas e pediu para o *cameraman* parar de filmar. Os acampados iam atrás dele ainda cantando, o repórter se aproximou dos militantes e perguntou se podia entrevistar algumas pessoas do acampamento. A massa dos acampados se dispersou e as pessoas voltaram a suas atividades. O repórter dirigiu-se àquelas pessoas que lhe haviam sido indicadas para entrevistar, o representante estadual do MST, explicava assim os motivos da ocupação: *Pedimos o esclarecimento do crime de 19 dos nossos companheiros sem-terra que foram assassinados*. E outro entrevistado, o representante regional do MST, explicava por que a ocupação tinha acontecido naquelas terras: *O eucalipto é o que está matando o povo de fome, nós os sem-terra queremos uma terra que dê frutos... plantar feijão, arroz, mandioca...* O repórter havia entrevistado “as fontes oficiais” do agora acampamento, pessoas que na hierarquia estadual do movimento representam a autoridade e tem cargos de responsabilidade.

Durante a tarde, os chamados militantes entravam e saíam de carro na propriedade; Nice me disse que Enéas e outros estavam *negociando apoios* com o prefeito da cidade.

No dia seguinte, algumas pessoas haviam passado mal e haviam ido reclamar com Enéas, porque estavam com fome. No primeiro dia, o almoço só havia ficado

pronto por volta das 16 horas. Uma mulher de idade avançada argumentava que inclusive a pressão dela tinha baixado, pois não tinha jantado no dia anterior nem tomado café e o sol forte estava-lhe fazendo mal. Vani, que havia carregado um *kit* de medicamentos básicos e estava atendendo a algumas pessoas, comentava que havia muita gente passando mal, com dores na coluna e dores de cabeça, pressão baixa etc. Outro militante comentava: *É sempre assim, o primeiro e segundo dia são os mais difíceis, o pessoal fica bravo, quer ir embora, alguns vão mesmo, sempre demora a organização.*

Vani e Lucas, depois de várias reuniões e discussões com outros militantes, haviam conseguido estar na *comissão* que realizaria *trabalho de base* em Bela Vista, um pequeno povoado que ficava a 5 quilômetros do acampamento. Participei de duas reuniões de militantes, em que o principal motivo de briga e discussão havia sido precisamente que a maioria queria fazer o *trabalho de base* no pequeno povoado. Como mencionei antes, o número de famílias que se consegue mobilizar parece ser um elemento importante para “ganhar um nome” na ocupação e/ou perante a sua *Regional*.

Outros militantes já se tinham deslocado a outras cidades, para fazer *trabalho de base*. Duda, por exemplo, o jovem que me havia acompanhado no *tour* pelo *acampamento*, tinha saído cedo, de manhã, do novo acampamento em direção a uma cidade a 50 quilômetros de distância dali.

A reunião em Bela Vista estava marcada para acontecer na parte da tarde. Vani convidou-me para acompanhar o *trabalho* deles.

Nas chamadas *reuniões de base*, ou *reuniões informativas*, militantes e assentados, principalmente, informam aos acampados potenciais sobre as minúcias do funcionamento da ocupação e dos acampamentos. Também, como menciona Comerford (1999), nas reuniões de trabalhadores rurais se criam e recriam espaços de sociabilidade.

### 1.3.1 O trabalho de base

Chegando em Bela Vista, fomos na casa de Dirceu, um vereador local que tinha arranjado um lugar onde seria realizada a reunião. Segundo ele, já havia convidado aproximadamente 50 famílias do lugar e de povoados próximos.

Dirceu mencionava que havia muitas pessoas interessadas em participar da ocupação. Algumas delas já haviam ocupado essa mesma área alguns meses antes, quando foi organizada uma ocupação por dirigentes do MTL.

A reunião estava marcada para as 16h30, na casa de uma liderança local. No caminho, Rogério, outro militante que nos acompanhava, identificou dois homens do acampamento que estavam deitados no chão fora do cemitério. O comentário de Vani foi que era domingo e *domingo é dia de cachaça*. As reuniões são geralmente organizadas durante os finais de semana, para que as pessoas que trabalham possam comparecer.

Chegamos na casa onde seria a reunião, já havia pouco mais de 20 pessoas no local.

Um jovem aproximou-se e, apresentando-se, nos disse: *Estou doido para ir no acampamento*. Ele, um pouco ansioso, perguntava se havia muita gente acampando. Justificava a ansiedade mencionando que ali, em Bela Vista, nunca se passava nada. O acampamento, na sua percepção, traria uma mudança na sua rotina e teria oportunidade de conhecer outras pessoas que não formavam parte do seu universo familiar e local.

As pessoas continuavam chegando. Nilton havia chegado ao local, tomou a palavra e convidou todo mundo para começar a reunião.

Foi feita uma pequena mística. Vani se apresentou e recitou um poema e depois passou a palavra para Nilton. Na continuação reproduziu uma parte do discurso por ele pronunciado:

*Agradeço a presença de todo mundo aqui. Já devem estar sabendo que foi ocupada a fazenda, foram mais de 2.500 famílias sem-terra. Estamos aqui para convidá-los a que se unam ao acampamento, quem quiser reforma agrária e trabalhar na sua própria terra tem que fazer acampamento, a terra não se ganha tão fácil, ninguém pode chegar no Incra e pedir... tem que fazer acampamento.*

*Essa terra aqui, plantada só com eucalipto, é um perigo, não dá trabalho nem comida para ninguém, só para os fazendeiros e donos. Quem estiver interessado levante a mão.*

Todo mundo levantou a mão, ele ainda mencionou:

*As famílias que estão acampadas já têm seu pedaço de terra ou já estão acampando em outros acampamentos, estão aqui ajudando vocês, os futuros acampados, e fazendo pressão para que outras terras saiam; é bastante terra e com certeza quem fizer ocupação vai ter a chance de ganhar uma terra. Podem convidar também parentes ou amigos que queiram ganhar terra.*

Apesar de terem sido Lucas e Vani os que fizeram as negociações preliminares para a reunião acontecer e os contatos com as lideranças locais, foi Nilton, aquele que detinha um lugar mais alto na hierarquia do movimento, que falou em nome do MST e realizou o convite. Nilton finalizou gritando algumas palavras de ordem e depois mencionou que passaria a palavra para Dirceu, *conhecido de todos vocês, daqui mesmo*. Para o sucesso do trabalho de base e da ocupação, isto é, conseguir que famílias novas se dirijam às terras ocupadas, é preciso que aqueles indivíduos que organizam a ocupação estabeleçam alianças com lideranças dos locais próximos onde são realizadas as ocupações. Os acampados potenciais acreditam e confiam nas pessoas que fazem parte da sua rede de amigos e conhecidos, mas também aqueles que, além de conhecidos, como no caso de Dirceu, representam alguma autoridade no local. Portanto, o *trabalho de base* só é efetivo porque se estabelecem alianças e se aproveitam os vínculos que traspassam as fronteiras dos movimentos que organizam as ocupações.<sup>70</sup>

Dirceu, o vereador local, tomou a palavra:

*Está na hora de ganhar terra, dessa vez vai ser diferente daquela outra ocupação [do MLT]. O MST é organizado, não é piada, quem for participar do acampamento tem que obedecer as regras, trabalhar, se disciplinar, não pode usar drogas, não pode beber e tem que realizar tarefas dentro do acampamento. O MST está aqui [...] não para brincar, mas para conseguir essa terra [ele apontava a bandeira do MST que havia sido colocada na parede do pátio da casa onde a reunião estava sendo feita]. Aquele que não*

---

<sup>70</sup> De fato foi só depois da reunião, na qual interveio Dirceu, o vereador local, que pessoas de Bela Vista foram instalar-se debaixo da lona.

*respeite isso, não vá, mas, se tem consciência e quiser ganhar terra, vá. É assim que deve se lutar. Eu vou acampar também, eu também quero terra e também estou consciente que estarei ajudando a eliminar o cultivo do eucalipto.*

Dirceu terminou o discurso gritando: *MST, MST, MST!*

Esse vereador, no seu discurso, comparava dois movimentos, MST e MTL e qualificava, sob uma lógica da diferenciação, a experiência da ocupação anterior como algo que não havia sido sério, organizado; havia sido uma brincadeira, uma piada, e por isso não tinha dado certo. Mas, dessa vez, o convite era para valer, mas tinha que acatar os ensinamentos do MST e, sobretudo, a disciplina. Na percepção de Dirceu, tal como para os acampados com os quais eu havia chegado de carro no local da ocupação, o MST tinha uma capacidade maior de organização, e por isso eles acreditavam que dessa vez poderiam conseguir as terras

Dirceu não só fazia público seu ponto de vista em relação ao movimento, mas tornava o discurso mais efetivo, ao se colocar como igual perante os outros — “*eu vou acampar também, eu também quero terra*” —, aqueles acampados potencias que ouviam seu discurso.

No dia seguinte do *trabalho de base*, pessoas que havia visto na reunião começaram a se instalar debaixo da lona. Parecia que esse *trabalho* em Bela Vista havia sido disputado entre militantes não só pela proximidade geográfica com o acampamento, mas, principalmente, porque as famílias podiam deslocar-se mais rapidamente para o acampamento; e, mais, as famílias novas que iam chegando eram identificadas não só com o lugar de origem, mas também com aquele que as tinha convidado para o acampamento. Inclusive, foram feitas brincadeiras entre militantes e acampados sobre uma das famílias na qual havia um menino um pouco afeminado, que foi identificado como homossexual. Militantes e acampados riam e mencionavam que aquele menino era convidado de tal ou tal militante ou acampado. E uns e outros atribuíam esses convidados a tal ou tal nome. Vani, orgulhosa ao ver que as famílias se instalavam *debaixo da lona*, mencionava que *poucos [companheiros] haviam conseguido levar novos [acampados] para o acampamento*. Já antes do *trabalho de base* acontecer ela tinha comentado que seu objetivo era

*fazer um trabalho [de base] intensivo, enquanto estavam acampados*, provavelmente quanto mais famílias de Bela Vista se instalassem, mas *novos* acampados seriam associados com seu nome. E por outro lado, cumprindo com sua “cota” de acampados, ela não teria que investir mais recursos e tempo num trabalho de base, quando voltasse para seu assentamento.

Nos primeiros dias o novo acampamento foi então mantido principalmente por assentados e *velhos acampados* da região. Alguns deles participaram também da *comissão* que se formou para fazer *trabalho de base* em Bela Vista. Afinal, muitos deles tinham parentes ou conhecidos no lugar. O objetivo era, segundo os participantes da ocupação, *renovar o acampamento*; isso significava levar pessoas “novas” para “substituir” os “velhos” acampados e assentados, para que estes pudessem voltar para seus acampamentos e assentamentos de origem.

Macedo (2005) menciona que a estratégia de mobilização das famílias para as ocupações depende do tempo que se tem para realizar a ocupação. Por exemplo, diante da urgência em realizar uma ocupação — como no caso aqui mencionado — ou da ausência de recursos para realizar um trabalho de base prolongado que consiga juntar o número desejado de famílias, a estratégia adotada é aumentar o número de pessoas que costumam apoiar a ocupação.

Nesse caso, ela é realizada com um grupo formado essencialmente de militantes, assentados, simpatizantes e acampados de outros locais. [...] Quando as condições sociais daqueles que residem nas imediações do acampamento favorecem a entrada de novas famílias a estratégia obtém o resultado esperado. Aos poucos, as famílias que entram substituem o grupo que realizou a ocupação, já que aqueles que a apoiaram retornam para seus locais de origem (Macedo, 2005, pp. 487-8).

A ocupação aqui relatada também seguiu essa dinâmica. Assim que famílias novas começaram a se instalar *debaixo da lona*, assentados e *velhos acampados* começaram a sair. Já no segundo dia após a ocupação, principalmente idosos e crianças haviam começado a deixar o local. Varias vezes vi pequenos grupos que, munidos dos seus *kits ocupação*, esperavam na estrada de terra, para conseguir uma carona até a estrada asfaltada. Parecia que entre a maioria dos participantes existia o consenso de que idosos e crianças eram os primeiros que poderiam

retornar a seus acampamentos e assentamentos de origem. No entanto, o resto dos acampados parecia seguir outras regras.

Visitando os diferentes *barracões coletivos* organizados segundo o lugar de origem dos participantes, deparei-me com uma pergunta que era recorrente por parte deles: *Faz quanto tempo que você está na reforma? O tempo de reforma*, para esses participantes, entre outras coisas significava o tempo de participação no movimento sem terra, especificamente o tempo de participação em ocupações e acampamentos.<sup>71</sup> Quando retrucava a pergunta, a resposta, na maioria das vezes, era a mesma: “Faz (x tempo) que estou nessa luta” ou “Já tenho (x tempo) de reforma. Alguns especificavam logo depois que eram originários de tal ou tal lugar e ainda alguns comparavam seu “tempo de reforma” com o de outros participantes: “Fulano acampou antes que eu, ele tem mais tempo de reforma”.

A mãe de Lucas, por exemplo, que também estava participando da ocupação, relatava-me que tinha *oito anos de reforma*, mas seu filho, Lucas, *tinha mais tempo de reforma* do que ela. Ela é assentada faz cinco anos, mas passou três anos acampada e acompanhando outras ocupações antes de ser assentada e ainda hoje, mesmo sem concordar completamente, e argumentando que não está mais com idade para continuar participando ela cumpre, como ela me disse, com seu *compromisso*, acompanhando outras ocupações. Seu filho Lucas, como já foi mencionado anteriormente, faz 17 anos que participa de ocupações de terra. Ou, como ele disse, faz 17 anos que *está com os sem-terra*.

A mãe do Lucas foi uma das primeiras a voltar para seu assentamento, outros, vizinhos do assentamento a seguiram.

Ainda, estando no *canto dos militantes*, ouvi reclamações de pessoas que queriam voltar para seus acampamentos de origem e argumentavam que “fulano” ou “beltrano”, acampados de outros acampamentos da região, tinham aproveitado a saída de militantes do acampamento para ir embora. Segundo me explicou Rogério, um militante e assentado, os acampados *sabiam que tinham a obrigação de esperar*

---

<sup>71</sup> Como será tratado no quarto capítulo “Tempo de reforma”, a maioria dos assentados que participam em ocupações e outras mobilizações quantificam o “tempo de reforma” não só a partir do momento em que foram assentados, mas a partir do momento em que realizaram a primeira ocupação.

*o acampamento encher com mais famílias*, já que, conforme assentados fossem saindo, o acampamento podia ver-se esvaziado.<sup>72</sup>

Não só existe um consenso entre assentados, acampados e militantes de que são os assentados e não os acampados que têm mais *tempo de reforma*, mas o *tempo de reforma* evidencia também a existência de uma hierarquia particular, aquele que ainda não é assentado será o último a deixar o novo acampamento, pois tem um nível maior de “obrigação” a cumprir. Parecem existir, portanto, gradações nas obrigações no mundo das ocupações de terra, e neste caso se tornam explícitas através do *tempo de reforma*.

Loera (2006) na sua etnografia sobre acampamentos de sem-terra em São Paulo identificou a existência de uma “lógica do merecimento”, o merecimento segundo a autora é associado ao sofrimento daqueles que passaram mais tempo debaixo da lona preta, portanto, os que haviam sofrido mais acreditavam ter mais direito à terra. E é precisamente através do sofrimento que legitimavam a pretensão de ganhar um lote de terra.<sup>73</sup> No caso aqui relatado parece existir uma lógica do merecimento às avessas, quanto mais tempo de reforma, menos tempo debaixo da lona e, portanto, menos sofrimento.

---

<sup>72</sup> Acredita-se também que os assentados não podem ficar muito tempo longe dos seus assentamentos de origem, pois já têm terra, casa e animais que requerem dedicação.

<sup>73</sup> Brenneisen (2003) identificou em um assentamento no oeste do Paraná o que ela chama uma “pedagogia do sofrimento”. Já Macedo (2003) faz menção a uma “ética do sofrimento”. Caume, por outro lado, identificou no assentamento, lócus da sua pesquisa no Rio grande do Sul existência de um discurso do sofrimento, “os acampados utilizam como arma discursiva o relato da luta e do sofrimento no período de acampamento para afirmar o assentamento como conquista do acampamento (2002: 174).

## TEMPO DE BARRACO

No mundo das ocupações de terra, aqueles que participam de uma ocupação e subseqüentemente de um acampamento devem seguir uma etiqueta particular: montar um barraco e se instalar *debaixo da lona preta*. Essa é a forma apropriada de proceder e de “dizer” que se quer terra e que se “pertence” a determinado acampamento. Essa linguagem é entendida e compartilhada pelos trabalhadores,<sup>74</sup> pelas lideranças e militantes dos *movimentos* e pelos representantes do Estado encarregados das desapropriações de terras.<sup>75</sup> O barraco de lona se torna, então, uma espécie de inscrição, sinaliza a participação em um acampamento e é uma forma de marcar a entrada no mundo das ocupações de terra. Conforme Sigaud:

Ao montar sua barraca o trabalhador diz que quer a terra. Esta afirmação está dirigida ao Incra, que no momento de selecionar os futuros beneficiários irá contabilizar os que se encontram *debaixo da lona preta*; ao *movimento* que o incluirá em suas listas a serem apresentadas ao Incra; e aos demais que se encontram no acampamento que irão reconhecê-lo como alguém que quer a terra. A barraca legítima a pretensão a *pegar terra*; é a prova do interesse em ser contemplado pela redistribuição das terras (2004, pp. 19-20).

Em alguns acampamentos é possível montar uma barraca e não morar nela, em outros, a barraca não é suficiente para ser considerado como parte do

---

<sup>74</sup> A pesquisa em campo mostrou que o termo “trabalhador rural” é usado, principalmente, pelas lideranças dos movimentos que organizam as ocupações e acampamentos para designar de maneira geral a população que se instala debaixo da lona; é usado também pelos representantes do Incra, na mídia e no senso comum; por exemplo, ao afirmar que todos os acampados seriam “trabalhadores rurais”, ou teriam uma origem rural ou camponesa, no entanto, muitos dos acampamentos do estado de São Paulo são compostos por uma população de origem urbana, que não se considera como “trabalhador rural” e se autodesigna como acampado ou simplesmente como trabalhador. Portanto, atrevo-me a sugerir que “trabalhador rural” se tornou, hoje em dia, uma categoria política, no sentido em que é acionado principalmente pelos *movimentos* para explicitar o vínculo dos acampados com a demanda por terra.

<sup>75</sup> Como assinalado por Rosa (2009), o termo militante é usado principalmente por indivíduos ligados ao MST e participantes dos acampamentos promovidos por esse *movimento*. Para outros casos se faz referência a dirigentes ou lideranças. Ocasionalmente também pode ser usado o termo militante para lideranças que não fazem parte dos quadros do MST.

acampamento, para isso é necessário, de fato, morar no acampamento.<sup>76</sup> No entanto, em ambos os casos os trabalhadores compartilham uma crença, nas palavras de Sigaud (2005), a de que um futuro melhor passa pela lona preta. Ainda, segundo essa autora, a lona preta passa a fazer parte de um repertório dos possíveis para melhorar de vida, figurando como mais uma alternativa dentro de um horizonte de possibilidades.

Desse modo, no mundo das ocupações de terra, o *tempo de lona* ou *tempo de barraco* ao qual se faz referência também como *tempo de acampamento* se torna um requisito incontornável para quem pretende ser beneficiário da reforma agrária, e a *barraca de lona* se torna uma prova, uma amostra desse “tempo”. Em outras palavras, o *tempo de acampamento* pode-se tornar visível através do barraco.

No mundo das ocupações de terra, a barraca de lona é um bem precioso, é objeto de negociações, trocas e disputas, mas também, como tratado por Loera (2006), é um elemento através do qual podemos enxergar a existência de hierarquias dentro dos acampamentos. Para a autora:

“A barraca de lona preta configura-se como um elemento comunicativo que mostra uma forma homogênea, uniforme. No entanto, é internando-nos, literalmente, dentro das barracas, que as cores e diversidade surgem diante de nossos olhos, explicitando também a parte implícita da mensagem da ocupação. Através das *barracas*, podemos ler a diferença existente entre os militantes e a massa de acampados” (Loera, 2006, p. 72).

Entretanto, a barraca diz muito mais do que isso, refere-se à diferença e hierarquia existentes entre os acampados, ou mais especificamente entre os participantes dos acampamentos considerados experientes ou inexperientes na arte de acampar.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> Nos acampamentos encontramos uma diversidade de situações: há quem não acampa, mas tem um representante, isto é, um parente ou amigo que fica guardando o lugar, há quem fica debaixo da lona só alguns dias durante a semana e há quem mora no acampamento e monta “literalmente” sua casa dentro do barraco. Essas especificidades serão abordadas ao longo do texto.

<sup>77</sup> Optei por colocar “participantes dos acampamentos” no lugar de acampados com o objetivo de desnaturalizar certos termos, como, por exemplo, acampado. Esse termo se tornou- uma categoria oficial para o Incra, e ,designa a todos aqueles que têm barraco num acampamento. No entanto, durante o trabalho de campo percebi que, em alguns acampamentos, nem todo mundo que tem barraca é considerado acampado. Por exemplo, em acampamentos do oeste do estado de São Paulo, o acampado é somente aquele que, de fato, mora no acampamento e não é considerado dessa maneira, por exemplo, o “morador de final de semana”, ou andorinha. Feito esse esclarecimento, no decorrer do texto, ao fazer referência de maneira geral aos participantes dos acampamentos, usarei o

Borges (2003), na sua etnografia sobre o Recanto das Emas, uma cidade satélite de Brasília, descreve situações vivenciadas por moradoras do lugar, situações que evidenciam relações de *status* que giram em torno do “barraco” (categoria nativa usada para descrever um tipo de moradia daquele lugar). A autora identificou entre os moradores do Recanto certos atributos e hierarquias associados ao barraco. Atributos que passam pelo modo de vida das pessoas que nele vivem, e hierarquias que passam pelo tipo e localização dos barracos e lotes no espaço do lugar. O barraco, para essa autora, revelou-se como um lugar-evento privilegiado para compreender significados e valores do modo de vida dos moradores do lugar. Do mesmo modo, no mundo das ocupações de terra, o barraco é uma porta de entrada para identificar aqueles participantes desse mundo social associados às categorias nativas: *velhos*, *novatos* e *novos Acampados*, *moradores* ou *acampados* e *apoios*; assim como as diferentes percepções do *tempo de barraco*, por parte dos indivíduos associados a essas categorias.

## 2.1 Novos, novatos e velhos acampados

Geralmente quando uma pessoa chega num acampamento para se instalar *debaixo da lona*, o coordenador designa um lugar para ela dentro do acampamento;<sup>78</sup> logo, espera-se que o acampado tenha respeitado o procedimento de entrada, ou seja, falar com o coordenador e *pedir uma vaga*.<sup>79</sup>

Nos acampamentos visitados durante o trabalho de campo, o uso do termo *vaga*, tal como menciona Sigaud, para o caso dos acampamentos da mata sul

---

termo Acampados (com a primeira letra em maiúscula) e, quando fizer referência ao termo nativo, que faz referência aos que de fato moram nos acampamentos, deixarei o termo em itálico, com minúsculas (*acampados*).

<sup>78</sup> Aqui me parece importante fazer um parêntese para lembrar que nem todos os Acampados participam da ocupação que funda o acampamento onde se instalam, muitos chegam depois, uma vez que o acampamento já está montado, a convite de amigos, conhecidos, parentes, acampados e lideranças dos *movimentos*.

<sup>79</sup> Como será tratado adiante, em alguns acampamentos, antes de montar um barraco é necessário primeiro negociar uma *vaga*, isto é, um barraco só pode ser montado, se o coordenador liberou uma *vaga* e o acampado pagou por ela.

pernambucana, “não é neutro: indica que a entrada no acampamento é representada a partir do modelo da ‘entrada’ em um emprego” (2000, p. 89).<sup>80</sup>

Muitas vezes a “entrada” de um *novo acampado* no acampamento é precedida de uma investigação por parte do coordenador. Quem é? De onde vem? E como ficou sabendo do acampamento? Essa “investigação” como critério de acesso é parecido ao critério de entrada nos acampamentos da mata pernambucana, como identificado por L’Estoile e Pinheiro (2006). Para esses autores, o “conhecimento” prévio da pessoa era um critério nos acampamentos organizados pelos sindicatos rurais para aceitar a “entrada” de novas pessoas. No caso de Edesmaria, por exemplo, o fato de sua irmã ser assentada e conhecer parentes do coordenador do acampamento facilitou sua “entrada” no Terra sem Males.

No TSM, depois que o coordenador dava a *vaga*, os *novos* eram instalados nos últimos grupos de barracas formados, e na barraca recém-montada era colocado o número do grupo e do barraco.<sup>81</sup> Para os coordenadores, essa era uma forma de ter um controle das “entradas” e “saídas” de acampados; e, pela própria numeração das barracas, os acampados já podiam saber quem era *novo* no acampamento. Uma vez instalados, os *novos* podiam optar por mudar de grupo, trocando de lugar com outra pessoa e se instalando numa barraca já montada ou desmontar seu barraco e montá-lo em outro lugar. Mas, na chegada, devia ser respeitada a ordem dos barracos e o lugar designado.

---

<sup>80</sup> Se em alguns acampamentos se “entra” como se fosse um emprego, e a barraca é a inscrição ao mundo das ocupações, podemos entender melhor quando acampados e dirigentes fazem referência às atividades realizadas dentro do acampamento e para o *movimento* como *trabalho*.

<sup>81</sup> Como tratado por Loera (2006), o acampamento TSM, quando estava montado no município de Cajamar, estava dividido em 11 grupos de barracas. Cada grupo estava composto por 5 ou 6 famílias, famílias que muitas vezes estavam vinculadas entre si por laços de parentesco.



Barraca do acampamento TSM pertencente ao grupo 1.

Veja-se em frente ao barraco o detalhe da casinha de cachorro. É comum, *novos e velhos acampados* criarem animais de estimação que, na maioria das vezes, acabam acompanhando seus donos no seu percurso pelo mundo das ocupações de terra

(Cajamar (SP), junho de 2003, extraída de Loera, 2006).<sup>82</sup>

O procedimento de entrada pode variar um pouco de um acampamento para outro, mas o pedido de *vaga* e a instalação da barraca como ato de inscrição é um denominador comum nos acampamentos. Zélia, acampada no acampamento Famílias Unidas, relatava o processo de entrada num acampamento montado em Aracanguá, no município de Araçatuba (SP). Ela, antes de acampar no acampamento Famílias Unidas, morava em uma pequena vila a 11 quilômetros desse acampamento. Há quase cinco anos, ela, com seu marido e duas crianças, fizeram sua mudança e se instalaram para morar no acampamento.

Zélia e Cido, no começo de 2008, foram convidados por Edesmaria para visitar um acampamento que estava na beira do rio, em Aracanguá. Segundo Zélia, *Cido adora pescar e ficou doido quando soube que o acampamento era na beira do rio*. Eles foram de carro até o acampamento e, conhecendo o procedimento, chegando ao local foram conversar com a coordenadora do acampamento; ela, como se fosse uma representante de uma imobiliária, *fez um tour pelo acampamento*, mostrando a forma de funcionamento e indicando *onde poderiam instalar o barraco*. Segundo Zélia, no acampamento estava *tudo muito apertado*, e *os barracos dos novos ficavam num canto mais apertadinho ainda*, o acampamento estava longe da

---

<sup>82</sup> Todas as fotos que aparecem no texto foram tiradas por mim em diferentes lugares e datas, que estarão especificados ao pé da foto.

cidade e não tinha transporte para as crianças irem à escola, isso, entre outras coisas, fez Zélia desistir da sua decisão de mudar de acampamento.

As pessoas que pretendem instalar-se debaixo da lona geralmente, como já foi mencionado anteriormente, não escolhem participar de um movimento e sim de um acampamento. Essa decisão não só depende dos laços de amizade ou parentesco que se tem com pessoas que já estão acampadas, mas também depende do contexto e das situações vividas anteriormente e das expectativas para o futuro que cada acampado tem. A proximidade com as cidades, nos acampamentos do estado de São Paulo, é hoje em dia um dos critérios de escolha para os que vão mudar de acampamento ou aqueles que irão instalar-se pela primeira vez *debaixo da lona*.<sup>83</sup>

A pesquisa de campo também revelou que militantes e dirigentes dos *movimentos* preferem atuar em acampamentos próximos às cidades já facilita a mobilização de recursos e apoios para os acampamentos assim como facilita os deslocamentos no caso de uma mobilização.

As cidades têm uma importância fundamental na dinâmica socioeconômica dos próprios acampamentos, já que não é só onde muitos dos acampados trabalham, compram alimento, fazem uso dos serviços de saúde, ou fazem algum trâmite, mas também, muitas vezes, são lugares onde trocas e negociações acontecem: entre acampados, acampados e militantes ou lideranças dos movimentos e autoridades locais. A cidade e seus serviços é também um lugar de distração ou espaço de lazer para os acampados, principalmente para os jovens que moram nos acampamentos, que, durante os finais de semana, se deslocam para fazer compras, reunir-se com outros jovens e tomar cerveja em algum bar.<sup>84</sup> De fato, existe uma crença que circula entre os acampados, de que um acampamento perdura mais e os acampados acabam desistindo menos quando o acampamento se encontra perto de uma cidade ou vila, por menor que esta seja.

No TSM um *novo* acampado podia ser identificado não só pela numeração e localização do seu barraco no espaço do acampamento, mas também a

---

<sup>83</sup> A pesquisa de campo também revelou que militantes Outros critérios de escolha dos acampamentos irão sendo detalhados ao longo do texto.

<sup>84</sup> Esse é o caso também dos assentamentos, como será tratado num próximo capítulo.

inexperiência no mundo das ocupações podia ser identificada e medida pelos *velhos acampados* pelo número de pertences que se levava ao acampamento e se encontravam no barraco. Para os acampados que detem o estatuto de *velhos acampados* ou *velhos de acampamento*, aquele que chega com mudança é identificado, na maioria das vezes, como *novato*.

Edesmaria, *velha de acampamento*, me explicava que geralmente *os novos não sabem como funciona* [o mundo das ocupações de terra]; segundo ela, *ganhar terra é algo demorado*, e, no caso de um despejo ou de ter que mudar de acampamento ou sair para realizar uma nova ocupação, era melhor carregar o mínimo de coisas possíveis, e, caso a saída fosse temporária (por participar de uma ocupação e *abrir um acampamento*),<sup>85</sup> era melhor não ter muita coisa dentro do barraco, pois não era raro pessoas do mesmo acampamento aproveitarem a saída de alguns para se apropriarem das coisas alheias.<sup>86</sup>

Cleusa, que já havia cumprido mais de um ano de acampamento, lembrava sua chegada como novata na Capuava, a fazenda onde foi realizada a ocupação que deu vida ao Terra sem Males:

*Foi pelo dia 3 de abril [de 2002] que o Alfredo [seu marido] participou da reunião do movimento, só que dali foi logo no começo da ocupação. Ele ficou uma semana, foi de sábado para domingo a ocupação e nós ia desistir, ele não queria vim no começo, não queria de jeito nenhum; ali veio uma turma do assentamento [Sumaré II], aí voltaram... Nossa, mais é bonito lá! Porque as terras vão ser lá mesmo! É porque no começo falava que ia ficar lá mesmo, né, aí ele ficou doido, “agora eu vou, agora eu vou”; aí, quando passou uma semana que foi... a data eu não lembro, aí, vinha uma caminhonete de lá, era dona Cida mesmo [assentada de Sumaré], que mandou avisar que quem tivesse ido na ocupação que uma caminhonete vinha para trazer as coisas: colchão, essas coisas. Daí, nós viemos, ele ficou duas semanas, ali ele já voltou... “Porque vou vender a casa, porque vou embora, porque as terras vai*

---

<sup>85</sup> “Abrir acampamento” é uma expressão usada entre participantes dos acampamentos e significa realizar uma ocupação que irá fundar um acampamento, diferentemente de uma ocupação que é realizada sabendo, *a priori*, que irão ocupar, mas logo deverão desmanchar os barracos e sair do local. Em contextos rurais, “abrir um lugar”, uma roça, por exemplo, significa abrir um espaço de vida. Essa observação vai ganhar sentido adiante no item “Barracos e barracos”, também voltarei a tratar sobre essa expressão de maneira mais detalhada no capítulo “Tempo de luta”.

<sup>86</sup> Como mostrado em Loera (2006), no TSM existia um regulamento interno que fazia parte da disciplina socializada pela militância do MST. Segundo o regulamento, “era proibido se apropriar de qualquer objeto alheio”; no entanto, as regras muitas vezes eram quebradas e, dentro de certo limite, um desrespeito à disciplina era tolerado.

sair lá”; e eu: “Não, você não vai vender essa casa” [...]. Aí, vinha todo mundo, todos os novos [acampados] de lá [de Sumaré] com seu carrinho, aí nós viemos, veio eu e o Júnior, fez um ano já. [...] aí, [quando chegamos] em Atibaia, eram uma 5 horas, 6 da manhã na Capuava, mas chegamos lá, tudo escuro; ali olhava assim pro alto e falava para seu Carlitos: “Meu Deus do céu! Esse que é o lugar? Ah! não sei se vou ficar aqui, não.” Aí, seu Carlito, que já era velho de acampamento, falava assim: “Você vai ver, você vai gostar”. Aí ficou; aí no outro dia cedo, eu achei bonito mesmo. Aí peguei e falei assim: “O quê! Eu não volto mais para Sumaré de jeito nenhum”. Aí eu falei assim: “Ah, o Alfredo que se vire lá, que venda a casa, porque lá eu não vou voltar mais, não”; aí fiquei duas semanas, aí seu Ademar, que estava indo para esses lados, lá, aí eu mandei o recado, falei: “Fala pro Alfredo vender a casa lá, dar um jeito que não vou mais, não”; aí ele foi e eu mandei trazer umas coisas para mim, eu já tinha deixado separado roupa, tudo, umas bolsas, aí passou aqueles dias e não voltei mais, aí o Alfredo vendeu a casa lá pra esse homem e a turma falando que ia ficar ali, que ia ficar ali [na Capuava]. Alfredo vendeu tudo lá [em Sumaré] e veio com aquela mudança! (Cleusa, TSM, Cajamar, maio de 2003).

A chegada de Noé como *novato* no acampamento Dom Hélder Câmara, em junho de 2003, foi muito parecida com o relatado por Cleusa. Ele foi participar primeiro da ocupação e depois, quando o acampamento estava montado, chegou sua esposa com seus dois filhos. Eles venderam a casa que tinham em Viracopos, na região de Campinas, e percorreram mais de 600 quilômetros até Birigui; como ele me disse: *Fizemos toda uma mudança, deixando a casa e a vida ruim pra trás*. Betinho também chegou como *novato* para se instalar no Dom Hélder Câmara. Ele e sua esposa Cida moravam em Araçatuba e haviam visto na TV local uma matéria sobre os acampamentos instalados na região, pouco tempo depois ouviram que no bairro estavam fazendo *trabalho de base para ir para a terra*. Eles chegaram no Dom Hélder no final de 2003, levando consigo também a mudança.

A maioria dos *novatos* ao se dirigirem as terras ocupadas o fazem deixando toda uma vida para trás e com a expectativa de que rapidamente irão se fixar num lugar e terão a possibilidade num futuro próximo de reconstruir suas vidas ao ganharem um lote de terra, quando isso não acontece no tempo e da maneira como esperavam mencionam sentir-se enganados ou traídos por aqueles que os convidaram para acampar.<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> Voltarei a essa questão no capítulo IV.

Devo mencionar que, nos acampamentos nos quais foi realizado a maior parte do trabalho de campo, nem todos os que levavam mudança e montavam sua casa no barraco eram *novatos*, nem todos aqueles que só tinham montado seu barraco e levavam poucos pertences eram *velhos acampados*. Muitas vezes, *novos acampados* que se instalam num acampamento próximo a seus lugares de origem se deslocam com poucos pertences, muitos deles inclusive mantêm uma casa na cidade. Esse foi o caso, por exemplo, de Zefa e Zé, um casal que acampou pela primeira vez em 2004, no Dom Hélder Câmara. Hoje em dia são assentados no município de Suzanópolis e, durante todo o tempo em que estiveram acampados (quase quatro anos), mantiveram sua casa fechada na cidade de Andradina, e só quando *as terras saíram*, isto é, foram assentados começaram a levar todos os móveis e pertences da casa de Andradina para o assentamento.

Contudo, no TSM e no Dom Hélder Câmara, a maioria dos *novatos*, principalmente famílias que se foram instalando no acampamento quando já estava montado, se encontravam na mesma situação de Noé, Cleusa e Alfredo e Betinho e Cida; haviam chegado com a mudança, alguns, inclusive, como assinalado em Loera (2006), montaram sua casa no barraco. Segundo a autora:

É comum encontrar essas diferenças dentro das barracas dos sem-terra: alguns deles, quando vão fazer ocupação, só carregam alguns pertences e montam a barraca com pouca coisa; geralmente são os que já passaram por outros acampamentos; outros, geralmente “novos” acampados, voltam para suas cidades e vão trazendo aos poucos todos os seus pertences e praticamente montam uma “casa” dentro da barraca, com fogão a gás, camas, armários, móveis, etc. (Loera, 2006, p. 76).

Cleusa aprendera, com mais de um ano de acampamento, que *sem-terras levam vida de ciganos, não dá para se apegar a nada*.

Edinéia do TSM, que acampava com sua mãe, também relacionou seu *tempo de acampamento* com a itinerância. Ela lembrou que, depois de um ano de acampamento, haviam perdido várias coisas, entre panelas, louça e objetos pessoais, e depois de tanta mudança haviam aprendido a ficar com um mínimo de coisas dentro do barraco, inclusive, ela mencionou que *sequer tinham fogão a gás*, haviam aprendido que *nessa vida de acampado* era melhor ter fogão a lenha. Ela não se considerava como *novata*, mas tampouco como *velha acampada*. Segundo

ela, o seu *tempo de barraco* ainda era pouco, tomando como referência outros acampados do TSM, que tinham três, quatro ou mais anos de acampamento.

Esse era o caso de acampadas como Geni e Gracilda, que, se fizéssemos uma contagem cronológica do *tempo de barraco* de ambas, poderíamos contar mais de 15 anos de acampamento.

Geni, *velha acampada* acostumada com as contínuas mudanças de acampamento, quase não tinha móveis no seu barraco, guardava sua roupa em sacolas de plástico e tinha um mínimo de pertences. Inclusive em 2005, quando a encontrei novamente no TSM, que estava montado próximo à cidade de Itu (SP), sua filha e seu genro haviam decidido também ir acampar. Para eles, Geni e seu marido haviam montado uma pequena barraquinha de lona em forma de barraca de *camping* ao lado do seu barraco, na qual só tinha um colchão. Como *velhos de acampamento*, sabiam que o importante era montar um barraco que pudesse ser montado e desmontado com facilidade e com o mínimo de pertences possíveis.

Como vemos nos casos relatados, o *tempo de acampamento* tem a ver com o tempo que de fato se passa debaixo da lona nos acampamentos mas também com um *know-how*, com um saber, ou, em palavras nativas, com um *conhecimento* do modo como funciona o mundo das ocupações de terra.

Uma breve descrição da trajetória de Edesmaria no mundo das ocupações de terra talvez nos sirva para esclarecer melhor esse argumento.

Edesmaria chegou com uma leva de *novos acampados* no TSM, no começo de 2003. Rapidamente passou de *nova* a ser considerada uma das mais *velhas de acampamento*. Essa acampada, na sua chegada ao TSM, havia sido colocada no último grupo de barracas, com outros *novos acampados*; ela, tentando-se diferenciar dos *novatos*, gostava de deixar explícito seu *tempo de acampamento* e repetir, em reuniões entre acampados e nas conversas cotidianas, que já tinha “x anos de acampamento”. A referência aos seus anos de acampamento sempre vinha acompanhada de relatos de aventuras, acontecimentos e dificuldades vivenciadas durante o *tempo de acampamento*.

Edes, em seu estado natal, Bahia, havia passado por vários acampamentos organizados pelo MST e instalados perto da cidade de Feira de Santana. Ela teve o

primeiro contato com esse movimento através de parentes e conhecidos, que a convidaram para visitar pela primeira vez um acampamento.

*Foi um dia de domingo, e, quando eu cheguei [no acampamento], eu vi que algumas pessoas ali precisava de mim; sabe quando você chega e vê: “Puts, essas pessoas precisam de mim”. Aí comecei indo, comecei a me aprontar e a direção [do MST] chegou, e o pessoal me apresentou, né, e o pessoal de lá me apresentou como uma líder; e por aí começou, eu era a que coordenava para fazer arrecadação, para fazer a farmácia; e aí [...] minha vida era essa, mas nunca morei num acampamento. (Edesmaria, Serra do Ramalho (BA) abril de 2006).<sup>88</sup>*

Edesmaria se interessava sim por ganhar um pedaço de terra, mas não foi só esse desejo que a levou a começar uma peregrinação pelo mundo das ocupações de terra. Ela perambulou por vários acampamentos na Bahia, *Do Rosadinho para a Fazenda Asa Branca, depois para a Fazenda Santa Cruz e depois para Santa Lúcia*, realizando tarefas para o movimento (MST), como *arrecadação, coordenação de grupos, trabalho de base*. No entanto, naquela época, sua vida familiar havia-se tornado, como ela me disse *um transtorno* e acabou desistindo do que ela chama o *trabalho nos acampamentos*.<sup>89</sup> Todavia, a dedicação aos acampamentos lhe havia permitido se relacionar com políticos locais, deixando-lhe um capital de relações e permitindo-lhe então conseguir um trabalho em *época de política*.<sup>90</sup> Porém esse emprego na política não resolveu, como ela pensava, seus problemas pessoais, muito pelo contrário, acabou sendo mais um complicador nas relações familiares.<sup>91</sup>

*Depois que eu saí [do movimento], aquela confusão toda, aí eu comecei a trabalhar com o deputado José Assunção, que hoje é o prefeito da cidade, e meu*

---

<sup>88</sup> *Arrecadação* é o termo nativo usado para descrever o trabalho que fazem os participantes dos acampamentos e militantes, cumprindo com suas obrigações, de ir para as ruas das cidades, para lojas, supermercados e instâncias de governo, pedindo principalmente alimentos para levar aos acampamentos.

<sup>89</sup> Por causa da sua participação nos acampamentos e nas tarefas do movimento, Edes dedicava menos tempo à sua família, isso foi causa de brigas e desentendimentos com seu marido. É essa situação à qual Edes faz referência como *transtorno*.

<sup>90</sup> Como já foi tratado por Borges (2003) e Palmeira (2006), a “política” não constitui um domínio à parte, mas é vivida e pensada pelos agentes sociais como parte da vida social.

<sup>91</sup> Nos acampamentos da reforma agrária, o “trabalho na política” não é uma expressão estranha, pelo contrário, faz parte do cotidiano das pessoas. Como menciona Barra, “é comum vereadores e deputados simpáticos ao MST contratarem acampados, assentados e militantes para trabalharem em suas campanhas e, até mesmo, executando trabalho de base para sua candidatura” (2007, p. 21).

*ex-marido achou que eu tinha outro homem, porque eu trabalhava bem naquela época [...], eu trabalhava, era [...] época de política, eles compram cestas [básicas] [...]; e, [com] a seca no sertão, então o povo precisa de comida, e era doação; então pegava e levava pro sertão, eu [além do salário] tinha as diárias ainda; então ganhava muito bem, aí ele achava que eu tinha outro homem, até que um dia ele me deu um tapa e eu não pude descontar e larguei ele, saí de casa com 3 reais, e até hoje ele nunca mais me viu (Serra do Ramalho (BA), abril de 2006).*<sup>92</sup>

A separação levou Edes a tentar sorte em São Paulo, especificamente em São Bernardo, onde, havia vários anos, moravam alguns parentes, que tinham encontrado, na migração para o sul, uma maneira de melhorar de vida.<sup>93</sup> Alguns anos atrás, ela havia animado sua sobrinha e sua irmã para se instalarem num acampamento de sem-terra. Anos depois, o convite para ocupar Ihe havia sido retribuído pela sua irmã. Edesmaria passou alguns meses na casa de um irmão e depois na casa da irmã no assentamento Carlos Lamarca em Sarapuí (SP). Foi então que surgiu a possibilidade de acampar novamente. A irmã falou com Roger, que era o coordenador do TSM, e *pediu vaga* para Edes no acampamento.

Para Edes, nesse momento, instalar-se *debaixo da lona* representou uma saída a curto prazo de uma situação emocional e econômica difícil, porém, por outro lado, também era a oportunidade de não depender mais dos parentes.

*Sinceramente na cidade não dá, você tem que ajudar a pagar água, pagar o telefone, o gás, então você fica [...], não tem como, é uma coisa muito difícil para você [...], na minha idade que eu estou hoje, não dá para você arrumar um trabalho decente, e na roça, não; eu só vim [para o acampamento] porque vou trabalhar, criar gado, plantar, aí vou ter com que me sustentar (acampamento TSM, Cajamar, abril de 2003).*

Edesmaria, tentando “sair” da cadeia de reciprocidades familiares, dependeu da sua irmã para entrar no acampamento, contraindo assim novas obrigações e inserindo-se em outra teia de reciprocidades, de interdependências dentro do acampamento. Para Elias (2005), a liberdade que cada indivíduo tem de fazer ou de

---

<sup>92</sup> Edes separou-se há mais de 9 anos e, segundo os cálculos que ela mesma fez, 2 ou 3 anos antes da separação, começou a participar nos acampamentos na Bahia, ou seja, há mais ou menos 12 anos.

<sup>93</sup> Edes tem a mãe, uma irmã e um irmão morando em Bom Jesus (BA), o restante (quatro irmãos e uma irmã) mora no estado de São Paulo. Para uma discussão sobre as condições sociais que levam indivíduos a fazer investimentos materiais e psicológicos que tais deslocamentos exigem, ver Garcia (1990).

decidir depende do tecido de interdependências (figuração) na qual está inserido. O indivíduo, para esse autor, acha uma margem de escolha individual, margem que, ao mesmo tempo, impõe limites à sua liberdade de escolha.

No TSM, Edes começou rapidamente a assumir algumas tarefas de responsabilidade dentro do acampamento como coordenação de grupos e *representante do grupo de mulheres*, que era conformado por mulheres do acampamento que se reuniam uma ou duas vezes por semana para conversar sobre “a luta”, e eram feitas outras atividades como bordado e crochê.<sup>94</sup>

Ela, apesar de ter participado em tarefas de coordenação em outros acampamentos da Bahia, foi só na sua chegada ao TSM, em São Paulo, que se deu conta de que seu *tempo de acampamento* podia render outros frutos que não só a terra.

Para Edesmaria sua reinserção no mundo das ocupações de terra poderia criar as condições de possibilidade de fazer algo que gostava: *trabalhar com o povo, mexer com o povo*.

A dedicação ao acampamento (participação em atividades do movimento, levar famílias para novas ocupações, negociação para conseguir cestas e doações) abria-se então como uma alternativa de vida dentro do seu universo de opções.

Nos acampamentos os *velhos acampados*, como Geni ou Edesmaria, geralmente são valorizados pelos *novatos* e muitas vezes os procuram para pedir conselhos, para consertar barracos e inclusive até para mediar negociações e brigas entre outros acampados. A partir dessas trocas e ajudas, consolidam-se relações de amizade e confiança e surgem outros vínculos fortes. Alguns acampados inclusive se sentem protegidos, quando podem contar com alguém que tem mais *tempo de acampamento*.

Ilma acampada no acampamento Famílias Unidas e amiga de Edesmaria, mencionava que era graças a Edes que ela continuava acampada. Ilma costumava ficar só nos finais de semana, no acampamento, e era Donizete, seu marido, quem

---

<sup>94</sup> Como menciona Comerford (1999), o termo luta pode adquirir diversos significados. Nesse contexto, de reunião de acampadas, “a luta” se referia especificamente a estar acampado.

de fato ficava acampado. Segundo ela, *à força de muita conversa*, teria sido Edes quem a teria convencido de ficar, *de morar debaixo da lona*. Segundo Ilma, Edes é uma pessoa em que ela acredita e confia, pois tem *bastante tempo de acampamento*.

Macedo (2005) mostra a importância da circulação de informações sobre a própria experiência da ocupação entre assentados e acampados potenciais. Para o autor, essa circulação de informações se torna fundamental para mobilizar novas famílias que irão instalar-se debaixo da lona. Porém a circulação de informações e a troca de experiências sobre a vida nos acampamentos, entre *velhos* e *novos* acampados, são também fundamentais para que os *novatos* não só fiquem de fato nos acampamentos, mas aprendam o funcionamento do mundo das ocupações de terra e por sua vez o reproduzam. É graças a essa troca de experiências, em palavras nativas, de *ensinamentos* que também se consolidam laços de amizade, lealdade e confiança, criando-se também as condições sociais necessárias para a continuidade dos acampamentos.

O caso de Zé Antônio é também esclarecedor a esse respeito. Conheci Zé Antônio no TSM em 2003, era um dos mais ativos nas tarefas de organização e coordenação da *Secretaria do acampamento*. E era também conhecido, entre os militantes da Regional de Campinas, por sempre levar bastante gente para os acampamentos. Ele, antes de acampar nesse acampamento, participou de outras ocupações da região, de fato, foi um dos que iniciou o *trabalho de base* que criaria o TSM. Ele entrou no mundo das ocupações convidado por pessoas (militantes do MST) que conheceu no sindicato dos trabalhadores rurais de Limeira (SP). Segundo ele, ao todo soma *mais de 12 anos de acampamento*. Nesses anos todos, Zé Antônio já acampou em mais de dez acampamentos diferentes no estado de São Paulo. Como ele me disse, o objetivo dele não é ganhar terra para ele, mas assentar suas filhas. Para ele, o acampamento *é uma coisa de paixão mesmo*.

Zé Antônio se considera militante do MST, no entanto, pelo que pude perceber, as pessoas que eram reconhecidas como *militantes do MST* pelos acampados eram os que atuavam diretamente na Regional de Campinas, militantes que por sua vez consideravam pessoas como Zé Antônio ou Edesmaria *apoios do*

*acampamento*. Outras vezes, esses *apoios* eram chamados pelos acampados de *militantes do acampamento*, fazendo uma distinção com os *militantes do MST*, que para os acampados tinham um vínculo com a Direção Estadual ou Nacional do *movimento*.<sup>95</sup> No caso específico do Zé Antônio e inclusive da própria Edesmaria, eles eram conhecidos por alguns acampados do TSM como *velhos de acampamento*.

No caso particular de Zé Antônio, seus anos de acampamento lhe conferiam um *status* particular entre os acampados e era procurado pelos vizinhos de barraco e por *novatos* instalados em outros grupos de barracas, para resolver todo tipo de situações. Ele me dera, um dia, um exemplo de um conselho dado a uns vizinhos que queriam melhorar seu barraco:

*Falei: 'Oh, gente, é o seguinte, é assim, assim e assim, lona preta, não tem jeito de fazer um barraquinho de madeira e tal?!', não, porque é o seguinte: de repente nós está dentro do barraco e tem que desocupar ele ou ir para outra área, então, se você comprou madeira, você vai perder 80% do que você colocou lá (TSM, Cajamar, junho de 2003).*

Zé Antônio se orgulhava dos seus anos de acampamento, inclusive me relatou com orgulho que muitas famílias só continuavam acampadas por causa dele.

*Seu Arlindo só veio para o acampamento porque eu vim; outro dia ele era para mudar para cá, mudou para outro barraco, aí recebeu a proposta do Chicão, e falou: 'Não, recebi a proposta dos sem-terra e só quando seu Zé sair daqui e for para outro acampamento eu vou com ele para outro acampamento também (TSM, Cajamar, julho de 2003).*<sup>96</sup>

Zé Antônio, por ocasião da mudança de 50 famílias que saíam do TSM para um acampamento na região de Andradina, fazia questão de mencionar o quanto seus *ensinamentos* eram valorizados entre esses acampados: *O povo que foi [para Andradina] queria me levar junto para trabalhar com serviço lá, para estar ensinando eles porque não queriam outro mandando neles*. Zé Antônio, inúmeras vezes também fez de mediador entre as demandas de acampados e a militância do MST,

---

<sup>95</sup> Essas distinções e hierarquias da militância serão retomadas no capítulo “Tempo de luta”.

<sup>96</sup> A “proposta do Chicão”, à qual Zé Antônio faz referência, era a proposta de formar outro acampamento dentro do próprio TSM. Proposta que partiu de um grupo de acampados, dentre eles um acampado chamado Chicão, que não concordavam com o projeto da Comuna da Terra, modelo de assentamento para o TSM proposto pela militância do MST. Essa “proposta” foi tratada com detalhe em Loera (2006).

principalmente quando havia problemas com a *disciplina* de alguns acampados e as formas de organização de tarefas no acampamento.<sup>97</sup>

O saber, a experiência dele acumulada no mundo das ocupações de terra, ou em palavras nativas, o *tempo de acampamento* colocavam Zé Antônio numa posição de destaque diante de outros acampados, conferindo-lhe também, com a possibilidade de ensinar alguém, de mandar em alguém, certo poder no acampamento.<sup>98</sup>

No entanto, os *velhos acampados* nem sempre são bem vistos nos acampamentos. Para um militante do MST de Andradina, é difícil lidar com *os vícios dos velhos acampados*, para ele, *é mais fácil trabalhar com os novatos*, por isso prefere dar aos *novatos, cargos de responsabilidade no acampamento*. Segundo esse militante, há *velhos acampados que driblam a luta* ou acabam-se sentindo *donos do acampamento*. Em todo caso, para alguns militantes, os *velhos acampados* podem representar concorrência, uma perda de poder e de controle dos acampados.

Para exemplificar essa afirmação, retomarei uma situação acontecida em 2003, no acampamento Dom Hélder Câmara.

Esse acampamento foi constituído por 50 famílias originárias do TSM e por novas famílias que haviam sido organizadas e convidadas em *trabalho de base* por militantes da Regional de Campinas do MST, que haviam sido transferidos para a região de Araçatuba e tinham como tarefa principal coordenar o acampamento recém-formado e criar a Regional de Araçatuba do MST.

Diferentemente do TSM, o Dom Hélder Câmara, com mais de seis meses de existência, não havia recebido nenhuma visita de “fora” do acampamento, nem estudantes, nem artistas, e nem havia sido organizada nenhuma *mobilização*; inclusive os próprios coordenadores do acampamento raramente apareciam, já que, segundo os acampados, dedicavam mais tempo à Regional do que ao próprio

---

<sup>97</sup> Como já foi explicado na introdução, na maioria dos acampamentos organizados pelo MST é obrigatório o cumprimento da chamada *disciplina* o que significa cumprir certas tarefas coletivas dentro dos acampamentos e participar também das mobilizações organizadas pelo movimento mas também tem a ver com um comportamento considerado adequado dentro dos acampamentos.

<sup>98</sup> Para uma análise detalhada desde uma perspectiva Foucaultiana das relações de poder em acampamentos e assentamentos e sua relação com o discurso ver Caume (2002).

acampamento.<sup>99</sup> Por essas e outras razões, os acampados mencionavam sentir-se isolados naquele acampamento. Os conflitos entre os acampados e as acusações de má coordenação do acampamento não se fizeram esperar e o trabalho dos militantes começou a ser questionado.

Na percepção da maioria dos *velhos acampados* originários do TSM, não estava tendo o mesmo investimento físico e intelectual da militância para levar à frente esse acampamento, segundo eles, no Dom Hélder *estavam parados*. Essa expressão não só fazia referência ao fato de sentir que as negociações com o Incra para serem assentados não andavam, mas também porque não havia tantas atividades, tarefas, reuniões nesse acampamento, como acontecia no TSM.

Os acampados discutiam constantemente entre eles sobre como deveria ser a organização do acampamento. Aqueles que já tinham *tempo de acampamento* (ou seja, haviam estado acampando em outros acampamentos, haviam feito trabalho de base, haviam participado de mobilizações e haviam participado de grupos de coordenação e tarefas em outros acampamentos) concordavam que o Dom Hélder não estava funcionando como deveria e que deveriam impor uma *disciplina*. Por outro lado, havia *novatos* que não estavam dispostos a seguir a *disciplina* e a realizar certas tarefas dentro do acampamento.

Naquele acampamento, Edesmaria liderava um grupo de acampados que queria reproduzir a “forma” de organização e *disciplina* que haviam conhecido no TSM. Nesse contexto, esse grupo de acampados começou a “denunciar” e a falar publicamente sobre o que considerava como *irregularidades no acampamento*.

Uma das irregularidades denunciadas foi um *problema de roubo de cestas básicas* e a outra, o que Edes e alguns acampados consideraram como a *forma errada de repreender as pessoas*, de pôr em prática a *disciplina*.

O primeiro problema, segundo relatos dos acampados, surgiu depois que os coordenadores haviam repartido cestas básicas que tinham acabado de chegar ao acampamento. Algumas pessoas com crianças que precisavam de mais leite e outros alimentos haviam pedido mais cestas para os coordenadores; no entanto, os

---

<sup>99</sup> Macedo (2003) menciona que muitas vezes as mobilizações contribuem para aumentar a autoestima dos acampados.

coordenadores informaram que tudo havia acabado, mas alguém no acampamento descobriu a existência de cestas guardadas no barraco dos coordenadores, cestas que os acampados suspeitavam que os coordenadores vendiam fora do acampamento.

O outro problema surgiu a partir de uma *discussão boba* que um acampado teve com o coordenador e que acabou na expulsão do acampado:

*Teve um cara que a Darlene [a coordenadora] expulsou, cortou o barraco dele, as cordas dele, tudo com a faca, sabe; ali ele foi expulso e saiu só com a trouxinha nas costas. Pelo amor de Deus, expulsar assim não é certo; brigou, fez alguma coisa errada, usou droga, tudo bem, ficou bêbado, tudo bem, expulsa sim; agora, dá um tempo, o cara é de longe. “Fulano você tem tantos dias para trabalhar, arrumar dinheiro e ir embora.” (Edesmaria, acampamento Dom Hélder Câmara, novembro de 2003)*

Na percepção de Edesmaria e do grupo de acampados originários do TSM, quando questionados sobre sua forma de atuação, a forma de organizar e administrar os conflitos no acampamento, os coordenadores começaram a se sentir ameaçados e com medo de perderem *seus cargos no movimento*.

Conforme Edes:

*Mário [o coordenador] falou, um dia para mim: ‘Você sabe demais’, falou para mim, “fica calada, guarda para você”, que, se eu falasse, ele me matava, fui ameaçada, fui discriminada porque eu falava as coisas [...]; então, isso que acontece, ‘você sabe demais’, ‘você fica calada e guarda para você’, você não pode falar o que você vê dentro do movimento sem-terra (acampamento Dom Hélder Câmara, novembro de 2003).*

Os conflitos e brigas entre *velhos acampados* e coordenadores no Dom Hélder eram cada vez mais recorrentes e com o acirramento dos conflitos também as relações entre os próprios acampados foram-se deteriorando.

O grupo de acampados que discordava dos coordenadores do acampamento pediu a intervenção de militantes da Regional de Campinas do MST não só para tentar mediar os conflitos, mas para repreender os coordenadores e tentar impor a *disciplina* no acampamento. Não só os acampados originários do TSM sentiam que os dirigentes de Campinas tinham o compromisso de ajudá-los, mas também os dirigentes se sentiam comprometidos com aquele grupo que tinham enviado para a

região de Andradina. Dois dirigentes do MST de Campinas atenderam o chamado dos acampados e depois de uma reunião realizada em Castilho, com alguns *velhos acampados*, dentre eles Edesmaria, que haviam sido escolhidos como representantes do acampamento, Darlene e Mário deixaram a coordenação do Dom Hélder.<sup>100</sup>

Como relata a própria Edes:

*Tivemos um encontro em Castilho, e o Mário queria brigar com nós; nós brigamos com Laís [militante da Regional de Campinas], aí nós fizemos maior revolta dentro do acampamento, a gente apoiou o Tonho [outro militante] e me apoiaram também, ele era um cara legal, depois foi expulso do movimento, depois que eu fui embora, não sei por quê. E a gente fez uma revolução muito grande, né, porque o que é certo tem que ser certo, né; aí expulsamos, nós conseguimos expulsar Darlene e Mário e tirar do movimento, porque eu sei que alguém até hoje vai achar que eu sou muito faladeira e tudo mais [...], o MST mostrou que realmente é um movimento sério, que nem Laís, ela pode ter seus erros, tudo bem, mas é uma menina muito legal, e Laís foi lá com outro rapaz e expulsaram, tiraram eles do acampamento (Bom Jesus da Lapa, abril de 2006).*

Outros militantes foram enviados para assumirem a coordenação do acampamento, mas nunca ficaram muito tempo. O acampamento chegou a ficar meses sem militantes. Inclusive, nesse período, um grupo de *velhos acampados* chegou a assumir a coordenação do acampamento. Como uma das acampadas me disse: *quando o acampamento ficou sem dono nós assumimos a coordenação.*

Eles tentaram reproduzir a divisão de tarefas e *disciplina* aprendida no TSM e em outros acampamentos onde estiveram, e inclusive também tentaram marcar reuniões com representantes do Incra da região, para saber da situação da fazenda, mas foram desacreditados, inclusive por outros *velhos acampados*, que não só desejavam também participar da coordenação do acampamento mas desejavam ter “verdadeiros militantes” no comando do acampamento;

O depoimento da Luzia, que era do grupo dos *velhos acampados* que coordenava o acampamento, é esclarecedor a esse respeito:

---

<sup>100</sup> Algumas semanas depois daquele episódio, uma das militantes de Campinas que havia convocado a reunião em Castilho e ainda mencionava estar preocupada com a situação e o destino do “pessoal do Terra Sem Males”, o que demonstra que, mesmo sendo acampados do Dom Hélder, ainda os considerava acampados do TSM pertencentes à “Regional de Campinas”.

*Quando ficamos na coordenação [do Dom Hélder], teve um grupo que apoiou e teve um que não, o mineirinho, companheiro nosso, foi contra: "Por que o movimento escolheu nós?" Queria ele sozinho mandar, o movimento falou: "Não é assim". Nós trabalha é com grupo, né, o Tonho falou para ele: "Para de ser bobo, menino, não é assim que trabalha, nós trabalha em equipe". [...] ele queria ser militante, e ele sozinho mandar [...], e o povo falava na cara nossa: "Esses não são militantes".*

Macedo (2003) relata uma conjuntura parecida à vivida no Dom Hélder, no caso estudado por ele, o acampamento Zé Pureza no estado do Rio de Janeiro. Segundo o autor, quando o acampamento completava um ano, "os sentimentos de falta de perspectiva, de informações e abandono por parte dos militantes tomaram conta dos acampados [...], o clima era de desânimo, e, ao mesmo tempo, nervosismo. Esse cenário de incertezas contribui decisivamente para a deterioração das relações pessoais e para o acirramento das disputas por espaços de poder no acampamento" (Macedo, 2003, p. 121).

Os acontecimentos do Dom Hélder Câmara revelam a existência de relações de concorrência dentro do acampamento, mas também a complexidade da vida nos acampamentos, a importância dos *velhos acampados* na regulação dos conflitos e, principalmente, na reprodução da "forma acampamento".

Por outro lado, como já foi tratado por Rosa (2004 e 2005), um acampamento sem "movimento" é desacreditado pelos próprios representantes do Estado. Para fazer demandas ao Estado, é preciso não só ter um acampamento, mas um acampamento representado por um "movimento". No entanto, como vimos, também para os próprios acampados é necessária a presença nos acampamentos de dirigentes ou representantes de um *movimento*, eles não só se sentem protegidos, mas também sentem que sendo representados por um *movimento*, estarão sendo "ouvidos" pelo Estado.

## 2.2 Moradores, acampados e apoios

Tal como no TSM e no Dom Hélder Câmara, os *velhos acampados* do acampamento Famílias Unidas têm um papel fundamental na reprodução de tarefas e atividades no acampamento; no entanto, o *tempo de barraco* nesse acampamento vivencia-se de maneira diferenciada e é de fato medido e contabilizado dependendo da condição e situação dos indivíduos no acampamento.

Para entender o argumento anterior, é preciso remontarmos ao processo de constituição e conformação desse acampamento, assim como aos principais acontecimentos que resultaram em uma divisão do acampamento, das famílias e de uma forma particular de organização.

A ocupação que deu vida a esse acampamento foi realizada em dezembro de 2003, na qual participaram mais de 80 famílias originárias da região organizadas por lideranças do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Andradina (Sintraf). Algumas dessas famílias provinham de outros acampamentos, outras eram famílias de *novatos* originárias de fazendas, pequenas vilas rurais ou de cidades próximas.<sup>101</sup> Segundo depoimentos de acampados e dos coordenadores do acampamento, algumas famílias, após meses de acampamento, estavam insatisfeitas com a maneira como o acampamento estava sendo organizado pelas lideranças do Sintraf. Essas famílias, dentre elas a família do atual coordenador do MST do acampamento, foram *caçar um movimento*, ou seja, decidiram conversar com militantes do MST da região, para que os apoiassem e levassem à frente o acampamento. Daí surgiu o primeiro *racha*. Algumas famílias ficaram acampando sob a bandeira do Sintraf, outras passaram a acampar sob a bandeira do MST. Nas palavras de uma acampada, *ficaram dois Sintraf*, ou seja, dois *movimentos* dentro do acampamento.<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> Segundo relatos de *velhos acampados* que participaram da ocupação da Fazenda, mais da metade das famílias provinham de outros acampamentos da região, o restante eram novos acampados.

<sup>102</sup> Foge dos objetivos deste trabalho reconstruir de maneira detalhada e problematizar aquele primeiro *racha* do acampamento, mas, apoiando-me nos relatos dos acampados, posso inferir que as diferentes famílias que compunham o acampamento decidiram ficar sob uma ou outra bandeira (Sintraf ou MST), obedecendo a uma série de lealdades e compromissos com aqueles que lideravam ambos os grupos. Outras situações semelhantes foram analisadas com detalhe por Brenneisen (2003) e Loera (2006).

Depois de alguns meses, alguns acampados que contavam já com certo *tempo de acampamento*, dentre eles Nino, antigo militante do MST da região, tomaram a batuta da organização das famílias que ainda estavam sob a bandeira do Sintraf, como ele me disse, *não aceitaram mais a bandeira deles* e adotaram outras siglas, OLPT (Organização de Luta pela Terra).<sup>103</sup>

O acampamento, um ano depois da sua fundação, encontrava-se dividido em duas bandeiras, OLPT e MST, e havia dobrado seu tamanho, outras famílias das imediações e de cidades próximas passaram a se instalar “na Fazenda”. Devo mencionar que a dinâmica do acampamento Famílias Unidas em relação às entradas e saídas de *novos e velhos acampados* não foi, nem é diferente de outros acampamentos do estado. Há uma grande circulação e renovação de pessoas. Desde sua criação, em dezembro de 2003, inúmeras famílias saíram e novas se integraram, mas, nesse acampamento em particular, devido principalmente à sua proximidade com as cidades de Castilho e Andradina, a circulação de pessoas no dia a dia entre acampamento e cidade é maior do que em outros acampamentos, como o Dom Hélder, por exemplo, que se encontrava a mais de 40 quilômetros da cidade mais próxima, o que dificultava a circulação cotidiana dos acampados entre acampamento e cidade. Muitas das famílias que se instalavam e de fato se instalam no acampamento Famílias Unidas montam um barraco, mas não moram no acampamento, já que trabalham e mantêm uma casa na cidade. Essas famílias geralmente acabam indo para o acampamento durante os finais de semana ou a cada 15 dias, quando acontecem as *assembléias*. Esse tipo de acampado intermitente é chamado de “andorinha”. Essa categoria de acampados foi também identificada por outros autores (Macedo, 2003; Barra, 2007) nos acampamentos por eles estudados.

A presença dos chamados *andorinhas* sempre havia sido tolerada no acampamento, inclusive, a maioria dessas famílias intermitentes, como uma forma

---

<sup>103</sup> Nino, anos atrás, havia sido assentado na região de Andradina, na Fazenda Timboré, separou-se da sua esposa, e eles decidiram vender o lote. Meses depois ele foi acampar novamente. Ele, durante os anos de acampamento, antes de ser assentado havia participado de maneira ativa com militantes do MST. Segundo ele, por conhecer e não concordar com as formas de atuação da militância desse movimento decidiu, no contexto do *racha* do acampamento Famílias Unidas, acampar sob outra bandeira que não a do MST.

de compensar o “tempo” que não passavam no acampamento, pagava o chamado *apoio de barraco*, entre R\$ 30,00 e R\$ 50,00 por mês, para *manter a vaga no acampamento*.<sup>104</sup>

Na maioria dos acampamentos, não se pode montar uma barraca sem ter negociado ou pedido antes uma *vaga*. São duas coisas que são negociadas ou pedidas de maneira separada. No caso do acampamento Famílias Unidas, de fato, paga-se por cada uma delas. A *vaga* me explicava um dos coordenadores só é cobrada para os *novatos*, aqueles que se instalam pela primeira vez num acampamento, *para aqueles que já estavam na luta*, ou seja, que vem do outro acampamento a *vaga* não é cobrada. Pode acontecer de, antes de *negociar a vaga*, conseguir ou comprar um barraco de alguma pessoa que desistiu ou mudou do acampamento; no entanto, não se pode simplesmente instalar nele sem antes ter sido liberada uma *vaga*.

No final de 2005, com a chegada ao acampamento de um grupo de “novos velhos *acampados*”, dentre os quais encontrava-se Edesmaria, a forma de organização e de gestão do acampamento começou a ser questionada.

Esses *acampados* contavam com um currículo de ocupações e acampamentos e desqualificavam a prática do *apoio de barraco*, argumentando precisamente sobre a importância do *tempo de acampamento*. Para esse grupo, a presença do *acampado* ou de algum representante do *acampado* na barraca era indispensável para legitimar a pretensão de terra. Afinal é o barraco o que “indica” a “pertença” ao acampamento e é através dele que se é candidato à reforma agrária. A ênfase, como menciona Smircic (2000) é a importância atribuída ao ato de acampar. Como mostra Loera (2006), não só a barraca simboliza o “pertencimento” ao acampamento, mas, para a maioria dos *acampados*, o tempo passado debaixo da lona faz parte da “lógica do merecimento” associada a um discurso do sofrimento.

---

<sup>104</sup> Segundo relatos de *acampados* que passaram por vários outros acampamentos da região, o pagamento de *apoio de barraco* começou num acampamento montado vários anos atrás, na Fazenda Cafeeira, organizado por pessoas vinculadas ao Sintraf. No entanto, essa prática é hoje difundida nos acampamentos da região organizados por outros *movimentos*. Não consegui saber com exatidão qual era o critério da variação do pagamento do *apoio de barraco*. Alguns *acampados* só mencionaram de maneira geral que os *mais antigos* pagavam menos. O *apoio de barraco* continua sendo cobrado para a maioria das famílias, mas esse pagamento como veremos adiante é conhecido como taxa ou apoio, o que permite ter uma espécie de fundo de gestão para administrar as despesas dos acampamentos.

Aquele que passa mais tempo debaixo da lona, e, portanto, sofre mais, considera sua luta mais legítima com respeito àqueles que têm menos tempo de lona preta.

Algumas pessoas, do grupo dos “novos velhos *acampados*”, entre eles Edesmaria, para o desgosto de lideranças do MST do acampamento, se deram à tarefa de realizar uma espécie de *trabalho de base* dentro do próprio acampamento. Ou seja, um *trabalho de convencimento* para que as famílias ficassem debaixo da lona. Para as lideranças do MST, ao impor a obrigação de morar, as pessoas iriam desistir do acampamento e este se veria esvaziado. Lembremos que, tanto para acampados como para dirigentes dos *movimentos*, principalmente para militantes do MST, o número de acampados é diretamente proporcional à pressão que se exerce para obter as terras demandadas ou outros benefícios públicos outorgados pelo Estado.

Edes, por conta do *trabalho* realizado, relatava com orgulho o fato de ter convencido várias famílias para que de fato acampassem. Ilma foi uma das que passaram a morar no acampamento, ela acionava a “lógica do merecimento” para justificar sua decisão: *Esse negócio de cobrar apoio... eu não acho justo as pessoas cobrarem para não ir no barraco; se quiser a terra, tem que também sofrer no barraco*. Nesse contexto, a maioria dos andorinhas, vendo sua vaga no acampamento ameaçada, começou a fazer uma série de acusações e qualificar como *morcegos* aqueles que ficavam *debaixo da lona*. Nessa conjuntura muitos dos acampados intermitentes que estavam sob a bandeira do OLPT passaram para o grupo do MST, em que não se exigia morar no acampamento.

Macedo (2003), na sua etnografia sobre o acampamento Zé Pureza, mostra como muitas das disputas e dos rachas nesse acampamento aconteciam entre residentes e andorinhas e tinham como pano de fundo certos critérios de legitimidade, dentre eles uma ética do sofrimento, que em maior ou menor grau é o que consideravam dava mais legitimidade àquele que de fato ficava no acampamento. Já Barra descreve o caso de famílias do TSM, que mudaram para um acampamento na região de Ribeirão Preto (SP), no qual já existia outro acampamento também do MST, o Mário Lago, e chama a atenção para o surgimento de problemáticas nas relações interpessoais, na medida em que os acampados não

só vivenciam uma mudança espacial, mas têm que conviver de um dia para outro com novas regras de organização do espaço e das relações, e ainda têm que lidar com a separação do grupo com o qual convivia fazia anos e enfrentar outro grupo, “possuidor de uma outra história que habitava aquele espaço há mais tempo com sua maneira de pensar o movimento e a si mesmo” (2007, p. 10).

Segundo Biro, coordenador do MST do acampamento Famílias Unidas, Nino, foi um dos responsáveis pelo *racha*, por ter-se posicionado a favor da exigência de *morar debaixo da lona*. Para esse militante, *O Nino quebrou o acampamento, fez a luta diminuir, ele colocou a regra de morar, de que não podia trabalhar. Foi nesse momento que o povo todo veio pro meu lado [do MST]*. Segundo ele, as pessoas que trabalhavam na cidade não podiam ficar todos os dias no acampamento e foi a razão principal de terem saído *do grupo do Nino*.

O grupo dos “novos velhos *acampados*” teve um papel fundamental na criação de uma nova forma de organização e configuração do acampamento. Nesse contexto de disputa por legitimidade e merecimento, surgiu uma nova divisão das famílias: *moradores* ou *acampados* versus *andorinhas*, que começaram a ser chamados de *apoios* em referência ao pagamento do *apoio de barraco*.

Nino e o grupo de *acampados* próximos a ele, dentre eles os “novos velhos *acampados*” decidiram mudar o nome do movimento de OLPT para MTR (Movimento do Trabalhador Rural), um dos motivos da mudança deveu-se à inconformidade dos *acampados* com o nome do grupo; segundo Nino, *o povo não aceitava OLPT... queriam que fosse movimento*. Como foi mencionado anteriormente, os *acampados* estão cientes da importância de serem representados por um *movimento*, no caso particular de um grupo de famílias do acampamento Famílias Unidas, os *acampados* interpretaram essa necessidade inclusive de maneira literal, para eles, uma “organização” não tem a mesma legitimidade perante o Estado que um “movimento”. O grupo adotou então as siglas MTR. Segundo Nino, ele teve a idéia de mudar, pois viu na Internet que esse *movimento* havia nascido *lá no nordeste, em Pernambuco* e que era *bastante conhecido*.<sup>105</sup>

---

<sup>105</sup> Na Internet há um movimento que aparece com as mesmas siglas do MTR, o Movimento dos Trabalhadores Rurais, no plural. No entanto, não há nenhuma referência sobre uma suposta origem no estado de Pernambuco. No entanto, o MTR, no plural, aparece como um dos movimentos que



Na foto, as mudanças de movimento impressas num dos barracos. Veja as três siglas (Sintraf, OLPT e MTR) no mesmo barraco (acampamento Famílias Unidas, agosto de 2007).

A mudança de siglas veio acompanhada com uma mudança de regras e com outra maneira de organizar o acampamento.

Por um lado, para Nino, que se tornou coordenador do MTR, morar no acampamento converteu-se numa regra para todo aquele que quisesse montar uma barraca sob a bandeira desse *movimento*; já, para Biro, morar no acampamento continuava sem ser uma obrigação, mas foi estipulado que aquele que desejasse ser candidato à reforma agrária e não pudesse morar no acampamento devia cumprir *regra de dois, três ou quatro dias*. Ou seja, aquele que conseguisse uma *vaga* no MST, no acampamento, devia especificar quantos dias da semana poderia ficar nele.

---

realiza mais ocupações no estado do Paraná. Também outro MTR está referenciado na página do Movimento Nacional de Produtores (MNP), <[www.mnp.org.br](http://www.mnp.org.br)>, em que aparece uma lista de 20 “áreas invadidas” por esse movimento desde 1999 e até 2001, a maioria delas em municípios de Mato Grosso do Sul (agradeço ao professor Fernando Lourenço por ter me alertado sobre a existência dessa informação). Nino, coordenador do MTR do acampamento Famílias Unidas, não tem conhecimento de outras áreas ocupadas sob as siglas do MTR na região (lembramos que esse acampamento está localizado em São Paulo, a tão somente 40 quilômetros da fronteira sul mato-grossense), o que me leva a argumentar que o MTR do Mato Grosso do Sul é outro movimento e que, como veremos adiante, o MTR do acampamento Famílias Unidas tem um dono só, que é Nino.

Para os *novatos*, a *vaga* para montar barraca devia ser negociada com Nino, coordenador do MTR, ou com Biro, coordenador do MST, dependendo do tipo de *vaga* que se quer: de *morador* ou de *apoio*. Uma vez que uma *vaga* é liberada, independentemente da condição, o Acampado paga uma taxa mensal para *despesas de viagens e negociação*, taxa que é conhecida entre alguns Acampados como *apoio*.<sup>106</sup> Em geral o acampamento Famílias Unidas é bastante procurado por pessoas que desejam ter barraco nesse acampamento seja como *morador* ou de *apoio*; toda semana há pessoas que passam perguntando se há *vaga*. Segundo Nino o acampamento é procurado por causa da sua localização, perto da cidade. Ele me explicava que, muitas vezes, os *novatos* sem conhecer como funciona o acampamento e achando que a *vaga* se dá de maneira automática acabam comprando primeiro um barraco. Ele me relatava uma ocasião em que a irmã de um que já estava *acampado*, desesperada para ter uma *vaga para morar* acabou comprando um barraco, mas, Nino não tinha mais *vaga* e falou para ela: *caça uma vaga nem que for do MST, porque senão vai ficar difícil você ficar*.

Apesar de ser mais barato estar do lado do MTR, o lado do MST tem uma grande demanda. Algumas pessoas preferem pagar mais caro, mas instalar seu barraco do lado do MST. Por um lado, não passam pelo “sofrimento” *debaixo da lona* e, por outro, acreditam que, estando do lado do MST, poderão conseguir as terras mais rapidamente. Como vimos no primeiro capítulo, circula uma crença entre Acampados e futuros Acampados de que o MST é mais organizado e mais influente, e, por ser um *movimento* mais (re)conhecido, seus dirigentes podem conseguir mais rapidamente a desapropriação das terras, isso é o que chamo a crença do prestígio.<sup>107</sup> De fato no caso específico do acampamento Famílias Unidas, há Acampados que esperaram meses antes de conseguir uma *vaga do Biro* (MST).

---

<sup>106</sup> Do lado do MTR, essa taxa está em torno dos R\$ 5,00; do lado do MST, essa taxa pode chegar até R\$ 30,00, dependendo dos dias que se passa no acampamento. A lógica parece ser a seguinte: quanto mais “tempo” se está no acampamento, menos se paga. O arrecadado com o “apoio de barraco” serve como uma espécie de fundo de gestão, são recursos que são usados para acompanhar o processo do andamento da desapropriação da fazenda, pagando as viagens para o Incra, as viagens para a cidade, quando há reuniões com autoridades locais, para as mobilizações etc.

<sup>107</sup> Faço referência à crença como conceito sociológico. Partilho o argumento de autores como Weber (1992) e Bourdieu (2004), para os quais a crença é socialmente produzida.

Esse foi o caso de Teresa, que esperou mais de seis meses. Teresa faz quase dois anos que está acampada com seus dois filhos. Ela era casada e morava na cidade de Castilho. Os pais dela, Joaquim e Luzia, já contam com mais de três anos de acampamento. Teresa decidiu acampar também, depois que se separou do seu marido, mas teve que esperar por uma *vaga* do lado do MST. A *vaga* foi aberta na ocasião de uma reocupação da Fazenda, em novembro de 2007. Apesar de ter tido a oportunidade de conseguir uma *vaga do Nino*, ela queria estar junto dos pais, que acampam *do lado do Biro*. Teresa não havia acampado antes, mas, por relatos de assentados e outros acampados com quem tinha contato na cidade, inclusive antes de seus pais acamparem, tinha ouvido que os acampamentos do MST eram bem organizados, e mais, preferia uma *vaga do MST*, pois era o *movimento* do qual já tinha uma referência.

Devo mencionar que Nino e Biro fizeram o que eles chamam de um *acordo de cavalheiros* depois da última reocupação da Fazenda, para *não abrir novas vagas no acampamento*. Segundo Biro, quando a *fazenda sair*, ou seja, for desapropriada, *haverá lotes para no máximo 170 famílias*. Mais ou menos o número de famílias hoje em dia acampadas no acampamento Famílias Unidas. No *acordo* também foi combinado que se houver vagas remanescentes no assentamento as mesmas serão divididas em partes iguais entre os *movimentos* e só poderão ser *indicadas* para essas vagas pessoas que de fato, estejam acampadas no momento da indicação.<sup>108</sup>

Portanto, hoje em dia só é dada uma *vaga* se há alguma desistência. Também, por causa desse limite de *vagas*, havia pessoas na fila, esperando alguma *vaga* ser liberada. Esse foi o caso de dona Leo, por exemplo, que esperou um pouco mais de três meses acampada na Fazenda Brinco de Ouro até *abrir uma vaga no acampamento*.

Uma vez que a *vaga* é dada, a pessoa instala seu barraco, podendo então ser *acampado* ou “manter barraca no acampamento”. É importante mencionar que hoje em dia, especificamente no acampamento Famílias Unidas, o termo *acampado* é usado para designar exclusivamente aqueles que, de fato, moram no acampamento.

---

<sup>108</sup> A prática da indicação será tratada com detalhe no último capítulo.

Algumas famílias que desejavam ter uma barraca do lado do MST, no acampamento, encontraram um mecanismo para não ficar na fila, esperando uma vaga. Se primeiro era liberada uma *vaga* do MTR, o acampado *pedia a vaga* e instalava a barraca sob a bandeira do MTR, ficava um ou dois meses acampando e, quando *abria uma vaga* do lado do MST, mudava. Nino, coordenador do MTR para evitar esse tipo de situação, decidiu tomar algumas providências e pôr várias regras no papel: para começar, aquele *acampado* (do MTR) que decidisse *sair do acampamento*, devia assinar um papel-padrão, declarando que está *saindo voluntariamente do acampamento*, isso para ter uma prova de que o acampado saiu sem nenhum tipo de constrangimento ou coação por parte do coordenador, e também porque, ao assinar, o acampado aceita que *não poderá concorrer a um lote* na fazenda em disputa. Por outro lado, os *novos acampados* também têm que assinar um papel se comprometendo a não mudar *para o grupo do MST* e, caso o façam, é preciso ser *numa vaga do MST*.

Ver os documentos a seguir:

## ACAMPAMENTO FAMÍLIAS UNIDAS DA FAZENDA

Fundando Em 21/12/2003

Eu \_\_\_\_\_

Portador da Cédula (a) de identidade, RG sob o número \_\_\_\_\_

e inscrito (a) no CPF, sob o nº \_\_\_\_\_.

Estou desistindo de livre espontânea vontade do *Acampamento Famílias Unidas*, da fazenda localizada na rodovia S.P.V- - no Km no município de \_\_\_\_\_ estado de São Paulo. Filiado pelo M.T.R (Movimento Trabalhador Rural).

Declaro para os devidos fins de direitos e efeitos legais que não posso concorrer a um Lote na *Fazenda* \_\_\_\_\_ por motivos de estar abandonando o Acampamento.

Por estar de pleno acordo, afirmo presente ao coordenador e duas testemunhas.

\_\_\_\_\_  
**Coordenador**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## ACAMPAMENTO FAMÍLIAS UNIDAS DA FAZENDA

Eu \_\_\_\_\_  
Portador da cédula de identidade sob o nº \_\_\_\_\_ e inscrito no  
CPF sob o nº \_\_\_\_\_.

Afirmo que estou de livre espontânea vontade de ficar acampado no Acampamento  
Famílias Unidas

Filiados pelo M.T.R (Movimento Trabalhador Rural) na qual não posso mudar para o  
grupo do M.S.T .

Caso eu queira passar para o grupo do M.S.T tem, que ser numa vaga deles, pois a  
minha vaga no M.T.R será colocada uma outra família, estando de pleno acordo Afirmo  
Presente.

\_\_\_\_\_  
ACAMPADO

\_\_\_\_\_  
COORDENADOR

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHAS

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHAS

Atualmente no acampamento Famílias Unidas e, independentemente sob que bandeira que se tem uma barraca, o tempo que o *morador* ou o *apoio* passa no acampamento é medido através do *caderno de pontos*: um caderno no qual em todas as folhas é colocado o nome da pessoa e a *regra*, ou seja, os dias que essa pessoa deverá ficar no acampamento. Assim, aqueles, por exemplo, que *cumprem regra* de dois dias por semana, ou são *moradores de final de semana* devem acumular em um mês um total de 8 assinaturas no caderno, aqueles que *cumprem regra* de três dias devem contabilizar no final do mês um total de 12 assinaturas, e assim por diante. No final do mês, o coordenador dá uma olhada no caderno e dessa forma fica sabendo quem está e quem não está *cumprindo regra*.<sup>109</sup> O caderno de pontos do MST fica nas mãos de alguém de confiança do coordenador, geralmente um morador que seja alfabetizado. Os que *cumprem regra* passam no barraco daquele que está com o caderno e assinam. Segundo Biro, que de fato não mora no acampamento, ele não gosta de deixar o caderno muito tempo com a mesma pessoa e faz *rodízio do caderno de pontos* com o objetivo de evitar *vícios entre acampados*, por exemplo, acordos que possam ser estabelecidos para driblar o cumprimento efetivo da regra. Ele também gosta de delegar esse tipo de responsabilidade aos *novatos*; segundo ele, é uma estratégia para fazer as pessoas participarem de alguma atividade que atinja o coletivo, *a idéia é sempre delegar tarefa, dar responsabilidade, que assim a pessoa entra na luta*.

Já o *caderno de pontos* do MTR fica nas mãos dos coordenadores Nino e Maria (sua esposa), que moram no acampamento. Nesse caso, os acampados sob a bandeira do MTR devem ter um mínimo de quatro assinaturas por semana, mas o desejado é que assinem todos os dias. Uma das tarefas cotidianas dos coordenadores é visitarem os *acampados* para coletar as assinaturas ou, como pude também observar, esperar no barraco da coordenação, para que as pessoas passem e assinem. É claro que, como em qualquer mundo social, há exceções à regra e há *acampados* que não *cumprem* com o mínimo de quatro dias. No entanto, estabelecem acordos com os coordenadores e compensam o *tempo de barraco* de

---

<sup>109</sup> Os *apoios* que mantêm barraco também são chamados pelos *moradores* de *os que cumprem regra*.

outra maneira. Esse é o caso, por exemplo, de dois acampados que trabalham na cidade. Nino deixou que ficassem somente dois ou três dias no acampamento, em compensação pagam uma *taxa* de despesas mais elevada. Também Nino estabeleceu um acordo com outras quatro famílias do acampamento. Segundo ele, essas famílias fundadoras do acampamento, *velhas de acampamento*, estavam numa situação econômica difícil e queriam ficar fora do acampamento durante alguns meses para poder trabalhar, mas não queriam perder sua *vaga*. Em compensação pelo “tempo” que estarão fora do acampamento, essas famílias vão pagar o equivalente à *taxa* mensal de despesas de todas as famílias do acampamento (60 famílias do MTR) (5 reais por família) durante os meses que estiverem fora. Tomando como inspiração o clássico Malinowski (2003), diríamos que as regras, nesse caso, se adaptaram à vida.

Como vemos, o *caderno de pontos* é um dispositivo que serve para contar e levar um controle do tempo, mas não de um tempo qualquer, do “tempo” que se passa no barraco e especificamente no acampamento. Os Acampados acreditam que o cumprimento *da regra* e o *tempo de barraco* contabilizado no *caderno de pontos*, de alguma forma, contará na hora de pleitear *uma vaga num assentamento*.

Outros autores (Borges, 2003; Macedo, 2003; Quirós, 2006) observaram em outros contextos etnográficos a existência de dispositivos (listas) que servem para indicar quem receberá benefícios por parte do Estado. Essas listas, além de enumerar ou classificar quem receberá os benefícios, revelam também a existência de uma hierarquia, de um *status* diferenciado no interior dos grupos estudados. As listas identificadas por Borges entre os moradores de uma cidade satélite de Brasília são dispositivos que mostram a relação que se tem com o Estado, no sentido de quem é mais apto para se tornar beneficiário dos bens disponibilizados, entre eles, o de maior valor é o lote. No acampamento estudado por Macedo, no Rio de Janeiro, foi estabelecida uma série de critérios “que consistiam num sistema de classificação das famílias acampadas que estabelecia uma ordenação para o assentamento, caso não houvesse parcelas de terra para todas as famílias em um primeiro momento” (2003, p. 143). Nas listas que ficavam afixadas numa barraca localizada no centro do acampamento, era plasmada uma hierarquia das famílias, já que eram ordenadas

segundo o cumprimento dos critérios. Já Quirós, na sua etnografia sobre participantes dos movimentos de desocupados em Buenos Aires, menciona a existência de listas nas sedes dos movimentos que classificam as pessoas segundo o número de mobilizações nas quais participam e os benefícios recebidos em forma de cestas básicas disponibilizadas pelo Estado, proporcionais à participação.

Esses dispositivos e principalmente aqueles indivíduos que através deles têm o controle da distribuição dos bens, seja, lotes, créditos, cestas básicas etc., podem ganhar um *status* diferenciado no acampamento, no movimento, no bairro, na cidade, em suma, nos universos sociais por onde circulam.

Rosa (2009) em artigo recente retoma a trajetória de Fernando, uma liderança do mundo das ocupações de terra em Pernambuco. A inserção de Fernando no mundo dos movimentos lhe permitiu vincular-se a partidos e políticos locais, assim como a representantes do Incra. Fernando, como relatado pelo autor, foi escolhido pelo Incra para distribuir cestas básicas aos trabalhadores rurais da sua cidade, no tempo de entressafra. Essa tarefa o colocou numa posição diferenciada, de destaque na sua cidade e conferiu-lhe “um tipo específico de poder, o de incluir pessoas nas demandas por terras e cestas básicas” (Rosa, 2009, p. 173).

No caso do acampamento Famílias Unidas, o *caderno de pontos* é um dispositivo local que serve para classificar — tendo como critério o *tempo de barraco* — os concorrentes a um lote de terra. Mas também mostra a heterogeneidade de grupos e categorias de Acampados: *os que cumprem regra, moradores de final de semana, apoios, acampados ou moradores*. Por outro lado, o *caderno de pontos* confere certo prestígio, *status* ou chances de poder para o seu guardião. Principalmente entre os acampados sob a bandeira do MST, o portador do caderno se torna uma espécie de guardião do tempo dos outros, é aquele que ao final do mês poderá dizer se o *tempo de barraco* foi cumprido e por quem foi cumprido. O guardião do caderno é também alguém que se diferencia de outros acampados por ter a confiança do coordenador e, principalmente, por saber escrever, um conhecimento também valorizado entre os acampados, um elemento de distinção.

Feix (2001) no seu estudo sobre trabalhadores rurais assentados no Mato Grosso menciona que “o domínio das letras é um recurso social fundamental” para o

MST atingir um dos seus objetivos principais: “a formação técnica e política dos trabalhadores” (2001: 169), objetivo difícil de conseguir sem esse recurso.<sup>110</sup>

### 2.3 Barracos e barracos

O barraco é um símbolo de extrema importância entre os Acampados e sempre surge como tema nas conversas cotidianas: fulano quer mudar de barraco, o barraco rasgou, fulano fez outro cômodo no barraco, fulano desmanchou o barraco, o barraco de fulano é bom; e, sempre, o barraco aparece como prova das aventuras e dificuldades de uma ocupação ou do tempo passado num acampamento.

Zé Antônio, do TSM, guardava com zelo um álbum de fotografias dos diversos acampamentos onde estivera, e orgulhoso fazia questão de comentar aquelas fotografias em que aparecia *montando a estrutura de um barraco*.

Já, dona Leo, acampada no acampamento Famílias Unidas, não só gosta de mostrar a cada convidado que chega para visitá-la todos os remendos feitos no barraco, mas também, não se cansa de relatar com todo detalhe eventos trágicos que tem marcado sua vida no acampamento, eventos nos quais o barraco é o protagonista central.<sup>111</sup>

Em um dos relatos de dona Leo, ela descreve o dia em que a maioria dos acampados estava participando de uma *mobilização* e, como havia ficado no acampamento, viu, sem poder fazer nada, *como um vento fortíssimo levava embora os barracos dos vizinhos*. O outro evento relatado por dona Leo é a tragédia do barraco do seu filho. Ela relata com emoção a solidariedade do coordenador e dos vizinhos do acampamento *quando o barraco pegou fogo e seu filho perdeu tudo o que tinha*. Segundo ela, [os vizinhos e os coordenadores] *correram atrás de colchão*,

---

<sup>110</sup> Feix (2001) analisa indicadores socioeconômicos para tentar estabelecer um perfil dos assentados. Um desses indicadores é o grau de escolaridade. Segundo o autor quase 80% dos trabalhadores se situam na faixa entre nenhuma escolaridade e conclusão da 5 série. No caso dos acampados do acampamento Famílias Unidas vistos como assentados potenciais, me parece que os números não seriam muito diferentes, no entanto, precisaria de um investimento empírico e analítico maior para fazer uma análise mais apurada da relação do saber formal de escrita e leitura como elemento de distinção. Deixo então essa hipótese em aberto para uma futura agenda de pesquisa.

<sup>111</sup> Como veremos adiante, o *tempo de barraco* também se demonstra com a dedicação ao barraco. Os remendos de dona Leo são uma prova desse “tempo”.

*de roupa para as crianças, até cama conseguiram, montaram um barraco novinho.* Tempo depois descobriram que o incêndio tinha sido provocado pela sua nora, que, de acordo com ela, *não se conformava com o que tinha, queria ganhar tudo novinho.*

Já uma vizinha de barraco de dona Leo, que faz parte dos *apoios* e cumpre *regra de três dias*, discutia com sua vizinha o *descuido do seu barraco* e justificava que, apesar de não ser um *dia de cumprir regra*, estava ali no acampamento precisamente para arrumar e concertar o barraco.

É precisamente devido a essa importância dada ao barraco que alguns acampados conseguem acumular certo capital simbólico, principalmente por terem um tipo específico de *conhecimento*, também bastante valorizado no mundo das ocupações de terra: saber montar barraco.

No acampamento Famílias Unidas, esse tipo de *conhecimento* é um bem precioso, inclusive um acampado pode, como mencionam alguns, *ganhar o pão com esse serviço*, montando barracos.

Zélia, acampada desse acampamento, me relatava que, assim que chegou ao acampamento, contratou um acampado *bom de fazer barraco*, para que montasse o dela.

O preço cobrado por montar barraco pode variar e parece depender principalmente: de para quem é feito o *serviço*, ou seja, se é amigo, parente, conhecido; e, de que aquele que faz o *serviço* seja reconhecido.

A habilidade e reputação como *bom de fazer barraco*, acredita-se, não só tem a ver com uma característica própria da pessoa, de ter destreza ou de “levar jeito” para realizar esse tipo de tarefa, mas adquire-se com o *tempo de barraco*, com a experiência acumulada debaixo da lona.<sup>112</sup>

Maranhão, acampado também no Famílias Unidas, me explicava que só pode ser *bom de fazer barraco* aquele que já passou *um bom tempo debaixo da lona*, para ele, somente com o *tempo de barraco* se aprende, por exemplo, que tipo de material é melhor. *A madeira*, explicava-me, *dura mais do que o bambu, o bambu a gente cata em qualquer lugar, no mato, a madeira não, a gente tem que comprar.* No

---

<sup>112</sup> Para ver exemplos em outros contextos etnográficos sobre a relação entre conhecimento e reputação, ver Haviland (1977), ou ainda Comerford (2003).

entanto, na hora de mudar [de lugar, de acampamento], o bambu é mais difícil de desmontar. *O jeito de botar a lona*, segundo ele, também é fundamental para um barraco suportar chuva e vento forte.

Para esse acampado, não só o *conhecimento* sobre o material que deve ser utilizado é importante na hora de fazer barraco, mas também *o jeito de montá-lo*.

Um barraco pode, então, ter mais valor do que outro não só pelo material com o qual foi construído, mas também pela maneira como foi construído e por quem foi construído. Em outras palavras, há barracos que estariam “impregnados” de um saber particular, do *conhecimento do bom de fazer barraco*.<sup>113</sup> Essa particularidade e distinção entre barracos era explicitada pelo próprio Maranhão, que mencionava: *Aqui no acampamento têm barracos e barracos*.

Como explicitado em Loera (2006), os barracos são percebidos como tendo donos e são objeto de transações entre vizinhos, parentes e amigos no acampamento. Mas, hoje em dia, no mundo das ocupações de terra, o barraco representa também um capital para o acampado. Dependendo do acampamento, os Acampados podem investir um pouco mais num barraco benfeito, com materiais melhores, sabendo que, caso decidam sair ou mudar de acampamento, um *barraco benfeitinho* pode ter mais valor e, como consequência, pode ser melhor vendido.

Por outro lado, há barracos que podem valer mais e serem vendidos mais caros, não só porque o *dono do barraco* investiu mais dinheiro nele, ou porque foram construídos com certo material, de certa maneira ou por certa pessoa, mas também porque o proprietário investiu mais tempo nele, dedicou-se mais.

Edesmaria, no começo de 2008, saiu do acampamento Famílias Unidas para se instalar em outro acampamento na região de Araçatuba. Pouco antes de mudar, pôs à venda seu barraco. Edes, durante seu tempo no acampamento Famílias Unidas, havia melhorado seu barraco aos poucos. Não só construiu mais um cômodo, mas melhorou o visual dele, plantando mais flores e também havia se dedicando à sua horta. De acordo com Ilma, vizinha de barraco e melhor amiga de Edes, em conversa com outra vizinha mencionara que Edes havia conseguido

---

<sup>113</sup> Essa afirmação é inspirada na análise realizada por Mauss (2003) da noção maori de *hau*. Na interpretação desse autor, na troca, as coisas trocadas não teriam valor por si só, mas carregariam o espírito do doador, que permanece na coisa dada.

vender o barraco por 100 reais; segundo ela, havia feito uma boa transação por causa da estrutura de madeira e os dois cômodos grandes, mas principalmente porque *o barraco, Edes cuidava bem, estava bem arrumadinho*, inclusive, até, tinha deixado uma pequena hortinha. Essa dedicação, do ponto de vista de Ilma, justificava o valor do barraco e a boa venda.



Barraco de Edesmaria.

Na frente, o pequeno jardim que ela plantou. A parte branca, totalmente à esquerda, é o cômodo adicionado ao barraco

(acampamento Famílias Unidas, agosto de 2007).

Esses investimentos nos barracos geralmente acontecem em acampamentos que têm muito tempo no mesmo lugar, como é o caso do acampamento Famílias Unidas, ou seja, depende das características do próprio acampamento onde é montado o barraco, em outras palavras, depende da *forma do acampamento*.

Devo mencionar que o trabalho de campo realizado em diversos acampamentos mostrou que, no mundo das ocupações de terra, existem *formas de acampamentos*. Um militante do MST ligado à Secretaria Estadual desse *movimento*, quando interrogado sobre as diferenças encontradas nas formas de organização dos acampamentos e as disputas existentes encontradas na maioria deles entre residentes e andorinhas, mencionava:

*Na atualidade, agora, estamos dialogando com essas formas de acampamento, de trabalho de base onde digamos [tem] o assalariado rural, os cortadores de cana... Como é que você vai condicionar algumas famílias a viver direto no acampamento, são formas que estão sendo repensadas e, se tiver condições de ter um acampamento dentro da cidade, qual que é o problema? (Cido, dezembro de 2008).*

Cido resumia a existência de uma heterogeneidade dos Acampados e das diferentes formas de operar e gerenciar os acampamentos como *formas de acampamento*. Os acampamentos, portanto, apesar de seguirem o modelo da “forma acampamento” proposto por Sigaud (2000), estariam constituídos por características próprias, particularidades como forma de organização, gerenciamento do acampamento e inclusive as próprias barracas estariam sendo adaptadas à clientela, isto é, às famílias já instaladas e famílias que desejam instalar-se debaixo da lona, constituindo assim *formas* dentro da “forma acampamento”.

Como mencionei anteriormente, no TSM e no Dom Hélder, aquele que montava uma casa no seu barraco, com móveis, utensílios e muitos pertences, era considerado, na maioria das vezes, como inexperiente ou como *novato* no mundo das ocupações de terra e o *tempo de acampamento* nesses espaços estaria mais relacionado com um saber particular, com um *know-how* do mundo das ocupações. Essa concepção do *tempo de acampamento*, também foi encontrada entre os acampados do acampamento Famílias Unidas, mas, nesse acampamento, tem também outros significados. Diferentemente dos outros acampamentos, este último está montado no mesmo local, na beira da estrada há mais de seis anos, e o acampado que tem literalmente montada uma casa no barraco, com móveis, jardim, sacada, garagem, é identificado como *morador*, mas, principalmente, como alguém que tem *tempo de acampamento ou tempo de barraco*.<sup>114</sup> Essa expressão é a mesma usada na contabilidade do tempo cronológico no acampamento, cujo controle, como vimos, se leva a cabo através do *caderno de pontos* e também é a mesma que se usa para fazer referência à experiência que se tem na arte de

---

<sup>114</sup> Os Acampados, ao longo de seis anos, fizeram duas ocupações dentro da Fazenda, levando consigo só poucos pertences e deixando os barracos montados na beira da estrada.

acampar, mas, no acampamento Famílias Unidas, parece ter mais um significado: a dedicação ao barraco e ao acampamento.

Apoiada em algumas imagens, tentarei mostrar essa variante do *tempo de barraco* e como é percebido por alguns *acampados*.

### O Barraco de Ilma e Donizete



Foto 1 - (acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009).

Essa é a frente do barraco de Ilma e Donizete, ao lado das cadeiras que estão na *varanda*, está a entrada principal. Entrando logo a esquerda, está a cozinha e do lado direito um quarto com uma cama de casal e, no pé da cama, há uma cama de solteiro, onde os netos do casal dormem quando os visitam. Ao lado da cama há uma penteadeira. Na parede, penduradas e bem arrumadas, variadas ferramentas de Donizete. Do lado esquerdo, coberto pelo teto de lona branco, está a ducha e em frente a ele, a pia. O barraco está coberto por plantas e flores que Ilma tem plantado aos poucos, ao longo de cinco anos. Atrás da primeira cadeira que vemos do lado esquerdo, está uma mesinha, onde Ilma costuma colocar um galão de água que fica à disposição dos convidados. O teto do barraco foi coberto por lâmina, para tentar conter o calor. Esse barraco é dos poucos no acampamento que tem uma antena de televisão instalada. Atrás do barraco Ilma guarda mudas de árvores frutíferas, dentre

elas maçã, abacate, goiaba, maracujá e outras. Segundo Ilma, além de não ter mais lugar para plantar ao redor do barraco, as plantas aguardam em saquinhos, uma morada permanente. Alguns acampados mencionam não plantar árvores frutíferas, já que veem o acampamento como um lugar de passagem e, para eles, essas árvores, pelo tempo que demoram em dar os frutos, representam permanência.



Foto 2 — Acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009.



Fotos 3 e 4 — Acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009.

No *cantinho* de Ilma e Donizete, como Ilma costuma referir-se a seu barraco, na Foto 2, totalmente do lado esquerdo vemos uma estrutura de madeira que começa a ficar coberta por uma trepadeira. Esse espaço costuma ser chamado de *área*, que, entre outras coisas, diferencia o barraco de alguns *moradores* do restante

dos Acampados. Tal como a varanda, que vemos nas Fotos 3 e 4, a *área* é um lugar onde os *donos do barraco* costumam sentar-se no final da tarde, para conversar ou receber as visitas. Segundo Donizete, é o lugar mais fresco do barraco. Do lado esquerdo na Foto 2, vê-se uma bananeira e outras árvores frutíferas no *quintal*, árvores que também foram plantadas por Ilma. Uma novidade encontrada na última visita de campo foram as caixas de água instaladas nos barracos dos *moradores* ou dos que passam mais tempo no acampamento. Nas visitas anteriores havia encontrado só tonéis, que geralmente eram enchidos por pipas enviadas pela Prefeitura duas vezes por semana, como se vê na seguinte foto:



Foto 5 — Vista debaixo do barraco de lona. Um dia de pipa.  
(Acampamento Famílias Unidas, agosto de 2007).

Os *apoios* ou os que *cumprem regra* de dois ou três dias normalmente têm um ou dois tonéis, que, de fato, muitas vezes acabam ficando vazios, pois, muitas vezes, *os dias de pipa* não correspondem com os dias em que se *cumpr*e regra, ou seja, com os dias que ficam no acampamento. Esses *apoios* acabam então pedindo água para *moradores* vizinhos de barraco ou outras vezes pedem para um vizinho de confiança que peça para que a pipa encha seus tonéis.

Voltando ao barraco de Ilma e Donizete, vemos atrás da caixa de água, ainda na Foto 2, um isopor, onde são guardadas garrafas de água e outras bebidas, como refrigerantes, e também por poucos dias são guardados alimentos perecíveis. Nas

Fotos 3 e 4, na *varanda*, sobressaem as plantinhas penduradas em vasos improvisados com pneu, garrafas, balde, latinhas etc. Esses utensílios, como as garrafas pet, de fato, têm bastante valor entre os *moradores*, mas principalmente entre os *moradores* dedicados a seu barraco. Ainda na *varanda* vemos um pôster colado na lona, que mostra diferentes tipos de peixes, que diz respeito a um dos *hobbies* preferidos de Donizete e, aliás, de muitos outros moradores da região: a pesca.

A estrutura do barraco, feita em maior parte de madeira, foi construída pelo próprio Donizete, ajudado pelo genro e outros vizinhos do acampamento. A estrutura de madeira, e não de bambu, também diferencia aquele que *capricha no barraco* daquele que não.

No *quintal*, na parte de trás do *barraco*, Ilma e Donizete têm seus animais de criação e estimação, dentre eles três porcos, várias galinhas e um cachorro.



Fotos 6 e 7 — Acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009.

O casal comprou os porcos dois anos atrás, quando Ilma decidiu morar no acampamento e começou a ficar inclusive até os finais de semana. O cachorro que ficava na casa deles em Andradina também se mudou para o acampamento. Hoje em dia, são esses animais os que, entre outras coisas, nas palavras de Ilma, *os prendem ao acampamento*.

Como mencionado anteriormente, Ilma e Donizete atualmente são *moradores* do acampamento e acampam sob a bandeira do MTR, que, como já foi explicitado,

para manter barraca sob essa bandeira, deve cumprir-se a *regra de morar* no acampamento. Donizete pegou uma *vaga* no acampamento, no final de 2005. Naquela época ele acampava sozinho em representação do genro, que, por trabalhar durante a semana, não podia ficar acampando. Ilma ficava na sua casa em Andradina e só de vez em quando ia para o acampamento. O genro de Donizete pagava R\$50,00 mensais de *apoio de barraco*, mas parou de pagar no momento em que seu sogro começou a ficar no acampamento a semana toda e voltava para Andradina só durante os finais de semana, quando seu genro ficava no acampamento. Donizete atualmente tem 53 anos e parou de trabalhar com 47, depois de sofrer dois infartos num período de menos de um ano, o último deles aconteceu enquanto operava uma máquina dentro da empresa onde trabalhava em Andradina. Segundo ele, *a empresa o aposentou* e ele entrou em depressão. Tentou encontrar trabalho em vários lugares, preenchia todos os requisitos, mas, quando chegava ao exame médico, era barrado. Ele se questionava o seguinte: *como um cara novo que nem eu não ia fazer nada*. Segundo Ilma, *a situação era insuportável, ele ficava aborrecido de ficar dentro de casa*. Assim, a opção de ir para o acampamento mostrou-se como uma alternativa para estar ocupado, sentir-se útil, o acampamento deu um novo sentido à vida dele.

Depois do *racha* que já foi tratado anteriormente, entre *apoios e moradores*, Ilma passou a ficar mais tempo no acampamento, dois ou três dias por semana e, em 2007, ela passou a morar definitivamente no acampamento.<sup>115</sup> Desde então Ilma e Donizete têm também um cadastro próprio.<sup>116</sup> Ilma conta orgulhosa o quanto ela se dedica a seu barraco, o que inclui a *varanda*, a *área*, sua *horta* e seu *quintal*. Anteriormente, como relatado por Ilma, o acampamento não era para ela o lugar de morada ao qual devia dedicar muito tempo, era mais uma espécie de *sítio de final de semana*. Hoje em dia é a “dedicação” ao acampamento, e principalmente ao seu barraco, uma das coisas que conferem sentido à sua vida.

---

<sup>115</sup> Ilma ainda tem sua casa em Andradina, atualmente ocupada por seu neto e a esposa dele.

<sup>116</sup> Todos aqueles que montam um barraco devem fazer um cadastro com o coordenador do acampamento, que repassa a lista de acampados para o Incra. O cadastro é então uma maneira de formalizar a situação do acampado como candidato a um lote de terra.



Foto 8 — Acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009.

Ilma tem ao lado do seu barraco uma pequena horta de temperos. Temperos que usa diariamente para cozinhar, ou muitas vezes, dá para suas vizinhas, quando precisam. Conforme Loera:

O fato de ter e estar em uma barraca também dá direito de ter um espaço para plantar uma horta ou de ter criação [...]. Esses animais não servem de alimento para os acampados, mas, são objeto de troca ou são alimentados e cuidados esperando-se que no futuro, quando os acampados estiverem assentados, sirvam para reprodução. A barraca, portanto, indica quem é “o dono” da horta ou da criação e vice-versa (2006, p. 69).



Fotos 9 e 10 — Acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009.

Nas fotos anteriores vemos a cozinha onde Ilma prepara diariamente as refeições. Como vemos, está completamente equipada com um fogão, botijão de gás, galão de água, panelas, uma pequena mesinha e um pequeno armário, que por sinal serve também para estocar alimentos não perecíveis (como o óleo que vemos na Foto 9), que recebem na cesta básica ou compram a cada 15 dias, quando geralmente vão fazer compra na cidade. A maioria dos móveis da cozinha também foram levados para o acampamento quando Ilma passou a morar no acampamento. Já para Donizete, desde que Ilma mora no acampamento, ele pode dedicar mais tempo às tarefas do acampamento e do *movimento*, principalmente prestando ajuda com o carro, quando Nino, o coordenador do acampamento, precisa ir para a cidade, para conseguir ajuda ou para uma reunião com autoridades de governo ou inclusive o leva até São Paulo, quando precisa negociar apoios ou dar seguimento no Incra à situação da fazenda. Também, desde 2007, principalmente devido a esse *trabalho* que ele faz para o acampamento e para o *movimento*, ele adicionou mais um espaço a seu barraco: uma garagem.



Foto 11 — Acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009.

## O barraco de dona Leo

Como mencionei anteriormente, o barraco é tema de conversas cotidianas entre Acampados, personagens de aventuras e dificuldades passadas nos acampamentos e marco de entrada no mundo das ocupações, e também, como vimos no caso do barraco de Ilma e Donizete, é símbolo de orgulho e de dedicação de alguns *acampados*. E essa dedicação é também uma forma de legitimar o *tempo de acampamento*. Esse é caso também de dona Leo.



Foto 12- Acampamento Famílias Unidas. Janeiro de 2009

Dona Leo ou madame, como é carinhosamente chamada pelo seu marido, está há menos tempo no acampamento do que outros *moradores*, como Ilma e Donizete, por exemplo; no entanto, é percebida no acampamento como alguém com *tempo de barraco*, como alguém dedicada.

Dona Leo chegou ao acampamento no final de 2007. Ela havia aguardado mais de três meses em outro acampamento da região, na Fazenda Brinco de Ouro

para uma *vaga* no acampamento Famílias Unidas. Seu filho caçula já acampava fazia vários meses sob a bandeira do MTR e foi ele quem pediu para Nino, o coordenador, uma *vaga* para sua mãe *para morar*.

Apesar de ter sido o filho quem lhe conseguiu uma *vaga* no acampamento, foi ela que o animou a acampar. Segundo ela, seu filho ficou sem emprego e não conseguia pagar as contas e foi quando um conhecido que já estava acampado lhe informou da possibilidade de acampar. Como assinalado por Sigaud (2000), nem todos os trabalhadores se dirigem às terras ocupadas em busca de um pedaço de terra, muitos o fazem como uma saída a curto prazo, como uma saída para uma situação de precariedade. No entanto, “quando um indivíduo passa a fazer parte de uma ocupação [e de um acampamento] crê e aposta nas possibilidades da lona preta” (Sigaud, 2005, p. 266). No entanto, a “aposta” só se torna possível graças às relações preexistentes entre organizações de trabalhadores rurais, assentados, Acampados e acampados potenciais; é essa trama de relações que permite não só uma articulação de ocupações subsequentes, mas também a circulação da crença na ocupação e no acampamento como mais uma possibilidade dentro do universo das opções.

Uma das coisas que levou dona Leo a se instalar debaixo da lona foi o desejo de ficar perto de seu filho e de seus netos que acampavam junto com ele, mas também foi uma situação econômica e emocional difícil. Ela como sua vizinha, me disse: *Já foi madame algum dia*. Seu marido trabalhou muitos anos como jornalista num jornal de Andradina, fazendo a matéria de esportes, e ela, orgulhosa, me relatava que até pouco tempo atrás ela usava *sapatinho alto e vestidinho bom* e participava de *ceias de luxo ao lado de prefeito, vereador, dos políticos*. Depois que seu marido, por causa de um derrame, não conseguiu mais trabalhar, a vida de madame acabou, e dona Leo decidiu tentar sorte no acampamento, a lona preta apresentou-se como uma oportunidade num momento difícil da sua vida, de ter um futuro melhor. Seu marido não gostou nem um pouco da ideia de ir com os sem-terra, mas acabou-se juntando a ela depois de alguns meses.

Dona Leo, com o consentimento de Nino, coordenador do MTR, ou na percepção dela, do *dono do acampamento* instalou seu barraco numa área grande.

Nino lhe concedeu um espaço equivalente a dois barracos. Na foto anterior (Foto 12) vê-se o barraco e na foto abaixo (Foto 13) vê-se o resto do espaço ocupado por dona Leo. Completamente do lado esquerdo, na mesma foto, está o banheiro. Do lado está o *curral* e dentro dele o galinheiro e o chiqueiro dos porcos.<sup>117</sup> Dona Leo tem três porcos, várias galinhas, três cachorros e um papagaio. Mas desses animais todos, dona Leo tem dois preferidos: Torresmo, um dos porcos, e sua cachorra de nome Duquesa, que dorme também debaixo da lona, num pequeno barraco feito para ela, que vemos do lado esquerdo, coberto por lona branca.



Foto 13 — Acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009.

Entre o barraco e o *curral*, está o que ela chama de *área*. Na *área* tem uma mesa, um banco e o que resta de uma estrutura de bambu, que meses atrás era o

---

<sup>117</sup> *Curral* parece ser o termo usado para falar do espaço destinado aos animais em geral e que abriga porcos, galinhas, cabras, etc.

quartinho dos netos de dona Leo, os quais durante um tempo ficaram com ela. Hoje em dia, esse espaço serve para guardar sementes, latas, vidros e as tão prezadas garrafas pet.

Devo mencionar que o barraco para os *moradores* não corresponde somente ao barraco em si, mas a todos os outros espaços ao redor dele, que são construídos e usados por esses *moradores*: a *área*, a *varanda*, o *quintal*, o *curral*, o *galinheiro*, a *horta*.

O barraco se estende então a todos esses espaços, que ao longo do tempo se vão tornando um só, reproduzindo verdadeiros pequenos “sítios” dentro do acampamento.

Na *área*, como se vê na foto abaixo, há pequenas árvores frutíferas: mamoeiro, cajueiro, goiabeira e acerola. Nos fundos um tanque e um varal.



Foto 14 — Acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009.

Dona Leo é uma das que tem mais variedade de plantas e temperos e tem também mudas de café, maçã, laranja e vários tipos de cactos, que ela mantém em

pequenos potinhos, esperando poder replantar quando *entrar na terra*.<sup>118</sup> Dona Leo junta todas as sementes que vai encontrando por aí e logo as planta em pequenos potes ou garrafas. Quando a conheci, no barraco do Nino, fez questão de me levar para seu barraco, para me mostrar sua pequena plantinha de café, fruto de uma semente que trouxe da cidade, quando foi para o acampamento dois anos atrás. Para ela, a própria plantinha é uma prova do seu *tempo de acampamento*. Dona Léo também gosta de mostrar com orgulho a docilidade dos seus porquinhos, para ela de tão dóceis até *parecem cachorros*. Segundo ela *para um animal desses, acostumar com a pessoa, demora tempo*.



Foto 15 — As mudas de dona Leo.  
(Acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009).

Penduradas no teto da *área*, vemos garrafas pet, que servem como regadores. Essas garrafas são cheias de água e é feito um pequeno buraco na tampa para a água pingar aos poucos nas plantinhas. Ao fundo, vê-se o barraco da Duquesa e ela deitada em cima do seu colchão. Na foto abaixo, dona Leo mostra orgulhosa suas mudas.

---

<sup>118</sup> Essa expressão faz referência ao momento em que acampados conseguem entrar na sua terra, já como assentados.



Foto 16 — Dona Leo, acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009.

O barraco dela tem dois cômodos separados por duas pequenas estantes e uma cortina de tecido (Fotos 17 e 18). Num dos cômodos tem uma cama de casal, do lado da cama, empilhadas, há várias caixas de papelão cheias de roupa e outros pertences, ao lado delas, uma pequena janela. No outro cômodo está instalada a cozinha com um armário grande, que ocupa quase todo o espaço de um lado inteiro do barraco. Vê-se também uma janela coberta por um mosquitoireiro (Foto 18).



Foto – 17

Estante que separa os dois cômodos do barraco. Dona Leo levou para o acampamento algumas vasilhas finas “da sua época de madame”. (Acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009).

Foto 18



Interior do barraco de dona Leo.  
(Acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009)

Dona Leo, como se vê na foto anterior, tal como Ilma e outros *moradores*, usa um isopor para guardar água e alimentos perecíveis. As garrafas penduradas no teto do barraco servem para aproveitar a água que pinga da lona quando chove. Água depois aproveitada para suas plantas. Seu Maia, marido de dona Leo, empilha garrafas vazias no quintal, que vai recolhendo por onde passa. Numa das últimas visitas, ele chegou da cidade (Castilho) com um saco de garrafas pet na mão, que tinha recolhido das ruas. Daí a importância que têm as garrafas e recipientes. Tornam-se bens valorizados entre os *moradores* do acampamento. Dona Leo também tem orgulho de mostrar todas as conservas de doces e de diferentes pimentas que ela faz a partir dos frutos colhidos da sua horta e do seu *quintal* (ver acima da mesa na Foto 18). De alguma forma são também prova da sua “dedicação” ao barraco.

Segundo dona Leo, ela deixou a casa fechada em Andradina e fez praticamente uma mudança para o acampamento, levando consigo muitos dos seus pertences. Para ela, o acampamento virou *seu lugar*, e seu barraco é uma prova

visível do seu empenho, e é aquilo, que de alguma forma, legitima seu *tempo de acampamento*.

No acampamento Famílias Unidas, principalmente entre os moradores, é comum que não somente falem sobre seus barracos e seu empenho e investimento neles, mas comparem seu *tempo de barraco* ou “dedicação” com o dos seus vizinhos, principalmente com alguns *moradores de final de semana* ou *apoios*, que, na percepção de alguns *moradores*, seriam *proveitadores*, pois, apesar de não ficarem *debaixo da lona* e terem seus *barracos largados*, serão contemplados como iguais na hora da repartição de lotes de terra.

Vejamos graficamente essa disputa através de algumas imagens de barracos de *moradores* e de *apoios* do acampamento Famílias Unidas:

### **Barracos de *moradores***

Foto 19



A trepadeira tomou conta da *área* do barraco de um dos moradores do acampamento.

Acampamento Famílias Unidas. Janeiro de 2009.

Foto 20



(Acampamento Famílias Unidas. Janeiro de 2009)

Barraco de Carmencita, Uma das *moradoras* mais antigas do lugar.

O barraco de lona branca à direita da foto é um cômodo adicionado ao barraco original, atualmente coberto por uma “lona natural” de pé de maracujá.



Fotos 21 e 22 — Acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009. Plantio de abóbora e de mandioca num dos barracos de *moradores*.



Foto 23 — Acampamento Famílias Unidas, agosto de 2007.

Rose, esposa de Maranhão, tem um ateliê de costura no seu barraco. Faz roupa, colchas e principalmente cortinas e tapetes por encomenda ou avulsos, que vende para outros Acampados ou inclusive para clientes *da cidade*, que já conhecem seu trabalho e que vão para o acampamento exclusivamente para comprar os produtos.

### **Barracos de apoios**



Foto 24 — Acampamento Famílias Unidas, agosto de 2007. Alguns barracos de *apoios* ou que *cumprem regra* — ligados entre si por laços de parentesco — ficam enfileirados ao longo da estrada, uns colados aos outros. A maioria dos barracos

ficam fechados com cadeado (como se vê na foto acima), quando não é *dia de cumprir regra*.

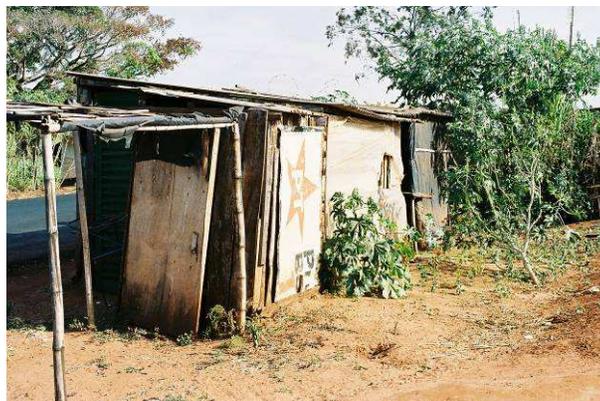


Foto 25 — Acampamento Famílias Unidas, agosto de 2007. Geralmente nos barracos dos *apoios*, diferentemente dos barracos dos *moradores* não há *horta*, *varanda*, *quintal* ou *área*, e o espaço do barraco limita-se ao barraco.

Como se vê nas duas fotos seguintes, nos barracos dos *apoios* ou *moradores* de *final de semana* deve ser marcado a sigla do *movimento* como o qual se acampa e o nome do *dono do barraco*.

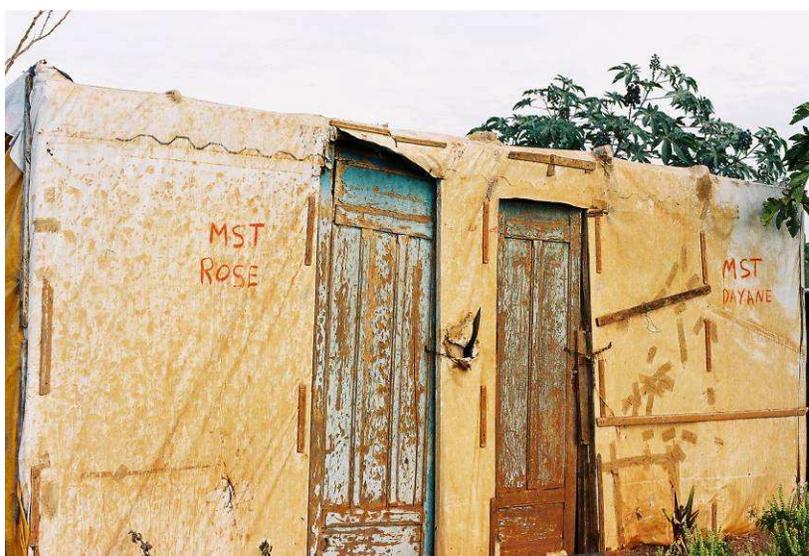


Foto 26 — Acampamento Famílias Unidas, agosto de 2007.



Foto 27 — Acampamento Famílias Unidas, agosto de 2007.

## 2.4 Donos do acampamento

O bom observador terá notado que na maioria das fotos, nos barracos dos *moradores*, aparece a sigla MTR, e nos barracos dos *apoios* aparece a sigla MST. Como foi mencionado anteriormente, Nino, coordenador do MTR, colocou a *regra de morar* como requisito para *manter barraco* sob a bandeira do “seu” movimento. Já para o Biro, coordenador dos acampados pelo MST, não é obrigatório morar no acampamento, mas é obrigação, sim, passar um tempo no acampamento, *cumprindo regra de dois, três, ou quatro dias*, e principalmente participar de *jornadas* (marchas, ocupações, passeatas etc.).

Assim, o cumprimento das obrigações, *morar* e *cumprir regra* de x dias se dá dependendo da *vaga* que foi negociada, de *morador* ou de *apoio*, e dependendo com quem foi negociada, com Nino ou com Biro. Ou em palavras nativas, dependendo do *dono do acampamento*.

Como já foi tratado por outros autores (Sigaud, 2004; Rosa, 2004), as ocupações e os acampamentos são vistos pelos movimentos como tendo donos.

Nos termos de Sigaud:

As ocupações e os acampamentos constituem uma linguagem simbólica, um modo de fazer afirmações por meio de atos, e um ato fundador de pretensões à legitimidade. Ao promover uma ocupação e um acampamento o movimento diz ao INCRA que deseja a desapropriação das terras, ao proprietário que quer suas terras e aos outros movimentos que aquela ocupação tem um dono (2004, p. 19).

Os dados recolhidos em campo sugerem, no entanto, que não somente *movimentos* percebem os acampamentos como seus, mas também os Acampados não só se percebem como os *donos* dos seus barracos, mas também concebem o acampamento como tendo *donos*, e, no caso específico de acampamentos da região oeste do estado, não só se faz referência aos acampamentos como sendo do MST, do MTR, do Sintraf, da CUT, mas também se faz referência a eles pelo nome do dirigente, militante ou coordenador do acampamento. Edemaria por exemplo, acampada em um acampamento em Aracangua, no município de Araçatuba, mencionava que estava acampando em *um acampamento de Zé Rainha* liderança do MST que na percepção dela *rachou com o movimento e tem seus próprios acampamentos*.

Ou seja, não é só o movimento, como entidade coletiva, que é visto como o dono dos acampamentos, mas são principalmente os indivíduos de carne e osso que organizam e administram os acampamentos. Inclusive, é comum que os Acampados façam referência aos acampamentos como sendo *do Nino* (MTR), *do Biro* (MST), *do Neguinho* (Sintraf), *do Cláudio* (Sintraf, CUT) etc. Nos relatos de acampados da região sobre suas “entradas” aos acampamentos, faz-se referência a terem conseguido uma *vaga do Nino, do Biro, do Luiz*, e assim por diante.

Por outro lado, assim como há um investimento por parte de alguns *acampados* para com seu barraco, há um investimento por parte dos *donos* do acampamento para com seu acampamento, impondo regras próprias, delegando tarefas, formas de gerenciar o acampamento, formas de administrar o acampamento por exemplo, – aproveitando a taxa de despesas ou apoio de barraco- como fundo

de gestão;<sup>119</sup> formas de gerenciar o espaço do acampamento, decidindo, por exemplo, onde são instalados os barracos, dando vagas etc. E é precisamente esse investimento, essas formas diferenciadas de administrar os acampamentos o que indicaria quem é o *dono do acampamento*. Em outras palavras, os Acampados sabem quem é o *dono*, dependendo da *forma do acampamento*.

De fato, entre os interessados em se instalar *debaixo da lona*, um dos critérios de escolha pode ser o *dono do acampamento* e qual a *forma de acampamento*, isto é, como o acampamento é operacionalizado e organizado, por quem e quais são as regras para manter barraco. Existiriam portanto, por parte dos interessados em participar de um acampamento, preferências por determinadas *formas de acampamento*. E, seguindo essa lógica de escolha, de fato, alguns acampamentos seriam mais requisitados do que outros. No caso do acampamento Famílias Unidas, por exemplo, a escolha, como já foi mencionado anteriormente passa, para alguns acampados potenciais, pelo *movimento* que organiza o acampamento, mas, para outros ter a opção de *cumprir regra* de x dias ou *de morar*, pode ser também o motivo da escolha, dependendo das necessidades daquele que pretende montar barraco no acampamento.

Na região, ser o *dono de um acampamento* pode representar uma forma de capital social e simbólico: aquisição de nome, reconhecimento, prestígio e relações.

Rosa (2004) menciona, para o caso da zona sul da mata pernambucana, que, para algumas pessoas, ter um movimento próprio pode significar ter uma posição social privilegiada em sua região e o desejo de significação social encontra recepção naqueles que os rodeiam. Ainda, como assinalado por esse autor (2009), as lideranças dos movimentos na região por ele estudada, na zona da mata de Pernambuco, conseguem ter um acesso a certas pessoas (representantes do Incra, autoridades e políticos locais), acesso que dificilmente conseguiriam se não fossem representando um movimento.

---

<sup>119</sup> Como mencionei anteriormente o dinheiro arrecadado serve muitas vezes para pagar as viagens feitas pelos coordenadores para reuniões com prefeito ou com representantes do INCRA, para as mobilizações e no caso do MTR para pagar papelaria (papel timbrado) usada no controle ou trâmites dos acampados.

Na região de Andradina, não parece ser muito diferente. No caso específico do Nino, por exemplo, coordenador de acampamento, ele não só seria o *dono* de um acampamento, ou pelo menos de uma parte dele, mas é também o fundador e único *dono* de um *movimento*, o MTR.

Nino, como já foi mencionado, foi militante do MST na região e chegou a ser assentado, mas nunca ocupou um posto de coordenação importante dentro do MST, e foi somente a partir do momento em que se tornou coordenador do MTR do acampamento Famílias Unidas que começou a ser recebido pelo prefeito de Castilho, de Andradina e por outras autoridades locais e do Incra, inclusive de São Paulo. Ele, por exemplo, me relatava com orgulho um episódio em que Edesmaria, sem avisá-lo, decidiu ir ao Incra em São Paulo para saber sobre o andamento da desapropriação da Fazenda, e naquela ocasião um funcionário de alto escalão do Incra tinha-lhe telefonado em seu celular perguntando quem era Edes, se Nino a tinha enviado e se podia dar as informações para ela. Para Nino, com essa ligação o funcionário do Incra havia reconhecido que era ele e não outra pessoa o interlocutor com quem devia tratar dos assuntos da Fazenda em questão.

Edesmaria teve um percurso parecido com o do Nino pelo mundo das ocupações, mas, apesar de ter um vasto currículo em ocupações e acampamentos, não teve a mesma sorte de Nino em conseguir apoio para levar à frente um acampamento.

Edesmaria, antes de acampar no acampamento Famílias Unidas, em outubro de 2005 já havia passado por vários outros acampamentos. Ela e mais um grupo de 12 famílias, depois de ter passado por acampamentos do MST e da CUT na região, haviam decidido sair da Cafeeira, a fazenda onde se encontravam acampados e foram participar de uma ocupação na Fazenda Ipê. Nesse acampamento ela conheceu Donizete, com quem fez amizade. Ela, Donizete e mais um grupo de famílias acampadas ficaram menos de dois meses e saíram dali para fundar um acampamento.

Edes relata: *O Donizete, a primeira vez que eu vi ele, foi na ocupação da Fazenda Ipê e depois na Santa Cruz; nós montamos o acampamento Santa Cruz,*

*ele é um dos fundadores do acampamento junto comigo, é como se fosse um irmão, tudo era combinado com ele, sabe, aquela pessoa de confiança.*

Muitas vezes, o acampamento, como menciona Macedo (2003), pode-se tornar o lugar onde homens e mulheres, considerando-se livres das submissões e das restrições morais em relação aos locais de origem, podem superar desilusões de todo tipo, ao encontrarem novos parceiros e amigos. Por outro lado, a confiança e as relações de amizade conformadas nesses espaços muitas vezes surgem por identificação, por sentir que aquela pessoa que compartilha o espaço do acampamento se encontra numa situação econômica ou emocional parecida.

Essas novas identificações e sentimentos de amizade podem ser determinantes para que os acampados tomem novos riscos fora da *tutela* de movimentos já consolidados e podem contribuir também para novos empreendimentos, novas mobilizações, que podem ser a base da conformação de novos grupos dentro do mundo das ocupações de terra.

Edesmaria, estando na Cafeeira, havia tido a oportunidade de ter contato com pessoas ligadas ao Sintraf, que por sua vez lhe haviam permitido ter contato com o prefeito e com os vereadores locais. Esse capital de relações, Edes começou a aproveitá-lo para beneficiar “seu acampamento”. Assim, ela, Donizete e Xavier, outro acampado que conhecia *desde a Cafeeira*, começaram uma empreitada entre prefeitura, vereadores locais e Incra, para conseguir apoio para seu acampamento; no entanto, o acampamento não deu certo e em menos de dois meses o acampamento acabou, deram-se conta de que, para serem ouvidos, precisariam do apoio de um *movimento*.

Edesmaria me relatava:

[Quando] *eu montei o acampamento, eu ‘tava’ morando na Cafeeira e o pessoal falou de fazer uma ocupação na Fazenda Ipê, e de lá eu montei o acampamento, da Fazenda Santa Cruz; aí não deu certo, desmanchou o acampamento e eu levei 12 famílias (Acampamento Famílias Unidas, agosto de 2007).*

No caso de Edes, seu *tempo de acampamento* a colocou numa posição de destaque diante de um pequeno grupo de acampados, e, sentindo-se confiante dessa sua posição, consegue fundar um acampamento; no entanto, suas proezas

individuais e o capital social adquirido não foram suficientes para levar à frente seu projeto, para isso ela deveria ter também um *movimento*.

A necessidade de ter um movimento, como vimos, também foi percebido por Nino que não somente tinha um currículo de acampamentos igual a ela, mas diferentemente dela, havia acompanhado as atividades da militância do MST e o *know how* da negociação e das relações nessa região, sua região de origem.

Edesmaria e as famílias que compunham seu acampamento acabaram-se instalando no acampamento Famílias Unidas. Como já foi mencionado, foi Edes, junto com esse grupo de “novos velhos *acampados*”, que incentivaram a conformação de uma *forma de acampamento*. Nesse processo, algumas famílias que discordaram da nova organização saíram do acampamento. De fato, a própria *forma de acampamento* pode ser também um dos critérios de mudança ou da saída dos Acampados.

Esse foi o caso de pouco mais de 40 famílias que mantinham barraca *com o Biro* (MST) no próprio acampamento Famílias Unidas e que, em outubro de 2008, decidiram, algumas delas, sair do acampamento e outras mudaram de *movimento*, embora dentro do mesmo acampamento. Os principais motivos *do racha* foram, por um lado, a cobrança por parte do Biro do *tempo de luta*, isto é, a participação em jornadas (marchas, passeatas, ocupações de terras, ocupações de prédios públicos, bloqueios de estrada), e, por outro, a indicação, por parte do MST, desse militante, e não de outras famílias com mais *tempo de acampamento*, para ser assentado em uma Fazenda vizinha; 34 das 40 famílias decidiram acampar sob uma nova bandeira, a do Sintraf e escolheram Neguinho, um acampado com experiência no mundo das ocupações, como coordenador do grupo. O restante das famílias que já eram moradores do acampamento negociaram uma *vaga do Nino* e passaram a acampar sob a bandeira do MTR.

## TEMPO DE LUTA

No mundo das ocupações de terra, especificamente nos acampamentos organizados pelo MST, ter *tempo de barraco* não é suficiente para ser beneficiário de reforma agrária, ou, em termos nativos, não é suficiente para *ser indicado para uma vaga num assentamento*, também é preciso ter *tempo de luta*.

Comerford (1999), na sua análise sobre as reuniões de trabalhadores rurais, menciona que o termo “luta” pode ter diversos significados. Nos acampamentos da reforma agrária, tal como entre os trabalhadores rurais estudados por Comerford, o termo “luta” pode estar “intimamente associado à noção de sofrimento” (1999, p. 19). Para a maioria dos *novos e velhos acampados*, é o sofrimento debaixo da lona o que legitima a pretensão de ter terra. No entanto, nos acampamentos de sem-terra, como apontado por Loera, o termo “luta” pode ter também outros usos e significados, que dependem do contexto e “do lugar que os agentes ocupam no ciclo da vida” (2006, p. 98), e mais, depende da posição que ocupam no mundo das ocupações de terra e, especificamente, na hierarquia do *movimento* e/ou do acampamento, assim como também da *forma de acampamento*. No caso aqui analisado, o termo “luta”, acompanhado da variável “tempo”, para militantes do MST e acampados de acampamentos do MST pode significar também, ainda que de maneira diferenciada, a contabilidade da participação em marchas, ocupações, passeatas, congressos, entre outros eventos, e *performances* coletivas organizadas pelo movimento.

Contudo, é importante mencionar que, para dirigentes de outros *movimentos* e integrantes de acampamentos organizados por outros *movimentos* que não o MST, o termo “luta” pode ter outros significados. Por exemplo, no caso do acampamento Famílias Unidas, que, como foi mencionado anteriormente, paradoxalmente está dividido em três *movimentos*, MST, MTR e Sintraf, para os coordenadores e acampados sob essas duas últimas bandeiras, *o tempo de luta*, é visto como sinônimo do *tempo de barraco* e geralmente se refere ao tempo que se passa como *morador* debaixo da lona, no acampamento.

No caso dos militantes das regionais do MST e aqueles presentes nos acampamentos, o *tempo de luta* pode estar relacionado com o tempo dedicado ao *movimento* organizando ocupações, marchas e outras *performances* coletivas, com as pessoas e os recursos sociais que se consegue mobilizar nesses eventos e as negociações feitas em favor dos acampados perante representantes do Inca e outras autoridades dos governos locais.<sup>120</sup>

Retomo a expressão “recursos sociais” inspirada na análise de Coradini (2001). Para esse autor, os recursos sociais, no contexto por ele estudado, de inserção de candidatos em posições político-eleitorais seriam uma série de atributos sociais lidos também como “qualidades pessoais” ou de “liderança”, “competência profissional, vinculação a sindicatos, exercício anterior em cargos públicos, valores morais, recortes territoriais, etc.” (2001, p. 7). No mundo das ocupações de terra, entre acampados e militantes, os recursos sociais estão relacionados, principalmente, com a capacidade de negociação, com a capacidade de mobilizar um capital de confiança e de relações e, no caso específico dos militantes, também com a capacidade de mobilizar um capital de acampados.

Para os *novos e velhos acampados*, o *tempo de luta* está relacionado, principalmente, com o número e tipo de mobilizações nas quais participaram, as *dificuldades* que passaram e a maneira como participam, assim como os recursos materiais e sociais investidos nas *mobilizações* e o tempo dedicado à *mobilização*.

Para a família dos Reis, por exemplo, a necessidade de cumprir com ou acumular *tempo de luta* se fez evidente logo nos primeiros meses de acampamento.

Como foi mencionado na Introdução e lembrado nos capítulos anteriores, eles realizaram, em abril de 2002, a sua primeira ocupação na região de Bragança Paulista, na Fazenda Capuava, pertencente ao município de Atibaia, onde montaram seu barraco e passaram a ser acampados do Terra Sem Males.

Segundo Cleusa, quando acampavam *na Capuava*, ela e sua família acreditavam que seria fácil ganhar as terras, pois *achava que era só ficar debaixo do barraco*; entretanto, um primeiro episódio ocorrido duas semanas após a formação

---

<sup>120</sup> Como foi brevemente esboçado no capítulo anterior, os acampados fazem uma distinção entre militantes. Essa questão será abordada adiante.

do TSM e as reações e relatos dos *velhos acampados* mostraram-lhe que o caminho era longo, e ainda teria que passar por muitas outras ocupações e mobilizações antes de pisar em terra própria. Ela relatava:

*Um dia de noite [na Capuavua], não sei o que aconteceu, um alarme falso, achando que as terra tinha sido ganho, acho que era meia-noite, a turma começava a gritar: “Essas terra é nossa! MST!”. E gritou e gritou, não sei como gritava: “Aqui eu piso na minha terra!” O acampamento todinho se manifestou, estavam batendo e saindo para fora e um abraçando o outro, e “Ganhamos as terra!” Porque tinha vindo, eram umas 10h30, 11 horas, veio a Fatiminha [militante] e conversou lá e, quando ela saiu, aí falaram que tinha ganho as terras [...]. Então, aí quando foi o outro dia cedo, o capataz, que é um militante da Capuava, ali falou assim: “Mas por que a turma se manifestou desse jeito? Ganharam as terras mesmo?” Ali ele pegou e falou assim: “50% sim, 50% não”. E todo mundo ficou feliz porque achou que ia ganhar essas terra aí, depois não falou mais nada, aí no outro dia mesmo falaram que [o alvoroço] tinha sido porque José Rainha tinha sido solto, porque ele é o cabeça mesmo dos sem-terra, né, do MST, aí eu falei: “Ah, meu Deus do céu, se fosse isso então”..., mas fizeram uma farra mesmo (acampamento TSM, Cajamar, maio de 2003).*

O desânimo foi uma das primeiras reações de alguns *novatos*, logo depois que souberam que a comemoração de alguns militantes havia sido não pela suposta liberação das terras, mas pela liberação de uma das lideranças do MST que havia sido preso uns dias antes. Já, para os *velhos acampados*, “a farra” dos militantes e as reações dos *novatos* foram motivos de gozação, porém, também, de distinção entre experientes e inexperientes do mundo das ocupações. Gracilda, uma *velha acampada*, mas *nova* acampada do TSM, lembra-se daquele episódio, que me foi narrado por Cleusa, a qual me explicou que aquilo havia provocado risos e reações de outros *velhos acampados*, ao ouvirem os *novatos* comemorando o boato de que haviam ganhado as terras. Gracilda e outros *velhos acampados* sabiam que, tão somente a duas semanas de terem feito a ocupação na Capuava e montado o acampamento, era impossível *entrarem nas terras*.<sup>121</sup> Ela, com quase quatro anos de acampamento, havia aprendido não só a etiqueta e/ou o ritual seguido logo após uma ocupação: reintegração de posse, despejo, desmanche do acampamento,

---

<sup>121</sup> Como anteriormente mencionado, essa expressão se refere ao momento em que acampados conseguem ser assentados.

deslocamento das famílias e reocupação, mas também que aquela ocupação era só o começo para alguns, era uma de tantas outras; os *novatos* ainda teriam que acumular um tempo considerável de luta antes de serem assentados. Como ela me disse, ao relembrar aquele episódio: *[os novatos] não sabiam que ainda tinham muitas ocupações pela frente.*

### 3.1 As dificuldades

Só no decorrer de um ano, as famílias do TSM fizeram mais três ocupações, além de participar de outros atos e protestos organizados pela militância da Regional de Campinas do MST, que foram realizados em cidades próximas de onde se encontrava o acampamento.

Uma das *mobilizações* que marcou várias famílias do TSM foi a ocupação em Franco da Rocha, destino de algumas famílias depois de terem saído da Fazenda Capuava. Essas famílias, principalmente as que já contavam com *tempo de acampamento*, avaliaram aquela ocupação como uma das mais sofridas, sobretudo pelo tempo que passaram num lugar considerado por eles perigoso e pelas *dificuldades* que passaram, especialmente para conseguir recursos básicos para sobreviver dentro do acampamento.

A própria Gracilda narra a chegada em Franco da Rocha:

*Ali [os militantes] chegaram só e não avisaram para nós nada, falaram que era em Franco da Rocha, só que eles não avisaram, falaram que a gente ia mudar, falaram que era garantido, que ninguém ia tirar, que era uma ocupação que já estava certa, Aí nos fomos sábado, aí a Prefeitura concedeu dez caminhão de mudança, aí mudou tudo bonitinho, tudo certinho, cada um arrumou no caminhão. Aí, menina, quando nós chegamos lá, um lugar feio! Porque o acampamento ficava dentro do mato, lá dentro do mato, assim, e tinha aquela pista, aquela estrada que subia pro presídio e a estradinha que entrava lá pros sem-terra [para um assentamento]. Aí, quando nós chegou lá, já tava aquele alvoroço, porque tinham matado um homem da Capuava que tinha ido lá três dias antes, para ajudar a cavar um poço, porque veio uma turma antes para cavar o poço, porque não tinha água lá e o cara matou, degolando-o com um facão (TSM, Cajamar, abril de 2003).*

No depoimento de Gracilda, ela enfatiza que o “feio” da ocupação em Franco da Rocha radicava no fato de o acampamento estar *dentro do mato*, num local onde, além de não ter água, havia dificuldade para chegar e para sair e também no fato de ter acontecido um assassinato naquele local. Seu Antônio, um *novato* do TSM que, em Franco da Rocha, realizava a tarefa de vigia do acampamento mencionava como *dificuldade* o isolamento e a proximidade com o presídio, para ele era um lugar onde *não tinha para onde correr*.

Dias depois da ocupação em Franco da Rocha, correu o rumor de que havia três presos fugitivos do presídio próximo e que poderiam estar escondidos dentro do acampamento, “disfarçados” de “*novos acampados*”. Aquilo confirmou as *dificuldades* dessa *mobilização* e o desejo dos acampados de não ficar naquele local.

As famílias do TSM ficaram só um mês e meio em Franco da Rocha; segundo relatos de vários acampados, por causa das *dificuldades* acima anunciadas muitas famílias *desistiram da luta*. As que ficaram, entre elas a família dos Reis, mobilizaram todos os recursos de negociação disponíveis para pressionar os militantes do MST da Regional de Campinas, para que os tirassem daquele lugar. Os recursos principais da negociação foram precisamente a *dificuldade* que estavam passando naquele local, a disposição que os acampados tiveram para acatar as condições da *mobilização* e as ordens da militância, assim como a confiança depositada nos militantes.

As *dificuldades* vivenciadas durante as *mobilizações* (ocupações, marchas, passeatas) são consideradas uma forma de legitimar o *tempo de luta*. Acredita-se que aqueles que arriscaram mais e passam mais *dificuldade*, de alguma forma acabam acumulando mais *tempo de luta*. Por exemplo, uma marcha ou uma ocupação na qual passam penúrias, sentem fome e, muitas vezes, medo por causa de despejos, ou por outros motivos, “valem mais”, ou contam mais do que outras *mobilizações*. Ao longo do tempo, acredita-se que são essas *mobilizações* as que darão um plus à luta de alguns acampados e que esses, afinal, acabarão sendo escolhidos para ganhar uma terra. O comentário de um acampado do TSM é significativo a esse respeito. Beto mencionou que acreditava que algumas famílias que tinham saído do TSM para participar de uma ocupação e montar um

acampamento na região noroeste de São Paulo seriam rapidamente assentadas, já que estariam passando *muita dificuldade*.

Por outro lado, as ocupações que acontecem de maneira pacífica, nas quais é fácil se locomover para cidades próximas e se tem acesso facilmente aos bens básicos do mundo das ocupações, comida, água e, principalmente, lona preta e bambu, materiais básicos para montar o barraco, são menos lembradas pelos acampados, mas ainda assim são contadas na hora de fazer referência ao *tempo de luta*.

Na reconstrução dos fatos das *mobilizações* e principalmente das ocupações vivenciadas, as famílias originárias do TSM colocavam também em destaque, como parte das *dificuldades*, a perda de bens materiais. Cleusa, e Antônio coincidiram em afirmar que, a cada ocupação e mudança do acampamento, os poucos bens que tinham foram-se perdendo no caminho.

A saga de ocupações que finalmente culminou na formação do acampamento Dom Hélder Câmara foi considerada pelas famílias que já tinham um *tempo de acampamento* uma das mobilizações mais desorganizadas das quais participaram, e atribuíram as *dificuldades* daquela mobilização à perda de bens materiais, aos imprevistos que surgiram durante a *mobilização* e ao tempo que demoraram em se estabelecer num local.<sup>122</sup> Devo especificar que não necessariamente uma ocupação corresponde a uma só *mobilização*, uma sucessão de ocupações num espaço curto de tempo pode ser considerada uma *mobilização* ou várias.

Retomemos, então, os relatos de alguns acampados que narram as *dificuldades* vivenciadas durante a saga de ocupações anteriormente mencionada — que durou ao todo 11 dias —, desde o planejamento da *mobilização* até a conformação do acampamento Dom Hélder:

*No Terra Sem Males, a gente teve várias reuniões, e o Jorge, no Irmã Alberta [acampamento vizinho ao TSM] falou assim, que estava surgindo um acampamento lá na região de Andradina e quem quisesse vir ia começar tudo de novo, mas quem quisesse poderia vir para a*

---

<sup>122</sup> Saíram de Cajamar e fizeram ocupação na Fazenda Pau d'Alho, depois na Santa Rosa e na Araçá, todas elas no município de Araçatuba, e finalmente ocuparam uma fazenda em Brejo Alegre, próximo à cidade de Birigui.

*região de Andradina. Jorge falava assim para mim, para mim só, não, para todo mundo: “É só chegar, nós vamos acampar, fazer uma grande ocupação e, quando a gente sair dessa ocupação, nós vamos entrar já direto numa fazenda para ser assentado” (Edesmaria, acampamento Dom Hélder Câmara, julho de 2003).*

*O Jorge falou assim na assembléia [no TSM], tanto quando teve assembléia na Terra Sem Males como lá na Irmã Alberta, falou: “Quem quiser ir para Andradina vai, nos vamos ocupar uma fazenda lá, vai ser a fazenda onde vocês vai fazer a ocupação”. Eles fala festa, né, “vai ser uma grande festa e vai ficar na história”; ele falou assim: “Vai ficar na história, depois dessa ocupação, dessa grande festa que vai ter, que vai acontecer, porque nos vai chegar lá e pode ser que num minuto, 15 minutos, nós já seja despejado ou até no máximo 24 horas vai ser despejado. Mas o que que vai acontecer, nós vai sair dessa fazenda e nos vai acampar em frente”. Nem dentro num foi, “nós vai acampar em frente, numa fazenda que já tá desapropriada que provavelmente vai ser nossa”, ele falou desse jeito, e todo mundo que veio caiu na besteira, porque já tava falando assim: “Nós vai ser assentado”. O dia 30 [de junho] nós saímos de lá de noite, da Terra Sem Males, nós saímos e era 10 horas. Até chegar esse ônibus, eu acho que era mais de 10 horas, sei lá. Com toda a bagagem, quando esse ônibus veio tava lotadinho, dava até medo. Vinha aquele ônibus, todas as gavetas lotadas, o motorista disse que não cabia uma pena de galinha dentro, veio até caixa de galinha, eu sei que demorou sair de lá, ainda contornamos aquela estrada para sair e não passar aquela balança, até chegar em Campinas, naquele ponto que... porque veio ainda 7 pessoas em pé dentro daquele ônibus, para passar para outro ônibus, quando chegasse em Campinas, né; quando chegou num posto rodoviário que tinha lá, não sei aonde aí passou, e foi cortando para vir embora, chegou em Campinas. Do [acampamento] Irmã Alberta estavam nos esperando em Campinas, ah, e veio tudo junto, até os caminhão de mudança tava também esperando, chegou também tudo junto. Quando nós chegamos [na primeira fazenda] tavam [os militantes], tava um monte, “ah, que a fazenda! aqui é ótima”, nos já entrou, já tava certo, eu falei: “Tudo bem, né”. O dono passou, né, cumprimento todo mundo, ficava na casa do caseiro, né, e lá, menina, sem bambu para fazer barraco, quem chegou cedo arrancou e pegou os últimos que tinha [...]. Eram [no total] 103 pessoas, famílias, fora os apoio que veio de Andradina, veio muita gente de Andradina que já foram assentadas, aí veio até um padre de lá [de Andradina], aí, quando foi de noite, fizeram uma assembleia, aí falaram que íamos ficar na frente de uma outra [fazenda]. Carregamos as coisas até na cabeça, aquele dia eu fiquei... falei para ele [o marido] que ia pôr fogo no barraco, que eu ia sumir de a pé, mandei ele para os quintos infernos, fiquei nervosa e aí ele falou assim: “Então vamos pôr fogo, vamos embora”. Mas o Gugu militante falou assim: “Vamos carregando de*

pouquinho em pouquinho até nós entrar na fazenda”. O que que aconteceu, ninguém seguiu as ordens [do Gugu], todo mundo se apavorou e já foi carregando e entrou e foi arrancar aquela cerca e entraram não sei quantos, aí virou aquela bagunça. [...] Tinha uns [acampados] que não prestava, só tava ali para fazer bagunça, eles [os militantes] não souberam controlar o povo, trouxeram uns [novatos] sei lá de onde, foram mobilizados pelo pessoal [militância] de Andradina. [...] Passou terça, quarta, quinta, sexta, sábado, na sexta-feira chegou a liminar e o pior é que não vai um camburão, não vai dois, três [...] Quando foi na sexta-feira, fomos lá na Câmara Municipal com o vereador e eu fui convidada para entrar junto, né. Aí eu vi o Luiz pegando a liminar assim e nós lemos, até então nós não estava sabendo, aí, quando nós viemos, já a Laís pegou e falou: “Já temos a liminar de despejo, nós temos 24 horas para sair”. Aí eles tentaram tudo quanto é jeito para ficar lá, aí não conseguiram, não souberam negociar. Aí na sexta foram para Araçatuba, para ligar pro Jorge [militante da Direção Nacional do MST]. Aí, quando foi na sexta-feira, não no sábado, foi uma assembleia, e falaram, foi na segunda-feira mesmo nos já mudamos, aí foi que veio essa turma, aí, quando foi na terça-feira cedo, teve uma assembleia, quando foi na segunda-feira de noite, já aí chamaram para explicar que nós ia sair; aí ele falou nos vamos sair daqui, 20 quilômetros longe da fazenda, e amanhã cedo já nós vai começar a sair, né, e começou cedo, menina do céu! Aí cedo teve outra assembleia e tinha uma fila como daqui lá naquele mato, tinha Corpo de Bombeiro, ambulâncias, tudo isso, falei: “Gente, o que que está acontecendo aqui, né”. A polícia tava entrando. Aí nós fizemos o cordão assim comprido, né, com todo mundo beirando o feijão assim e nós todos de mão dada assim, na frente de todos os camburão, os policial que tava lá e todo mundo rezou o Pai-Nosso naquele cordão; assim, aí todo mundo desceu para arrumar suas coisas, aí, dali a pouco foi chegando o caminhão, aí foi dois caminhão para trazer os bambu e dois caminhão para carregar a mudança, porque nesses caminhão não cabia nada, não cabia nada nesses caminhão tudo pequenininho, até que por fim aí apareceu uma vereadora que nós tínhamos conversado com ela lá na Câmara Municipal, aí arrumou uma carreta, uma, mais não coube tudo, aí veio mais outro caminhão, aí veio aqueles caminhão carregando as coisas, caminhando, caminhando, carregando carregando, tava lotado de ônibus, foi 4 ônibus, 3 para trazer as pessoas, aí um povo tinha saído, tinha ido embora, não tavam confiando mais. [...] E, quando chegamos aqui, foi aquela montoeira de coisas, ninguém sabia que era de quem, apesar que nossas coisas... o Tiago [filho] deixou para carregar bem por último e foi a justiça que ajudou, porque o Tiago falou: “não jogue em cima de tudo, minhas coisas e as coisas do meu pai vai ser por último e tem lugar para pôr, já quebraram minha cama e agora não vão quebrar a da minha mãe”. Já, quando chegou aqui, foi descarregando e, quando chegou aqui, nós separamos assim, minhas coisas lá do feijão veio na carretona. Minha

*bolsa sumiu com meus documentos. Aí eu falei; “Mas, se sumir coisa, meu, eu entro em tudo quanto é barraco”. As pessoas falavam “aqui é tudo meu”, puxava um da mão do outro, isso aqui é meu, não sei que lá. Então nós no meio daquela bagunça, nós separando tudo lá na beirada, as minhas coisas e a do Tiago, ah, menina! Mas isso aí pra dormir lá na beira da pista, aí nós pôs a grade da cama assim no chão, joguemos e... aquela terra vermelha, sujando tudo, e nós naquela bagunça. Aí de manhã eu levantei, né, e falei: “Ah, nós vamos ficar aqui mesmo”. Bem tranqüila, né, quando puis o fogão, fui ver, o fogão tava tudo quebrado, quebraram tudo (Cleusa, acampamento Dom Hélder Câmara, julho de 2003).*

*Quando chegamos na outra fazenda [Santa Rosa], deu uma chuva de vento, uma chuva de vento que, pronto, quase levou todos os barracos, tudo mundo molhou as coisas, molhou tudo, o colchão da cama, mas virou aquela coisa, pelo amor de Deus! Foi forte mesmo. Não tinha para fazer o barraco, você acredita? Aí, depois, assim no chão os colchão tudo molhado, tudo molhado, aí, quando foi no outro dia, aí desmanchou tudo de novo e aí fiz um barraquinho benfeitinho, bem durinho, nossa! E já no outro dia, dois dias, de novo desmancha o barraco, carrega tudo de novo [...]. Tava assim de polícia, bombeiro, ambulância, motoqueiro, quando nós levantamos assim do banco do ônibus para olhar, aquilo era polícia, motoqueiro, Corpo de Bombeiro e ambulância; falei: “Gente, mais isso aqui”. Ali que eles [os militantes] se dividiram, uma parte na frente, uma parte atrás e uns poucos para os meios, sabe, mas, como nós viemos, o ônibus pegou Araçatuba, que aqui já é mais movimento, achamos que eles tinha se descartado e ido embora um pouco, né, quando nós passamos no ponto do retorno ali, saímos de Araçatuba, para entrar em Birigui, enquanto sai de em cima do ponto, enquanto você sai de em cima e sai por baixo assim, aí que nós vimos, só tinha estrada com polícia, tudo de sirena acesa e andando e andando e andando, falei: “Putá que o pariu! O que será isso?” Nós chegamos aqui de noite, né, escuro, era 8 horas da noite, quando nós chegamos, aí uns veio e encostou aí mesmo, na entrada, aí falaram que não queriam que porque era no meio do mato, que não sei o que lá e não ficaram, ninguém quis ficar ali achando que era um matagal, sabe. Nós desceu ali, nessa estrada ali; dali o Gugu chamou só os homens, só os homens, as mulheres não, e falou assim: “É o seguinte, aqui não tem cachorro, tem gente, tem mulher, tem criança e todo mundo aqui é gente, tem direitos iguais”. Falou para polícia, pro major: “Oh, major, se o senhor quiser me prender pode me prender agora, mas só enquanto o senhor não arrumar 120 marmita para dar comida aqui pro pessoal, nós não vai liberar o ônibus, nós vai liberar só dois. Nós vai ficar com o ônibus até a marmita chegar, porque, enquanto não chegar, nós não vai liberar o ônibus, não, vai liberar todos, mas um vai ficar”. Foi tipo um sequestro e os motorista de ônibus louco, dava até dor de ver, porque eles não podia ir embora, todo*

*mundo descarregou, a carreta descarregou tudo e eles ficou, encostou lá na beira da pista e, do outro lado de lá, era só polícia e polícia, aí demorou, demorou, demorou, todo mundo com fome, né, porque nós tinha feito, tinha comido era 10 horas da manhã. [...] O Gugu foi corajoso, enfrentou a polícia por nós. Ele negociou direitinho com eles. O pessoal novo [novatos] não o conheciam, mas, quando enfrentou... passaram a confiar nele. O pessoal tava desconfiado, já era muito despejo e muda para cá e muda pra lá, mas o pessoal viu que podia confiar (Antônio, acampamento Dom Hélder Câmara, julho de 2003).*

Nos depoimentos acima, relata-se não somente o processo de mobilização das pessoas e das sucessivas ocupações, mas, na percepção desses acampados, o medo, a incerteza, a desordem, a presença de agentes externos aos sem-terra, a inexperiência dos *novos acampados*, a falta de bens básicos do mundo das ocupações, a perda de bens materiais e o tempo passado se deslocando de um lugar para outro conformaram também as *dificuldades* daquela *mobilização*. Por outro lado, essas *dificuldades* se foram atenuando no momento em que se fez uso de certos recursos sociais: quando o capital de relações foi acionado com militantes de alto escalão do *movimento*, o vereador ou a vereadora, e, também, no momento em que os militantes que acompanharam a mobilização fazendo uso das suas competências pessoais conseguiram negociar com as autoridades em favor dos acampados e quando, graças ao conjunto desses recursos mobilizados, a confiança foi restituída.

No mundo das ocupações, a capacidade de negociação dos acampados ou dos militantes e a capacidade de estabelecer vínculos com autoridades locais são vistas como algo inerente às capacidades e proezas individuais, no entanto, a negociação só se torna possível quando ambas as partes estão dispostas a estabelecer esse vínculo e a negociar; e só se a negociação tem sucesso é que as capacidades individuais ou proezas aparecem.

Por outro lado, se as *dificuldades* vivenciadas durante as *mobilizações* são consideradas pelos acampados uma condição *sine qua non* do *tempo de luta*, a confiança aparece como uma dádiva, como algo que é dado e pode ser cobrado, tornado-se um dom e contra-dom fundamental, para que os acampados “vão à luta”.

Inclusive, também no processo de mobilização de famílias novas, a confiança é um valor fundamental. A maioria dos *novatos* só se instala debaixo da lona quando

alguém conhecido, e em quem eles confiam, os convida ou lhes fala sobre a experiência do acampamento. Vimos no primeiro capítulo como famílias de Bela Vista, no sul da Bahia se instalaram no acampamento recém-formado só depois que um vereador conhecido da pequena cidade discursou a favor do MST, mencionando que ele também iria acampar. No caso da formação dos acampamentos TSM e Dom Hélder, as famílias novas que constituíram esses acampamentos foram mobilizadas por militantes, assentados ou acampados das regiões onde os acampamentos foram instalados, pessoas que já conheciam. Esses militantes, acampados ou assentados ou já contavam com a confiança das pessoas convidadas ou essa confiança foi sendo ganha com um *trabalho de base* contínuo e com um grande investimento de tempo.

Sigaud, Rosa e Macedo (2008) demonstram que, nas primeiras ocupações realizadas em Pernambuco organizadas por sindicalistas, o capital de confiança acumulado em relação aos trabalhadores foi fundamental, e de fato decisivo, para que moradores dos engenhos se instalassem em acampamentos montados em terras dos patrões.

Seu Zé Antônio do TSM, por exemplo, sabia da importância da confiança para convencer pessoas a irem *à luta*, segundo ele, é precisamente a retribuição da confiança depositada, principalmente nos militantes, o que faz com que os acampados pensem: *a militância de lá é uma beleza, a militância de lá é isso, eu confio no movimento, confio nas pessoas que tão lá trabalhando*. E de fato, muitas vezes, quando a confiança não é retribuída, a não retribuição pode-se tornar uma das razões para “desistir da luta”.

Esse foi o caso da própria família dos Reis. Como foi mencionado na Introdução, depois de terem ficado pouco mais de um ano acampados em Birigui no Dom Hélder Câmara, essa família a convite, de um sindicalista da região, aceitou participar de uma ocupação na Fazenda Cafeeira, aproximadamente a 20 quilômetros da cidade de Castilho, na região de Andradina. A família dos Reis e mais 22 famílias saíram do Dom Hélder pensando que logo seriam assentados. No entanto, segundo Cleusa, Cláudio *não é pessoa confiável*, para ela, as famílias confiaram nele e nas palavras dele e acreditaram que, como ele lhes disse, a

fazenda já havia sido liberada, porém, segundo ela, *ele contou mentiras*, pois usou as famílias para *movimentar*, para fazer uma ocupação e montar um acampamento.<sup>123</sup> Lembremos que, muitas vezes, os acampamentos são vistos pelos acampados como tendo donos, e, para aqueles que assim se percebem, ter um acampamento é também uma maneira de adquirir certo prestígio e poder no mundo das ocupações. Como enunciado por Rosa (2004), no mundo das ocupações de terras há concorrência entre movimentos, e, muitas vezes, fazer uma ocupação e levantar um acampamento sob a bandeira de um determinado movimento é uma forma de marcar presença numa determinada região.

A família dos Reis acabou ficando quase um ano na Cafeeira, mas, como Cleusa mencionou, *perdeu a confiança nos dirigentes*, ela fazia referência àqueles com os quais teve contato e que coordenaram as ações, as mobilizações e os acampamentos nos quais participaram. O desânimo acabou-se instalando entre a família, que acabou “desistindo da luta”.<sup>124</sup>

### 3.2 Os recursos

Como relatado por acampados, nas *mobilizações* tanto os acampados quanto os militantes fazem uso de certos recursos sociais, acionando relações com parentes, prefeitos, vereadores, comerciantes e outras autoridades locais, pedindo *ajudas* em forma de comida, lona, transporte, para que as *mobilizações* aconteçam. Vimos no item anterior, tanto no depoimento de Antônio quanto no depoimento de Cleusa, em que momento e como certos recursos foram acionados. No caso do primeiro depoimento, o militante que liderava a ocupação negocia marmitas com um policial para os participantes da ocupação e, no caso do segundo, o contato com uma vereadora foi fundamental para conseguir o transporte e levar os pertences das pessoas para o local da próxima ocupação.

---

<sup>123</sup> Como já foi mencionado no primeiro capítulo, é comum ouvir a expressão *movimentar*, para fazer referência ao fato de mobilizar pessoas para participarem de uma ocupação, marcha, ou qualquer outra forma de protesto. Também se usa “criar movimento”.

<sup>124</sup> Esse episódio será tratado com detalhe no próximo capítulo.

No caso da *mobilização* ocorrida no sul da Bahia, militantes e acampados haviam-se organizado em comissões para mobilizar as pessoas e conseguir os materiais necessários para a ocupação. Durante a *mobilização*, um dia antes da ocupação, um grupo de militantes se deslocou até a cidade mais próxima, para conseguir nos comércios da cidade a lona que iria cobrir os barracos, uma vez que o acampamento fosse montado. Naquela ocasião, foi um comerciante da cidade, parente de um dos membros da militância quem doou alguns metros de lona.

Na ocasião, um dos militantes relatou e reclamou sobre o dinheiro e o tempo investido na *mobilização*. E vimos que, durante o *trabalho de base*, um vereador da cidade próxima ao local da ocupação foi contatado para organizar uma reunião com pessoas que seriam convidadas para participarem da ocupação.

No caso do TSM, quando da ocupação em Franco da Rocha, a Prefeitura de Atibaia concedeu alguns caminhões para transportar a mudança dos acampados até o local da próxima ocupação, como narrado no depoimento de Gracilda (p. 158-159).

Um ano depois outros recursos sociais seriam mobilizados. Quando o TSM saiu de Cajamar, militantes da Regional de Campinas negociaram com assentados de Sumaré II, para que as famílias desse acampamento ocupassem uma parte de um terreno do assentamento que se encontrava na beira da estrada. Alguns meses depois, já em terras do Sumaré II, os coordenadores do acampamento negociariam com representantes do Itesp e do Incra as condições do deslocamento das pessoas, o transporte e o lugar onde as famílias seriam levadas e realocadas em caso de despejo.<sup>125</sup>

No caso do acampamento Famílias Unidas, o coordenador do MTR e *velhos acampados* mantinham contato pessoal com o prefeito da cidade próxima ao acampamento e, quando precisavam, negociavam com ele para conseguir carro ou transporte para mobilizar os acampados.

Edesmaria explicita essa relação da seguinte maneira:

*A Prefeitura apoia muito o acampamento muito mais, assim, se surge uma viagem, se alguém precisar de um ônibus para fazer uma viagem, essas coisas assim, transporte para São Paulo para ir pro Incra, isso ajuda muito, o*

---

<sup>125</sup> Para uma análise mais detalhada sobre esses acordos ver Loera, 2009.

*prefeito ajuda muito, o prefeito é pessoa muito interessante, pessoa muito boa, o primeiro amigo da cidade; se você falar “gente como que você conheceu o seu primeiro amigo da cidade, o prefeito”, foi assim, fora da coordenação do acampamento, o prefeito é uma pessoa muito especial para mim, muito, muito, muito, uma pessoa muito legal, amigo (Edesmaria, Andradina, agosto de 2007).<sup>126</sup>*

Macedo (2003, 2005), Rosa (2004), Barra (2007) e Sigaud et al. (2008) também relatam, para o caso de mobilizações no Rio de Janeiro, na mata pernambucana, na região de Campinas e no Rio Grande do Sul, respectivamente, a existência de acordos e negociações entre trabalhadores, representantes de movimentos, autoridades locais e representantes de órgãos de governo encarregados das desapropriações.

Rosa (2000), no seu estudo de caso sobre as relações sociais entre assentados e municípios receptores em Porto Alegre, menciona que as relações entre assentados e prefeitura local encerram um amplo leque de significados, no entanto, na maioria das vezes essas relações são estabelecidas sob a base da reciprocidade, mesmo se a balança do poder pende, é claro, para um lado, e se, ainda, nessas relações são colocados frente a frente diferentes universos de valor.

No caso das relações entre acampamentos e prefeituras, não é muito diferente. Em entrevista, em janeiro de 2009, com o recém-eleito vice-prefeito de uma cidade próxima ao acampamento Famílias Unidas, o tema das “ajudas” e dos recursos para os acampamentos surgiu na conversa.<sup>127</sup> Para ele, era um tema que não devia ser falado em público, no entanto, ele aceitara: as ajudas existem como *acordos informais* entre *movimentos* e prefeitura.<sup>128</sup> De fato, ele mencionou que a nova administração pretende *oficializar* esses *acordos*, criando *uma estrutura* na prefeitura para atender um público específico, os sem-terra.

Se por um lado, para o vice-prefeito, os sem-terra geram despesas para o município (já que a prefeitura apoia os acampamentos principalmente com água,

---

<sup>126</sup> O prefeito ao qual Edesmaria faz referência terminou o mandato em dezembro de 2008.

<sup>127</sup> A nova administração dessa cidade ganhou como coligação: PTB, PT, PV, PCdoB, PR, PDT, PSC, PRP.

<sup>128</sup> Quando o tema das ajudas surgiu na conversa, o vice-prefeito pediu para desligar o gravador e, uma vez desligado, ele mencionou que esses eram “acordos informais” entre Prefeitura e coordenadores dos acampamentos e era complicado que esses acordos aparecessem publicamente, já que comprometia as autoridades municipais perante o governo estadual.

transporte para levar as crianças até as escolas e transporte para o deslocamento de lideranças e outros recursos para as mobilizações) e não necessariamente essa população retribui à prefeitura, pagando impostos, por exemplo, por outro, acampados na forma de assentados potenciais representam uma possibilidade de captação de recursos para o município,<sup>129</sup> recursos na forma de verbas do estado,<sup>130</sup> mas também uma possibilidade de acumular capital simbólico, os *acordos*, o vice-prefeito deixou claro, são feitos com o MST, já que, segundo ele, *é um movimento que trabalha melhor e tem mais articulação política, mais relações..*

Por outro lado, dependendo também da “articulação dos movimentos”, as relações de cooperação entre prefeituras e *movimentos* podem ser, de fato, institucionalizadas, como no caso da cidade anteriormente mencionada, onde inclusive o novo secretário da Cultura da cidade é uma pessoa ligada ao MST, que, como o vice-prefeito mencionara, *já foi acampado e era membro da coordenação estadual do movimento.*

A crença de que o MST é um movimento mais experiente no mundo das ocupações de terra consegue negociar melhor e tem mais relações não só circula entre acampados, como vimos nos capítulos anteriores, como também entre representantes de governo e, inclusive, entre as próprias lideranças do MST e de outros movimentos.

Seu Joaquim, por exemplo, acampado na Pendego, durante o último *racha* no acampamento, decidiu ficar *no grupo do Biro*, pois pensa que *o MST é um movimento que tem mais força*, e “*estando com eles*”, acredita que tem *mais possibilidades de ganhar terra*, no entanto, completou, *as pessoas que ficaram do lado do Nino ou do Neguinho também vão ganhar as terras*, pois acredita no que diz o coordenador do MST do acampamento: *os outros pequenos movimentos estão sempre sob a aba do MST.*

---

<sup>129</sup> Ver, em anexo (documento n.1), o informativo da campanha do atual prefeito, em que os acampamentos do município são vistos como parte do “grande potencial agrário” do município e contados também junto com assentamentos, como o alvo de novos projetos.

<sup>130</sup> O vice-prefeito também mencionou a importância que teria para o município que os acampados “de fora” mudassem o título de eleitor para sua cidade. Afinal isso também é necessário para esses acampados poderem usufruir dos serviços do município, como saúde e educação, por exemplo.

O próprio Biro coordenador do grupo do MST do acampamento, questionava o papel de *movimentos* como o MTR, que *exige que os acampados morem no acampamento, mas não exige que participem da luta*, isto é, das *jornadas* ou *mobilizações*.<sup>131</sup> Segundo esse militante, nem todo mundo tem uma visão do que é *trabalhar para o coletivo*. Ele me deu como exemplo a *negociação das áreas*. Para ele, o objetivo de uma *mobilização* é o de fazer pressão para reivindicar a desapropriação *de todas as áreas da região*, não somente uma, que, na visão dele, é o que o MTR faz.

Por essas razões, segundo ele, *na hora que um assentamento sair, eles [os acampados do MTR] vão acabar-se dando bem, [e terá sido] graças à luta dos que estão com o MST*.

Os comentários de seu Joaquim e do coordenador do MST a respeito do “estar com o MST” nos fazem questionar afirmações de senso comum, como a que diz que todos os participantes dos acampamentos, ao se instalarem debaixo da lona, escolhem fazer parte de um *movimento*. Como vimos no capítulo anterior, a maioria dos *novos acampados* se instala nos acampamentos onde têm parentes ou conhecidos ou acampamentos com características e formas de organização que lhes convêm, dependendo também da proximidade com as cidades ou com o local de trabalho. Por outro lado, os acampados que já tiveram uma experiência prévia de acampamento podem escolher, sim, fazer parte de um acampamento organizado por um determinado *movimento*, no entanto, a escolha continua sendo a de se instalar num acampamento e não formar parte dos quadros de um determinado movimento.<sup>132</sup>

Sigaud (2006) já chamou a atenção sobre a maneira como as pessoas que participam dos acampamentos se colocam diante dos movimentos que organizam as ocupações. Para a autora, o uso que os acampados fazem do verbo estar (com os sem-terra) ou como na frase de seu Joaquim, “estar com eles”, e não ser (sem-terra),

---

<sup>131</sup> Nos acampamentos da região oeste do estado de São Paulo, *jornada* é o termo mais comumente usado pelos acampados para se referirem às *mobilizações*. Já *mobilização* é usado entre acampados do TSM e principalmente militantes do MST, e também no sul da Bahia. Portanto, dependendo de a quem me estou referindo, será usado um ou outro termo.

<sup>132</sup> Com isso não quero dizer que não há casos em que as pessoas, por convicção ideológica, decidam ir num acampamento do MST, isso acontece sim, mas essa escolha geralmente se dá entre pessoas que já passaram por uma formação dentro do movimento.

ou na frase de Biro, “graças à luta dos que estão com o MST”, nos diz muito a respeito de como as pessoas vivem sua relação com o movimento, precisamente de modo relacional.<sup>133</sup> A autora, comparando a participação das pessoas nas organizações de piqueteros na Argentina e nas ocupações de terra no Brasil, menciona que

Ni “piquetero”, ni “sin tierra” constituyen identidades reivindicadas por aquellos a los que se designa con esos términos. En ambas situaciones las personas suelen decir que “están” con las organizaciones. “Estar” es, en castellano y en portugués, el verbo adecuado para designar un estado transitorio (2006, p. 18); [e ainda] las organizaciones piqueteras y los movimientos de ocupación de tierra están también constituidos por personas que se vinculan a ellos de modo momentáneo, y que no necesariamente conforman un cuerpo con los líderes. Poseen una relación distinta a la de los militantes, que encarnan el movimiento y que viven por y para el movimiento. Pero en la medida en que se sienten ligadas a la organización, actúan según las reglas del juego, y dan vida a los movimientos y sus performances. (2006, p. 19).

Muitas vezes, acampados como no caso de seu Joaquim, ao almejar os bens disponibilizados pelo Estado, como no caso das terras, decide ficar num acampamento organizado pelo MST, pondo em prática a crença do prestígio, ou seja, sua decisão de ficar com o MST passa pela posição que acredita que esse *movimento* tem no mundo das ocupações. Por outro lado, também, lideranças dos acampamentos fazem uso dessa crença para conseguir as ajudas ou mobilizar os chamados *recursos*.

Entre os diferentes grupos de acampados do acampamento Famílias Unidas, tal como menciona Rosa, para o caso dos assentados e os habitantes do município, por ele estudados, “conhecem e reconhecem os caminhos ‘tradicionais’ para a obtenção de serviços públicos como educação, saúde e obras de infra-estrutura. [No entanto] Conhecer o caminho não significa que todos os moradores locais [no nosso caso, acampados] tenham a mesma condição de acesso aos serviços públicos, ao

---

<sup>133</sup> Segundo Elias, “os grupos ligados entre si sob a forma de uma configuração de estabelecidos-outsiders são compostos de seres humanos individuais. O problema é saber como e por que os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao dizer ‘nós’, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como eles” (2000, p. 38).

contrário, isto implica também reconhecer que existem vários modos de obter e receber tais benefícios” (2000, p. 117). Ainda, segundo o autor, mesmo dependendo da posição social ocupada, com o tempo, os indivíduos “são capazes de reconhecer quais os atributos necessários para que suas demandas sejam atendidas” (2000, p. 117). Em outras palavras, com o tempo, o indivíduo, “pela socialização, é capaz de reconhecer e ter reconhecida sua posição dentro da figuração social” (2000, p. 117).

Na prática, alguns *acordos* entre prefeituras e *movimentos* são estabelecidos tendo como base essa crença de que o MST teria uma posição de destaque no mundo das ocupações de terra, todavia, esses acordos também são estabelecidos dependendo da posição que os próprios representantes dos governos locais ocupam no mundo da política.

No caso da nova administração da cidade próxima ao acampamento Famílias Unidas por exemplo, os *acordos* são preferentemente estabelecidos com lideranças do MST, no entanto, na administração anterior, o prefeito do PSDB, adversário político do atual prefeito, segundo depoimentos de acampados e dos próprios militantes do MST da região, preferia estabelecer *acordos* com outros *movimentos*, que não o MST, no caso específico do acampamento Famílias Unidas, com as lideranças do MTR.

Teresa, acampada no Famílias Unidas e a quem já fizemos referência anteriormente, falava que essa “preferência” da administração anterior se refletia inclusive no atendimento aos acampados no centro de saúde da cidade. Segundo essa acampada, que até recentemente “pertencia” ao grupo de acampados do MST, quando queriam ser atendidos no centro de saúde, os acampados do grupo do MST deviam pedir uma declaração de Nino (coordenador do MTR), em que constassem que eram acampados do MTR, caso contrário era exigido que o próprio coordenador do MST se apresentasse no centro de saúde, para pedir pessoalmente que fossem atendidos.<sup>134</sup> Segundo Teresa, pedir uma declaração do MTR, mesmo estando acampada *do lado do MST*, foi a estratégia por ela adotada para receber um serviço

---

<sup>134</sup> Lembremos que o acampamento Famílias Unidas está dividido em três movimentos: MST, MTR e Sintraf, e é comum que os acampados circulem de um grupo para outro dentro do acampamento, dependendo das brigas e acordos entre acampados e dependendo também das preferências e necessidades individuais.

da Prefeitura depois de ter tido uma má experiência no centro de saúde. Segundo essa acampada, um dia, ao querer marcar uma consulta, ouviu uma enfermeira dizendo para outra: “ela é do Biro” (coordenador do MST do acampamento Famílias Unidas). E depois negou o atendimento, completando: *fale para o seu coordenador vir aqui*. Dércio, outro acampado, mencionava que na administração anterior qualquer trâmite na cidade acabava sendo mais fácil estando *do lado do Nino*, pois o cadastro de acampado e documentos apresentados eram feitos em papel timbrado do MTR com o endereço do acampamento.

Biro também mencionou que a administração anterior da cidade tinha uma preferência pelo MTR, segundo ele inclusive o prefeito e Nino *faziam reuniões só entre eles*.

No caso do acampamento Famílias Unidas, principalmente os *velhos acampados* têm aprendido o *know-how* da negociação para conseguir e mobilizar *recursos*, mas principalmente têm aprendido o que deve ser feito para conseguir benefícios da Prefeitura, no caso de Teresa, por exemplo, para ser atendida mais rapidamente no centro de saúde, pediu uma declaração de Nino, coordenador do MTR do acampamento, em que constasse que ela era acampada do MTR. Essa parece ser uma prática comum no acampamento.<sup>135</sup>

Devo especificar que, no caso das pequenas cidades próximas ao acampamento Famílias Unidas, para os funcionários das prefeituras, comerciantes e em geral habitantes dessas cidades, os *movimentos* (MST, MTR, SINTRAF, CUT) são percebidos ou se traduzem através das suas lideranças, pessoas de carne e osso, como Biro ou como Nino, que coordenam os acampamentos. Inclusive, como vimos no depoimento da acampada Teresa os próprios funcionários da Prefeitura do centro de saúde percebem os acampamentos como tendo “donos” e, inclusive, também percebem dessa maneira aos próprios acampados, como pertencendo a um ou outro coordenador.

Por outro lado, as lideranças do acampamento Famílias Unidas são conhecidos de longa data, ou já mantinham, antes de se tornarem lideranças dos *movimentos*, uma relação de proximidade com algumas autoridades locais. Esse é o

---

<sup>135</sup> Ver em anexo (documento n. 2 – Declaração de residência e filiação ao MTR).

caso, por exemplo, do próprio vice-prefeito antes mencionado e Nino, coordenador do MTR.<sup>136</sup> Por serem da mesma cidade e inclusive frequentarem as mesmas escolas, o vice-prefeito tem uma relação de proximidade com Nino, e, de fato, parece conhecer bem a trajetória dessa liderança pelo mundo das ocupações de terra.

De outra forma, e independentemente das relações de proximidade entre autoridades locais e lideranças dos *movimentos* que não o MST, a crença na posição de destaque desse *movimento* no mundo das ocupações de terra circula também entre as lideranças de outros *movimentos* que não o MST.

No caso do acampamento Famílias Unidas, para os coordenadores do grupo do MTR *a concorrência com o MST não é fácil*, segundo Maria, coordenadora e esposa de Nino, *o problema dos militantes do MST é que acham que, por serem do MST, podem tudo*. No entanto, Nino completava: *Eles têm o conhecimento, mas, acampamento não tem*. Fazendo referência ao fato de quase não existirem *acampados* ou *moradores* sob a bandeira do MST mas só *apoios*.

Nino e Maria guardam no seu barraco, como se fosse um tesouro, uma pasta com o cadastro de todos seus acampados, durante as várias visitas de campo ao acampamento faziam questão de abrir a pasta e mostrar não só os novos cadastros em papel timbrado com o logotipo do MTR, o endereço do acampamento, como a declaração de fundação do movimento, a impressão de cada uma das etapas do processo de desapropriação da fazenda baixadas da Internet e declarações de mudança de *movimento* dos acampados. (Ver exemplo de declaração na pág. 119).<sup>137</sup>

Peirano (2002) chama a atenção para o reconhecimento social que têm os documentos, os papéis, na nossa sociedade. Para ela, os documentos fornecidos por uma autoridade administrativa, por exemplo, teriam uma espécie de poder (mágico) que valida ou reconhece os indivíduos como parte de uma coletividade. Ainda, segundo a autora, os documentos permitem a contagem dos indivíduos, ao mesmo tempo em que os singularizam (2002, p. 45). No caso das lideranças do MTR, a

---

<sup>136</sup> O vice-prefeito conhecia inclusive episódios pessoais da vida de Nino. Nesta ocasião não tratarei desse assunto, mas interessante é indagar sobre as condições sociais e escolhas individuais que levaram essas duas figuras públicas da cidade a traçar caminhos diferenciados.

<sup>137</sup> Papel timbrado que eles mandam fazer e pagam com o dinheiro arrecadado (taxa de despesas) de cada família do acampamento.

posse dos papéis antes mencionados, assim como a exigência de uma carteira de identificação dos acampados com a data de filiação ao movimento,<sup>138</sup> é uma forma de se diferenciar dos coordenadores do MST do acampamento,<sup>139</sup> mas, ao mesmo tempo, uma maneira de se mostrar semelhante ao MST, ou ao que eles acreditam que o MST seja. Como Maria me disse, eles pretendem mostrar que eles *também são organizados*, que são *um movimento sério*, na percepção deles; dessa maneira, os acampados sentem mais segurança com respeito ao *trabalho* deles, dos dirigentes do MTR. Por outro lado, as declarações e carteirinha fornecidas pelos coordenadores do MTR, como descrito nos depoimentos de Teresa e Dércio anteriormente citados, também são reconhecidas por funcionários da Prefeitura como um documento legítimo para usufruir dos serviços públicos do município. Inclusive, como relatado por acampados, esses mesmos documentos também são reconhecidos por entidades privadas nas cidades, como os bancos, que aceitam uma declaração ou a carteirinha do MTR como comprovante de endereço para abrir uma conta no banco, por exemplo. Nesse contexto, ter um documento “é prova de pertencimento a uma comunidade” (Peirano, 2002, p. 55).

### **3.3 Vale mais um dia de luta do que um mês de barraco**

O investimento ou busca de *recursos* durante as *mobilizações* aparece recorrentemente nos relatos de acampados e militantes: o quanto foi gasto, em dinheiro, em materiais comprados ou conseguidos por eles para fazer a *mobilização* acontecer, o esforço e o tempo dedicado à mobilização e as pessoas e o capital de relações que foram mobilizados. Assim como no caso das *dificuldades*, o fato de relatar, ou falar sobre os *recursos*, tanto para o militante como para o acampado, parece ser uma forma de legitimar, para eles mesmos e perante outros, seu *tempo de luta*.

---

<sup>138</sup> Ver cópia de documento em anexo (Documento n. 3 – Carteirinha do MTR).

<sup>139</sup> Alguns “acampados”, moradores do acampamento, criticam a Coordenação do MST do acampamento por não fornecer informações sobre a situação da fazenda e dos acampados, e acusam o coordenador de ser desorganizado.

Por exemplo, alguns acampados do acampamento Famílias Unidas, revoltados com a indicação de militantes e duas famílias do acampamento para uma vaga numa fazenda vizinha, isto é, para serem assentados, começaram a reavaliar e fazer um balanço dos *recursos* investidos no seu *tempo de luta*. Teresa, a quem já fizemos referência anteriormente é moradora do acampamento, que acampa há quase dois anos com seus dois filhos pequenos. Ela questionava os critérios da indicação das famílias. Segundo ela, algumas famílias estavam sendo vítimas de uma injustiça por parte dos militantes do MST do acampamento, pois a exigência de participação nas *jornadas*, como requisito para poder ganhar terra, não levava em conta a heterogeneidade socioeconômica das famílias. Ela, com dois filhos pequenos, não podia participar de todas as *jornadas*, em compensação, ou mandava um *representante* da sua família ou pagava pela não participação o equivalente a 20 ou 30 reais, dependendo do tipo de *jornada*. Essas eram geralmente as quantidades exigidas pela militância do MST do acampamento para compensar a não participação da pessoa e pagar as despesas da *jornada*.

Sigaud (2000), Sigaud et al. (2002) e Loera (2006) identificaram, nos acampamentos da reforma agrária, a existência de representantes, geralmente parentes ou conhecidos que ficavam *debaixo da lona* guardando o lugar para um parente ou amigo. No entanto, segundo material recolhido em campo em acampamentos do noroeste do estado de São Paulo, não há somente representantes que estariam cumprindo *tempo de barraco* pelo parente ou amigo, mas haveria uma distinção entre *representante* e *substituto* para o caso de *jornadas*. *Representante* geralmente é alguém da família ou conhecido que vai participar no lugar do outro. *Substituto* é alguém geralmente desconhecido, que pode ser acampado, assentado ou qualquer outra pessoa que participará na *jornada* ocupando o lugar daquele que pagou a taxa para compensar a não participação.

Quirós (2006), na sua etnografia sobre os movimentos piqueteros em Buenos Aires, também identifica a existência de uma prática da substituição nas mobilizações e a importância dessa prática para a obtenção de recursos por parte do Estado. Para a autora, “la generalidad de la práctica del reemplazo parece revelar, por un lado, la importancia que la cantidad tiene para los movimientos. Ellos

dependen de esa participación, pues en la cantidad movilizada se juega la capacidad de negociación con el Estado. Por otro lado, los reemplazos hablan, también, de la importancia que la asistencia tiene para las propias personas que marchan” (2006, p. 78).

Segundo Teresa, é nas assembleias em que é passada a informação das *jornadas* e o valor da *taxa de jornada*, geralmente é decidido entre o coordenador e os acampados próximos a ele e pode variar segundo a distância, o tipo de *jornada* e o número de pessoas que devem participar. Geralmente os acampados não ficam sabendo sobre o tipo de *jornada* que acontecerá até pouco antes do evento. Quando é uma ocupação, os acampados podem passar de 15 a 20 dias fora dos seus acampamentos e, como mencionava seu Joaquim, pai da Teresa, *para quem mora no acampamento, é difícil deixar barraco, filhos, parentes, criação sem ninguém durante esse tempo, por isso não vai todo mundo nas jornadas.*

Teresa relata que ela e seus pais, que moram no barraco ao lado do seu, haviam encontrado uma maneira de estarem presentes na maioria das *jornadas*, isto é, *revezando a participação*. Contudo, na última *jornada* que ela participou, a estratégia de revezamento não havia funcionado, pois o coordenador do grupo do MST não aceitou que só ela participasse e argumentou que ela e seus pais tinham dois cadastros no acampamento; então, ela poderia participar da *jornada*, mas teria que pagar pela não participação dos pais. Esse fora um dos motivos que a levaram a mudar de *movimento* dentro do próprio acampamento e passar *para o grupo do Neguinho*.<sup>140</sup>

Dércio, também pela mesma razão apontada por Teresa havia mudado de *movimento*, ele havia ido *para o lado do Nino*, do MTR. Dércio relatava que, por *estar encostado*, ou seja, por ter problemas de saúde não podia participar de todas as *jornadas* organizadas pela militância do acampamento.<sup>141</sup> No entanto, isso não lhe

---

<sup>140</sup> Como vimos no capítulo anterior, o grupo do Neguinho surgiu a partir do último racha acontecido no acampamento, no qual algumas famílias de acampados do MST passaram para o MTR (grupo do Nino) e outros criaram o grupo do Neguinho, que está acampando sob a bandeira do Sintraf.

<sup>141</sup> *Estar encostado* é uma expressão recorrente entre acampados, quando fazem referência a alguém que foi aposentado por doença, o que, nos termos oficiais do Estado, significa *aposentadoria por invalidez*, <<http://www.previdenciasocial.gov.br/>>. Portanto, para os acampados, *estar encostado* ou *estar encostado no INSS* significa também estar recebendo benefícios do Estado, especificamente uma aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

tinha impedido de inúmeras vezes dar dinheiro do seu bolso para uma *jornada*. A quantidade exigida, segundo Dércio, dependia do tipo de *jornada*, da distância que seria percorrida e do tempo que seria investido. No caso de uma ocupação, sempre acabavam *pagando mais*; segundo ele, a explicação da militância era que ajudariam a *bancar as despesas de um substituto* durante vários dias, *o tempo que demorasse uma nova família para se instalar debaixo da lona* e ocupar o lugar daquele acampado temporário. Nesse caso, o “tempo” é um bem que pode ser acumulado, negociado e trocado e também faz parte dos *recursos* que podem ser mobilizados.

Seu Joaquim, Lucia, Teresa, Neusinha e Dércio, vizinhos de barraco no acampamento Famílias Unidas, já participaram várias vezes de *jornadas para abrir acampamento*. Essa expressão é comum nos acampamentos de São Paulo e significa participar de uma ocupação que irá inaugurar um acampamento, ocupação que se diferencia de outras ocupações vapt-vupt, que geralmente já sabem que levarão a um despejo, cujo objetivo é mais do que formar um acampamento, é fazer um protesto e chamar a atenção a respeito de certas datas comemorativas ou de outras demandas, como, por exemplo, pedir a liberação de áreas, já vistoriadas, liberação de créditos para assentamentos e outros. Existem, portanto, diferentes tipos de *mobilizações* e, dentre elas, diferentes tipos de ocupações.

Um militante de regional de Andradina do MST, quando questionado sobre a cobrança da taxa de *jornada*, da qual eu não havia ouvido falar em outros acampamentos, argumentava: *a luta não se faz sem recurso, está mentindo quem falar que dá para organizar uma luta sem recurso [...], o movimento quando dá, apoia, mas a gente tem que se virar, fazer as correrias e conseguir o recurso.*<sup>142</sup>

Segundo o militante, antes mencionado, a cobrança por *jornada* é *uma forma também de que as pessoas se engajem na luta*. Ele mencionou que, no caso das *jornadas* organizadas pela Regional do MST de Andradina, *o recurso* era sempre pouco e, por isso, cada acampado e cada militante *faz uso dos seus recursos*.

Geralmente os acampados que participam de uma *mobilização* não são avisados com antecedência sobre o tempo que vai levar e, como já foi mencionado

---

<sup>142</sup> Adiante falarei com detalhe da importância das *correrias*.

antes, tudo acontece sob um clima de segredo, mas, independentemente do tipo de *mobilização*, devem levar por conta própria o que alguns acampados em São Paulo chamam de *kit* sem-terra, tal como o *kit* ocupação do sul da Bahia, e consiste basicamente num colchonete, coberta, colher, prato e xícara.

Em geral, *velhos acampados* dos acampamentos nos quais foi feito trabalho de campo se queixavam de terem tido que comprar ou levar por conta própria os materiais para participar de *mobilizações*. No caso de uma ocupação, a lona preta é sempre um dos itens em disputa. É um material que os acampados consideram fundamental para participar de uma ocupação e acreditam que o *movimento* que organiza a ocupação *tem a obrigação de dar*.

Como demonstrado em outro trabalho (Loera, 2006), no mundo das ocupações, a lona preta é um bem valorizado, é objeto de troca e de negociação comercial entre acampados e inclusive, muitas vezes, é guardado como um tesouro, prevendo futuras ocupações. E precisamente, por ser um bem de tanto valor nesse mundo social, quando não é dado pelo *movimento* e acaba tendo que ser comprado ou conseguido pelos acampados para ser usado durante uma *mobilização*, os *recursos* (dinheiro, tempo e relações) usados nessa compra ou nessa busca são considerados um investimento enorme.

O investimento de *recursos* geralmente é maior em uma ocupação de terra do que em uma marcha, passeata, ocupação de prédio público ou bloqueio de estrada. Com exceção das *mobilizações* que vão além dos limites estaduais e são consideradas nacionais, como exemplo, a Marcha Nacional dos Sem-Terra, ocorrida em 1997, que demandou um enorme investimento de recursos e mobilizou mais de 40 mil pessoas vindas de diversas regiões do Brasil;<sup>143</sup> geralmente, nas ocupações organizadas em nível estadual e municipal, o deslocamento das pessoas requer um investimento maior de dinheiro e tempo de organização, assim como de um capital de pessoas, de negociação e de relações por parte da militância pré e pós-evento do que qualquer outra *mobilização*.

Vimos, por exemplo, como na *mobilização* acontecida no sul da Bahia não só foi mobilizado um grande capital de pessoas, entre elas militantes de vários setores e de

---

<sup>143</sup> Para uma descrição detalhada da Marcha Nacional dos Sem-Terra, ver Chaves (2000).

várias regionais do MST para ajudar na organização da ocupação, assentados e acampados de vários acampamentos do extremo sul, assim como autoridades e vereadores locais. Além desse capital de pessoas, foram alugados mais de dez ônibus para levar os participantes da ocupação, não sem antes terem contatado, durante o trabalho de base, lideranças da cidade próxima à ocupação e foram comprados e negociados, com comerciantes e com o prefeito de uma cidade próxima, metros de lona preta e comida para os participantes da ocupação.

No caso da ocupação que deu vida ao Dom Hélder Câmara, em Birigui (SP), não só teve um custo econômico grande para o *movimento* deslocar mais de 50 famílias e seus pertences, a 600 quilômetros de distância, mas também teve um investimento importante de tempo por parte da militância para organizar as famílias do TSM que iam participar; e militantes, acampados, assentados, vereadores, pároco e outras autoridades da região de Andradina foram acionados para que a mobilização acontecesse.

Portanto, parece então que a “luta”, realmente, não se faz sem *recursos*. E é através deles que se fazem visíveis as relações de interdependência no mundo das ocupações de terra, entre militantes dos movimentos, acampados, representantes de governo e lideranças locais das cidades próximas aos acampamentos. Por outro lado, como vimos, o *tempo de luta* não necessariamente se acumula somente participando de *mobilizações*, o *tempo de luta* também se vivencia nas cidades, negociando e mobilizando *recursos*.

O TSM, quando montado no município de Cajamar, encontrava-se literalmente ao lado da cidade de Polvilho e tanto acampados quanto militantes circulavam pela cidade, conseguindo comida, doações para o acampamento ou inclusive em *época de política* saíam para trabalhar nas campanhas políticas de candidatos a vereadores. De outra forma, entre militantes do MST da Regional de Campinas, a negociação de *recursos* para as *mobilizações* e para os acampamentos acontecia fora do espaço dos acampamentos, nas cidades da região como Campinas, Limeira, Americana e inclusive São Paulo. Acampados do Dom Hélder Câmara circulavam nas fazendas próximas, fazendo trabalhos eventuais e ganhando dinheiro para seu próprio sustento dentro dos acampamentos, mas também, junto com militantes,

realizavam *viagens* a Birigui em busca de apoios dos moradores da cidade em comida, material, roupa e, principalmente, fazendo as chamadas *correrias*, isto é, negociar com autoridades locais para conseguir cesta básica para os acampamentos ou transporte para fazer uma visita ao Incra e saber sobre a situação dos processos das terras desejadas, para realizar reuniões com autoridades de governo. Em outras palavras, os *recursos* se conseguem ou se mobilizam nas chamadas *correrias*.

As *dificuldades* e os *recursos* como elementos que podem conferir mais ou menos valor a uma *mobilização* e, ao longo prazo, ao *tempo de luta*, às vezes são enunciados ou lembrados, principalmente, no contexto de outras *mobilizações*. Por exemplo, *dificuldades* vivenciadas e *recursos* mobilizados durante a ocupação em Franco da Rocha foram lembrados durante a organização de uma marcha acontecida em abril de 2003, que envolveu a participação de famílias do TSM.<sup>144</sup> Nesse contexto, surgiram também outras discussões que envolviam o *tempo de luta*. Mas, antes de retomar alguns exemplos etnográficos, devo mencionar que o contingente da marcha, composto na sua maioria por acampados do TSM, acampados da região metropolitana de São Paulo, assentados, estudantes e simpatizantes do MST, partiu do acampamento TSM em Cajamar, localizado a 30 quilômetros da grande São Paulo. O contingente da marcha percorreu 30 quilômetros pela Estrada Anhanguera até seu destino final, o Consulado dos Estados Unidos na cidade de São Paulo.

Dias antes de a marcha acontecer, no acampamento TSM, aquela *mobilização* era o principal tema de conversa entre os acampados e entre os militantes do acampamento, e todas as tarefas realizadas no acampamento estavam direcionadas à organização da marcha. Aconteciam todos os dias reuniões entre grupos de acampados e militantes para definir quem e como as pessoas participariam das diversas comissões que comporiam a marcha.<sup>145</sup>

---

<sup>144</sup> Para uma descrição detalhada dessa marcha, ver Loera (2006).

<sup>145</sup> Diferentemente da *mobilização* descrita no primeiro capítulo as informações sobre a marcha pareciam circular com mais facilidade dentro do acampamento. O contexto, e especificamente a posição da pesquisadora em um e outro evento, era diferente. No TSM as pessoas já me conheciam e podia observar uma reunião de acampados ou visitar um barraco sem ser questionada. Na *mobilização* acontecida no sul da Bahia, eu era uma convidada da militância do MST e era a primeira vez que tinha contato com os acampados e participantes daquela ocupação. No entanto, a diferença

As discussões mais acirradas, naquele contexto, aconteciam entre aqueles que se consideravam experientes na luta, principalmente *velhos acampados* e militantes assim como aqueles menos experientes, *novatos* e *novos acampados*.

Os *novos acampados* haviam chegado ao TSM em janeiro de 2003. A maioria deles havia sido convidada por militantes durante um *trabalho de base* na região. Outros, como Edesmaria, haviam sido recomendados ou convidados por familiares que já eram assentados ou estavam acampando. Também, alguns desses acampados, tal como no caso de Edes, eram *novos* naquele acampamento, entretanto, não era a primeira vez que apostavam na lona preta.

No grupo de acampados onde se encontrava a barraca da família dos Reis, não cessavam os comentários de quem participaria e quem não participaria da marcha. Seu Alfredo não poderia participar e havia trocado *dias da portaria* com outro acampado que iria para a marcha.<sup>146</sup> Cleusa já havia decidido que não participaria, já que, segundo ela, eles haviam participado de várias *mobilizações* esse ano e, principalmente, ela considerava que a ocupação em Franco da Rocha *valia por muitas*, pelo que acreditava, contavam com um capital de mobilizações e podia, sem constrangimento nenhum, não participar da marcha, estabelecendo, é claro, os devidos acordos e trocas com outros acampados e com os militantes sobre as tarefas que iriam desempenhar no acampamento para compensar a não participação.<sup>147</sup> Entre as compensações estavam dedicar um maior número de horas e dias às tarefas do acampamento.

Angêla estava acampando sozinha e fazia parte do mesmo grupo de barracas que Cleusa e Alfredo, ela como *novata* no acampamento não tinha escapatória, teria que participar da marcha. Ela havia sido convidada durante o *trabalho de base* que militantes e acampados tinham realizado em Polvilho, cidade vizinha ao

---

entre um e outro evento também parece radicar no estatuto diferenciado que *mobilizações* têm no mundo das ocupações de terra.

<sup>146</sup> Seu Alfredo fazia parte do setor de segurança do acampamento e alguns dias da semana ficava de vigilante na portaria do acampamento.

<sup>147</sup> Como tratado em Loera (2006), no TSM, como em outros acampamentos organizados pelo MST, todos os acampados devem cumprir com uma série de tarefas coletivas dentro do acampamento, tarefas que são divididas em diferentes setores: saúde, educação, segurança, almoxarifado, agricultura. A participação nos setores e a realização de tarefas fazem parte das “obrigações de acampado”.

acampamento. *Velhos acampados*, vizinhos de barraco de Angêla, lhe haviam explicado que, caso quisesse continuar acampada e num futuro próximo ganhar um pedaço de terra, deveria ter *tempo de luta*. Cleusa comentava com ela que os militantes sabiam quem participava e quem não participava das *mobilizações*, *estavam de olho*, e quem não participasse das *lutas* simplesmente teria menos oportunidade de *ir para a terra*.<sup>148</sup>

No mundo das ocupações de terra, os *velhos acampados*, a despeito de alguns militantes, como vimos no capítulo anterior, tornam-se fundamentais para mostrar ou ensinar aos *novatos* as regras e códigos desse mundo social. O relato cotidiano de experiências pode ser por vezes alentador e por vezes desanimador, mas sem dúvida é fundamental para a continuidade da *luta*.

Antes de continuar com o relato, devo especificar que, como foi esboçado no capítulo anterior, nos acampamentos do MST é feita uma distinção entre os militantes. Por um lado, alguns acampados que de fato moram nos acampamentos, mas estão envolvidos nas tarefas locais do MST, podem ser considerados pelos acampados como *militantes do acampamento*. Por outro, há os Militantes (com M maiúscula) que visitam o acampamento, mas não ficam ou não moram com os acampados e geralmente fazem parte de alguma *comissão* ou *núcleo* do MST ligada à Secretaria Estadual ou Nacional, estes são considerados *cabeças do movimento*, aqueles que na percepção dos acampados ocupariam os lugares mais altos na hierarquia do *movimento*.<sup>149</sup> Os primeiros, *militantes dos acampamentos*, como já foi mencionado no capítulo anterior muitas vezes não são considerados dessa maneira pelos Militantes (com M maiúscula) das Regionais, e são vistos como *apoios do acampamento*. Alguns acampados classificam os Militantes das Regionais como *militantes de experiência*, Barra (2007) os identifica como “militantes profissionais”. Na percepção dos acampados os *militantes de experiência* são os que teriam mais *tempo de luta*. Tempo que estaria mais relacionado com um saber particular, com um

---

<sup>148</sup> O termo “lutas” também é usado como sinônimo de mobilizações.

<sup>149</sup> A militância do MST de cada estado tem certa autonomia para organizar e administrar as tarefas do movimento. Na Bahia, por exemplo, os militantes das regionais se dividiram em diferentes “brigadas” para levar a cabo as tarefas. Já em São Paulo, são núcleos ou comissões.

*know-how* do modo como funciona o mundo das ocupações de terra e menos com uma medida cronológica.

Luzia, acampada do Dom Hélder Câmara, acreditava que os *militantes de experiência* não ficam nos acampamentos porque são os que *negociam em grande* e estão concentrados geralmente em regiões mais problemáticas, como O Pontal, onde, na percepção dela, os conflitos por terra são mais acirrados.<sup>150</sup> Na percepção dessa acampada e baseada em relatos ouvidos por ela de militantes, “o Pontal” é uma passagem obrigatória para quem pretende ser alguém no *movimento*, representaria uma espécie de meca da militância do MST de São Paulo.

Feito esse esclarecimento sobre as distintas maneiras como a militância é percebida pelos acampados, retomemos o relato.

Um dia antes de a marcha acontecer, em uma reunião de um dos grupos do TSM, dois *novatos* questionavam a exigência, por parte da *militância do acampamento* e dos *Militantes* da Regional de Campinas, de ter que participar da marcha. Argumentavam que já era suficiente o sofrimento de ficar debaixo da lona. Zê Antônio, *velho acampado e militante do acampamento*, que escutava atento a conversa, interveio tentando explicar para eles: *não adianta ficar só no barraco, sem se mexer*; segundo Zé Antônio, *a luta* implicava *ir para a rua*. Não bastava, para tanto, ficar no barraco, nas palavras dele: *não adianta ficar parado esperando que as coisas aconteçam, esses [acampados] que estão indo para a luta [na marcha], vão conseguir, esses são os que vão conseguir, o camarada que fica no seu barraquinho, só esperando que os outros façam, esse não vai...* Ainda, ele pôs como exemplo uma família do acampamento que tinha cinco crianças, mas sempre participava da luta, segundo ele, *carregavam com as crianças e iam para a luta*. Zé Antônio parecia dar mais valor àquelas famílias que de fato participavam das *mobilizações* que aquelas que, como mencionava um militante de Andradina, *driblam a luta*.

Biro, como militante do MST e coordenador de acampamento, fazia questão de repetir que “*vale mais um dia de luta do que um mês de barraco*”, quando alguém

---

<sup>150</sup> Uma frase ouvida de um militante do MST de São Paulo em outubro de 2004, durante um curso organizado pelo MST em Jundiaí, é emblemática a esse respeito: “todos os caminhos levam ao Pontal”. O Pontal de Paranapanema é a região com maior concentração de terras do estado e é também, segundo dados do NERA, 2008 e do ITESP, 2000 com maior concentração de acampamentos organizados pelo MST.

no acampamento questionava o fato de permitir a presença dos chamados *moradores de final de semana* ou *apoios*. Como vimos, os *apoios* são pessoas que não moram no acampamento passam só alguns dias no acampamento ou inclusive só comparecem às assembleias ou reuniões coletivas.

Entretanto, a maioria desses *apoios* participa ativamente das *jornadas*. Para Biro, esses *apoios* são o *Bope das ocupações*.<sup>151</sup> A maioria deles sabe que só pode ganhar um pedaço de terra acumulando *tempo de luta*, podem não ficar debaixo do barraco, todavia, sabem que devem cumprir com as *jornadas*.

Esse é o caso de Helena, Raleigh, Jonas, e as mais de 60 famílias consideradas *apoios* do acampamento Famílias Unidas. Criticados pelos moradores do acampamento precisamente por não morarem *debaixo da lona*, as famílias consideradas *apoios* podem ser, para militantes do MST, dependendo do acampamento, os participantes mais valorizados.

Dona Helena, por exemplo, é considerada, por outros acampados e pelos militantes do MST de Castilho, uma das mais ativas participantes nas *jornadas*. Ela tem 55 anos e trabalha lavando roupa na cidade de Castilho, onde mora.

Dona Helena diz ter perdido a conta das *jornadas* que já fez, a última delas foi um *evento de mulheres* organizado pelo MST em Andradina. Dona Helena tem menos *tempo de barraco* que outras famílias do acampamento, no entanto, tem acumulado um capital de *jornadas* que lhe permite contar com um considerável capital de luta, ou em termos nativos *tempo de luta*.

Raleigh também é dos *apoios* do acampamento, mora em Andradina e, a meados de 2008, chegou como *novata* no acampamento. É a primeira vez que faz parte de um acampamento de sem-terra. Faz alguns meses que *mantém barraco no acampamento e cumpre regra de dois dias*, ou é *moradora de final de semana*. Tal como Dona Helena, ela sabe da importância da participação nas *jornadas* para ser considerada pelos coordenadores do acampamento para um lote de terra,<sup>152</sup> mas também para obter o que é chamado *benefícios de acampado*, entre eles, cesta

---

<sup>151</sup> Esse militante fazia uma analogia com o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), que é considerado a *elite* da instituição policial no Brasil.

<sup>152</sup> Como será tratado no capítulo “Tempo de reforma”, os militantes e coordenadores dos acampamentos têm uma participação decisiva na indicação de pessoas para uma vaga ou um lote dentro de um assentamento.

básica, doações e a possibilidade de ter acesso a benefícios públicos do Estado, como o bolsa-família.<sup>153</sup> Raleigh sabe que os *apoios* não são bem-vistos pelos *moradores* do acampamento, os *moradores* argumentam que os *apoios* não passam pelas mesmas penúrias daqueles que ficam *debaixo da lona*. No entanto, Raleigh justifica: *pagamos com participação em jornadas*.

O uso do verbo “pagar” não é fortuito, já que, como mencionado, aqueles que mantêm barraco e não são *moradores* geralmente pagam uma quantidade em dinheiro todo mês para poder manter sua *vaga* no acampamento, também aqueles que não conseguem participar das *jornadas* e não podem mandar um *representante*, na maioria das vezes, pagam uma taxa que varia, como vimos, segundo o tipo de *jornada*, o lugar, a distância que irão percorrer e o número de pessoas que devem participar. Devo fazer menção à pertinência, como assinalado por Sigaud, de dar importância aos termos, verbos e sintaxes das frases empregados pelos participantes dos acampamentos; segundo a autora, “es precisamente por médio de estos elementos del lenguaje que logramos comprender el significado vivido de la relación mantenida por las personas” (2006, p. 18) com os movimentos.<sup>154</sup>

Neusinha, também *apoio* do acampamento, é considerada pelos acampados uma das que *mais participava das lutas*.<sup>155</sup> Ela cumpre *regra de três dias* no acampamento e, antes de passar para o grupo do Sintraf dentro do próprio acampamento, era uma pessoa de confiança dos coordenadores do MST do acampamento. Ela levava inclusive o controle do *caderno de pontos*. Pessoas como Neusa, que tem um *tempo de luta* considerável, adquirem certo capital de confiança entre militantes, como também reconhecimento e prestígio, ganhando assim visibilidade entre os próprios acampados. Para o coordenador do MST, esses são os acampados que *mais valem*, pois *não ficam só debaixo do barraco, vão à luta*.

---

<sup>153</sup>. Alguns acampados acreditam que o benefício do bolsa-família só pode ser adquirido por estarem acampando.

<sup>154</sup> Bourdieu (1982) é outro autor que também chama a atenção sobre a importância de prestar atenção na linguagem. Para ele, as palavras são atos e a língua, além de ser um instrumento de comunicação, é também um instrumento de poder.

<sup>155</sup> Neusinha foi uma das que, com a última divisão do acampamento, escolheu ficar sob a bandeira do Sintraf e, portanto, desde então ela não tem mais obrigação de participar nas jornadas organizadas pelo MST.

Acampados do acampamento Famílias Unidas, em conversas cotidianas, costumam comparar sua participação em *jornadas* com aqueles *apoios* e *acampados* que não têm nenhum impedimento para participar de todas as *jornadas*, e justificam a legitimidade do seu *tempo de luta* pelo dinheiro, pelos recursos materiais e pelo esforço investidos, mobilizando um capital de relações e de pessoas, seja negociando com outro acampado, no caso um *representante* para participar por eles, ou pagando um *substituto* para ocupar seu lugar na *mobilização*.

Segundo Dércio, que, numa discussão entre vizinhos, tentava colocar em destaque seu *tempo de luta* perante o argumento de alguns *apoios*, de terem muitos acampados que só *ficavam debaixo da lona*, mencionou que ele não participou fisicamente de muitas *jornadas*, mas, nas importantes, segundo ele *naquelas obrigatórias*, tinha ido. Portanto, parece ser que a participação efetiva numa *jornada* tem mais valor que aquela que é paga. Paradoxalmente, mesmo sendo a *taxa de jornada* um mecanismo de substituição da participação legitimado pela própria militância do MST do acampamento, aqueles que sempre pagam não são bem-vistos nem pelos acampados nem pelos militantes.

Por outro lado, no mundo das ocupações existem *mobilizações* que são consideradas mais importantes do que outras, geralmente aquelas que acontecem durante o *abril vermelho* e que acabam sendo mais espetaculares devem agregar um número maior de pessoas, mobilizam mais acampados e a participação é mais cobrada. Existem, portanto, gradações nas mobilizações e níveis de participação.

A cobrança na participação em *mobilizações* também depende das ordens que circulam seguindo a própria hierarquia do MST, ou, como um militante ligado à Coordenação Nacional desse *movimento* disse, depende da *estruturação do movimento*. Ele me dava o exemplo seguinte:

Na ocasião de uma ocupação no Banco do Brasil de Ilha Solteira (SP), na qual alguns assentados e acampados da região participaram como parte de uma série de mobilizações lideradas pela militância do MST, explicava: “*foi uma ordem que veio da nacional, as ordens nacionais podem ser questionadas, mas devem ser cumpridas, quando há uma mobilização que é mais local ainda se pode driblar a*

*participação, mas não quando é uma ordem que vem da nacional*” (Cido, dezembro de 2008).

Devo mencionar que geralmente, nas *mobilizações* cuja participação se considera “obrigatória”, são feitos acordos entre *movimentos* para mobilizar os acampados, independentemente do *movimento* que lidera ou organiza a *mobilização*, deve ser chamado o maior número de acampados possíveis.

Esse foi o caso, por exemplo, de uma re-ocupação da Fazenda Cafeeira, no município de Castilho. Naquela ocasião, em novembro de 2006, militantes de vários *movimentos* e coordenadores de diversos acampamentos da região mobilizaram *seus* respectivos acampados para realizarem uma grande ocupação, na qual, como relata um dos militantes que organizou a mobilização, *foi a melhor luta da região, com mais de 800 famílias*.

No jornal *Folha da Região*, de Araçatuba, comenta-se sobre a mobilização e os *movimentos* que a organizaram:

A promessa dos sem-terra é continuar com a série de protestos até que o Judiciário ao menos marque as datas dos julgamentos das propriedades consideradas improdutivas. Segundo o MST, há 14 fazendas nessa situação na região e 1,5 mil famílias em 15 acampamentos às margens das estradas à espera de terra. A onda de protestos dos sem-terra começou na madrugada de domingo, com a invasão da fazenda Cafeeira, em Castilho. Desde então, os trabalhadores têm feito um protesto por dia. Na segunda-feira, foram feitas marcha e manifestações em frente à Câmara e a Prefeitura, também em Castilho. Na terça-feira, houve a ocupação do banco em Ilha Solteira. Os protestos são coordenados por integrantes do MST, do Sintraf (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) e do Seran (Sindicato dos Empregados Rurais).<sup>156</sup>

Os acampados do acampamento Famílias Unidas relatam que a ocupação acontecida em novembro de 2007, na Fazenda Ipê também foi uma ocupação importante, na qual a participação de todos os acampados foi cobrada. A *jornada* foi organizada em cooperação entre militantes do MST e membros do Sintraf e, naquela ocasião, não houve possibilidade de pagar taxa, já que a participação *era obrigatória*.

---

<sup>156</sup> “Sem-terra ocupam Banco do Brasil e INCRA em Andradina”, *Folha da Região*, Araçatuba, 17 de novembro de 2006, <<http://www.folhadaregiao.com.br/noticia?59208>>, acesso em 2 de junho de 2009.

Biro, com orgulho, relatava que o Chê [ou seja, o acampamento Famílias Unidas] havia estado representado em *todas as lutas do estado*, ou seja, acampados desse acampamento haviam participado de todas as *mobilizações* organizadas pela militância estadual do MST. Para o coordenador desse acampamento, é importante *cumprir com um mínimo de lutas* e que os acampados, de maneira individual, também *cumpram com um mínimo de jornadas*.

No mundo das ocupações de terra, é malvisto, principalmente, pela militância das Regionais do MST, quando não há acampados de algum acampamento participando das *mobilizações* organizadas. A responsabilidade da participação acaba recaindo não sobre os acampados, mas sobre o militante “responsável” por aquele acampamento. Como mencionava um militante, *pega mal não participar*. Por isso, é importante cumprir ou fazer participar os acampados no maior número de *jornadas* possíveis, pois não é só o sucesso da *luta* ou da *mobilização* que está em jogo, porém também o próprio prestígio do militante.

Devo mencionar que, apesar de existir uma hierarquia ou *estruturação* dentro do MST, que faz com que a militância das estaduais e regionais siga certas formas ou modelos preestabelecidos para operacionalizar ou organizar uma *mobilização*, ou gerenciar um acampamento, existe também uma heterogeneidade nas formas de atuar da militância e certa autonomia. Autonomia esta que depende, no entanto, de uma série de relações de interdependência.

O caso da *mobilização* e posteriormente formação do acampamento Dom Hélder Câmara é significativo para exemplificar o argumento anterior. Como foi mencionado anteriormente, esse acampamento foi montado em Birigui e constituído pelas 50 famílias vindas do TSM e por famílias de *novos acampados* convidados em *trabalho de base*. A militância da Regional de Campinas do MST como foi mencionado no capítulo anterior havia “transferido” a dois militantes “pertencentes” dessa regional e que teriam como tarefa coordenar o novo acampamento e criar o escritório regional do MST de Araçatuba.<sup>157</sup>

---

<sup>157</sup> Como mencionado anteriormente, as pessoas envolvidas na militância do MST são relacionadas a *Regionais*. Os acampados do TSM faziam referência tanto aos acampamentos instalados na região de Araçatuba como a militância atuante no local, como pertencendo à Regional de Andradina, principalmente por existir uma sede mais antiga do MST na cidade de Andradina.

No Dom Hélder, os acampados constantemente comparavam, sob uma lógica da diferenciação, o trabalho da militância de Campinas e o de Andradina, e era comum ouvir a frase: *Aqui é outro movimento*.

Efetivamente as pessoas envolvidas na militância, e encarregadas da coordenação do Dom Hélder, não eram as mesmas do TSM, apesar de “pertencerem” a um mesmo *movimento*.

Macedo menciona que, apesar de existirem similitudes nas formas de organização dos acampamentos, também existem diferenças que “dependem das trajetórias pessoais dos militantes [e eu agregaria dos desejos e das expectativas pessoais], dos perfis sociais de cada grupo acampado e do contexto específico no qual cada disputa fundiária está inserida” (2003, p. 147). As pessoas responsáveis pelo Dom Hélder, com trajetórias, desejos e expectativas diferentes, não só não eram as mesmas responsáveis pelo TSM, mas também a prioridade para a militância regional do *movimento* era outra que não a coordenação do acampamento, e, sim, consolidar o escritório regional de Araçatuba do MST, começar a acumular um capital de relações com políticos locais, com a Prefeitura e com representantes locais dos órgãos de governo. Portanto, o *trabalho* da militância se concentrava muito mais nas cidades próximas fazendo as *correrias*, *correndo atrás de recursos*, do que no próprio acampamento. Por outro lado, para os coordenadores do Dom Hélder, nesse contexto, a conformação de uma “Regional do MST”, mais do que se dedicar ao acampamento, parecia uma oportunidade de acumular capital social e simbólico. A dedicação ao *movimento* e à mobilização de recursos, ou, em palavras nativas, o *tempo de luta* mais do que o *tempo de barraco* tinha nesse contexto, para esses militantes, uma recompensa, uma retribuição: um cargo de responsabilidade no *movimento*.

### **3.4 Os bons de luta**

No mundo das ocupações de terra, fazer *trabalho de base*, *correr atrás da cesta*, *correr atrás de recurso*, *correr atrás da ocupação*, em fim, as *correrias* nem sempre são tarefa fácil, e também nem todo mundo consegue fazer bem.

Como mencionado anteriormente, existem relações de concorrência dentro dos próprios *movimentos* e, nesse sentido, aqueles que desejam fazer carreira dentro do *movimento* devem demonstrar seu potencial nas *correrias* e, principalmente, na *luta*.

Um militante de Andradina do MST, quando questionado sobre a diferença da atuação e organização da militância de Andradina e de Campinas com respeito ao desempenho na coordenação de acampamentos, justificava da seguinte maneira:

*A Regional de Campinas só tem 1 acampamento, nós [a Regional de Andradina] temos 16, não é o mesmo cuidar de 1 só que cuidar de 16, lógico que vai estar mais organizado, se só tem 1 para cuidar, aquele... Milton Santos, né [...] nós temos mais de 1.700 famílias acampadas na região (Andradina, janeiro de 2009).*

Para esse militante, o importante na *luta*, mais do que a dedicação aos acampamentos, é o número e o capital de pessoas que se consegue mobilizar.

Já para Edesmaria, ao fazer referência a atuação dos militantes, a diferença do desempenho na *luta* radica no trabalho realizado nas *correrias*.

*Ser militante é aquela coisa de, sei lá, de mandar, querer ser uma coisa que não é, é uma coisa muito esquisita, eles sabem as coisas, é assim, a militância que eu acho certa é que nem [militantes da Regional de Campinas]; elas estão lá em Campinas, elas corre atrás da cesta, elas corre atrás de recurso para os acampados, elas correm atrás da ocupação e elas tão na frente, elas tão lutando com o povo, isso é um militante, como dizem de frente de massa e [...] outro de... quê? Tem outras coisas que eles fala, né. Elas correm atrás de apoio, de Igreja, de sindicatos; essa sim, essa é uma militância que eu acho que todos deviam fazer isso. Agora, chegar no acampamento, encher de militante para ficar só comendo, dormindo e botando os outros para fazer as coisas, não acho justo (acampamento Dom Hélder Câmara, novembro de 2003).*

Noé e Luzia, um casal de acampados, que conheci no Dom Hélder Câmara, tal como Edes, acreditavam que dentre os militantes havia aqueles que podiam ser considerados *bons de luta* e outros que não. Para eles o que marcava essa distinção era precisamente o bom desempenho nas *correrias*.

É nas *correrias* — fundamentais para que as *mobilizações* e especificamente as ocupações e acampamentos se tornem possíveis — que também o *acampado* se destaca e o *militante desponta*.

A própria Edesmaria explicava:

Edes — É o seguinte, eles [os militantes] tira aquelas pessoas que mais destaca, entendeu; se você se destacar bem, então você tem *uma chance* de ser uma coordenadora, agente de saúde...

Nashieli — Mas como é se destacar?

Edes — Sei lá, sobre suas proezas, sobre você enfrentar o que vem; bom, era assim, porque eu sempre fui assim mais distinguida, nunca tive medo de nada, sempre respeitei as pessoas, mas medo, não.

Nashieli — E o que você faz para ser considerada destacada?

Edes — Assim, você vai lá [no acampamento], quando você chega, você vai em frente, você sabe conversar com eles [os acampados], você tá ali, procura carro, fazer qualquer coisa para tirar dali, correr atrás de alimentação, né, negociar com os políticos, todo isso é um destaque para você se tornar um líder (Bom Jesus da Lapa, abril de 2006).

Para Edesmaria, ter uma chance de ter um cargo de responsabilidade no acampamento ou no *movimento* não depende só das vontades individuais, das proezas, mas precisa ter alguém que as valorize, que as reconheça, nos termos de Edes, *eles tira aquelas pessoas que mais destaca*. Segundo Bergamo:

Crê-se no valor individual das pessoas, como se esse valor não necessitasse nenhum reconhecimento social. Esse valor individual, no entanto, só pode ser obtido quando diante de mecanismos sociais que lhe atribuam e lhe reconheçam o significado” (2007, p. 210).

Biro, por exemplo, se envolveu com a militância depois da primeira ocupação que deu vida ao Famílias Unidas, em dezembro de 2003. Na ocasião ele começou a participar *na estrutura, montando barracos, para ele, é na ocupação que a pessoa despona, e aparece aquela que não tem medo de aparecer*. Mencionou que naquela ocupação os militantes já estavam de olho nele. Hoje em dia, como ele me disse, *a família toda é do movimento*. Sua esposa é dirigente regional do MST do Frente de Massa e sua filha faz faculdade de Direito em Goiânia, numa escola do *movimento*. Na percepção dele, *o movimento é igual a um morcego, chupa tudo de você e envolve você cada vez mais e mais*. Ainda mencionou que existe uma diferença substantiva entre militar no movimento e só coordenar um acampamento, mesmo se tudo começa na ocupação e com a coordenação de um acampamento, para ele

*acaba sendo como uma bola de neve, vai acumulando cada vez mais e mais e pedindo e demandando cada vez mais.*

O caso de Rose é parecido ao acontecido com Biro; sendo estudante de Ciência Política da Unicamp, Rose se envolveu com a militância do MST de São Paulo na ocasião da ocupação do TSM. Ela participou junto com militantes da Regional de Campinas e simpatizantes do *movimento* na organização daquela ocupação, fazendo *trabalho de base* e conseguindo os *recursos* e acabou-se destacando dentre outros participantes. Um mês depois, numa assembleia realizada no acampamento, por ocasião da visita de um grupo de universitários, lideranças do acampamento e do MST fizeram público seu reconhecimento. Na ocasião, um militante da Secretaria Estadual mencionara que em nome do MST agradecia o apoio de todos os estudantes e universitários que se interessavam com as causas do *movimento*, mas dessa vez devia agradecer especialmente a uma pessoa que se havia destacado por causa do seu desempenho e envolvimento na ocupação e formação do TSM, a Rose. Um tempo depois Rose acabou desistindo dos seus estudos na Unicamp e se envolveu cada vez mais com as tarefas do *movimento*, e inclusive encontrou um companheiro de vida também envolvido na militância do MST. Uma das últimas notícias que tive dela foi que havia sido transferida para Brasília e fazia parte da Direção Nacional do MST.

No mundo das ocupações de terra, o fato de receber uma *oferta* por parte do *movimento*, nesse caso um cargo considerado de *responsabilidade*, faz as pessoas se sentirem levadas em conta, importantes, prestigiadas nesse contexto, contudo também parece iniciar, através de uma *dívida*, uma série de trocas e obrigações para com o *movimento*. Aquele que aceita o cargo se sente endividado com aquele fez a oferta e se sente comprometido para *ficar* e dedicar mais tempo às tarefas do acampamento e do *movimento*. Muitas vezes, alguns desses oferecimentos acontecem quando aquele que recebe a *oferta* se encontra numa situação de incerteza sobre ficar ou desistir da luta.

Edes, por exemplo, relata que na Bahia ela nunca se instalou para *morar debaixo da lona*. No começo acompanhou a sogra, que era acampada. Ela optou por passar mais tempo no acampamento no momento em que lhe ofereceram a coordenação de

um acampamento novo; depois daquela *oferta*, ela começou a demorar mais para voltar para casa. “*Ficava lá [no acampamento] 8 dias; o que mais demorei no acampamento foi 20 dias, [quando] um acampamento novo surgiu e aí eu era a coordenadora geral do acampamento, me colocaram lá como coordenadora e aí eu tive que ficar.*”

Esse foi o caso, também, de Gabi, uma acampada do acampamento 20 Anos do MST, localizado no sul da Bahia. No momento em que ela hesitava entre ficar ou sair do acampamento, foi-lhe oferecida a coordenação do acampamento. Gabi não só ficou, como também reestruturou a organização e as tarefas do acampamento, encontrou um companheiro de vida e ambos se envolveram na militância do MST da região. E outro caso, o de Nora, que havia saído de Salvador para se juntar ao seu marido (envolvido com a militância do MST em São Paulo) e que em 2002 estava ajudando na organização do TSM. O objetivo de Nora era *convencê-lo para que saísse do movimento*. Nora começou a participar das tarefas do *movimento* junto dele até que recebeu a proposta de, com seu marido, ser coordenadora de acampamento. É importante mencionar que uma figura central dessas *ofertas* são os chamados *olheiros*. Geralmente são militantes do MST que ficam nos acampamentos e são encarregados de olhar aqueles acampados que têm potencial como lideranças, para fazerem parte dos quadros da militância do *movimento*.

Aquelas pessoas são convidadas e aceitam para fazerem parte da militância também acabam contribuindo para a contabilidade do *tempo de luta* daquele que os convida e para o prestígio do acampamento ou da Regional de onde surgiram. Assim sendo, a *formação*, no mundo dos *movimentos*, também é fundamental para o acúmulo de capital simbólico.

O coordenador do acampamento Famílias Unidas sentia-se orgulhoso por ter conseguido mobilizar as pessoas do acampamento para participarem de todas as lutas da estadual, porém o mais importante, para ele, era que dali, já *haviam surgido vários militantes para o movimento*.

Entretanto, devo especificar que nem toda pessoa que se destaca nas *mobilizações* desponta no MST.

Retomemos novamente o caso de Edemaria. Na Bahia, por problemas pessoais e de relacionamento com seu marido, acabou-se afastando das atividades do *movimento* e só depois, quando acampou no TSM, voltou a fazer o que ela gostava: *trabalhar no acampamento*. No entanto, seu desejo de trabalhar para o *movimento* não encontrou eco entre a militância do TSM e da Regional de Campinas, onde as tarefas realizadas para o *movimento* se limitavam ao acampamento.

Edes, estando no TSM, chegou a coordenar grupos e setores dentro do acampamento, sentia-se útil por ter sob sua responsabilidade certos grupos de pessoas e porque essas pessoas e inclusive militantes da Regional de Campinas costumavam descrevê-la como *peessoa de luta*. Todavia, para ela, seu *tempo de acampamento* não lhe era reconhecido pelo movimento, percebeu, por um lado, que o investimento em atividades do *movimento* ou o que ela chamava de *trabalho no acampamento* dificilmente conjugava com o trabalho físico, na roça, e, portanto, com a possibilidade de ser assentada, e, por outro, também percebeu que a idade era um fator que poderia dificultar sua vontade de trabalhar para o *movimento*, já que, na percepção dela, *no MST são os jovens os que crescem no movimento*,

O desejo de significação social de Edes teve recepção não no MST, mas num *pequeno* movimento como o MTR. A experiência prévia de Edes em acampamentos do MST, o saber adquirido sobre o mundo das ocupações, seu *tempo de acampamento* foi valorizado no contexto de um movimento relativamente novo e de alcance local.

Edes se destacou rapidamente dentre o grupo de acampados do MTR principalmente pela sua disposição e desempenho nas *correrias*. E provavelmente o fato de ter conseguido fundar um acampamento, como descrito no capítulo anterior, também lhe conferia um diferencial diante de outros acampados. Ela começou a ser percebida pelo coordenador do MTR como *uma pessoa fundamental para conseguir os apoios*. Esses *apoios* não só estavam relacionados com a obtenção de recursos materiais, como arrecadação de alimentos, água, doações, assim também com a capacidade de negociar, de estabelecer certas relações. Assim, Edesmaria começou a assumir tarefas que ela considerava *de grande responsabilidade*: ir à reunião com o prefeito da cidade, participar de reuniões com autoridades locais, organizar

reuniões no acampamento, ela se sentiu reconhecida, mesmo se seu reconhecimento do seu bom desempenho nessas tarefas dependesse de outros acampados e principalmente dos coordenadores do movimento.

Rosa (2004), em seu trabalho *O engenho dos movimentos*, mostra como entre os grupos da Federação de Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Fetape), que realizam ocupações, a juventude é ligada à demanda por reforma agrária. E ainda, segundo esse autor, são os jovens os que mais se identificam com os métodos e as formas de ação do MST, porém também, a meu ver, os dirigentes dessa organização (das regionais e estaduais) também preferem formar quadros de jovens, por acreditarem que têm uma maior liberdade de ação.<sup>158</sup> Segundo Smircic, as possibilidades oferecidas por um movimento como o MST são mais aproveitadas pelos jovens, por causa do momento da vida em que se encontram, “em geral, estão sem famílias (de procriação), o que facilita a circulação, os deslocamentos” (2000, p. 22).

Em campo, pude constatar que, tanto entre militantes do MST do extremo sul da Bahia como entre aqueles da Regional de Campinas e de Andradina, circula uma crença de que os jovens, por não terem compromissos familiares, tomam mais riscos e, portanto, podem cumprir e se comprometer mais nas tarefas do *movimento*. De fato, uma militante de Campinas com pouco mais de 30 anos de idade e mãe de duas crianças se queixava do fato de ser tratada pelos dirigentes da Regional como se fosse *qualquer jovem do movimento, como se não tivesse família*, já que lhe eram atribuídas tarefas que implicavam dedicação integral, inclusive durante os finais de semana.

Destarte, no mundo das ocupações de terra, a *chance* de ser reconhecido depende daqueles que já têm um lugar nele e depende do lugar que ocupam. E, mais, depende da reunião dessas vontades num contexto e em circunstâncias sociais determinadas.

---

<sup>158</sup> Nos acampamentos e entre os militantes das regionais do MST, *jovem* é uma categoria que pode ou não estar relacionada com a idade; na maioria dos casos, como foi mencionado no primeiro capítulo está mais relacionada com a posição que a pessoa ocupa na hierarquia familiar e com a condição civil da pessoa, se se é casado ou não, ou ao fato de ter responsabilidades familiares.

Nos acampamentos organizados por militantes do MST, aqueles acampados que *vão à luta* se destacam do restante e são considerados como *bons acampados*, tornando-se um *bem* valorizado dentro do mundo das ocupações de terra, inclusive, muitas vezes, podem ser objeto de disputa entre militantes.

Zé Antônio, do TSM, explicava que, em janeiro de 2003, havia chegado ao acampamento um grupo de novos acampados, fruto do *trabalho de base* dele. A maioria eram homens sozinhos, que se haviam instalado dentro de um barracão coletivo. Esse grupo, logo nos primeiros dias da sua chegada, havia sido rotulado por outros acampados e militantes como o *grupo dos encrenqueiros* e nenhum outro militante havia querido *trabalhar* com eles.<sup>159</sup> Segundo Zé Antônio, em poucos meses ele havia feito um bom *trabalho de base dentro do barracão*, ou seja, um trabalho de convencimento para que os homens do barracão comesçassem a se envolver no trabalho e nas tarefas coletivas dentro do acampamento e nas *mobilizações* organizadas pelo movimento.

Zé Antônio, orgulhoso, relatou:

*O pessoal que tava no barracão foi trabalho de base meu... Eu continuava fazendo trabalho de base dentro do barracão com eles, né, eu ficava lá martelando, conversando, explicando porque deve ser assim para isso dar certo, o problema nosso [da militância] que é, nós trazemos a família, organizamos mais a militância dentro do acampamento, ela se restringe ao barraco ou a reunião não ao convívio dentro do acampamento e isso daí é o que não dá muito certo, tem que fazer um convívio, porque, por exemplo, esse grupo aí era o grupo mais encrenqueiro, era famoso, aí me tiraram lá para tomar conta aqui, virou uma bênção (acampamento TSM, abril de 2003).*

Segundo ele, havia inclusive outros militantes querendo levar alguns do barracão para o *trabalho de formação*.<sup>160</sup> Zé Antônio deixava entrever a existência de concorrência e disputa pelos *bons acampados*, mas também que a reputação do *bom acampado*, de alguma forma, também alcança aquele que fez o convite para acampar ou que se sente responsável por aquele acampado. Como vimos, no

---

<sup>159</sup> Alguns militantes e apoios do movimento realizam o que eles chamam *trabalho no acampamento*, isto é passar os *ensinamentos* do MST, as regras do acampamento e fazer um trabalho de convencimento para que as famílias fiquem no acampamento.

<sup>160</sup> Isso significa convidá-los para que assistam a cursos de formação do movimento; com esse convite, abre-se a possibilidade de que possam vir a se tornar militantes do MST.

primeiro capítulo, no mundo das ocupações, os acampados são associados com o nome de quem realiza o convite para ocupar ou para fazer parte de um acampamento já montado. E, de alguma forma, o *bom acampado*, em forma de *bem*, é apropriado e negociado, contribuindo assim para o acúmulo de capital simbólico.

Segundo um militante do MST de Andradina, o *bom acampado* é aquele que cumpre com três condições básicas:

- 1) ser boa gente, o que significa não dar problemas, não se meter em encrenca e cumprir com as regras do acampamento;
- 2) participar da luta, ou seja, participar das jornadas;
- 3) morar no acampamento.

Aquele que só cumpre com uma ou duas dessas condições não preenche os requisitos de *bom acampado*; no entanto, para alguns militantes, a segunda condição acaba tendo mais importância do que as outras, já que, como foi mencionado anteriormente, afinal é a participação nas *lutas* e, principalmente, as novas ocupações que irão garantir a continuidade do mundo dos movimentos e das ocupações de terra.

Neusinha, de quem já falei anteriormente, apesar de não ser *moradora* no acampamento, era considerada pela militância do MST do acampamento Famílias Unidas parte do grupo dos *bons acampados*, do *Bope das ocupações*. Por isso, o último *racha* acontecido no acampamento, no qual alguns *apoios*, entre eles Neusinha, saíram do grupo do MST para formar parte do grupo do Sintraf, decepcionou e desanimou o coordenador do grupo do MST. Segundo ele, esse *racha não só debilita ainda mais o acampamento, mas quebra a luta*, já que *essas pessoas que participavam ativamente [das jornadas], passando para outro grupo, não se sentem mais na obrigação de participar de jornada nenhuma*. Para Biro, com o *racha* no acampamento, o *movimento* perdeu pessoas valiosas que cumpriam com as obrigações de participar das *lutas*.

A cobrança por parte da militância do MST na participação *mobilizações* depende das necessidades de cada Regional, mas também das particularidades dos

acampamentos, do envolvimento do militante que participa da organização da mobilização e da percepção que ele tem *da luta*.

Apesar de que, para os militantes do MST, como descrito no capítulo 1, os *novos acampados* chegam a ser mais valorizados na hora de uma *mobilização*, aqueles com *tempo de luta*, experientes na arte das *mobilizações*, em geral se tornam uma espécie de capital social que pode ser mobilizado segundo as necessidades do próprio *movimento*” e, mais, são principalmente esses acampados os que geralmente cumprindo com suas obrigações conseguem mobilizar outras pessoas, conseguindo assim entreter a espiral das ocupações de terra.

Nas palavras de Zé Antônio, o objetivo do movimento deve ser: *preservar os que tão, conservar eles com a mentalidade, mais, para o companheirismo, e esses 10 que conseguir ficar aqui, eles podem trazer 40* (Zé Antonio, *acampamento TSM, junho de 2003*).

Devo mencionar que o militante e, inclusive, o acampado pode ser reconhecido não só pelo número de pessoas que consegue levar para a luta, mas também pelo tipo e qualidade de pessoas que se leva e se consegue manter nos acampamentos. No caso dos militantes, também aqueles que fazem um bom trabalho nas *correrias* e protegem e se responsabilizam pelos acampados são os considerados como *bons de luta*. Já, no caso dos acampados, aqueles que dedicam tempo à luta,, têm iniciativa para propor novas atividades e sempre se mostram dispostos a participar em qualquer atividade do *movimento*, cumprem com todas as obrigações de acampado — obrigações estas que dependem das regras de cada acampamento, contudo, em geral, a participação nas *mobilizações* é uma tarefa fundamental —, ficam acampados e não dão problemas são aqueles que contribuem para o reconhecimento dos militantes vinculados a eles, porém também serão reconhecidos por eles como *bons elementos* ou *bons de luta*.

Em alguns acampamentos, famílias que infringem as regras do acampamento são toleradas, porém aquele que não participa das *lutas* tem menos chance de chegar a ser indicado, se surgir uma *vaga numa fazenda*. Para Biro, os *acampados mortos*, ou seja, aqueles que não vão à luta, *não merecem ganhar terra*. Segundo ele, *o que forma as pessoas dentro da luta é a própria luta*. Para ele, *o tempo de*

*acampamento* tem uma função, que é *criação e consolidação de grupos, participantes na luta*. Segundo ele, *esse é um objetivo que, com o acampado morto, é difícil conseguir*. Militantes do MST acreditam que esse objetivo será atingido com a nova estrutura do *movimento*: a criação do *Frente de Assentamentos*. Militantes e acampados são escolhidos a dedo ou *indicados* para serem assentados, dependendo do seu *tempo de acampamento* ou, como disse um militante da Coordenação estadual do MST, *dependendo da luta que fizeram*, e são estes, *os indicados* os que, na visão de militantes do MST, irão dar continuidade à luta a partir dos assentamentos.

## TEMPO DE REFORMA

### 4.1. Os indicados

Em meados de 2005, a família dos Reis se encontrava morando em um barraco de madeira que haviam montado num terreno vazio na periferia de Castilho, uma pequena cidade do interior de São Paulo, quando foram convidados para acampar novamente. Fazia mais de oito meses que haviam desistido do acampamento.<sup>161</sup> Seu Alfredo havia conseguido trocar uma carroça e uma égua por um carro usado, com ele seus filhos, Tiago e Marcos, iam fazer *bicos* na cidade de Andradina, principalmente fazendo serviço de pintura de casas. Cleusa fazia alguns meses que trabalhava como doméstica, realizando faxinas três vezes por semana e cobrando 20 reais a diária. Cleusa queixava-se continuamente do pouco que se pagava nessa cidade pelo *serviço de casa*. Quando ela trabalhava em Sumaré, *o mínimo que cobrava era 50 reais*. Alfredo continuava recebendo sua aposentadoria, mas, mesmo juntando o dinheiro que ambos ganhavam por mês, para eles era difícil sustentar uma casa com dois filhos e ajudar também a família de Tiago, o filho mais velho, que já tinha dois filhos e não tinha um emprego fixo.

Em 2002, quando o casal estava acampado no Terra Sem Males, havia conseguido vender a casa de Sumaré por 2 mil reais e usado esse dinheiro durante pouco mais de um ano, para se sustentar no acampamento. O dinheiro da casa havia terminado quando eles estavam no acampamento Dom Hélder Câmara, no município de Birigui, e quase na mesma época a conta do banco pela qual seu Alfredo recebia sua aposentadoria havia sido bloqueada. Naquela época de finais de 2003, a família toda, inclusive o filho mais novo, teve que trabalhar na fazenda próxima ao acampamento *catando tomate*, pois, como Cleusa me dissera, *estavam passando fome*. Foi nesse contexto que a convite de Cláudio, um sindicalista da região vinculado a CUT, a família mudou para um acampamento montado na

---

<sup>161</sup> Tiago, o filho mais velho, havia ajudado com 150 reais, para comprar as tábuas de madeira com as quais construíram o barraco.

Fazenda Cafeeira no município de Castilho, com a promessa de que eles seriam assentados. Como já tinha acontecido anteriormente, ao experimentarem sucessivas mudanças de acampamento, sentiram-se traídos e enganados pelo sindicalista, pois, na percepção deles, os havia usado para *movimentar*, isto é, para fazer número na ocupação e *abrir um acampamento, o acampamento do Cláudio*.

Cleusa relata o reclamo que ela fez ao Cláudio, ao saber que teriam que participar de mais uma ocupação sem ter ainda perspectivas de serem assentados:

*Você trouxe nós lá de Birigui em cima da mentira, da cachorrada que vocês fizeram e você pôs nós na beira da estrada, falando que nós ia ser assentado e pôs nós na beira da pista, na beira daquela pista ali arriscando a vida. Agora você quer que [...]. Daí eu não saio para ocupação nenhuma. A partir de hoje, você não conta com a minha família para ir ajudar em acampamento nenhum, porque nós não vai, eu só saio dali só se for para a cidade ou para outro acampamento, mas nós fazer ocupação, nós não faz mais não; você pega sua família e você leva porque a minha família não vai. Ele falou: “Então vocês ficam de vigia”. E eu falei: “Nem de vigia nós fica, ali não precisa de vigia, vigiar o quê, cada um que leve seu barraco nas costas” (Cleusa, assentamento Macali, dezembro de 2008).*

É comum que entre os acampados, por ocasião de uma ocupação, sejam feitas acusações contra os militantes ou dirigentes que a organizam. Muitos acampados, principalmente inexperientes na arte de acampar, geralmente vão para um acampamento com a expectativa de que não terão que mudar mais e serão assentados. Quando isso não acontece, gera-se frustração e decepção e inclusive é comum que depois da *mobilização* alguns acampados acabem desistindo dos acampamentos.<sup>162</sup>

Noé, por exemplo, um acampado do Dom Hélder, me relatou que faltou pouco para ele desistir, quando participou da saga de ocupações que culminou na formação desse acampamento. Ele nunca antes havia acampado e tinha saído de Campinas com o contingente de acampados do Terra Sem Males, com a promessa de que seriam assentados em Araçatuba. Segundo ele, só não desistiu porque não tinha

---

<sup>162</sup> Brennesein (2003) e Loera (2009) identificaram, entre os trabalhadores do assentamento e do acampamento por elas estudados, acusações de engano e de traição. Em ambos os casos, o contexto era uma disputa pela imposição de projetos por parte de militantes do MST de um modelo de plantio em coletivo.

como pagar as despesas de uma viagem de volta para Campinas com tudo e mudança. Noé se sentiu enganado e acusava aos militantes do MST de Campinas de mentirosos.

*Mentirosa foi aquela militante [de Campinas] que foi a que trouxe nós para Araçatuba. Falaram: “Vai sair uma fazenda lá na região de Andradina”. “Mas saiu mesmo?” [ele perguntou], “saiu” [responderam]. Aí um colega meu que foi comigo, que voltou também, ficou sabendo e disse: “Eu vou também com você”. Aí nós veio, arrumamos a bagagem, embarquemos naquela praça lá né, em Campinas. Ligamos lá na Secretaria [do MST] e falaram: “Você fica ali e espera que vão sair os ônibus lá da praça” (Noé, acampamento Dom Hélder, novembro de 2003).*

Os participantes das ocupações de terra, principalmente *novatos*, mencionam que prefeririam saber, desde o começo, que há ocupações nas quais devem participar *por obrigação* — mesmo sem concordar —, do que irem enganados para uma ocupação e com falsas esperanças de que irão fixar-se nas terras.

A decepção sofrida por Cleusa e Alfredo com a ocupação da Cafeeira é compreensível, se pensarmos que o desejo por um pedaço de terra representa muito mais do que simplesmente o desejo de ter um lote de terra para morar e trabalhar, representa, sobretudo, a possibilidade do recomeço, de reconstruir a vida, nas palavras de Brenneisen:

Se a busca da sobrevivência, através de uma diversidade de ações, envolve e mobiliza as famílias no tempo do acampamento, a esperança de, num futuro não muito longínquo, poderem reconstruir suas vidas, naquela nova terra, torna-se um elemento mais mobilizador ainda. É essa esperança e antevisão de futuro que possibilita a resistência dos agricultores sem-terra às agruras sofridas no tempo do acampamento (2003, p. 58).

Para Cleusa e Alfredo, o desejo frustrado de serem assentados, o sentimento de perda de confiança e de perspectiva e as dificuldades econômicas criaram um clima de desespero entre os membros da família, e foi nessa conjuntura que decidiram sair do acampamento e tentar a sorte na cidade mais próxima, Castilho. Foi também nesse momento que começaram a acumular algumas dívidas, principalmente com parentes de Sumaré e no banco, por causa de um empréstimo

que pediram.<sup>163</sup> Foi também que nesse contexto de dívida e de incerteza sobre as opções para melhorar de vida que Alfredo decidiu voltar a acampar. Seu Alfredo havia-se encontrado com Afonso, na cidade de Castilho, um dos ex-coordenadores do acampamento Cafeeira. Afonso estava à frente de um novo acampamento montado na Fazenda Capim, nas proximidades de Castilho, dessa vez não mais sob a bandeira do sindicato, mas do MST. Esse dirigente reconhecia no seu Alfredo e na sua família uma *boa família*, isto é, pessoas que não criavam problemas nos acampamentos e que cumpriam, como eles me relataram, *todas as obrigações [de acampado] direitinho*.<sup>164</sup> Assim ele convidou Alfredo para acampar novamente, mas, dessa vez, para que instalasse barraco na Fazenda Capim.<sup>165</sup>

Alguns dias depois daquele encontro, Alfredo foi montar sua barraca no acampamento. Na ocasião foi acampar só. Cleusa não quis ir junto. Segundo ela, estava com medo de ter que mudar de novo, deixar a vida na cidade, e que mais uma vez fossem ir somente para *movimentar*. Assim Cleusa ficou no seu barraco, em Castilho, e Alfredo durante cinco meses ficou indo e voltando para o acampamento, de três a quatro vezes por semana. Cleusa às vezes o acompanhava e voltava no dia seguinte, levava o almoço e a janta pronta, pois no acampamento *não tinha nada, só o barraco*. Segundo ela, *o Capim era acampamento fantasma, só tinha 12 pessoas morando nos barracos, o resto era tudo apoio*.

Cleusa mencionava que, mesmo sendo *um acampamento fantasma* e não tendo *nem estrutura nem organização nenhuma*, preferia acampar em um acampamento do MST do que em um do sindicato.<sup>166</sup> Ela acionava a crença do prestígio, pois mencionava que, mesmo com algumas ressalvas, *os acampamentos*

---

<sup>163</sup> Seu Alfredo pediu ao Banco do Brasil um empréstimo de 50 reais, que, com os juros, acabou acumulando uma dívida de 600 reais.

<sup>164</sup> A família dos Reis, com outras famílias, ganharam notoriedade entre acampados e militantes do TSM e do Dom Hélder precisamente por cumprirem com os requisitos de um *bom acampado*, como foi tratado no capítulo anterior. Em conversas com militantes do MST da *Regional de Campinas*, fazia-se referência a essa família como um exemplo.

<sup>165</sup> Lembremos que a família Reis passou, num período de quase quatro anos, por vários acampamentos: Terra Sem Males, Dom Hélder, Cafeeira e Capim.

<sup>166</sup> Como já foi mencionado na introdução a *estrutura*, para os acampados que já passaram por acampamentos organizados pelo MST, significa todos os espaços coletivos do acampamento: barracão de reuniões, escola, cozinha coletiva, secretaria etc. E a *organização* se refere às tarefas coletivas levadas a cabo pelos acampados em acampamentos do MST e à *disciplina*, que significa o cumprimento das tarefas e de outras *obrigações de acampado*.

do MST são melhores porque um dia ou outro, com certeza, as terras saem. Na percepção dela *acampamento da CUT não anda* e ainda completou: *Você já viu algum assentamento da CUT?* Para ela, a eficácia da “forma acampamento” está vinculada ao MST.<sup>167</sup>

Em outubro desse mesmo ano (2005), Alfredo e mais duas famílias de acampados da Capim foram *indicados* pela militância do MST para uma *vaga na Fazenda Macali*, localizada perto da cidade de Pereira Barreto.

Na beira da fazenda, na estrada, estava montado um acampamento ocupado por antigos moradores do local, por famílias de novos acampados da região e por um grupo de acampados do Dom Hélder Câmara, que até abril de 2005 estava instalado em Birigui, na região de Araçatuba. Esse último grupo de acampados era o mesmo grupo com o qual a família Reis havia convivido no Dom Hélder, e, de fato, muitos deles eram conhecidos de longa data, pois haviam estado com eles desde a época do Terra Sem Males.

Luiz, um militante do MST da *Regional de Andradina*, havia escolhido três *velhos de acampamento* do Capim, para que fossem assentados na Macali.

Alfredo relata como foi essa escolha:

*Quando o Luiz foi lá na Capim, o meu nome já tava lá na lista do Pontal [de um assentamento novo no Pontal], mas só que lá ninguém conhecia nós. Eles têm uma lista para eles assentar as pessoas mais velhas de acampamento, de tempo de acampamento. (assentamento Macali, julho de 2006).*

E Cleusa completou:

*Os militantes, o pessoal mais forte lá de dentro [do movimento], eles têm essa lista para passar nos acampamentos, para pedir opinião dos acampados. Porque no caso, se for família ruim, bagunceira, baderneira, eles não aceita. Igual a Darlene e o Mário. Era para ser assentados aqui, a lista veio com o nome deles para eles serem assentados aqui, mas ninguém quis.<sup>168</sup> É assim [a lista] é passado pelo acampamento primeiro e aí [os*

---

<sup>167</sup> Feix (2001) se perguntando sobre os motivos que levaram os assentados por ele estudados a participar dos acampamentos de sem-terra organizados por esse movimento encontra que um dos principais motivos é confiança no MST, que significava uma certeza de conquistar um pedaço de terra e de melhorar as condições de vida.

<sup>168</sup> Darlene e Mário foram coordenadores do acampamento Dom Hélder e, como foi tratado no capítulo anterior, os acampados acabaram acionando militantes de Campinas, para que os tirassem da coordenação do acampamento por considerarem seu comportamento inadequado. Segundo

*acampados que irão ser assentados] aceita ou não. Todo mundo que veio de lá [de Birigui] falou assim: “Esses daí [Cleusa e Alfredo] é para vim. Esses aí já têm tempo de acampamento, eles estão com nós desde lá de Atibaia, são famílias que nunca deu problema, têm filhos que nunca deram problema em acampamento”. Aí todo mundo, quando chegamos aqui, reconheceu nós (Cleusa, assentamento Macali, julho de 2006).*

Cleusa no seu depoimento faz evidente que de uma ou outra forma, no mundo das ocupações de terra, as pessoas estão indiscutivelmente ligadas entre si, existe uma rede de relações e, ainda que as pessoas circulem bastante por diversos acampamentos de alguma forma, se mantêm ligadas. Foi o grupo de acampados do Dom Hélder, que acampava na beira da Fazenda Macali, que, olhando a lista levada por um militante do MST, reconheceu Alfredo e Cleusa na lista, e os aceitou de volta. Assim, esses assentados potenciais não só identificaram e reconheceram pessoas da lista, mas reconheceram famílias, a tal ponto de julgar se as pessoas da lista eram *boas para assentar*, como me disse Cida, uma assentada.

Comerford (2003), no seu estudo sobre famílias ligadas a sindicatos rurais na zona da mata mineira, menciona que o sindicato é visto e vivido como objeto de disputas em torno da respeitabilidade e reputação. As famílias por ele estudadas estariam ligadas entre si através de formas de sociabilidade agonísticas, isto é, a provocação em todos os níveis de sociabilidade e em todas as situações, ou o que o autor identifica como uma política e poética das reputações. O autor, através da análise de narrativas em diversas situações, mostra que existem critérios de hierarquização das famílias, “as que contam” e as que “não contam”. Segundo o autor, essa hierarquização está associada “a critérios como antiguidade no local [...], grau de união, boa reputação (o bom nome, as características positivas extraordinárias), e à capacidade de mandar” (2003, p. 61). No depoimento de Cleusa antes citado, é evidente a importância que teve o *tempo de acampamento* como critério para serem escolhidos para *uma vaga na Macali*, mas também a importância desse tempo no reconhecimento da boa reputação da família, de serem

---

depoimentos de vários assentados, esse casal figurava na lista de assentados potenciais da Macali e não foram aceites principalmente pelo grupo de acampados vindos do Dom Hélder, que já os conheciam.

considerados como uma boa família, como *uma família que nunca deu problema em acampamento*.

Como assinalado por Caume (2002), o Incra a partir de 1998 definiu uma normatização mais precisa da metodologia de seleção dos candidatos potenciais à reforma agrária. Nessa resolução normativa, a identificação dos candidatos é realizada “a partir de listas previamente elaboradas nos “sindicatos de trabalhadores rurais, nos movimentos sociais de trabalhadores, nos órgãos de extensão rural do município ou em outras entidades” (Caume, 2002, p. 44). Segundo o autor, nesse processo são solicitadas uma série de informações a respeito dos candidatos e são estabelecidos, a partir desses dados, “critérios eliminatórios” e “critérios classificatórios”, para estabelecer “os melhores candidatos para assentamento” (2002, p. 45).<sup>169</sup>

Como já foi mencionado, acampados, assentados e dirigentes dos movimentos percebem os participantes dos acampamentos como *boas famílias* ou *bons acampados* e aos assentados potenciais como *bons para assentar*. Como mostrado ao longo dos capítulos anteriores, há indícios de que essa percepção também vai sendo adquirida no tempo de acampamento. Loera (2009) mostra que os acampamentos do MST funcionam, nesse sentido, como uma espécie de peneira de “maus elementos”, e acordos e relações entre movimento e as instâncias encarregadas da implementação das políticas de reforma agrária são traduzidos como *disciplina*, que de alguma forma prepara os indivíduos para se relacionarem com o Estado. No entanto, ainda resta saber se a política da indicação e seus critérios por parte dos *movimentos* e a percepção que os próprios participantes dos acampamentos e assentados têm de alguém “bom para ser assentado” está relacionada com os critérios do Incra, anteriormente mencionados, em outras palavras, se de alguma forma essa percepção se teria forjado também na relação com Incra.

---

<sup>169</sup> “São considerados como eliminados aqueles candidatos com idade entre 16 e 21 anos, servidores públicos, com renda familiar não-agrícola superior a três salários mínimos, sócios ou proprietários de atividades comerciais ou industriais, agricultores proprietários de área de terra igual ou superior a um módulo rural, ex-beneficiários de projetos de assentamento oficial, deficientes físicos ou mentais, estrangeiros não naturalizados e aqueles possuidores de antecedentes criminais” (Caume, 2002, p. 45).

Luzia e Noé eram um dos casais acampados do Dom Hélder, que conheciam Alfredo e Cleusa *da Araçá*, uma das fazendas ocupadas pelos acampados do TSM e dos convidados em *trabalho de base* em Campinas, durante a saga de ocupações que precedeu à formação do Dom Hélder. Luzia me relatava o momento em que um *militante* [do MST] chegou ao acampamento Dom Hélder e mencionou que tinha encontrado seu Alfredo *passando dificuldade*, eles e o grupo de famílias de acampados que já o conheciam aceitaram logo seu Alfredo de volta. Ela relata aquele episódio da seguinte maneira:

*Ele [o militante] chegou até chorar na reunião, eles vieram e falou: “Olha, eu tive passando em tal lugar e lá, eu falei: ‘Quem sabe eu não vou ver seu Alfredo por aqui e eu vi seu Alfredo’”. E disse que foi para casa do seu Alfredo lá [em Castilho] e diz que via lá as estrelas [referência à precariedade da cobertura do seu barraco], que estava passando dificuldade. Ele falou: “Eu por mim, eu trazia ele [Alfredo] agora, mas eu só posso trazer ele, se vocês aceitarem”. Aí o povo falou: “Quem que não quer, para reforçar nós? Nós traz ele”. Aí o movimento já faz aquela lista lá dos indicados (Luzia, assentamento Macali, dezembro de 2008).*

Assim, no final de 2005, depois de três meses de espera a família Reis, com outras famílias de *indicados* do acampamento Capim, se juntou ao grupo de famílias do Dom Hélder, que estava acampado na beira da Fazenda Macali.<sup>170</sup>

Alfredo e Cleusa relatam com orgulho que foram os primeiros a entrarem na fazenda e a escolher um lote. Isso apesar do desacordo de alguns acampados, principalmente dos antigos moradores da fazenda e famílias originárias da cidade vizinha, que estavam acampando no local e que não os conheciam. Esses acampados não concordaram com o fato da militância do MST ter dado *vagas* no assentamento aos recém-chegados, que na perspectiva deles não tinham *tempo de acampamento*.

Deixemos Cleusa relatar os detalhes da indicação, a mudança de Castilho até a Fazenda Macali, o reencontro com os velhos conhecidos acampados do Dom Hélder, a entrada nas terras e a reação de alguns acampados:

---

<sup>170</sup> Sigaud et al. (2002) identificaram o uso do termo “escolhidos”, na zona da mata de Pernambuco, para falar daqueles que conseguiram um lote de terra após terem ficado em acampamentos de sem-terra.

O Alfredo chegou [em Castilho] e falou: “Arruma tudo aí que nós vai embora”. Falei: “Nós vai embora para onde?” [Ele falou:] “Para Pereira Barreto”. “Mas que história é essa, Fredo, de nós ir embora para Pereira Barreto? Nós vai para lá, que nós lá já vai ser assentado. Mas como que nós vai ser assentado?” O Luiz veio lá no acampamento e escolheu três famílias, para levar para ser assentado lá em Pereira Barreto. Falei: “Vai cair nessa conversa”. Ali ele falou: “Não, estou brincando, foi escolhido o Rua, o Paraíba e o Zé Cabral, foi escolhido os três, só que o Zé Cabral ficou para decidir, vai dar resposta até amanhã. Ali vai depender do Zé Cabral, se ele não for nós vamos [...]. Lá estão só esperando o juiz dar decisão”. Aí fiquei trabalhando. Aí, quando foi o sábado, aí a mulher do seu Zé veio. [...] Aí chegou o filho do seu Afonso e disse: “Seu Alfredo, meu pai mandou buscar o documento do senhor e da dona Cleusa, para fazer o cadastro e levar lá para o Luiz”. Esse daí já ficou doido, aí catou os documentos e já foi lá para o seu Afonso, pediram para tirar o atestado de antecedência [...]. Daí encontrei o Luiz no posto de saúde, tava na correria, tinha vindo pegar um medicamento para uma pessoa que estava no acampamento. Aí eu perguntei: “E aí, Luiz, como que tá? Vai assentar mesmo em Pereira Barreto?” Ele falou: “É certeza mesmo”. [...] O Luiz falou: “Vocês ficam ligando na Secretaria [Regional de Andradina do MST], para dar informação como que tá o movimento lá em Pereira”. Aí, quando foi um dia, eu liguei e ele falou assim: “Já tá tudo certo que até o dia 30 o juiz vai liberar as terras, aí nos avisa que é para vocês irem um dia antes”. Aí passou dois dias e Afonso [coordenador da Capim] foi para reunião em São Paulo, para ver essas coisas e dar entrada na fazenda e essas coisas. Aí eram 3 horas da tarde e chegou a Maria [esposa dele] e disse: “Seu Alfredo, o Afonso ligou agora nesse instante de São Paulo e falou que é para vocês arrumar mudança logo, que depois de amanhã vocês têm que tá lá [na Macali], no dia 30 de outubro. Esse daí [Alfredo] já endoido para querer derrubar a casa, e nós ia dormir aonde? Até aí não acreditei não, não acreditei [...]”. Aí o caminhão veio no outro dia para carregar. Para dormir já carregado, para sair de madrugada. Nós viemos com a Brasília [seu carro]. Era oito e meia, quando chegamos aqui [na Macali], no dia da posse. Aí já demos de cara com Betinho, lá de Birigui [do Dom Hélder]. Aí eu não sabia que era o acampamento de Birigui que estava aqui, nós não sabia; quando cheguei aqui, eu dei de cara com Betinho, com a Cida, com Noé, com a Luzia, com o Carioca, o Maurício, todo mundo. E eu falei: “Mas o que estão fazendo vocês aqui?” Ele [Betinho] falou: “É o acampamento que veio para cá”. Foi eles que invadiram essa fazenda aqui. Aí, quando nós chegou aqui de noite, todo mundo ansioso. Aquela tensão, menina do céu! Aí chegou o caminhão [da mudança] às 5 horas da manhã, e o Betinho falou: “Vê se o caminhão espera até uma e meia da tarde, para esperar a decisão do juiz” [...]. Aí não tinha só minha mudança, tinha outras várias mudanças de outros acampamentos que também tinham sido indicados. Um sol quente de novembro! A cabeça da gente fervia. Daí a pouco chega o juiz, a Polícia Federal e os padres, e cheio de polícia, promotor... O juiz entrou e rodou toda a fazenda ali, vendo onde

*iam ficar as pessoas, fora de área de risco.... E esse juiz que não saía lá de dentro. Todo mundo [aguardando] lá na porteira. Não ficou uma pessoa dentro dos barracos, e o medo dele falar não. Vai saber se o juiz vai dar posse ou vai falar para desocupar. Meu Deus do céu, e a tensão! Tem gente que chorava, chorando de alegria; aí, da aqui a pouco, esse juiz vem, aí o padre ainda foi falar, foi rezar, um pastor fez oração, e nunca que esse juiz falava, ora padre, ora pastor, outro fala, aí explica o significado da terra, tanta coisa falava. Pelo amor de Deus! Aí, quando ele falou que a fazenda era nossa, nossa! Aí, ninguém escutou mais nada do que ele falava. Aí, todo mundo gritando, tocando sanfona, tocando violão, gritando, chorando, outros se ajoelhando no chão; mas, olha, foi emocionante. Aí, quando foi de noite, o pessoal começou já a desmontar barracos [...]. Nós fomos o primeiro a entrar dentro da fazenda. Aí começou... Tinha uma mulher que passava e falava... Porque ninguém conhecia nós, só conhecia o pessoal que era daqui e o pessoal lá de Birigui. Aí, falava assim: “Tem gente que tá ali na bem boa, enquanto nós está carregando ainda madeira para fazer barraco, tem gente que está bem sossegada, que não sabe o que é sofrimento de acampamento. Não sofreu nada, já foi chegando e assentando”. Aí, a Luzia falou para ela: “Dona Cida, a senhora está falando uma coisa que a senhora não conhece a história, você está vendo essa família ali, eles já têm quatro anos de acampamento, enquanto a senhora morava lá na vila, eles já passaram, já dormiram debaixo de chuva, debaixo de sol, foram despejados com polícia. Eles entraram dentro da fazenda primeiro do que todos nós, que já tava aqui, porque eles mereceram entrar dentro da fazenda, não foi à toa” (Cleusa, assentamento Macali, julho de 2006).*

Como relatado no depoimento de Cleusa, eles não foram os únicos *indicados* que foram assentados. Na Fazenda Macali havia 40 lotes a mais do número de acampados, que estavam na beira da estrada. Segundo Cida, que fazia parte do grupo de acampados do Dom Hélder e que nos primeiros meses foi a coordenadora do assentamento, para completar as vagas no assentamento, foram chamadas famílias de outros acampamentos.

Esse foi o caso da família de Cido, um militante do MST, e de outras famílias que estavam acampando no Pontal; Cido me explicou: *no Pontal saiu uma área e aqui [outra] e foram escolhidas as famílias mais antigas do Pontal, para que, se quiserem, teria essa opção; aí, nos viemos com algumas famílias, olhamos a área, gostamos da região e viemos (assentamento Macali, dezembro de 2008).*

Alguns acampados e assentados se orgulham quando convidam para um acampamento uma família que, tempo depois, consegue ser assentada. Esse foi o caso, por exemplo, de Mário, um acampado convidado por Edesmaria na época em

que ela esteve com Cleusa e Alfredo na Cafeeira. Edes se orgulhava de ter conseguido *levar famílias para a terra*. Mário, um dos seus convidados, havia conseguido *boas relações com o presidente do Sintraf*, e, de fato, Edes me relatava que o próprio presidente havia ido pessoalmente ao acampamento, para convidar o Mário *para entrar em uma fazenda* que já havia sido desapropriada. Alguns meses depois ele foi assentado.<sup>171</sup>

Cida, a quem já fiz referência anteriormente, menciona que no assentamento há de *indicados a indicados*, já que *há um pessoal que não tinha tempo de barraco e está assentado*. Para ela há os *indicados* como seu Alfredo, que não estavam acampando na Macali, mas tinham *tempo de acampamento, eram uma boa família para ser assentada*. Nesse grupo também está o Mineirinho, que estava em outro acampamento e foi *indicado*, pois já tinha mais de *10 anos de barraco*. No entanto, segundo ela, há outro tipo de *indicados*: *alguns nem tinham tempo de estrada, e foram assentados* por terem conhecidos entre os militantes; e ainda há outros *indicados, os do apoio, que pagavam para manter barraco*. Segundo ela, muitos acampados da Macali não queriam que os *apoios* fossem assentados e queriam tirá-los da lista. No entanto Cida se posicionou a favor deles. Para essa assentada, os *apoios* colaboraram para amenizar o sofrimento dos outros, *eles pagaram para outros receberem e também doavam a cesta básica que lhes correspondia, para os moradores do acampamento*. Ela não achava justo esses *apoios* terem pagado durante tanto tempo para manter barraco no acampamento e não serem assentados.

A distinção que Cida fez das famílias assentadas no assentamento Macali e principalmente dos *indicados* é também feita por outros assentados, que, como ela, passaram anos morando debaixo da lona. Nesse sentido, essa distinção, para esses assentados, passa por uma “lógica do merecimento”, como apontado por Loera (2006), acionada, no entanto, para se colocarem no que eu chamaria uma hierarquia do merecimento. Para assentados como Cida, haveria famílias que mereceram mais do que outras ganhar um lote de terra. Nesse sentido, em primeiro lugar estariam

---

<sup>171</sup> Alguns dados recolhidos em campo mostraram que um dos critérios de indicação pode ser uma troca de favores entre aquele que indica e aquele que é indicado, em que uma série de compromissos e lealdades está em jogo. Precisaria de um investimento empírico e analítico maior, para problematizar essa questão; por esse motivo, nesta ocasião me limito somente a formular esse argumento à maneira de hipótese.

aqueles com *tempo de acampamento* e que acamparam nas terras da Macali, depois aqueles com *tempo de acampamento* e que pertenciam a outros acampamentos e acabaram sendo *indicados* para uma *vaga na Macali*, depois viriam os *apoios*, famílias que mantinham barraco, mas não moravam no acampamento e, finalmente, as famílias que não tinham *tempo de acampamento* e, por serem conhecidos ou parentes de famílias do assentamento ou de militantes do movimento, ganharam um lote.

Como vimos no primeiro capítulo, também os participantes da ocupação, principalmente os assentados, apelavam ao que eu chamei uma lógica do merecimento às avessas, associada ao sofrimento: quanto mais *tempo de reforma*, mereciam ficar menos tempo na ocupação e, portanto, sofrer menos. No entanto, nesse contexto a configuração da hierarquia do merecimento era outra: primeiramente os assentados ou *velhos de reforma*, depois os acampados de outros acampamentos que participavam da ocupação e finalmente os *novatos*.

Isso me leva a argumentar que a hierarquia do merecimento pode ter diversas combinações, pois funciona dependendo também da posição, da condição dos indivíduos que a ela apelam e da situação. Os indivíduos, dependendo da situação, sabem como funciona essa hierarquia e tentam-se adequar a ela.

Como mencionei anteriormente, a indicação da família Reis, assim como de outras famílias, para *uma vaga na Macali* não foi bem-vista por outros recém-assentados, principalmente por aquelas famílias que haviam acampado na beira da fazenda e que não os conheciam.

Alguns *indicados*, como no caso de Cleusa e Alfredo, nesse contexto de disputa entre os diferentes grupos de assentados: as famílias de antigos moradores do local, o grupo das famílias vindas do Dom Hélder e os *indicados* não perdiam oportunidade para fazer explícito seu *tempo de acampamento*, pois eram cientes de que nesse contexto esse era o mais importante critério de legitimidade. Numa das reuniões que presenciei no assentamento, em 2007, na casa dos coordenadores, onde se discutia o destino que teria o *dinheiro da cana*<sup>172</sup> e se seria dividido também

---

<sup>172</sup> Quando os novos assentados entraram nos seus lotes, a propriedade toda estava plantada com cana-de-açúcar. Os coordenadores do recém-formado assentamento começaram negociações com empresas privadas, prefeituras e o Incra, para que a cana fosse removida e vendida, e o dinheiro

com aqueles *indicados* recomendados, Alfredo faz questão de relatar a história da lista que havia circulado no acampamento Capim, onde ele se encontrava acampado no momento da sua indicação. Segundo ele, na lista foram anotadas as pessoas que tinham mais *tempo de acampamento*. E ele *era dos poucos que tinha mais de três anos de acampamento, o resto das famílias eram tudo apoio*.

Já Cleusa me relatava em 2007 que havia usado o livro *A espiral das ocupações de terra* (Loera, 2006), em que se relata uma parte do percurso dela e da vida da sua família no acampamento Terra Sem Males, para demonstrar seu *tempo de acampamento* para aquelas famílias que não acreditavam neles. Cleusa percorreria lotes de vários vizinhos mostrando o livro e inclusive emprestou para aqueles que pediram para ler; assim, como ela me disse na época, *eles vão saber a história direitinho*.

Para Alfredo e Cleusa, contar a história da lista dos *velhos de acampamento* da Capim ou mostrar o livro para os vizinhos do assentamento era uma forma de demonstrar seu *tempo de acampamento* e de mostrar que mereceram ganhar um lote de terra.

Brenneisen (2003) também identificou, no estado do Paraná, a existência de procedimentos de seleção e de escolha de famílias para participarem de determinadas ocupações e acampamentos que viriam a se transformar em assentamentos. Segundo a autora, “o sorteio das famílias, procedimento até então considerado mais justo, passou a ser desqualificado enquanto “democratismo” e concebido como inadequado à modalidade organizacional pretendida pela direção do movimento nos assentamentos rurais” (2003, p. 68).

Assim, em um dos casos por ela estudado nos anos 1990, o da Fazenda Verdum, as famílias selecionadas deviam concordar com a modalidade organizacional já previamente definida para aquele local. Como assinalado pela autora, na perspectiva dos militantes do MST, os anos de acampamento funcionariam como uma espécie de seleção natural, os anos de luta “tornar-se-iam imprescindíveis ao ajustamento

---

fosse dividido entre os assentados. A cana foi removida, mas, até janeiro de 2009, não haviam recebido dinheiro algum. Desde a época da reunião até hoje, faz-se referência a esse dinheiro e as disputas desse processo entre os assentados como *o dinheiro da cana* ou *o negócio da cana*. E àqueles assentados responsáveis pelas negociações ficaram conhecidos como *procuradores da cana*.

das famílias a uma organização aos moldes idealizados pela direção do MST” (Brenneisen, 2003, p. 67).

Reproduzo aqui um depoimento, colhido pela autora, de um militante do MST, em que se faz menção precisamente ao tempo, como um critério de seleção:

O processo de assentamento seleciona as pessoas. O oportunista não resiste a tanto tempo de sofrimento. Só resiste aquele que tem realmente necessidade e aquele que ideologicamente entende que o futuro é esse. O tempo vai selecionando. Os que não aceitam a organização vão abandonando. Além disso, o processo de acampamento serve também de evolução da consciência das pessoas (trecho de entrevista realizada por Brenneisen em setembro de 1992, apud Brenneisen, 2003, p. 67).

Em outros casos apresentados pela autora, os militantes atribuem o fracasso de formas de organização coletiva nos assentamentos ao breve período de tempo que as famílias permaneceram acampadas, “associando, assim, tempo de acampamento, portanto, de sofrimento, a uma maior politização” ( Brenneisen, 2003, p. 67).<sup>173</sup>

A indicação de pessoas para irem a determinados assentamentos e inclusive a determinados acampamentos não é uma prática nova no mundo das ocupações de terra, pelo contrário parece ser praxe.

No final de 2008 um grupo de *acampados* e *apoios* do acampamento Famílias Unidas, revoltados com a indicação de algumas pessoas, dentre eles Biro, o coordenador do MST do acampamento, para uma *vaga* em uma fazenda, isto é, para serem assentados em uma fazenda próxima, decidiu mudar de bandeira e passou a acampar sob a bandeira do MTR ou do Sintraf dentro do próprio acampamento.

Esses Acampados não concordavam principalmente com duas situações: que famílias com mais *tempo de acampamento* não tivessem sido escolhidas e que Biro, o próprio coordenador do acampamento e militante do MST, assim como outras famílias de militantes tivessem sido os primeiros a conseguirem terra antes de todo mundo no acampamento.

---

<sup>173</sup> Caume (2002) também identificou, através de relatos de assentados, a referência a disputas e desacordos entre diferentes grupos num dos assentamentos por ele estudado, no Rio Grande do Sul, por causa do procedimento de seleção adotado pelo Incra em concordância com a proposta do MST de selecionar famílias que tivessem disposição em desenvolver a produção futura do assentamento sob moldes coletivistas.

Neusinha, *apoio* do acampamento Famílias Unidas, a quem já fizemos referência em capítulos anteriores, era uma das que mais participava das *mobilizações* organizadas pelo MST. Com a indicação de Biro e de outros militantes para serem assentados, Neusinha mencionava ter perdido *a fé no movimento* e decidiu apoiar a formação de outro grupo no acampamento, o grupo do Neguinho (Sintraf). Para ela, *tanta luta* não tinha servido de nada, pois não foram escolhidos os que cumpriram com as *jornadas*.

Já, Teresa decidiu mudar para *o grupo do Nino* (MTR). Ela, além de não gostar de ter a obrigação de participar das *jornadas*, argumentava que não achava justo que *eles [militantes e coordenador] que já são assentados continuem no comando do acampamento*.

Neusinha, Teresa e outros Acampados sob a bandeira do MST tiveram conhecimento de que havia quatro *vagas para uma fazenda*. Segundo eles, duas *vagas* foram sorteadas entre aquelas famílias com mais *tempo de acampamento* e as outras duas foram para Biro e para Rafael, cunhado de Biro, que mantém uma barraca montada no acampamento.

Segundo Nino, coordenador do MTR, *o pessoal do Biro [do acampamento] se revoltou por causa das vagas*. Segundo esse coordenador,

*Caiu quatro vagas dentro do MST. O acampamento era do MST e as vaga tinham que ser distribuídas pelo MST, só que aí o que que o Biro fez, ele catou uma para ele, ele deu uma pro coordenador da Ipê, deu uma pro coordenador do MST, que nem acampado não era, e deu outra vaga para um que tinha barraco aqui, então foi por isso que o povo se revoltou [...]. Essas vagas não era para ser pro Biro, era para ser pro acampamento (Nino, acampamento Famílias Unidas, janeiro de 2009).*

Segundo Biro, *o movimento [o MST] deu cinco vagas para a militância*. Ele respeitou *uma ordem de cima, para começar a atuar no Frente de Assentamentos*.

O Frente de Assentamentos faz parte da nova estrutura do MST.

Segundo Biro, *o objetivo é recuperar a participação dos assentados na luta, isso só vai ser possível se a militância assentada faz um trabalho de base dentro dos assentamentos. O convite [para ser assentado] não é para ganhar terra, mas para cumprir com a obrigação de ajudar outros a ganhar terra, cobrando mais participação*

*em jornadas e no trabalho de base que estaria ligado com a atuação do Frente de Massificação (Biro, Castilho, janeiro de 2009).<sup>174</sup>*

Um militante da Secretaria Estadual do MST–SP me explicava que, na reestruturação organizativa do movimento, proposta no último Encontro Estadual realizado em 2008, foram abolidos os *setores*, para investir no que ele chamou de *duas frentes: o de massificação e de assentamentos*. Segundo ele, *todos os militantes devem dar atenção a essas frentes, um sem o outro não anda. No movimento, ele completou, vimos que estava se perdendo a participação dos assentados. Agora vai ter militantes atuando diretamente dos assentamentos*. Afinal, como ele me disse, *o assentamento não é uma ilha*.

Militantes, dirigentes dos *movimentos*, coordenadores dos acampamentos e, inclusive, como vimos, os próprios assentados potenciais têm uma participação decisiva na indicação de pessoas para uma *vaga* ou um lote em um assentamento.<sup>175</sup> Quando sabem de alguma terra que vai ser liberada, podem indicar pessoas que não necessariamente estavam acampadas na terra liberada para assentamento ou inclusive indicam pessoas que não estavam acampadas antes. Esse foi o caso, por exemplo, de algumas famílias do assentamento Macali, que foram convidadas por militantes do MST em trabalho de base, realizado em cidades próximas, para que se instalassem no acampamento na beira da fazenda pouco antes da terra ser liberada para assentamento. Essas são as famílias conhecidas entre os assentados da Macali como *famílias da cidade*; e há outras famílias que foram convidadas por parentes já assentados. Esse foi o caso de Tiago e Tina, filho e nora de Cleusa e Alfredo, que haviam passado anos junto com os pais, peregrinando por acampamentos, mas, quando o casal entrou nas terras da Macali, o casal de jovens decidiu morar numa cidade vizinha ao assentamento. Meses depois, sem perspectivas de emprego na cidade, eles foram morar com os pais,

---

<sup>174</sup> O *Frente de Massificação* substitui o *Setor de Frente de Massa*, para o qual como já foi mencionado no primeiro capítulo trabalham militantes encarregados de organizar as mobilizações, principalmente ocupações, e massificar os acampamentos principalmente através do trabalho de base. Esses militantes realizam também um trabalho de reconhecimento das áreas improdutivas e decidem que áreas serão ocupadas e como as famílias serão mobilizadas.

<sup>175</sup> Na teoria, os nomes das famílias escolhidas são colocados numa lista que depois é enviada para o Incra e são os representantes dessa instituição que elaboram uma lista definitiva, ou seja, a indicação funcionaria como uma espécie de pré-seleção. No entanto, na prática, a lista encaminhada pelo movimento geralmente é a lista definitiva.

quando souberam que poderiam conseguir um lote de terra para eles no assentamento.

Ambos os grupos de famílias: os da cidade e os parentes foram chamados para completarem as vagas remanescentes no assentamento.

Desse modo, alguns dos critérios para indicar alguém para *uma vaga em um assentamento* podem ser: o tempo que essas pessoas têm de acampamento, o fato de considerar uma família como *boa*, ou seja, que tenham cumprido com suas obrigações de acampado e que não sejam famílias problemáticas, e os vínculos de parentesco, amizade ou a proximidade que aquele que indica tem com os *indicados*.

A novidade da prática da indicação não está necessariamente na indicação em si ou na indicação específica de *bons acampados* ou de *boas famílias* ou de pessoas com um vínculo orgânico com os movimentos, como no caso dos militantes, conforme já vimos anteriormente, esse tipo de procedimento é comum no mundo das ocupações de terra, a novidade parece estar na institucionalização dessa prática através da criação do *Frente de Assentamentos*.

## 4.2 Os compromissos

Quando uma pessoa ou uma família é assentada, muitas vezes se inicia uma cadeia de compromissos e lealdades para com o movimento que possibilitou a obtenção de um lote de terra.

Feix (2001) encontra que a gratidão é uma das principais razões pelas quais assentados da região de Rondonópolis (MT) continuam vinculados com o MST. Segundo o autor, os assentados se sentem agradecidos com o movimento que os ajudou a conseguirem um lote de terra. Por outro lado, esses assentados pretendem continuar recebendo benefícios ao continuarem participando do que o autor chama a “luta organizada no MST” (2001: 192).

Assentados, como mostra Loera (2006), sentindo-se comprometidos com o movimento, retribuem participando dos novos acampamentos. A autora mostra como assentados do assentamento Sumaré II em São Paulo, cumprindo o que eles

chamavam de “compromissos”, não só participaram do trabalho de base em cidades vizinhas ao assentamento convidando pessoas para que participassem da ocupação de terra que daria origem ao acampamento Terra Sem Males, mas os próprios assentados participaram da ocupação. No primeiro capítulo da tese, vimos também como na ocupação realizada no extremo sul da Bahia os participantes eram, por um lado, acampados de outros acampamentos da região, que, cumprindo com suas *obrigações de acampado*, estavam participando da mobilização e por outro lado havia assentados que, cumprindo com seus *compromissos*, também foram participantes ativos na ocupação.

As próprias lideranças do MST reconhecem que a força desse movimento está nos assentamentos (Stédile e Fernandes, 1999).

Segundo Loera,

As obrigações parecem ter um significado mais concreto, elas se traduzem através da prática e das atividades do dia-a-dia no acampamento e no assentamento: arrecadar alimentos, participar das atividades, reuniões, trabalho de base, fazer ocupação, participar de passeatas ou marchas. Por outro lado, os compromissos parecem adquirir um sentido mais geral e abstrato; eles também se inserem numa dinâmica da obrigatoriedade e traduzem-se pelo cumprimento do conjunto dessas obrigações que se manifesta como uma espécie de troca com o MST (2006, p. 57)

Os dados recolhidos em campo, no entanto, mostram que os compromissos, no sentido mais abstrato, adquirem esse significado e são enunciados dessa maneira principalmente pelos militantes ou por aqueles que realizam *trabalho* para o movimento,<sup>176</sup> nesse caso o MST, mas também pelos *velhos de reforma*, ou seja, por indivíduos que já cumpriram com seus anos de acampamento e faz vários anos que estão assentados. E o que militantes, apoios da militância e *velhos assentados* chamam de *compromisso*, para a maioria dos Acampados são *obrigações de acampado*.

Por outro lado, os *compromissos* são de mão dupla, pois representantes dos *movimentos*, como já foi mencionado no primeiro capítulo, também se sentem

---

<sup>176</sup> Como mencionado no capítulo anterior, há acampados que realizam tarefas para o movimento ou o que eles chamam *trabalho nos acampamentos*, como no caso de Edesmaria e Zé Antônio, e são percebidos por alguns militantes vinculados às (secretarias) Regionais ou Estaduais do MST como apoios do acampamento.

comprometidos e responsáveis pelas famílias acampadas e também por famílias que já foram assentadas, nesse caso, famílias que acompanharam durante meses ou anos, ao realizarem seu *trabalho* nos acampamentos. Afinal, a trama de relações entre dirigentes dos movimentos e Acampados traspassa as “fronteiras” dos acampamentos e não termina com a conquista do lote de terra.

Um militante do MST que acompanhou de perto o grupo de famílias do acampamento Dom Hélder e o processo de assentamento na fazenda Macali manifestava sentir o *compromisso de ajudar* essas famílias. Lamentava que a questão do *dinheiro da cana* não tivesse sido resolvida, pois sabia que algumas famílias de assentados passariam dificuldade mesmo recebendo os fomentos do governo. Ele criticava a atuação da militância do MST do assentamento nessas negociações e mencionara que as famílias do Dom Hélder (que ele conhecia), agora assentadas, *não tiveram muita sorte, pois pegaram a pior militância da região*.<sup>177</sup>

Por outro lado, o compromisso não opera de maneira automática: se assentou, retribuiu. É bem sabido que no mundo social há uma infinidade de mediações, dentre elas, o tempo, podendo acontecer na própria dinâmica da retribuição uma infinidade de outras trocas ou inclusive a incerteza da troca. O *compromisso*, no caso dos assentados, vai sendo forjado precisamente com os anos de assentamento, e nesse processo o trabalho da militância do MST nos assentamentos é fundamental.

Dona Cida, por exemplo, do assentamento Sumaré II, se considerava militante do MST e era bastante ativa nas atividades organizadas por esse movimento na região de Campinas. Era coordenadora do assentamento e era a que realizava uma espécie de trabalho de base dentro do próprio assentamento, o que ela chamava de *um trabalho de convencimento*, isto é, convidava os assentados para que participassem das mobilizações e de outras atividades do *movimento*, lembrando-os da existência do vínculo com os sem-terra, ou o que ela chamava de *compromissos*. No entanto, a participação dos assentados não se daria, se eles não se dispusessem a fazê-lo, a cumprir com seus *compromissos*. Dona Cida organizava periodicamente

---

<sup>177</sup> Como vimos nos capítulos anteriores, há uma heterogeneidade entre os militantes do MST e existem também relações de concorrência dentro do *movimento*.

reuniões e assembleias no assentamento onde se discutiam diversos temas relacionados à luta pela terra, organizava os festejos das datas comemorativas do MST e do assentamento e informava e organizava os assentados sobre as mobilizações. Com a morte da dona Cida, em julho de 2003 o assentamento, na percepção de alguns assentados, *ficou parado*. Em visitas realizadas meses após a morte da dona Cida, ouvi de vários assentados o mesmo comentário: que até não surgir outra dona Cida no assentamento, estariam parados, isto é, não haveria nem reuniões nem festas e ninguém para lembrar às pessoas sobre os *compromissos* com o *movimento*.

No processo de mobilização prévio à ocupação no extremo sul da Bahia, vimos que, em um assentamento da região, a organização dos assentados que iriam participar da ocupação estava sendo levada a cabo por Lucas e por Vani, um casal de assentados que também faziam parte dos quadros da militância do MST da região e que, além de terem dedicado tempo e dinheiro à mobilização, conseguiram mobilizar outros *recursos*, dentre eles os próprios assentados do seu assentamento. Já na própria ocupação vimos que, uma das primeiras a deixar o acampamento foi a mãe de Lucas, assentada também na região sul, que, mesmo sem concordar completamente e argumentando que já era velha para participar, mencionava estar cumprindo seu *compromisso*. Com certeza, o vínculo que seu filho e sua nora têm com o *movimento* é um incentivo para sua participação. Ela mencionava ter *oito anos de reforma*, fazia cinco anos que era assentada e havia passado três anos acampada antes de conquistar um lote de terra. Assim, ela fazia referência a seus “anos de reforma” não só lembrando sua condição de assentada, mas também seus anos de acampamento e o cumprimento do seu *compromisso* com o *movimento*, participando das atividades e mobilizações.

Quando participantes dessa mesma ocupação comparavam seu *tempo de reforma* e ainda completavam dizendo “fulano se acampou antes que eu, ele tem mais tempo de reforma”, não contabilizavam seu *tempo de reforma* a partir do momento em que foram assentados, mas no momento em que participaram da sua primeira ocupação de terra. Loera (2006), ao analisar trajetórias de assentados do Sumaré II em São Paulo, constatou que, quando os trabalhadores faziam referência

à história do assentamento, contavam desde o momento em que o Sumaré começou a existir enquanto grupo, com a primeira ocupação nessas terras e não no momento em que conquistaram um lote de terra.

Devo mencionar que, tanto para assentados como para acampados, a primeira ocupação é o marco temporal de entrada no mundo das ocupações de terra. Alfredo, por exemplo, com pouco mais de um ano já como assentado, num contexto de disputa dentro do assentamento e num esforço por legitimar o merecimento do lote de terra, mencionava que havia sido indicado para ser assentado, porque na época tinha *mais de três anos de acampamento*. Lembremos também o depoimento de Cleusa, quando menciona que Luzia, outra acampada, no momento de entrada nas terras comentou para a uma vizinha incrédula: *dona Cida, a senhora está falando uma coisa que a senhora não conhece a história, você está vendo essa família ali, eles já tem quatro anos de acampamento, enquanto a senhora morava lá na vila, eles já passaram, já dormiram debaixo de chuva, debaixo de sol, foram despejados com polícia*.

Alfredo e Cleusa contam seu *tempo de acampamento* a partir da primeira ocupação em que participaram em 2002, incluindo o tempo que haviam passado fora dos acampamentos. Para esse casal, o tempo da espera e o tempo que passaram na cidade também contam no seu *tempo de acampamento*. A saída de um acampamento não significa “que tenha perdido a crença [na lona preta]” (Sigaud, 2004, p. 18).

Aqui me permito abrir um parêntese, para mencionar que o caso da família Reis não é excepcional, é bastante comum que a saída de acampados seja temporária, mesmo se no momento da saída a decisão de sair se pense como definitiva. Sigaud (2004) também identificou em Pernambuco trabalhadores que decidiam sair dos acampamentos e que tempo depois regressaram ao mesmo acampamento ou se instalavam em outro. Lembremos também o caso da própria Edesmaria, que saiu do acampamento com a ideia de não voltar mais e voltou para Bahia, pensando em reiniciar sua vida com sua família em Bom Jesus, no entanto, meses depois estava de volta no acampamento. Ainda há o caso das saídas negociadas, como no caso relatado no segundo capítulo, de famílias do

acampamento Famílias Unidas que decidiram sair do acampamento durante alguns meses, mas, para não perderem sua *vaga* no acampamento e poderem voltar, aceitaram pagar uma taxa por todas as famílias acampadas do MTR. mantendo assim o vínculo no acampamento.

Também entre militantes do MST, a referência à primeira ocupação de terras na qual participaram ou o primeiro acampamento onde estiveram é o marco zero da sua entrada no mundo das ocupações de terra, e é o ponto de partida do seu *tempo de reforma*.

Cido e sua família, assim como Cleusa e Alfredo, foram assentados na Macali. No entanto participaram pela primeira vez de uma ocupação de terras em 1999. Cido é um jovem de 22 anos envolvido na militância estadual e nacional do MST. Quando lhe perguntei em 2008 quanto tempo fazia que ele estava no movimento, ele me respondeu que já era *velho de reforma*, pois no ano seguinte completaria *dez anos de movimento*. Cido tinha 13 anos, quando participou em 1999, com seus pais, de uma ocupação no Paraná, na região de Londrina. Segundo Cido, ele já tinha um tio assentado, e ele e sua família *se espelharam nessa possibilidade*. Segundo ele, dessa primeira ocupação partiram para outras, mas sempre sob a bandeira vermelha do MST: *foi a primeira que nós chegamos e ficamos por aqui*. No entanto, o envolvimento de Cido na militância do MST não começou com aquela primeira ocupação. Como relatado por ele, foi convidado várias vezes, quando estava acampando, para participar da militância: *da primeira e da segunda vez eu não quis, não é assim que aceita, não é tão fácil assim, porque, sabe, tem condições subjetivas também. Por que que você é um militante do MST? Para que ser militante do MST?*

Teve um intervalo de tempo entre os sucessivos convites e o aceite, para começar a participar. Hoje em dia, com seus 22 anos, ele já fez vários cursos de formação no movimento, é membro da Coordenação Nacional do MST e, inclusive pelo seu bom desempenho no movimento, foi escolhido para passar alguns meses de intercâmbio fora do país. No entanto, como em qualquer mundo social, no mundo dos movimentos, o reconhecimento tem também suas contrapartidas. Cido me explicava: *aquele militante que saiu fora tem a obrigação de ficar no país e se*

*dedicar por completo ao movimento durante dois anos.* Para Sigaud, nas trocas não são apenas objetos tangíveis que circulam sob a forma de dons, mas há também atenções, cuidados, respeito e reconhecimento. E ainda, para essa autora, os dons constituem obrigações e “são elas que vinculam os indivíduos no mundo social” (2007, p. 149).

Cido se considera *velho de reforma* e conta seus *dez anos de movimento* a partir da sua primeira ocupação de terra. Aquela primeira ocupação representa, para ele, um marco temporal, o momento a partir do qual começa a contar seu *tempo de reforma*; no entanto, esse tempo também faz referência à experiência adquirida e a seu *know-how* do movimento e do mundo das ocupações de terra.

Para outros militantes do MST, como Biro, assentado no município de Castilho e coordenador do MST do acampamento Famílias Unidas, ou Lucas, assentado no sul da Bahia e um dos organizadores da ocupação na Bahia também, a primeira ocupação e seu primeiro acampamento representa um marco temporal de entrada no mundo das ocupações de terra e no movimento, e, tal como para alguns assentados, a primeira ocupação é o que marca o começo do seu *tempo de reforma*.

O comentário do próprio Biro, a respeito de Nino, coordenador do grupo do MTR do acampamento Famílias Unidas, é significativo a respeito da importância que ele atribui ao *tempo de reforma* e à maneira como é contabilizado: *Nino teria tudo para ser militante do MST, ele é mais velho de reforma do que eu.*

Nino, no começo dos anos 1990, participou pela primeira vez de uma ocupação, naquela época também participou ativamente com a militância do MST. Foi assentado na Fazenda Timboré, em 1992, na região de Andradina. Tempo depois ele vendeu seu lote e anos depois acampou novamente. Recentemente, como já foi mencionado, formou seu próprio *movimento*. Já Biro participou pela primeira vez de uma ocupação em 2003, na própria Fazenda onde foi montado o acampamento Famílias Unidas. Para ele, foi nessa ocupação que ele *despontou* e marcou sua participação na militância do MST.

Assim parece que se faz referência a um *tempo de reforma* ou ao *tempo de reforma* de alguém, uma vez que se é assentado e/ou apoio do MST ou militante do MST como uma maneira de lembrar seu tempo de acampamento (tempo de

barraco e tempo de luta). Seu significado, portanto, pode variar, dependendo da condição e da posição dos indivíduos no mundo das ocupações de terra.<sup>178</sup>

Por outro lado, os *compromissos* aos quais fiz referência como uma espécie de troca com o MST ou retribuição ao *movimento* são vistos por militantes do MST e por assentados, ou inclusive uma combinação de ambos, militantes e assentados, como um componente inalienável do seu *tempo de reforma*; no entanto, esse *compromisso* vai sendo forjado precisamente com o *tempo de acampamento* e com os anos de assentamento e/ou com os anos de militância.

E finalmente, se esses *compromissos*, como acreditamos, fazem parte de um sistema de prestações, como assinalado por Mauss (2003), de dar, receber e retribuir, nesses ciclos de reciprocidade, como colocados por Bourdieu (2002), existiria também a incerteza da retribuição e a ação do tempo entre o dar, o receber e a retribuição.

### 4.3 As dívidas

A instalação de famílias numa propriedade como consequência de uma política de reforma agrária por parte do Estado é considerada como um “projeto de assentamento”. Esse projeto, como demonstrado por Caume (2002), só depois de ter passado por uma série de etapas que compreendem ações estatais específicas, etapas que podem ser completadas em até cinco anos, é que aquele espaço pode ser considerado um assentamento.<sup>179</sup>

---

<sup>178</sup> Como mencionei na Introdução da tese, foi seguindo o percurso da família Reis–Cerqueira que tive acesso aos lugares e às pessoas aos quais faço referência no texto. A maioria dos acampamentos pelos quais eles passaram e nos quais, através deles, fiz trabalho de campo, com exceção do acampamento Famílias Unidas, estavam sob a bandeira vermelha do MST. Ainda deve ser feita uma análise entre dirigentes de sindicatos, por exemplo, ou de assentamentos mediados por outros movimentos, para ver se existe a referência a um tempo de reforma, e como e em que circunstâncias é enunciado.

<sup>179</sup> Como colocado por Caume (2002), dentre as atividades a serem realizados com a intervenção do estado durante esse período, estão: obtenção de recursos, realização de obras de uso comum no assentamento, levantamento de cercas, abertura de caminhos, água e saneamento e outras obras de infraestrutura no assentamento, assim como tornar a terra apta para o cultivo.

Como assinalado pelo autor antes citado, nesse período de tempo o Estado pretende “possibilitar a estruturação social, política e econômica do assentamento e, finalmente, sua gestão pelos próprios agricultores” (Caume, 2002, p. 56).

Nesse sentido, as famílias da Macali encontram-se ainda em processo de assentamento. Para as famílias que vivenciam esse processo, o Estado, através do Incra, de alguma maneira, aos poucos, vai tomando o lugar que o *movimento* tinha para eles no acampamento, embora também não haja uma ruptura nas relações com o *movimento* nem uma passagem abrupta da condição de acampado para assentado. No caso do assentamento Macali, os coordenadores do assentamento, durante os primeiros dois anos, foram os mesmos que coordenavam o acampamento Dom Hélder Câmara e que mais tarde, ao se juntarem ao acampamento da Fazenda Macali, continuaram no comando.

A continuidade das relações e a inexistência de uma ruptura entre a condição de acampado e assentado também se faz evidente visualmente.

Em julho de 2006, seis meses depois de terem *entrado nas terras*, as famílias da fazenda Macali já estavam nos seus lotes, mas a maioria delas ainda se encontrava morando em barracos de lona e somente os próprios assentados e o Incra podiam reconhecer o limite dos lotes de cada uma das famílias, pois ainda não existia cerca nenhuma que marcasse qualquer divisão. Outros autores (Norder, 2003 e Antuniassi, 2003) também identificaram nos assentamentos por eles estudados uma continuidade da forma de vida dos acampamentos, principalmente a prevalência das barracas de lona e a inexistência de uma divisão dos lotes.

Somente algumas famílias, principalmente aquelas que haviam chegado das cidades próximas e contavam com alguns recursos, haviam conseguido construir barracos de madeira. A fazenda toda, salvo nos lugares onde existe reserva de mata, estava plantada com cana, e em alguns lotes a cana estava tão alta que mal se conseguia enxergar os barracos. Naquela época era comum ouvir relatos dos assentados sobre cobras e outros bichos “do mato” que tinham sido encontrados nos lotes, ou nos barracos. Inclusive, na minha primeira visita ao assentamento, em julho de 2006, um dos assentados, brincando, mencionava que o fato de estar ainda

morando entre mato e nos barracos havia sido planejado pelo movimento para não sentir *saudades das ocupações e do acampamento*.

Essa situação começou a mudar somente em meados de 2007, mais de um ano e meio após a entrada nas terras e depois de receberem material para cercar o lote e para começar a construção das casas.

Foi nesse contexto que pude perceber que certos *compromissos*, inseridos numa dinâmica de obrigações e como parte de um ciclo de reciprocidade para os recém-assentados ou, para utilizar termos mais adequados, para os que estão em processo de assentamento, são percebidos como dívidas. Como destacado por Sigaud: “As obrigações são o que o observador percebe. Para os envolvidos nas transações, o que existe são as dívidas” (2007, p. 149).

No entanto, para as famílias recentemente instaladas nos seus lotes, não são eles os que estariam em dívida com o *movimento*, mas o *movimento* que mediou a obtenção de um lote de terra e o Incra como a entidade institucional que finalmente disponibilizou o lote são os que estariam em dívida com eles, ou, como alguns assentados costumam dizer, os que têm um *compromisso* com eles.

Tentarei desenvolver melhor esse argumento retomando alguns exemplos etnográficos, não sem antes mencionar que é comum que os que estão em processo de assentamento façam referência ao Incra como *os mesmos do MST*, ou como *tudo a mesma coisa*. Não me parece que isso se deva a uma confusão dos assentados, mas à percepção das relações de cooperação existentes entre os *movimentos* e o Estado. Por outro lado, essas expressões são significativas no sentido em que revelam, como anteriormente mencionado, o lugar que os *movimentos* e o Estado vão deixando de ter ou vão tomando na vida das pessoas.

O Mineirinho, como o resto dos assentados, recebeu vários metros de arame para cercar seu lote, assim como outros materiais. Mas também, tal como outros assentados, ele não usou o material no seu lote, mas o vendeu. O Mineirinho foi questionado por outros vizinhos e por um dos coordenadores do assentamento por ter vendido o material. Foi nessa conjuntura, na ocasião de uma visita ao coordenador na qual acompanhei seu Alfredo, que encontramos o Mineirinho em frente do lote do coordenador.

Reproduzo aqui a conversa que o coordenador teve com esse assentado na ocasião:

Coordenador: Fiquei sabendo que o senhor andou vendendo material, não pode viu. É material para o senhor usar no lote. O Incra deu esse material para a gente usar no lote.

Mineirinho: E tudo que tiraram de mim então, tanto tempo, o sofrimento que passei não vale o arame?

Coordenador: Tem monte de gente aqui [no assentamento] que passou pelo mesmo que o senhor, que ficou anos debaixo da lona, igual ao senhor, e nem por isso andam vendendo tudo [o que o Incra deu]. Estão de olho [o Incra], o senhor acha que não? O senhor vai ter que repor [o arame].

Mineirinho: Nada, eles são os que me devem. Agora estou na minha terra e faço o que eu quero.

O Mineirinho montou novamente em sua bicicleta e foi embora. Não fiquei sabendo o que aconteceu depois e qual foi o fim da história da venda do arame, mas recentemente tive informações de que alguns assentados, dentre eles o Mineirinho, estariam pensando em deixar o lote, pois, para algumas famílias, estava sendo difícil cumprir com as condições estabelecidas pelo Incra, dentre elas plantar um determinado tipo de cultivo, não deixar a terra sem trabalhar mais de três meses e usar os fomentos recebidos conforme estabelecido por esse órgão federal.<sup>180</sup>

Assim parece que o Mineirinho, contrariamente a como ele havia enunciado, realmente não podia fazer o que queria com “sua” terra. O lote, como um dom disponibilizado pelo Estado, implicava algumas obrigações e, afinal, o assentado devia dar sua contraparte.

---

<sup>180</sup> Os assentados me explicavam que a cada fomento que eles recebem vem também uma lista das coisas que devem e podem comprar com esse dinheiro. Em maio de 2006, por exemplo, os assentados receberam 2.400 reais do primeiro fomento. Esse dinheiro deveria ser usado para cobrir despesas em alimentos da família, principalmente alimentos não perecíveis. Em agosto de 2007, receberam um segundo fomento do mesmo valor do anterior, que chegou com uma lista de ferramentas e de material, para começar a construção da casa.

Quirós (2006) menciona que, para o caso dos participantes das organizações de piqueteros em Buenos Aires, a relação com o Estado se funda numa linguagem do dar e do receber. A participação das pessoas nas marchas, os piquetes, os protestos, tornam-se *performances* coletivas, que indicariam ao Estado quais benefícios se quer conseguir.

Na percepção do Mineirinho, seus anos de acampamento [seu tempo e o sofrimento] lhe haviam permitido acumular uma espécie de *superavit*, que, por sua vez, lhe dava o direito de usar os dons recebidos como bem achasse. Por outro lado, ele não sentia que estava em dívida com ninguém, pelo contrário, na percepção dele era o Incra que estava em dívida com ele. Para ele, o valor do arame era pouco comparado com o valor do seu tempo e do sofrimento passado durante anos debaixo da lona. Para esse assentado, o tempo e o sofrimento se tornam bens que, mesmo sem serem equivalentes, podiam ter como contradons, bens materiais.

Sigaud (2007) em artigo recente focaliza um momento de interrupção das trocas nas grandes plantações da mata pernambucana e, através do relato de um trabalhador, mostra como os dons se tornaram objetos de cálculos monetários em um contexto de mudança, nos códigos de conduta da região e das formas de relacionamento entre trabalhadores e patrões. Para a autora, “não faz sentido opor o mundo dos dons ao mundo das mercadorias, pois no concreto da vida social, tudo está misturado” (2007, p. 149).

João e Roberta são um casal de assentados. Eles se conheceram seis anos atrás nas andanças pelo mundo das ocupações de terra em um acampamento montado no município de Jacareí (SP). Ambos já haviam passado por outros acampamentos de sindicatos e do MST. Em Jacareí ficaram acampados durante dois anos em um acampamento da CUT, mas decidiram mudar para outro acampamento mais organizado, onde tivesse a bandeira do MST, já que, segundo eles, *o MST sabe lidar melhor com os problemas dentro do acampamento, é mais organizado*.

Naquela época João começou a trabalhar em São Paulo fazendo *bicos*. Ele costumava passar 15 dias em São Paulo e depois voltava para o acampamento,

onde Roberta ficava. Esse casal, tal como outros recém-assentados, depois de ter peregrinado por vários acampamentos, entrou na Macali, no final de 2005.

Eles, como o resto dos assentados, receberam os fomentos do governo para alimentação e para construção da casa. João, tal como Alfredo, decidiu construir sua casa ele mesmo, para não ter que pagar outra pessoa. E também, como muitos outros assentados fizeram, quando os materiais para construir a casa chegaram, ele ficou com o mínimo de material necessário e vendeu outra parte.<sup>181</sup> Inclusive, por ter vendido parte do material, ele não conseguiu construir a cozinha da sua casa, pois no fundo do seu quintal ainda prevalece um pequeno barraco, onde tem o fogão a lenha. O lote do casal é um dos poucos no assentamento que praticamente não tem nada plantado; no entanto, sempre tem vacas pastando no terreno. Seis das 20 vacas, João comprou com o dinheiro do fomento, o resto são de dois vizinhos, para quem ele aluga o terreno para pastagem, ganhando também um dinheiro por cuidar dos animais. Assim, o casal sobrevive não só do aluguel do terreno, mas também de pequenos serviços e trocas com os vizinhos e dos 60 reais por mês do bolsa-família que Roberta recebe.

João é criticado pelos vizinhos no assentamento e principalmente por alguns assentados que mantêm um vínculo mais estreito com lideranças do MST por não se dedicar a seu lote e não ter nada plantado, mas principalmente por ter gastado mal o dinheiro dos fomentos. Gastar o dinheiro do governo em itens não contemplados na lista do Incra é bastante comum entre os assentados, o problema, para os vizinhos, é que ele *torrou todinho em cachaça*.

João, ciente das críticas e quando interrogado por mim sobre o assunto, justificou o uso que ele fez dos recursos recebidos recorrendo ao mesmo argumento do Mineirinho. Para João, ele passou *dez anos de luta*, dedicando tempo e esforço ao *movimento*. Agora, estando assentado, o que ele faz com seu lote, com seu dinheiro e com seu tempo é assunto dele e, mais, como ele me disse, *ainda assim são eles [o movimento] os que ficam me devendo*.

---

<sup>181</sup> Na última visita ao campo, em dezembro de 2008, ainda nos lotes do assentamento podiam-se ver pilhas de tijolos e materiais de construção empilhados ao lado das casas. Materiais que alguns desses assentados vão vendendo de maneira avulsa.

Para João, pelo tempo que passou em acampamentos de sem-terra, ele pode, agora assentado, fazer uso do seu tempo e dos recursos recebidos como ele quiser. O tempo em acampamentos e sua dedicação, em suma, seus anos de luta se tornam bens de alto valor, quando comparados com o dinheiro ou material recebido como assentado.

Assim, o tempo, a dedicação, o sofrimento que no tempo do acampamento são percebidos como aquilo pelo qual tem que se passar, como condição *sine qua non* para poder ser candidato à reforma agrária, estando no processo de assentamento, são percebidos pelos assentados como bens negociáveis, que criam uma obrigação à inversa: faz-se um pagamento que depois dará rendimentos.<sup>182</sup>

Para os recém-assentados, o momento atual é o momento do acerto de contas com o *movimento*, de serem donos do seu próprio tempo, de se dedicarem a seu lote e de usarem como melhor acharem os dons recebidos. Para Cleusa, seu lote representa segurança, estabilidade e uma oportunidade de reconstruir sua vida. Ela resumia o anterior numa frase: *macaco velho tem medo de sair do galho*. Para Cleusa, eles, como assentados, não têm por que cumprir com *obrigações de acampado*, na interpretação dela, o *compromisso*, como ela me disse, é do *movimento*. Vale lembrar novamente a lógica do merecimento às avessas identificada no primeiro capítulo: quanto mais tempo de reforma, menos sofrimento.

Diferentemente dos assentados anteriormente mencionados, há outras famílias em processo de assentamento que cumprem seus *compromissos* com o *movimento*.

Em novembro de 2006, foi organizada uma série de mobilizações na região em parceria MST–sindicatos, o objetivo era fazer pressão para a liberação de várias fazendas improdutivas e para a liberação de créditos para os assentados da região. Uma das atividades na qual foi pedida a participação dos assentados foi na

---

<sup>182</sup> Cheguei a essa conclusão inspirada na análise de Bohannon (1973) sobre a sociedade tiv. Para ele, a dívida (*injô*) é uma obrigação que se estabelece numa rede complexa de relações de *status*, dependentes umas das outras. E a obrigação assume uma forma material. Na interpretação de Gluckman sobre o trabalho de Bohannon, “acumulam-se obrigações que ‘renderão’, assim como se acumula uma fazenda que dará frutos” (1973, p. 45).

ocupação do Banco do Brasil, que aconteceria em Ilha Solteira, a pouco mais de 60 quilômetros do assentamento.<sup>183</sup>

Na ocasião, como relataram assentados da Macali, *só participaram os militantes*, ou seja, as famílias de assentados nas quais alguns dos seus membros participam da militância do MST. Famílias que, de fato, são facilmente identificáveis, inclusive, para quem chega de fora, pois mantém a bandeira do MST visível no lote, como se vê a seguir:



Lote no assentamento Macali: vê-se atrás do plantio de milho a casa de alvenaria recentemente construída e, na frente, um mastro com a bandeira vermelha do MST (Assentamento Macali. Dezembro de 2008).

Membros da família de Cido, a quem já fizemos referência anteriormente, foram uns dos participantes das mobilizações. O próprio Cido não participou, pois, como ele me disse, *sempre estou com a mala pronta, indo para onde o movimento me leva*. Devido a seu *trabalho* como militante do MST, não acompanha a *movimentação do assentamento* porque não tem tempo; segundo ele, *raramente*

---

<sup>183</sup> Ver notícia na página 186 no capítulo anterior.

*está no assentamento*, já que passa vários meses do ano fora, formando-se, ou em atividades do *movimento* e volta para a casa para ficar só alguns dias, para depois ter que sair novamente. No entanto, sabe que *a [sua] família cumpre com seus compromissos*.

Para muitos jovens que não participam da militância do MST, a vida no assentamento lhes parece tediosa, rotineira e lhes parece difícil cumprir com as obrigações familiares de ajudar na roça e nas tarefas cotidianas no lote. Muito mais ainda jovens que passaram pela experiência do acampamento, onde sempre havia coisas novas acontecendo, sempre uma ocupação para participar, uma marcha, e pessoas de fora do universo familiar visitando o acampamento. A militância no MST, na percepção de jovens como Cido ou como Duda, citado no primeiro capítulo, é uma opção de vida que se traduz como *liberdade* e que se opõe à ideia de estarem *parados, presos*, como ouvi de jovens no assentamento. Esse é o caso dos próprios filhos de Cleusa e Alfredo. Marcos, o filho do meio, está sempre numa contínua busca de trabalho fora do assentamento. Para ele, a vida para além do círculo familiar se lhe apresenta como mais interessante. Paradoxalmente é precisamente o salário que Marcos ganha realizando trabalho fora do assentamento o que tem ajudado a pagar as dívidas e a manter a família no assentamento, assim como para adquirir outros bens, como carro, carroça, geladeira, vacas, entre outros. Marcos foi quem ajudou a pagar a dívida do banco (600 reais), pagou também mais 300 reais da madeira da cerca do lote e inclusive ajuda a pagar a dívida que Cleusa tem no mercadinho da cidade, mais de 700 reais, dívida que de fato também é vista como um *compromisso*.<sup>184</sup> É comum, no assentamento, que o dinheiro dos fomentos seja usado muitas vezes para pagar dívidas anteriores acumuladas durante os anos de acampamento, mas seja repostado depois, precisamente com o salário dos jovens. Antuniassi identifica que muitas vezes a condição de dívida dos assentados os impossibilita a cultivar a área total dos lotes destinada a cultivo, no entanto é o salário dos jovens “que permite ao grupo familiar ampliar o consumo, é com o dinheiro por eles obtido que o grupo familiar tem acesso a bens duráveis como

---

<sup>184</sup> Para uma discussão mais apurada sobre esse tipo de dívida, ver Villarreal (2008) e Arensberg e Kimball (1973).

geladeira, televisão, aparelho de som e, sobretudo, ampliar e melhorar a construção da casa” (2003, p. 53).

Feix (2001) nos assentamentos por ele estudados no Mato Grosso identificou a predominância de casais adultos, de um grande contingente de assentados de idade avançada e de poucos jovens, já que esses últimos, na percepção do autor preferem ficar nas cidades, estudando ou trabalhando.

Na percepção dos assentados, assim como para os Acampados, é melhor um assentamento que esteja localizado perto de uma cidade, até porque dessa maneira os filhos, tendo essa opção de lazer ou de trabalho por perto, acabam ficando com os pais. Nesse sentido, para esses jovens a cidade e seus serviços é também um lugar de distração ou espaço de lazer e a maioria, durante os finais de semana, se desloca para a cidade, para se reunir com outros jovens e assim sair da rotina. Segundo Antuniassi, “como a infra-estrutura e as condições de lazer no assentamento são precárias, os jovens vão para as cidades vizinhas, e nesse caso os rapazes tem maior liberdade de circular que as moças” (2003, p. 57). E, mais do que isso, a cidade, mesmo que de maneira momentânea, permite a alguns jovens experimentar a sensação de estarem *soltos*, como um jovem do assentamento me disse.

Inclusive alguns assentados acreditam que *as famílias [originárias] da cidade* e as dos antigos moradores da fazenda são as que *se deram melhor com o assentamento*, pois são pessoas que, além de conhecerem bem a região, mantêm vínculos estreitos com uma rede de amigos, parentes e conhecidos nas cidades próximas, que acabam dando preferência à compra dos produtos por eles produzidos no assentamento. A condição de assentado, dizem Leite et al. (2004), não necessariamente implica uma mudança espacial, permanecendo nos limites da grande propriedade na qual residiam. Ainda para Leite et al., “a criação dos assentamentos pode estar se constituindo num mecanismo importante de recomposição das famílias de trabalhadores antes separadas (inclusive por

processos migratórios) ou então estar permitindo a manutenção de comunidades antes existentes” (2004, p. 117).<sup>185</sup>

Gostaria de concluir esse capítulo mencionando que, conhecendo essas diferentes percepções que no mundo das ocupações de terra se têm dos *compromissos*, me atrevo a sugerir, inspirada em Leach (1995), que, mesmo existindo uma relação desigual entre aquele que dá e aquele que recebe, nesse mundo social os indivíduos estariam em relação de dívida constante e, ainda, como menciona Sigaud (2007), a dívida é mantida para conservar a relação. Ora se está numa posição, no ciclo de reciprocidade que se percebe como o momento de dar, ora de receber, ora de retribuir.

A criação do *Frente de Assentamentos* pelo MST, a meu ver, não só faz evidente a importância que os assentados têm na conformação de novos acampamentos, mas também o *Frente* parece ser um mecanismo ou uma forma de institucionalizar a obrigação, ou, em termos nativos, o *compromisso*, uma forma estrutural do mundo social. Dessa maneira garantem não só a continuidade do mundo das ocupações de terra, mas sua renovação. Certos indivíduos indicados para atuarem desde os assentamentos cumprem seus *compromissos* e põem novamente em funcionamento o ciclo da reciprocidade, inserindo-se assim em outra cadeia de interdependências com assentados, convidados a cumprirem com seus *compromissos*, realizando trabalho de base e participando de novas ocupações.

Quem sabe aqueles militantes atuantes na *Frente de Assentamentos* possam talvez aproveitar a massa jovem dos assentados, oferecendo, precisamente como retribuição, a possibilidade, ao cumprirem com seus *compromissos*, de experimentarem a *liberdade*.

---

<sup>185</sup> Segundo os autores, 62% dos responsáveis pelos lotes, em assentamentos de seis estados pesquisados, têm parentes em outros lotes dentro do mesmo assentamento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **TEMPO DE ACAMPAMENTO**

O tempo é um tema caro à antropologia e tem sido tratado por autores clássicos e consagrados como uma das dimensões da vida social através da qual podemos ter acesso não somente às maneiras pelas quais os grupos se relacionam entre si, mas ao modo como hierarquizam suas experiências expressas em temporalidades distintas. O tempo é, pois, mais do que uma medida cronológica.

No clássico os Nuer ([1940] 2002) Evans-Pritchard dedica inúmeras páginas do seu livro à descrição dos conceitos nativos Nuer de tempo e espaço. Noções que estariam intimamente relacionadas entre si. O autor faz um recorte analítico da concepção do tempo entre os Nuer e identifica o que poderíamos chamar de duas temporalidades: o tempo ecológico e o tempo estrutural. O primeiro deles é um reflexo das relações do povo Nuer com o meio ambiente, e Evans-Pritchard o identifica como um tempo cíclico. As estações, por exemplo, fariam parte do primeiro tempo e mais do que representar mudanças climáticas estariam relacionadas com atividades do grupo em determinados momentos. Os conceitos nativos das estações com que são representadas essas temporalidades não seriam então, segundo o autor, puras unidades de contagem de tempo: mas sim, de amontoados de atividades sociais. Já o segundo tempo seria um reflexo das relações que os indivíduos ou grupos estabelecem entre si. Neste sentido, o tempo estrutural é o que fundamenta as alianças políticas e os vínculos entre os diversos grupos e linhagens. Entretanto, um e outro tempo são determinados pelas relações sociais. Ambas as temporalidades fariam referências a sucessões de acontecimentos, e a contagem do tempo estaria relacionada às formas de relacionamento dos grupos sociais.

Já Mauss ([1904-05]2003<sup>a</sup>), no seu conhecido ensaio “sur les variations saisonnières des sociétés Eskimos. Étude de morphologie social” aponta para a natureza social do tempo. O tempo como marcador do ritmo da vida social. O autor analisa vários aspectos da vida social entre os Esquimós e identifica que as variações da sociabilidade do grupo estão relacionadas com duas estações do ano:

inverno e verão, estações que marcam um ritmo determinado, um ritmo regular coletivo da vida social. Nas palavras do autor:

“A une communauté réelle d’idées et d’intérêts dans l’agglomération dense de l’hiver, à un forte unité mentale religieuse et moral, s’opposent un isolement, une poussière sociale, une extrême pauvreté morale et religieuse dans l’éparpillement de l’été” (2003:470).

Existiriam, portanto, duas maneiras de se agrupar, e a essas duas formas de agrupamento corresponderiam dois sistemas jurídicos, duas morais, dois tipos de economia doméstica e vida religiosa. Para Mauss, a divisão inverno/verão é estruturante da organização social dos esquimós: “C’est que les saisons ne sont pas la cause immédiatement déterminante des phénomènes qu’elles conditionnent; elles agissent par leur action sur la densité social qu’elles règlent (2003: 474). Desse modo, com as variações do tempo, também varia a forma do grupo, dos relacionamentos, ou do que ele chama a morfologia social do grupo. Mauss chega à conclusão de que esse fenômeno social não é exclusivo dos esquimós; para ele, qualquer vida social passa por momentos de intensa interação social e de repouso, nunca se mantendo em um mesmo ritmo nos diferentes momentos do ano.

Norbert Elias (1998) vai além. Para ele, aquilo que chamamos “tempo” não é um dado da natureza existente independente do ser humano, assim como não é uma representação subjetiva inerente à consciência. Muito pelo contrário, o tempo é um tempo social e constitui uma complexa rede de relações; é um mecanismo regulador da convivência humana; é histórica e socialmente apreendido e produzido. Elias propõe então pensar o tempo em termos relacionais, compreender o tempo no contexto onde é produzido, pois, “a atividade humana de sincronização ou “temporização”” está relacionada com a complexidade da vida social. Assim, para o autor:

O que chamamos “tempo” significa, antes de mais nada, um quadro de referência do qual um grupo humano – mais tarde, a humanidade inteira- se serve para erigir, em meio a uma seqüência contínua de mudanças, limites reconhecidos pelo grupo, ou então para comparar uma certa fase, num dado fluxo de acontecimentos, com fases pertencentes a outros fluxos, ou ainda para muitas outras coisas (1998: 60).

A percepção de tempo como socialmente constituído e principalmente como símbolo relacional resolve o problema da velha dicotomia ação/representação. Afinal, o tempo é atividade. E quando tais atividades fazem sentido para um determinado grupo ou sociedade, elas são sintetizadas, integradas e temporalizadas.

O “tempo da política”, categoria nativa identificada por Palmeira (2002) entre populações camponesas do Nordeste brasileiro, é um bom exemplo do anterior. Segundo o autor, para essas populações esse “tempo” é um período em que o cotidiano é subvertido, um momento em que divisões são mostradas e no qual “parece estar em jogo um rearranjo de posições sociais” (2002: 172). É um tempo, segundo o autor, em que também determinados tipos de lealdades são solicitados da população camponesa.

Ainda, para Palmeira, o tempo, quando combinado com outros termos (como tempo de Arraes, tempo do sindicato, tempo das greves) pode corresponder não simplesmente a uma datação: mas sim,

Parece estar em jogo menos uma concepção qualquer de tempo como o representamos habitualmente, linear, ou cíclico, cumulativo ou não-cumulativo, e mais uma certa maneira de a população recortar/representar a estrutura social. Trata-se menos de estabelecer um desenho qualquer de temporalidade e mais de descrever ou de postular um conjunto de atividades adequadas e um ritmo próprio à sua consecução em um determinado momento (2002: 172).

Dessa maneira, “embora tudo seja temporalizável [...] só é temporalizado (isto é, transformado em tempo, como o tempo da política, o tempo das festas, etc.) o que é considerado socialmente relevante pela coletividade em determinado momento” (2002: 175).

O *tempo de acampamento* também, como o “tempo da política” identificado por Palmeira é uma categoria nativa que faz sentido para um grupo ou população ao qualificar um conjunto de atividades ou de comportamentos específicos. No entanto, o *tempo de acampamento* não tem o mesmo estatuto de excepcionalidade, de subversão do cotidiano para a população que vivencia esse tempo, como o tem o “tempo da política” para as populações do nordeste, do mesmo modo que também não seria um recorte na regularidade social.

O *tempo de acampamento* também se diferencia do “tempo do acampamento”, ao qual faz referência Caume (2002) como uma lembrança da

*luta*, como uma lembrança que assentados teriam de um determinado tipo de sociabilidade. Já Schmitt (1995) no seu estudo de caso realizado em um acampamento no Rio Grande do sul se refere à experiência do acampamento como “tempo do acampamento”, e o acampamento como um espaço de vivência ou de sociabilidade. No entanto a autora focaliza essa vivência como o momento de constituição do que ela chama a identidade social do “colono sem-terra”. Schmitt também faz referência a um “tempo da luta” relacionado à institucionalização de formas de participação política e de aprendizado de um sistema de regras por parte dos acampados. No entanto, esses tempos se restringem ao contexto do acampamento.

O *tempo de acampamento* aqui analisado se assemelha mais à categoria “tempo de Brasília”, identificada por Borges (2003). “O tempo de Brasília” seria uma categoria nativa que se tornou um critério que orienta a concessão de benefícios dados pelo governo do Distrito Federal a um determinado tipo de população. Conforme a autora, para receber esses diversos benefícios ofertados pelo governo local em forma de “dons” “a população é hierarquizada num ranking de merecimento” (Borges, 2004: 25). O “tempo de Brasília”, como comprovante do tempo de residência em Brasília, seria uma das fórmulas mágicas através das quais se calcula o quantum de merecimento da população. Nas palavras da autora: “o ‘tempo de Brasília’, embora seja somente uma das variáveis que compõem a equação que fornecerá o número de pontos de cada indivíduo inscrito para o recebimento de benefícios estatais, acaba dando nome e sentido a todo o processo social em que é necessário envolver-se para alcançar esse pertencimento local” (2004: 26).

O *tempo de acampamento* é um código social dentro do mundo das ocupações de terra. E, ainda que diferentemente do “Tempo de Brasília” não seja um “tempo” institucionalizado pelo Estado como critério de acesso á terra, é sim uma referência para representantes do INCRA no momento de dotação de lotes de terra. Por outro lado, para as lideranças dos movimentos que organizam e gerenciam os acampamentos, o *tempo de acampamento* é sim um critério para indicar qual população será merecedora de um lote de terra. Como vimos, as organizações de trabalhadores têm, nesse processo, uma participação decisiva.

Por outro lado, o *tempo de acampamento* não é uma mera medida cronológica, no sentido em que não só indica o tempo que de fato uma pessoa passa *debaixo da lona* num acampamento, mas também é um demarcador de prestígio e um ordenador das relações sociais dentro dos acampamentos, especificamente das relações de status.

Os participantes das ocupações logo aprendem que não basta ter um barraco em um acampamento para ser candidato à reforma agrária, para isso também há que cumprir com uma série de obrigações e critérios. Em alguns acampamentos é preciso se dedicar ao seu barraco, caprichar na sua arrumação, sofrer e passar dificuldades *debaixo da lona*; em outros também é preciso ocupar, convidar pessoas para participar de outros acampamentos, *correr atrás* de recursos; tudo isso para ser merecedor de um lote de terra. Nesse processo, não só o *tempo* pode se tornar um bem que pode ser acumulado, trocado e negociado, mas também a dedicação, o sofrimento, o barraco, a participação, a confiança, os acampados tornam-se recursos que podem ser mobilizados.

Assim, o *tempo de acampamento* e suas variantes, de barraco, de luta e de reforma constituem formas diferenciadas de vivenciar a experiência do mundo das ocupações de terra dependendo da situação, da condição e da posição dos indivíduos no mundo das ocupações de terra. E por outro lado, nos mostram que a vivência da reforma agrária não tem um sentido ou um significado único, mas diversos.

Afinal o interesse da pesquisa era precisamente inferir como o *tempo de acampamento* é vivenciado pelos indivíduos e qual o significado atribuído a essa vivência.

Em cada mudança de acampamento, o percurso de uma família extensa torna evidente as relações de dependência não apenas entre acampados, assentados e lideranças dos *movimentos* que organizam as ocupações, mas também entre os anteriores e representantes de governo e políticos locais.

Segundo Macedo, ao estudarmos os acampamentos, há que levar em conta as relações com a política local e os órgãos do governo, pois “as dinâmicas sociais

desenvolvidas nos acampamento só podem ser compreendidas quando relacionadas ao quadro institucional que as envolvem” (2003:10).

A evidência da existência dessas relações no cotidiano dos acampamentos nos permite, por um lado, afirmar que existem relações de cooperação entre Estado e *movimentos* e, por outro, questionar afirmações de senso comum, como a que diz que existiria um confronto entre eles. Feix (2001), por exemplo, menciona que organizações como o MST se destacam pela sua “oposição sistemática ao governo e ao Estado” (2001: 252). Já Caume (2002) denuncia a influência do MST nos critérios de seleção dos assentados que, na visão dele, deveria ser tarefa exclusiva do INCRA.

Interpretações como as anteriores são muito comuns na literatura sobre movimentos sociais. No entanto, como vimos, alianças são tecidas e mecanismos de cooperação são forjados entre grupos e instituições que como mencionam Grimberg, Fernández e Rosa (2009) são vistos como antagônicos, porém, inclusive mantêm obrigações recíprocas. Ainda, essa cooperação entre Estado e *movimentos* se intensifica dependendo também do contexto e de conjunturas políticas e sociais determinadas.

Parece-me que nossa tarefa como cientistas sociais não é descrever a realidade social como gostaríamos que ela fosse, mas como ela é, com seu dinamismo e suas contradições.

Como assinalado por Beletti et al. (2008) para o caso do MST: “The MST claims autonomy from the state, but this does not mean that they do not negotiate with the state, or that the MST’s occupations and settlements are not dependent on the state for resources” (2008:298).

Os *recursos* como foi mencionado é um termo nativo usado principalmente pelas lideranças dos *movimentos* para descrever não só a circulação de recursos materiais entre acampados, assentados, lideranças dos movimentos e autoridades locais, mas também, recursos sociais.

Ao seguir o fluxo dos recursos: como circulam, de quem e para quem e em que circunstâncias se fazem evidentes as tramas de relações. Tramas que se estendem para além dos acampamentos, ficando assim cada vez mais claro que no

mundo das ocupações de terra, como em qualquer mundo social, as pessoas estão indiscutivelmente ligadas umas com as outras. O conjunto dessas tramas de relações constitui o que Elias (2000 e 2005) chama de figuração.

As relações de interdependências recíprocas fazem com que cada ação individual dependa de uma série de outras. E ainda, ao falar de relações de interdependência, falamos também de tensões. Essas tensões na teia de relações adquirem uma cor local e muitas vezes, são elas as que permitem perceber a existência de certos códigos de comportamento existentes nesse mundo social em particular.

Através de uma perspectiva relacional tentei mostrar a complexidade da vida nos acampamentos e a heterogeneidade de grupos existentes: andorinhas, moradores, apoios, acampados, Militantes, militantes dos acampamentos, dirigentes, velhos acampados, novos e novatos, grupos de diferenciação e de status que vivenciam e significam de maneira diferenciada seu *tempo de acampamento*.

Vimos a importância dos *velhos acampados* na regulação de conflitos e na reprodução da “forma acampamento” e dos *novatos* para a continuidade dos acampamentos.

Não necessariamente os acampados se consideram e são considerados como membros dos *movimentos*. Estudiosos da ação coletiva ou especialistas em movimentos sociais freqüentemente assumem que todos os grupos ou indivíduos mobilizados fazem parte dos quadros dos *movimentos*. Beletti et al. mencionam, por exemplo, fazendo referência ao MST, que “today the movement has approximately two million members [...] who are settled in government-funded land reform settlements or living in temporary ‘encampments’ awaiting final resolution of their claim to land” (2008: 294). Já Feix (2002), no seu estudo sobre assentamentos rurais na região de Rondonópolis (MT), analisa o que ele chama dos projetos sócio-políticos que levaram os trabalhadores a “ingressar” no MST. O autor identifica diferenças entre a base assentada e os militantes do movimento, ou o que ele chama de “defasagens” no projeto de vida entre um e outro grupo. No entanto, assume que os assentados “são do MST” e toma o momento da participação dos assentados na primeira ocupação de terra como o momento de “ingresso” ao movimento.

Segundo Sigaud, “a idéia de que os participantes de um acampamento organizado, por exemplo, pelo MST “são” do MST é uma dessas pré-noções que concebe os acampamentos a partir do modelo do clube, como se para neles ingressar fosse necessário ser sócio” (2000: 84). Como tentei mostrar, no caso dos acampamentos de sem-terra existe uma grande circulação de indivíduos entre acampamentos organizados por diferentes *movimentos*. A maioria dos indivíduos, ao se instalarem *debaixo da lona preta*, não decidem fazer parte de um *movimento*, mas de um acampamento, o que me leva a concordar com Quirós (2006): os indivíduos não são do movimento, estão em movimento.

As pessoas circulam entre acampamentos e entre *movimentos* transcendendo as fronteiras organizacionais. Sem constrangimento nenhum, um acampado sob a bandeira do MST, pode pedir uma declaração como acampado do MTR para facilitar trâmites ou serviços na cidade; ou inclusive um acampado do MTR pode pedir uma vaga do MST no acampamento porque conseguiu trabalho na cidade e não pode mais ficar acampando todos os dias.

Por outro lado, mostrei que a crença do prestígio mobiliza as pessoas, leva a fazer escolhas e faz com que pessoas entrem e saiam, circulem entre acampamentos. No entanto, também como vimos, a crença do prestígio não é o motivo de escolha para todo mundo.

É nessa circulação pelo mundo das ocupações de terra, que alguns acampados descobrem, na participação das tarefas dos movimentos (organização de grupos, convite de novas famílias para acampar, conseguir recursos para os acampamentos, negociar com os políticos) um *trabalho*, e encontram nisso, um sentido de vida. É realizando esse *trabalho* que muitos conseguem acumular capital simbólico, no sentido de ganhar visibilidade, prestígio, nome. Segundo Rosa (2009) “A *significação social* desses indivíduos não é dada apenas pelo reconhecimento de sua importância pelas comunidades nas quais atuam, ela também é conquistada pelo contato individual com representantes do Estado que têm o poder de reconhecê-los como interlocutores e, por vezes, como uma extensão de seus domínios” (2009: 175). Assim, os *movimentos*, como reconhece esse autor são “instâncias de poder, mas, também de *significação social* (Ibidem: 176). Como

mencionam Beletti et al. “occupations serve as sources of new leadership, movement solidarity and political presence” (2008: 295).

No entanto, no mundo das ocupações de terra, como identificado por alguns autores (Smircic, 2000; Rosa, 2004; Beletti et al., 2008), são principalmente os jovens os que mais se identificam com os métodos e as formas de ação dos movimentos, notadamente do MST. Assim como os dirigentes dessa organização preferem formar quadros de jovens, por acreditarem que têm uma maior liberdade de ação.

Os acampados com *tempo de acampamento*, ou seja, com experiência na arte de ocupar, de negociar, de levar novas pessoas para os acampamentos, ajudam a entreter a espiral das ocupações de terra, podem se destacar dentre o resto dos acampados e podem ser vistos por militantes dos movimentos como apoios ou como um modelo de acampado, mas não necessariamente como sendo parte dos quadros do *movimento*. Por outro lado, esses mesmos acampados também podem representar, para os militantes dos *movimentos*, concorrência, perda de poder e de controle dos acampados.

Para finalizar gostaria de fazer algumas considerações com respeito à metodologia.

No mundo das ocupações de terra, assim como em qualquer outro mundo social, as pessoas vivenciam sua experiência no mundo de maneira integrada, as distintas dimensões da vida estão entrelaçadas e o que costumamos chamar de política, economia, relações sociais e sua devida dose de emoção não aparecem de maneira separada. É o pesquisador que num esforço por compreender essas dimensões que compõem o mundo social as separa analiticamente através de teorias, conceitos, práticas e saberes.

Talvez seja o momento de levar a sério as categorias nativas como instrumento de análise, pois fica claro que as categorias analíticas de que dispomos muitas vezes parecem limitadas para descrever a dinâmica da vida social.

Apenas para exemplificar, retomo aqui o termo *correrias*. Eu poderia ter qualificado as relações e os recursos que são mobilizados entre as lideranças dos movimentos e as autoridades locais ou governamentais como clientelistas ou

políticas, termos comumente usados nas análises acadêmicas de maneira pejorativa para falar qualificar as relações de dependência características do mundo social. No entanto, *correrias*, me parece, traduz precisamente o dinamismo, a vida em movimento e nos *movimentos*.

Por outro lado, descrever a vivência ou a experiência no mundo das ocupações de terra na forma como elas são nativamente representadas nos permite colocar em evidência em quais circunstâncias e como se dá, na expressão de Manzano, “o compromisso das pessoas, com o governo de si mesmos.”<sup>186</sup>

As descobertas da pesquisa só se tornaram possíveis graças a um acúmulo de conhecimento sobre o mundo das ocupações de terra adquirido durante sucessivas incursões ao campo e a observação e registro dos dados em diferentes espaços e períodos de tempo.

Paradoxalmente, seguir o percurso de um caso em particular, o de uma família de acampados pelo mundo das ocupações de terra, me permitiu ter uma perspectiva mais ampla desse mundo social ao ter acesso em vários momentos, a diferentes acampamentos, diferentes pessoas em trânsito, entrando e saindo desses espaços, realizando trocas, fazendo bicos, conseguindo recursos, negociando, em suma, cumprindo seu *tempo de acampamento*.

Nesse sentido, acredito ter contribuído, ainda que de maneira modesta ao desafio de Sigaud, quanto à necessidade de se verificar, a partir de investigação sistemática e comparativa, as condições sociais nas quais se produzem as entradas em acampamentos e os sentidos que os trabalhadores atribuem a este ato (2000:75).

A observação durante a pesquisa se mostrou a ferramenta privilegiada para apreender precisamente o dinamismo desse mundo social e consistiu basicamente “on observation and in memory making records after a period of intense participation (Jorgensen, 1989: 23). A meu ver, e em concordância com esse autor: “the

---

<sup>186</sup> Durante a VIII Reunión de Antropología del Mercosur realizada em outubro de 2009 pude me beneficiar dos comentários de Virginia Manzano, pesquisadora do CONICET e professora da Universidad de Buenos Aires. Essa expressão foi usada por ela ao comentar as contribuições do trabalho.

methodology of participant observation provides direct experiential and observational access to insider's world of meaning" (1989: 15).

Já em 1874, Rivers como observou Peirano (1992), defendia a importância, na pesquisa, de combinar relatos nativos com observações que poderiam, em muitos casos, "permitir mais insights que um mês de perguntas" e "chamava a atenção para o equívoco do etnógrafo que procurava respostas para suas perguntas imediatas" (1992: 7).

Mas, depois de observar e registrar: Como tornar um dado empírico bruto em um dado sociologicamente relevante? Ou ainda, fazendo eco às preocupações de Small (2009), como fazer com que estimativas empíricas sejam relevantes ou possam iluminar outros casos?

Para Small, os estudos de caso e suas variantes e a perspectiva etnográfica podem ser uma possibilidade. Para esse autor "one of the advantages of ethnographic work, [is] the possibility of truly emergent knowledge".

Tendo então essa premissa como pano de fundo só me resta me posicionar, retomando os termos de Peirano (1992) "a favor da etnografia".

Para essa autora:

O lugar da pesquisa de campo no fazer da antropologia não se limita a uma técnica de coleta de dados, mas é um procedimento com implicações teóricas específicas. Se é verdade que técnica e teoria não podem ser desvinculadas, no caso da antropologia a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada, quando desafia os conceitos estabelecidos pelo confronto que se dá entre i) a teoria e o senso comum que o pesquisador leva para o campo e ii) a observação entre os nativos. (1992: 11).

Segundo Borges, inspirada em Peirce, "a lógica da pesquisa etnográfica estaria enraizada não em receitas prévias advindas do 'além' da teoria, mas sim na realidade do trabalho de campo, na presença da realidade nativa, que [...] é, acima de tudo, eventual. O modelo triádico que perpassa boa parte da obra de Peirce vem reiterar essa premissa e nos ajudar a pensar no equilíbrio e na inseparabilidade entre etnógrafo/objeto/teoria antropológica. Cada uma dessas 'partes' só existe e se afirma na medida em que as demais também se impõem. Na verdade, não se trata propriamente de partes, mas de um 'tríptico' chamado etnografia" (2003, p. 177).

Assim sendo, a perspectiva etnográfica mostrou-se como a mais adequada para: 1) descrever as nuances do mundo das ocupações de terra; 2) questionar afirmações de senso comum, como aquelas que mencionam que todos os participantes dos acampamentos dos sem-terra estariam só e unicamente em busca da terra, e ; 3) principalmente contribuir para entender a existência e reprodução de um fenômeno social recente, os acampamentos da reforma agrária no Brasil.

No que diz respeito à crença do prestígio, ainda há um investimento analítico a ser feito, principalmente para indagar sobre os fundamentos sociais dessa crença. Permito-me esboçar possíveis interpretações. O MST tem uma visibilidade nacional e internacional e conta, neste sentido, com um capital social e simbólico importante. Afinal, o MST, no mundo das ocupações de terra é o que tem mais *tempo de acampamento*. O que a pesquisa pode mostrar é que as pessoas que participam e estão nos acampamentos sabem da eficácia da forma acampamento através de informações de primeira mão, por conhecidos ou parentes que já foram acampados e acabaram sendo assentados. Somente na região onde se encontra montado o acampamento Famílias Unidas, por exemplo, numa extensão de 30 quilômetros encontramos três assentamentos recentes cujas famílias antes de serem assentadas encontravam-se em acampamentos organizados pelo MST. Famílias, muitas delas vinculadas com *novatos, novos e velhos acampados* instalados em acampamentos da região por laços de parentesco ou amizade.

E finalmente aponte para a existência de *formas de acampamentos*. Faz-se necessário como um desdobramento desta pesquisa, um investimento empírico e analítico maior para explorar outras *formas*, nas quais, provavelmente, identificaríamos indivíduos vivenciando outras temporalidades.

Tentar responder e aprofundar nessas e outras questões está nos meus planos de pesquisa mais imediatos. Tal parece então que a aventura pelo mundo das ocupações não terminou, de fato apenas começa.

## BIBLIOGRAFIA

**ARENSBERG**, Conrad e **KIMBALL**, Solon. “Relações de crédito na Irlanda rural”, in Shelton Davis (org.), *Antropologia do direito. Estudo comparativo de categorias de dívida e contrato*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973, pp. 86-100.

**ANTUNIASSI**, Maria Helena. “15 anos de assentamentos de trabalhadores rurais no estado de São Paulo: o caso da família Pereira”, in Sonia Bergamasco et al. (orgs.), *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Campinas: Feagri–Unicamp; Araraquara: Uniara; São Paulo: Incra, 2003.

**BALBI**, Fernando A. Sabe o que significa a lealdade? Análise antropológica de um valor moral peronista. Tese de doutorado em antropologia social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

**BALETI**, Brenda et al. ‘Late Mobilization’: Transnational Peasant Networks and Grassroots organizing in Brazil and South Africa”, *Journal of Agrarian Change*, 8 (2-3), 2008, pp. 290-314.

**BARRA**, Camila Sobral. Mario Lago encontra Terra Sem Males. A produção do Outro em acampamentos dos sem-terra. Dissertação de mestrado em antropologia social. Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2007.

**BERGAMASCO**, Sonia M. P. Pessoa. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

**BERGAMASCO**, Sonia M. P. Pessoa e **NORDER**, L. A. Cabello. *A alternativa dos assentamentos rurais. Organização social, trabalho e política*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

**BERGAMASCO**, Sonia M. P. Pessoa et al. *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Campinas: Feagri–Unicamp; Araraquara: Uniara; São Paulo: Incra, 2003.

**BERGAMO**, Alexandre. *A experiência do status. Roupas e moda na trama social*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

**BOHANNAN**, Paul. “A categoria *injô* na sociedade tiv”, in Shelton Davis (org.), *Antropologia do direito. Estudo comparativo de categorias de dívida e contrato*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

**BOIVIN**, Mauricio Fernando; **ROSATO**, Ana e **BALBI**, Fernando Alberto. “Quando o inimigo te abraça com entusiasmo...”: etnografia de uma traição”, *Revista Mana*, vol. 4, nº 2. Rio de Janeiro, 1998.

Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18/9/2007.

**BORGES**, Antonádia. *Tempo de Brasília. Etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, Coleção Antropologia da Política.

\_\_\_\_\_. “A fórmula do tempo: notas etnográficas sobre o “tempo de Brasília””. In Carla C. Teixeira e Christine A. Chaves. (orgs). *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

**BOURDIEU**, Pierre. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

\_\_\_\_\_. *Esquisse d'une théorie de la pratique. Precede de trois études d'ethnologie Kabyle*. Paris: Seuil, 2000.

\_\_\_\_\_. *Les sens pratique*. Paris: Minuit, 2002.

\_\_\_\_\_. *A produção da crença. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004.

**BOURGOIS**, Philippe. *In search of respect. Selling crack in El Barrio*. Cambridge University Press: Nova York, 1995.

**BRANFORD**, Sue e **ROCHA**, Jan. *Rompendo a cerca. A história do MST*. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

**BRENNEISEN**, Eliane. “Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente”, in José de Souza Martins (coord.), *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 53-106.

**CAUME**, David. A tessitura do “assentamento de reforma agrária”. Discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder. Tese de doutorado em ciências sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

**CHAVES**, Christine de Alencar. *A marcha nacional dos sem-terra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

**COMERFORD**, John Cunha. *Fazendo a luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, Coleção Antropologia da Política.

\_\_\_\_\_. *Como uma família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, Coleção Antropologia da Política.

**CORADINI**, Odaci, L. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

**D'INCAO**, Ma. Conceição e **ROY**, Gérard. *Nós, cidadãos. Aprendendo e ensinando a democracia*. São Paulo: Paz e terra, 1995.

**DUBY**, Georges. *Guillaume le Marechal ou lê meilleur chevalier du monde*. Paris: Fayard, 2003.

**ECKERT**, Córdula. *Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, 1984.

**ELIAS**, Norbert. *Mozart. Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *La société de cour*. França: Champs, Flammarion, 2005.

**ELIAS**, Norbert e **SCOTSON** L. John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

**EVANS-PRITCHARD**, E.E. [1940] *Os Nuer*. São Paulo: Editora perspectiva, 2002.

**FEIX**, Plínio J. *Os interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: estudo de caso na região de Rondonópolis (MT)*. Dissertação de mestrado em ciência política. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

**FERNANDES**, Bernardo M. *Gênese e desenvolvimento do MST*. São Paulo: MST, 1998.

\_\_\_\_\_. *MST. Formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

**FERRANTE**, Vera B. “Retratos de assentamentos”, *Cadernos de Pesquisa*, ano V, nº 7. Araraquara: Nupedor, Unesp, 1999.

**GARCIA**, Afrânio. *O sul: o caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, Editora UnB, 1990.

**GIARRACCA**, Norma et al. *Cuando el territorio es la vida: la experiencia de los sin tierra en Brasil*. Buenos Aires: Antropofagia, 2006.

**GLUCKMAN**, Max. “Obrigação e dívida”, in Shelton Davis (org.), *Antropologia do direito. Estudo comparativo de categorias de dívida e contrato*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973, pp. 25-56.

**GRIMBERG**, Mabel; **FERNÁNDEZ**, Alvarez M. Inés e **ROSA**, Marcelo. *Estado y movimientos sociales. Estudios etnográficos en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Antropofagia, UBA, 2009.

**GUARANÁ**, Elisa de Castro. “Juventude rural: construções, reordenações e negociações de identidades sociais”, *paper* apresentado na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Goiânia, 11-14 jun., 2006.

**HAVILAND**, John B. *Gossip, reputation and knowledge in Zinacantan*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

**JORGENSEN**, Danny L. “The methodology of participant observation”, in *Participant observation: a methodology for human sciences*. Newbury Park: Sage, 1989, pp. 12-25, Applied Social Research Methods Series, vol. 15.

**KERKVIET**, Benedict. “Everyday politics in peasant societies (and ours)”, *Journal of Peasant Studies*, 36 (1), 2009, pp. 227-43.

**LEACH**, Edmund. R. “Concerning trobriand clans and the kinship category ‘tabu’”, in Jack Godoy (ed.), *The developmental cycle in domestic groups*. Londres: Cambridge University Press, 1971.

\_\_\_\_\_. *Sistemas políticos da alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1995.

**LECHAT**, Paule Marie Noelle. A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): estudo de dois assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1993.

**LEITE**, Sergio et al. *Impacto dos assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, Nead, 2004.

**L'ESTOÏLE**, Benoît de e **PINHEIRO**, Cláudio. "Projetos, apostas e hesitações: notas sobre três engenhos em situação de incerteza", in Benoît de l'Estoïle e Lygia Sigaud (orgs.), *Ocupações de terra e transformações sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

L'ESTOÏLE Benoît de e SIGAUD, Lygia (orgs.). *Ocupações de terra e transformações sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

**LOERA**, Nashieli. *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2006.

\_\_\_\_\_. "Limpendo os 'maus elementos'". Disciplina e acordos num acampamento do MST", in Mabel Grimberg; María Ines Fernández e Marcelo Rosa, *Estado y movimientos sociales. Estudios etnográficos en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Antropofagia, UBA, 2009.

**MACEDO**, Hernandez Marcelo. "Zé Pureza". Etnografia de um acampamento no norte fluminense. Tese de doutorado em ciências sociais. Uerj, 2003.

\_\_\_\_\_. "Entre a 'violência' e a 'espontaneidade': reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro", *Revista Mana*, vol. 11, nº 2. Rio de Janeiro: Relume Dumará, PPGAS, Museu Nacional, out., 2005, pp. 473-97.

**MALINOWSKI**, Bronislaw. "Théorie ethnographique du langage", in *Les jardins de corail*. Paris: La Découverte, 2002.

\_\_\_\_\_. *Crime e costume na sociedade selvagem*. Brasília: UnB, 2003.

**MANZANO**, Virginia. De la matanza obrera a capital nacional del piquete. Etnografía de procesos políticos y cotidianos en contextos de transformación social. Tese de doutorado. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2007.

**MARTINS**, José de Souza. "O sujeito da reforma agrária", in *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. *Reforma agrária. O impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2004.

**MAUSS**, Marcel. [1923-24]. Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques In *Sociologie et anthropologie*. Paris: Quadrige, Presses Universitaires de France, 2003.

\_\_\_\_\_. [1904-05]. Essai sur les variations saisonnières des sociétés Eskimos. Étude de morphologie sociale. In *Sociologie et anthropologie*. Paris: Quadrige, Presses Universitaires de France, 2003<sup>a</sup>.

**MEDEIROS**, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil. História e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

**MEDEIROS**, Leonilde et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994.

**MESZAROS**, George. "Taking the land into their hands: the landless workers' movement and the Brazilian state", *Journal of Law and Society*, 27 (4), 2000, pp. 517-41.

**NAVARRO**, Zander. "Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil", in B. de Sousa Santos (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. "Transforming rights into social practices? The landless movement and land reform in Brazil", *IDS Bulletin*, 36 (1), 2005, pp. 129-42.

**NEIBURG**, Federico e **WAIZBORT**, Leopoldo (orgs). *Norbert Elias. Escritos e ensaios. Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

**NORDER**, Luiz Antonio. "Estado, sistemas de crédito e arranjos locais", in Sonia Bergamasco et al. (orgs.), *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Campinas: Feagri–Unicamp; Araraquara: Uniara; São Paulo: Incra. 2003.

**ONDETTI**, Gabriel. "Repression, opportunity, and protest: explaining the takeoff of Brazil's landless movement", *Latin American Politics and Society*, 48 (2), 2006, pp. 61-94.

**PALMEIRA**, Moacir. "Política e tempo: nota exploratória", in Mariza Peirano (org.), *O dito e o feito. Ensaio de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

**PALMEIRA**, Moacir e **BARREIRA**, César. "Introdução", in Moacir Palmeira e César Barreira (orgs.), *Política no Brasil. Visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, Coleção Antropologia da Política.

**PEIRANO**, Mariza. *A favor da etnografia*. Brasília: UnB, 1992.

\_\_\_\_\_. "This horrible time of papers: documentos e valores nacionais", *Série Antropologia*, nº 312. Brasília: UnB, 2002.

**PINA CABRAL**, João. "Mães, Pais e Nomes no Baixo Sul (Bahia, Brasil)" In João de Pina Cabral e Suzana de Matos Viegas (Org.). Nomes, gênero, etnicidade e família. Coimbra: Almedina, 2007.

**QUIRÓS**, Julieta. *Cruzando la Sarmiento: una etnografía sobre piqueteros en la trama social del sur del Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Ed. Buenos Aires, 2006, Série Etnográfica, Antropofagia, vol. 1.

**RAPCHAN** Sebeika, Eliane. De identidades e pessoas: um estudo de caso sobre os sem terra de Sumaré. Dissertação de mestrado. Departamento de Antropologia, USP. São Paulo, 1993.

**ROSA**, Marcelo. Os sem-terra partido ao meio. Um estudo de caso sobre as relações sociais entre assentados e municípios receptores na região da Grande Porto Alegre (RS). Dissertação de mestrado em desenvolvimento, agricultura e sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Tese de doutorado em ciências humanas: sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. "Quando o sentido é o movimento: a 'forma movimento' como modelo contemporâneo de ação coletiva no Brasil", *paper* apresentado no VI Congreso de Antropología del Mercosur. Montevideu: Universidad de la República, 16-18 nov., 2005.

\_\_\_\_\_. "Biografias e movimentos de luta por terra em Pernambuco", *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, vol, 21, nº 1, 2009, pp. 157-80.

**SCHMITT**, Cláudia. O tempo do acampamento: A construção da identidade social e política do "colono sem-terra". Dissertação de mestrado em Sociologia Rural. UFRGS, 1992.

**SIGAUD**, Lygia. "A forma acampamento", *Revista Novos Estudos*, nº 58. São Paulo: Cebrap, nov., 2000. Pp. 73-92.

\_\_\_\_\_. "Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil", *Cuadernos de Antropología Social*, nº 20, 2004, pp. 11-23.

\_\_\_\_\_. "As condições de possibilidade das ocupações de terra", *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, vol. 17, nº 1. São Paulo: USP, jun., 2005, pp. 255-80.

\_\_\_\_\_. “Prólogo”, in J. Quirós, *Cruzando la Sarmiento. Una etnografía sobre piqueteros en la trama social del sur del Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Antropofagia, 2006, pp. 13-9.

\_\_\_\_\_. “Se eu soubesse”. Os dons, as dívidas e suas equivalencias”, *Ruris*, vol. 1, nº 2, set., 2007.

**SIGAUD**, Lygia, **ROSA**, Marcelo e **MACEDO**, Marcelo. “Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao estado: uma análise em perspectiva comparada”, *Dados*, 51 (1), 2008, pp. 107-42.

**SIGAUD**, Lygia et al. *Lonas e bandeiras em terras pernambucanas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

**SILVA**, Vanda. “Experiências e representações do ‘ser jovem’ em Rosário das Almas”, *Temáticas*, ano 14, nº 27/28. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2006.

**SIMMEL**, Georg. *Sociología I. Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza Universidad, 1977.

**SMALL**, Mario Luis. “How many cases do I need?’ On science and the logic of case selection in field-based research”, *Ethnography*, 10 (1), 2009, pp. 5-38.

**SMIRCIC**, Sergio Chamorro. Com a cara e a coragem. Etnografia de uma ocupação de terra em Pernambuco. Dissertação de mestrado. PPGAS, Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2000.

**SPAROVEK**, Gerd. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: USP, MDA, FAO, 2003.

**STÉDILE**, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. “O MST e a questão agrária. Entrevista com João Pedro Stédile”, *Revista Estudos Avançados*, vol. 11, nº 31. São Paulo: USP, set.-dez., 1997.

\_\_\_\_\_. *Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

**THOMPSON**, E.P. The poverty of Theory or an Orrery of errors. In *The poverty of Theory and Other Essays*. New York e Londres: Monthly Review Press, 1978.

**VELTMEYER**, Henry e **PETRAS**, James. “The social dynamics of Brazil’s Rural Landless Workers’ Movement: ten hypotheses on successful leadership”, *Canadian Review of Sociology*, 39 (1), 2002, pp. 76-96.

**VERGARA-CAMUS**, Leandro. “The MST and the EZLN struggle for land: new forms of peasant rebellions”, *Journal of Agrarian Change*, 9 (3), 2009, pp. 365-91.

**VILLARREAL**, Magdalena. “Deudas, drogas, fiado y prestado en las tiendas de abarrotes rurales”, *Ruris*, vol. 2, nº 1, mar., 2008, pp. 99-128.

**WANDERLEY** Baudel, Maria de Nazareth. “Morar e trabalhar’: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. Estudo de caso no Nordeste”, José de Souza Martins (org.), *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 203-46.

**WEBER**, Max. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

**WOLFORD**, Wendy. “Producing community: the MST and land reform settlements in Brazil”, *Journal of Agrarian Change*, 3 (4), 2003, pp. 500-20.

\_\_\_\_\_. “The difference ethnography can make: understanding social mobilization and development in the Brazilian Northeast”, *Qualitative Sociology*, 29 (3), 2006, pp. 335-52.

#### *Outras fontes*

[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/beneficios-e-contrapartidas](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas)>

Movimento de Luta pela Terra, <<http://www.mlt.org.br/>>.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, <<http://www.mst.org.br/>>.

Movimento Nacional de Produtores, <<http://www.mnp.org.br/>>.

SENADO FEDERAL. *Constituição da República Federativa do Brasil*.

[www.senado.gov.br/bdtextual/const88/Con1988br.pdf](http://www.senado.gov.br/bdtextual/const88/Con1988br.pdf).

[www.folhadaregiao.com.br](http://www.folhadaregiao.com.br)

[www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br)

## INTERLOCUTORES

**Afonso** — Juntamente com Cláudio, um sindicalista da região vinculado ao Sintraf, organizou um acampamento na Fazenda Cafeeira, nas proximidades da cidade de Castilho, onde mora com sua família. Foi o dirigente que Alfredo encontrou em Castilho e que o convidou para acampar novamente, em um acampamento do MST do qual ele era coordenador.

**Ângela** — Acampada novata do Terra Sem Males. Antes de ir para o acampamento em janeiro de 2003, ela morava em Polvilho, cidade vizinha ao acampamento no município de Cajamar (SP). Trabalhava catando papelão na cidade e havia sido convidada em trabalho de base por outros acampados do TSM.

**Antônio** — Chegou como novato no Terra Sem Males (TSM), em meados de 2002. Foi convidado pelo Zé Antônio durante o trabalho de base que havia feito em Limeira. Antônio demorou alguns meses para aceitar o convite, mas, quando viu que outros vizinhos e conhecidos se entusiasmaram com a ideia de ganhar terra, também se animou. Quando o TSM mudou da região de Bragança Paulista para Franco da Rocha, ele foi junto e, em Franco da Rocha, fazia a tarefa de vigia do acampamento. Mudou com algumas famílias do TSM para a região de Birigui, onde participou de uma saga de ocupações e da formação do acampamento Dom Hélder. Desistiu do acampamento no contexto da briga entre acampados e coordenadores do acampamento.

**Betinho** — É assentado no assentamento Macali. Morava em Araçatuba com seu filho e sua esposa, quando assistiram na TV local a uma matéria sobre os acampamentos da região. No bairro onde morava, foi feito um trabalho de base e ele decidiu ir acampar. Acampou pouco menos de dois anos no Dom Hélder Câmera.. No final de 2005, foi assentado na Macali e foi nomeado representante dos assentados dando continuidade à tarefa de coordenação que vinha desempenhando no acampamento. Na última contenda eleitoral no município onde se localiza o assentamento, foi candidato a vereador, mas perdeu.

**Beto** — Tem 62 anos. Nasceu em Natal (RN). Foi criado na roça com mais 13 irmãos. Quando seus pais se separaram, ele, com 14 anos, foi para Goiás, onde morou na casa de sua irmã e ajudava seu cunhado na roça. Beto casou-se muito novo e teve um casal de filhos. Separou-se faz vários anos, deixando seu filho com uma família de conhecidos em Marília (SP), que ofereceram ajudá-lo com seus estudos. Sua filha ficou em São Paulo com sua ex-mulher. Trabalhou em vários lugares do estado de São Paulo, fazendo diversos serviços, desde porteiro, guarda de rua, até caseiro em um sítio. No final de 2001, foi convidado por um conhecido de Sarapuí (SP), que estava acampando, para participar do acampamento. Somente meses depois, em abril de 2002, animou-se a acampar e entrou no mundo das ocupações de terra, ao participar da ocupação que deu vida ao Terra Sem Males.

**Biro** — Com pouco mais de 40 anos é coordenador do MST do acampamento Famílias Unidas e militante do MST. Envolveu-se na militância do movimento pouco tempo depois da sua primeira ocupação realizada na Fazenda onde foi montado o acampamento Famílias Unidas, em dezembro de 2003. Hoje em dia sua esposa participa da coordenação do Frente de massificação do MST e sua filha realiza

faculdade de direito numa escola do MST em Goiás. Em 2008 ele e sua família foram indicados para serem assentados na Fazenda cafeeira.

**Buba** — Militante do MST da Regional do extremo sul da Bahia. Com menos de 30 anos, ele já ocupou vários cargos no movimento, como coordenador de setor. Buba foi quem acompanhou Lucas, outro militante, para realizar trabalho de base na cidade na véspera da grande ocupação. No mesmo dia da ocupação, também se dedicou a percorrer a cidade, juntamente com Lucas, em busca de recursos para a mobilização, dentre eles lona para montar os barracos.

**Cida** — Esposa de Betinho. Ela foi acampar em finais de 2003, com seu marido e seu filho, no acampamento Dom Hélder Câmara, alguns meses depois de as famílias do TSM terem montado o acampamento. Cida, juntamente com seu marido, rapidamente se destacou dentre os acampados pelos contatos que tinha na cidade e pela facilidade para conseguir recursos. Foi uma das que assumiu a coordenação do Dom Hélder num período em que o acampamento ficou sem militantes. Cida juntamente com Betinho, seu marido ficou durante dois anos na coordenação do assentamento Macali.

**Cido** — Tem 22 anos. É militante do MST, membro da Coordenação Nacional desse movimento. Ele e sua família são originários do Paraná; como me disse, são brasiguaios. Eles passaram, desde finais dos anos 1990, por vários acampamentos do MST no Paraná, convidados por um tio que já era assentado. Com 16 anos, começou a participar da militância do movimento. Estavam acampando na região do Pontal (SP), quando lhes foi oferecida uma vaga para serem assentados na região de Pereira Barreto. Cido já fez vários cursos de formação no movimento e hoje em dia cursa a Faculdade de Filosofia na UFRJ graças a um convênio que o MST tem com essa universidade.

**Cláudio** — Dirigente do Sintraf ligado a CUT. Foi ele quem convidou a família Reis-Cerqueira e mais 12 famílias do acampamento Dom Hélder, para que fossem acampar na Fazenda Cafeeira. Tornou-se o coordenador do acampamento. Ele foi uma das lideranças que participou na organização da primeira ocupação do acampamento Famílias Unidas, em dezembro de 2003, e que saiu do comando do acampamento quando o MST apoiou um grupo de acampados que não queriam acampar mais sob a bandeira do Sintraf.

**Darlene** — Estava acampando com sua filha no Terra Sem Males, onde também realizava atividades de militância no MST; nesse tempo realizou alguns cursos de formação do movimento. Em 2003 ela foi enviada pela Regional do MST de Campinas para coordenar o acampamento Dom Hélder Câmara na região de Araçatuba. Foi-lhe encomendada a tarefa, juntamente com Mário, companheiro dela e militante do movimento, de criar a Secretaria Regional de Araçatuba do MST. Ela, com Mário, foi acusada pelos próprios acampados de realizarem uma má coordenação do acampamento. Militantes da Regional de Campinas, a pedido dos acampados, os tiraram da coordenação do acampamento.

**Dércio** — Acampado no acampamento Famílias Unidas pelo MTR. Tem 34 anos. É originário de Três lagoas (MS), cidade onde trabalhava exercendo sua profissão de padeiro e confeitiro. Por problemas cardíacos, teve que se aposentar. Meses depois começou uma peregrinação por vários acampamentos em Mato Grosso do Sul e decidiu cruzar para São Paulo, pois acredita que os acampamentos nesse estado são mantidos em melhores condições do que em MS. Fez uma longa viagem, de

bicicleta, de acampamento em acampamento, procurando um que fosse do seu agrado. Era casado com uma moça da idade dele, mas separou-se e foi no acampamento Famílias Unidas onde conheceu sua atual esposa, uma mulher muito mais velha do que ele e que já tinha duas meninas, de 11 e 13 anos.. Ele acampava sob a bandeira do MST mas no último racha do acampamento ele passou a acampar sob a bandeira do MTR. Atualmente sua irmã mantém barraco de apoio no acampamento sob a bandeira do MST e é militante desse movimento..

**Dirceu** — É vereador em Bela Vista, uma pequena vila rural no sul da Bahia. Dirceu era o principal contato local da militância do MST. Organizou uma reunião com mais de 50 famílias, que se juntaram em casa de um conhecido dele, para ouvir a militantes do MST participantes de uma ocupação de uma fazenda vizinha a Bela Vista. Dirceu também discursou nessa reunião, propondo para seus conhecidos que fossem acampar também.

**Dona Cida** — Era a coordenadora do assentamento Sumaré II (SP). Ela estava estudando para ser freira, quando começou a participar no começo dos anos 1980, na CPT, das reuniões da terra, nos primórdios das ocupações de terra no estado de São Paulo. Foi nessa “luta” que conheceu seu marido, que era seminarista. Ambos se envolveram no processo de formação dos acampamentos Sumaré I e II e foram assentados nesse último. Aos 47 anos de idade, em 27 de junho de 2003, dona Cida morreu de um derrame, enquanto participava de um cursinho que havia ajudado a organizar para os jovens do assentamento.

**Donizete** — É originário de Mato Grosso do Sul. Tem 53 anos e sempre gostou de trabalhar como operador de máquinas. Nasceu e cresceu na roça. Fora os trabalhos que realizava nas fazendas, também trabalhou na empresa Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrário de São Paulo), realizando serviços gerais. Depois que casou com Ilma, eles foram morar em Andradina (SP). Além de ter três enteados, filhos do primeiro casamento de Ilma, tem um filho com ela, que está atualmente com 31 anos.. Com 47 anos, Donizete teve um infarto, recuperou-se e continuou trabalhando, um ano depois teve um segundo infarto, enquanto operava uma máquina dentro da empresa e teve que se aposentar. Em 2004, sofria de depressão, e foi nesse contexto que surgiu a oportunidade de ajudar seu genro, ficando debaixo da lona num acampamento, durante a semana, representando-o, enquanto seu genro trabalhava. Atualmente ele e sua esposa são acampados do Acampamento Famílias Unidas, onde ele realiza tarefas para o coordenador do movimento (MTR).

**Duda** — Jovem de 20 anos de idade, que faz parte do setor de jovens do MST da Bahia, movimento no qual milita há mais de quatro anos. É assentado em Medeiros Neto (BA), onde mora com sua mãe e um irmão. Desde os 12 anos, trabalhou num circo com um tio. Foi através de um amigo do tio, que ele ficou sabendo dos sem-terra. Acampou, com seu tio, durante três meses, e depois seu tio desistiu. Ele decidiu ficar. Logo após alguns meses de estar acampado, foi convidado para participar da militância do movimento. Já fez vários cursos de formação em escolas do movimento, terminou o colegial e gostaria de fazer faculdade.

**Edineia** — Em 2003 estava com 22 anos e acampava, com sua mãe, no Terra Sem Males. Já havia passado por outros acampamentos do estado também organizados pelo MST. Edineia participava do setor de educação no acampamento, organizando atividades para crianças no barracão da Ciranda. Havia sido convidada pelo

movimento para fazer cursos de formação, mas sempre se recusou a aceitar. Em 2003 foi morar com outro acampado, 20 anos mais velho do que ela.

**Eneas** — Membro da Direção Estadual do MST da Bahia e membro da Coordenação da Regional do extremo sul da Bahia, estava encarregado das negociações com autoridades na cidade no contexto da ocupação.. Foi ele que coordenou a organização das comissões na ocupação e que dividiu as tarefas dos militantes nas diversas comissões.

**Gabi** — Em 2006 fazia oito meses que estava acampando e já era coordenadora do acampamento. Era a primeira vez que participava de um acampamento sem-terra. Três anos atrás, com 26 anos de idade, ficou viúva depois que seu marido morreu num acidente de moto. Ela ficou responsável pelos seus dois filhos pequenos, que atualmente moram com a mãe dela em uma cidade próxima ao acampamento. Antes de acampar, trabalhava como faxineira na cidade. Uma irmã dela também está acampando no acampamento que coordena, mas foi o irmão que convidou elas. Segundo ela, os militantes acharam que tinha “*modos de conversar com as pessoas e a botaram na coordenação*”.

**Geni** — Acampa há mais de doze anos com os sem-terra. Ela é originária de Paraná. Casou-se com Zé Antônio com 15 anos de idade e migrou juntamente com seu marido para Campinas, em busca de trabalho. Desse casamento nasceram três filhas. Geni morou junto com seu marido em vários municípios do estado. Ela estava morando junto com sua família em Limeira- SP quando seu marido trabalhou no MST ajudando no trabalho de base que conformaria o Terra sem Males. Dedicava-se a vender cocadas e outros doces nas ruas da cidade, para ajudar no sustento da família. Atualmente estão acampando no sul de Minas Gerais e continuam participando das mobilizações organizadas pelo MST, pois seu marido apóia o movimento.

**Gracilda** — Estava acampando com seu marido e seus dois filhos no TSM, era originária de Vitória (ES) e havia participado da sua primeira ocupação naquele estado, no ano de 1999. Ela e sua família (seu marido e três crianças), juntamente com um grupo de acampados, haviam sido enviados por militantes do MST de uma das regionais do estado do Espírito Santo, para se juntarem a outro grupo que apoiaria uma ocupação no estado de São Paulo. Como ela e sua família já tinham bastante tempo de acampamento, a militância do MST havia prometido que logo seriam assentados, assim que surgisse uma vaga em um assentamento. Em 2003 ela e sua família foram assentados.

**Gugu.** Militante do MST, membro da Coordenação Estadual do MST-SP. Vinculado também a secretária Regional de Campinas. Ele foi encarregado de acompanhar a mobilização das famílias do TSM na saga de ocupações realizadas na região de Araçatuba a meados de 2003.

**Helena** — Mantém barraco no acampamento Famílias Unidas sob a bandeira do MST. Tem 55 anos. É originária de Castilho. Ela mora e trabalha na cidade como lavadeira. Só fica no acampamento três dias por semana, em compensação participa da maioria das mobilizações organizadas pelo MST na região. Nos dias que não fica no acampamento, além de trabalhar também cuida dos seus netos.

**Ilma** — Nasceu em 1948 em Aparecida do Taboado (MS), onde morou e trabalhou fazendo serviço de roça em uma fazenda. Com 26 anos, já tinha três filhos, Maria do Carmo, Luiz Antônio e Silvana. Ela ficou viúva muito nova depois que seu marido

teve um acidente com o trator. Seu atual marido, Donizete, primo do seu primeiro marido, é sete anos mais novo do que ela. Foram morar em Andradina depois que casaram, e ela trabalhou num frigorífico. Desde 2005 mantém barraca no acampamento Famílias Unidas. Ela e seu marido estavam guardando a vaga para seu genro que trabalhava durante a semana toda e só passava no acampamento durante os finais de semana. Há três anos Ilma, por conselho de Edesmaria, passou a morar no acampamento. Hoje em dia tem um cadastro próprio no acampamento.

**João** — Tem 44 anos. É originário de Santos (SP). Morou em vários lugares do estado, fazendo diversos serviços como pedreiro e operador de caminhão basculante e realizando outros bicos. Foi casado e separou-se faz mais de dez anos, deixando uma filha, que não vê desde a separação e que, pelos cálculos dele, agora deve estar com 15 anos. Desde finais dos anos 1990, começou a acampar em acampamentos de sem-terra no estado. O primeiro acampamento foi o Nova Esperança, em São José dos Campos, depois foi para Santa Rita, onde ficou um ano, depois mudou para um acampamento em Pagador de Andrade em Jacareí, onde conheceu a Roberta, sua atual esposa. No final de 2005, foi assentado na Fazenda Macali.

**Joaquim** — Tem 62 anos, é aposentado e se considera pescador de profissão. É originário da região de Três Lagoas e passou a sua vida inteira morando na beira do rio. Faz mais de 40 anos que é casado com Luzia. Ele, juntamente com sua esposa, morava numa reserva dentro de uma fazenda perto da cidade de Castilho. Três anos atrás, quando foi feita uma reocupação na fazenda onde se encontra o acampamento Famílias Unidas, decidiram acampar. O desejo dele é ter o pedaço de terra perto da sua região de origem, próximo do rio. Acampa sob a bandeira do MST, pois pensa que é um movimento que tem mais força; além disso, não se incomoda com as regras do acampamento e com a exigência de cumprir com jornadas, pois sabe que tem que cumprir para poder ganhar seu lote de terra.

**Jonas** — É novato no acampamento Famílias Unidas, é considerado pelos moradores como apoio, já que mantém barraco faz sete meses, mas só vai para participar das reuniões e assembleias. Acompanha o coordenador do MST do acampamento em todas as reuniões e apoia nas tarefas do movimento. Inclusive pôs seu carro à disposição da coordenação do acampamento, para levar os militantes e acampados para as diversas atividades do movimento.

**Laís.** Militante do MST da Regional de Campinas. Ela estava com pouco menos de 30 anos quando participou da fundação do acampamento Terra sem Males. Foi uma das que organizou a mobilização que levou 50 famílias do TSM para ocuparem uma série de fazendas na região de Araçatuba.

**Leo** — É uma senhora de mais de 60 anos. É moradora do acampamento Famílias Unidas desde 2007, no grupo do MTR. Ela decidiu acampar depois que seu filho caçula foi para o acampamento. Leo morava em Andradina, com seu marido, seu Maia. Depois que seu Maia teve um derrame e parou de trabalhar, ela decidiu que era o momento de acampar. Leo ficou acampada durante vários meses em outro acampamento da região, na Fazenda Brinco de Ouro, esperando surgir uma vaga no acampamento Famílias Unidas. Ela é uma das que dedica mais tempo a seu barraco. Reproduziu um pequeno sítio no próprio barraco, com uma casa principal, uma área com criação, animais de estimação, árvores frutíferas, mudas de várias espécies de plantas e uma pequena horta.

**Lucas** — Em 2006, ano em que participei da mobilização, estava com 33 anos. Com 16 anos, participou pela primeira vez de uma ocupação de terra no estado baiano. Esse primeiro contato se deu através de um tio, que participou do 40-45, o primeiro acampamento organizado pelo MST na Bahia. Tempo depois foi convidado para participar da militância do MST. Hoje em dia faz parte do setor de produção do MST do extremo sul da Bahia. Já foi membro da Coordenação Nacional do MST e da Estadual da Bahia; quatro anos atrás, fez um pedido de afastamento das atividades do movimento, para poder dedicar-se a sua família, sua esposa Vani e seus dois filhos, e a seu lote.

**Lúcia** — Tem 58 anos, é esposa de Joaquim. Faz mais de três anos que ela acampa com seu marido e seu filho caçula no acampamento Famílias Unidas. Sua filha Teresa e seus dois netos também acampam e são vizinhos de barraco. Teresa se considera dona de casa, mas também, tal como seu marido, gosta da pesca.

**Luiz** — Militante do MST da Regional de Andradina. Foi ele quem indicou a família Reis para serem assentados na Fazenda Macali.. Luiz também acompanhou o processo de assentamento das famílias do Dom Hélder Câmara na mesma fazenda.

**Luzia** — É assentada no assentamento Macali, desde finais de 2005. Ela é originária do Espírito Santo, onde cursou até a quarta série. Anos mais tarde migrou para a região de Campinas; quando casou, comprou uma casa em um bairro de Viracopos, ainda na região de Campinas. Casou com Noé em 1989 e tem dois filhos, uma menina de 12 anos e um filho de 16 anos. Trabalhava como doméstica na cidade, quando seu marido decidiu que ia acampar. Ele se juntou ao acampamento Terra Sem Males, mas ficou pouco tempo. Quase um ano e meio depois, a família toda decidiu que acamparia depois de ouvirem um carro de som que passou pelo seu bairro em Campinas anunciando as reuniões da terra. Eles, juntamente com sua família, ficaram mais de dois anos acampados no Dom Hélder Câmara e no final de 2005 foram assentados.

**Maia** — Tem mais de 70 anos. É marido de dona Leo. É casado com ela há mais de 25 anos. Quando eles se conheceram, era casado e tinha uma filha; Leo já tinha seus três filhos e era separada. Maia trabalhou no jornal de Andradina muitos anos e na cidade de São Paulo como gráfico no ano de 1953. Naquela época tinha menos de 18 anos. Ele orgulha-se de dizer que conheceu e se relacionou com pessoas muito importantes. Parou de trabalhar como jornalista depois que teve um derrame. Ele não queria ir “com os sem-terra”, pois não concorda com essa forma de demandar reforma agrária, muito menos ainda com “fazer jornada”. Desde 2007 acampa com sua esposa no acampamento Famílias Unidas.

**Maranhão** — Acampa desde 2005 com sua esposa e cinco filhos no acampamento Famílias Unidas. Maranhão ficou acampado no grupo do MTR. Ele faz alguns bicos no acampamento, muitas vezes montando barracos, ou realiza outros trabalhos eventuais na cidade e nas fazendas próximas, para conseguir sobreviver no acampamento. Sua esposa é costureira e tem montado um pequeno ateliê de costura no seu barraco.

**Maria** — É esposa de Nino e junto com ele coordena o grupo de acampados do MTR do acampamento Famílias Unidas. Tem 26 anos e é originária de Castilho, SP. Seu pai era fiscal e sua mãe é dona de casa. É a quarta de uma família de 5 irmãs. A irmã mais velha é assentada na Fazenda Santa Amália, foi através dela que Maria conheceu os sem-terra e aprendeu a arte da negociação e da coordenação de

acampamento, já que sua irmã tal como ela levava o controle do Caderno de pontos antes de ser assentada. Maria terminou a sétima série, mas parou de estudar para poder continuar trabalhando. Em Castilho trabalhava para a prefeitura como varredora de rua e depois trabalhou na rodoviária da cidade fazendo serviços gerais. Pouco tempo depois de ter conhecido Nino, 18 anos mais velho do que ela, foram se acampar na região no acampamento Famílias Unidas em abril de 2004, onde fundariam o MTR.

**Mário** — Militante do MST. Em 2003 foi coordenador do acampamento Dom Hélder Câmara com Darlene, que recentemente se tinha tornado sua companheira. Juntamente com ela, montou a Secretaria do MST da Regional de Araçatuba, mas meses mais tarde seria acusado pelos acampados de roubo de cestas básicas e de práticas de violência contra os acampados. Em 2004 deixou a coordenação do acampamento e mais tarde a organização da Regional do MST de Araçatuba, pois usou o dinheiro enviado pelo movimento para pagar despesas pessoais e não pagou o aluguel da casa onde foi montada a Secretaria, deixando uma dívida de mais de 800 reais.

**Mineirinho** — Com mais de 60 anos, já havia passado por outros acampamentos do estado. Em 2002 participou da primeira ocupação do Terra Sem Males e um ano depois mudou, juntamente com outras famílias, desse acampamento para o município de Birigui, onde participou da conformação do acampamento Dom Hélder Câmara. Em 2005 foi assentado na Fazenda Macali, onde, por estar cadastrado como homem solteiro, ganhou um lote de 2,5 hectares, o chamado *pararrural*, metade do tamanho do lote contemplado para uma família.

**Neguinho** — Acampado do acampamento Famílias Unidas. Em meados de 2008, foi escolhido por outros acampados — que “racharam” com o coordenador do MST do acampamento — para que representasse o novo grupo. Eles escolheram mudar a bandeira do MST pela do Sintraf. Neguinho é filho de posseiros da Fazenda Primavera, a primeira fazenda desapropriada no estado, nos anos 1980, como decorrência de uma ocupação de terras organizada com a ajuda principalmente de membros da Igreja católica ligados à CPT .

**Neusinha** — Mora na cidade de Castilho, mas mantém barraco no acampamento Famílias Unidas, onde passa alguns dias da semana cumprindo regra. Ela mantém barraco sob a bandeira do MST e participava ativamente das jornadas organizadas por esse movimento. Em meados de 2008, passou a acampar sob a bandeira do Sintraf, com o grupo do Neguinho. É a “tesoureira do Neguinho”, encarregada de recolher de cada acampado a taxa de 4,50 reais por mês, que repassam ao sindicato.

**Nice** — É originária de Governador Valadares (MG). Sua família migrou para Bahia, quando ela era pequena. Hoje em dia está com 43 anos e já é aposentada. Trabalhou 12 anos em Aracaju (SE) e foi para o sul da Bahia quando lhe ofereceram um emprego para trabalhar com questões de programação de computadores. Pouco depois que se aposentou, decidiu aceitar o convite feito meses antes por uma amiga dela, que trabalhava no Sindicato dos Comerciantes, para ir acampar. Acampou em vários acampamentos da região, o último deles um acampamento no extremo sul, de onde saiu para seu lote, em um assentamento da região. No entanto, mantém uma casa na cidade, que compartilha com uma amiga e o filho dela, que também ajuda a

cuidar. Só fica nos finais de semana na roça, pois durante a semana ajuda nas atividades da militância do MST da região.

**Nilton** — Coordenador do Frente de Massa da Secretaria Estadual do MST da Bahia e membro da Direção Nacional do MST. Ele tem em torno de 35 anos. Foi quem me recebeu e me convidou para participar da ocupação de terra no extremo sul. Ele foi um dos organizadores da ocupação e também participante ativo. Nilton acompanhou o trabalho de base em Bela Vista e foi quem daria o discurso na primeira assembleia depois da ocupação.

**Nino** — Está com 44 anos, é um dos coordenadores do acampamento Famílias Unidas e fundador do MTR. É originário de Ilha cumprida, MS. Tem 10 irmãos. Ainda criança mudou-se com sua família para Castilho, SP onde terminou até a 4ta série. Em Castilho ele sempre trabalhou com gado, “puxando boiada”. Com 20 anos casou-se e em 91 surgiu a oportunidade de acampar na fazenda Timboré localizada na região, na Timboré ele trabalhou “tocando roça”. Teve dois filhos que hoje em dia estão com 22 e 19 anos, ambos casados e com filhos. Em 91 se separou da sua primeira mulher, quando ele estava com 25 anos casou novamente com uma pessoa que havia conhecido na Timboré. Com ela teve também dois filhos para os quais ainda paga pensão. Na Timboré ele foi coordenador de acampados e aprendeu com “os velhos” [de reforma] a negociar e fazer relações. Também nessa época fez curso técnico de inseminação de gado. Em 2001 se separou novamente, vendeu o lote da Timboré e comprou uma casa para seus filhos em Independência. Em 2003 voltou para morar em Castilho junto da sua família e conheceu Maria. Em abril de 2004 foi acampar na fazenda onde liderou um grupo de famílias sob a bandeira do OLPT, em 2005 fundou seu próprio movimento.

**Noé** — Tem 48 anos. Foi acampar em 2003, no TSM, onde ficou menos de um mês, desistiu e voltou para Viracopos, na região de Campinas, onde morava com sua mulher Luzia e seus dois filhos. Meses depois, novamente se animou a acampar, e ele e sua família se deslocaram até a região de Araçatuba, onde participaram de várias ocupações e da conformação do acampamento Dom Hélder Câmara, onde ficaram acampados quase dois anos. Desde final de 2005, é assentado no assentamento Macali. É dos poucos que não ficou com dívidas depois de tantos anos de acampamento pois havia economizado o dinheiro da venda da sua casa de Viracopos conseguindo assim aproveitar os recursos recebidos pelo governo para comprar algumas vacas, cercar o lote e construir sua casa.

**Nora** — É originária de Salvador (BA). Em 2000 veio para São Paulo, para tentar convencer seu marido de “sair” do MST, movimento no qual era militante. Sua cunhada é assentada no Sumaré II e foi através dela que seu marido teve contato com o movimento. Nora acabou-se envolvendo também na militância do MST. Em 2002 se tornou, juntamente com seu marido, coordenadora do primeiro acampamento organizado pela Regional de Campinas do MST. O acampamento mudou várias vezes de lugar em menos de dois anos e, nesse período de tempo, ela continuou atuando na militância, mas seu marido pediu afastamento do movimento. Em 2006 se separou do seu marido e decidiu voltar para Campinas com suas duas crianças, mas continuou participando das tarefas do movimento desde o escritório da Regional do MST. Meses depois também se afastou do movimento.

**Raleigh** — Novata e apoio do acampamento Famílias Unidas. Mora em Andradina com seu marido e cumpre regra de dois dias no acampamento. Em compensação,

pelo tempo que não fica no acampamento, cumpre com a participação em jornadas. Em janeiro de 2009, ela estava indo mais seguidamente ao acampamento, pois estava arrumando seu barraco, já que seu marido havia perdido o emprego e ia ficar acampando.

**Roberta** — Tem 44 anos. É originária de Fortaleza (CE). Estudou até o segundo ano do colegial e o último trabalho que teve foi como recepcionista. Ela, juntamente com o irmão, veio para trabalhar em São Paulo. Meses mais tarde se tornaria mãe solteira. Não tendo onde morar e como se sustentar, acabou dando seu filho para que um casal de conhecidos cuidasse dele. Isso faz 15 anos. Nesse contexto de perda e depressão, teve a possibilidade de ir para um acampamento no município de Jacareí (SP). Foi ali que conheceu João, seu atual marido. Peregrinaram por vários acampamentos do estado, inclusive pelo acampamento Dom Hélder Câmara e, finalmente, no final de 2005 foram assentados na Fazenda Macali.

**Roger** — É originário de Salvador (BA). Ele participava ativamente na militância do MST da região de Campinas. Conheceu o movimento através de uma irmã assentada em Sumaré II (SP) e de um irmão assentado em Sorocaba. Em 2002 assumiu a coordenação do acampamento Terra Sem Males, onde ficou nesse cargo durante dois anos, de maneira intermitente, pois passava alguns meses fora do acampamento fazendo um curso de formação do MST. Era casado com Nora, que também era militante. Em 2004 trabalharam juntos para criar a Secretaria Regional do MST em Americana (SP). Em 2005, insatisfeito com a forma de atuação de alguns militantes da região, pediu afastamento do movimento. Em 2006 separou-se de Nora e deixou o movimento.

**Rose** — Em 2002 ajudou a organizar a ocupação do acampamento Terra Sem Males. Rose é formada em ciências sociais pela Unicamp e estava cursando o mestrado em ciência política, quando foi convidada para formar parte dos quadros do MST. Atualmente é membro da Direção Nacional do MST. Foi enviada de Campinas a Brasília, para assumir um cargo de direção no movimento.

**Teresa** — Tem 36 anos, é originária de Castilho, cidade onde morava antes de acampar. Ela tem dois filhos pequenos de 4 anos e 2 anos. Era casada, mas o marido bebia bastante e para ela foi ficando difícil criar seus filhos sozinha. Foi então que, quando abriu uma vaga numa fazenda, por ocasião de uma reocupação, no dia 8 de novembro de 2007 decidiu ir e se juntar aos pais, seu Joaquim e Lúcia, que já estavam nesse acampamento fazia mais de três anos. Ela acampava no grupo do MST do acampamento Famílias Unidas mas pouco tempo atrás mudou para o grupo do Sintraf, comandado por Nequinho. Teresa terminou a quinta série e, como sabe ler e escrever, atualmente é a responsável pelo caderno de pontos de Nequinho.

**Vani** — Tem 47 anos, é originária de Salvador (BA). Separou-se do seu primeiro marido há mais de dez anos. Era dona de uma loja de brinquedos, quando conheceu, há mais de oito anos, Lucas, seu atual marido. Ela tem dois filhos adotivos com ele. Foi através do seu marido, que na época já era militante do MST, que começou a participar das atividades desse movimento. Hoje em dia é membro da Regional do MST do extremo sul e faz cinco anos que é assentada.

**Zé Antônio** — Originário de Cianorte (PR). Desde muito cedo trabalhou na roça. Casou-se muito novo com Geni e migrou para a região de Campinas em busca de trabalho. Trabalhou em vários lugares, realizando serviço de roça e como caseiro. Nos anos 1990, já participava de sindicatos de trabalhadores rurais na região de

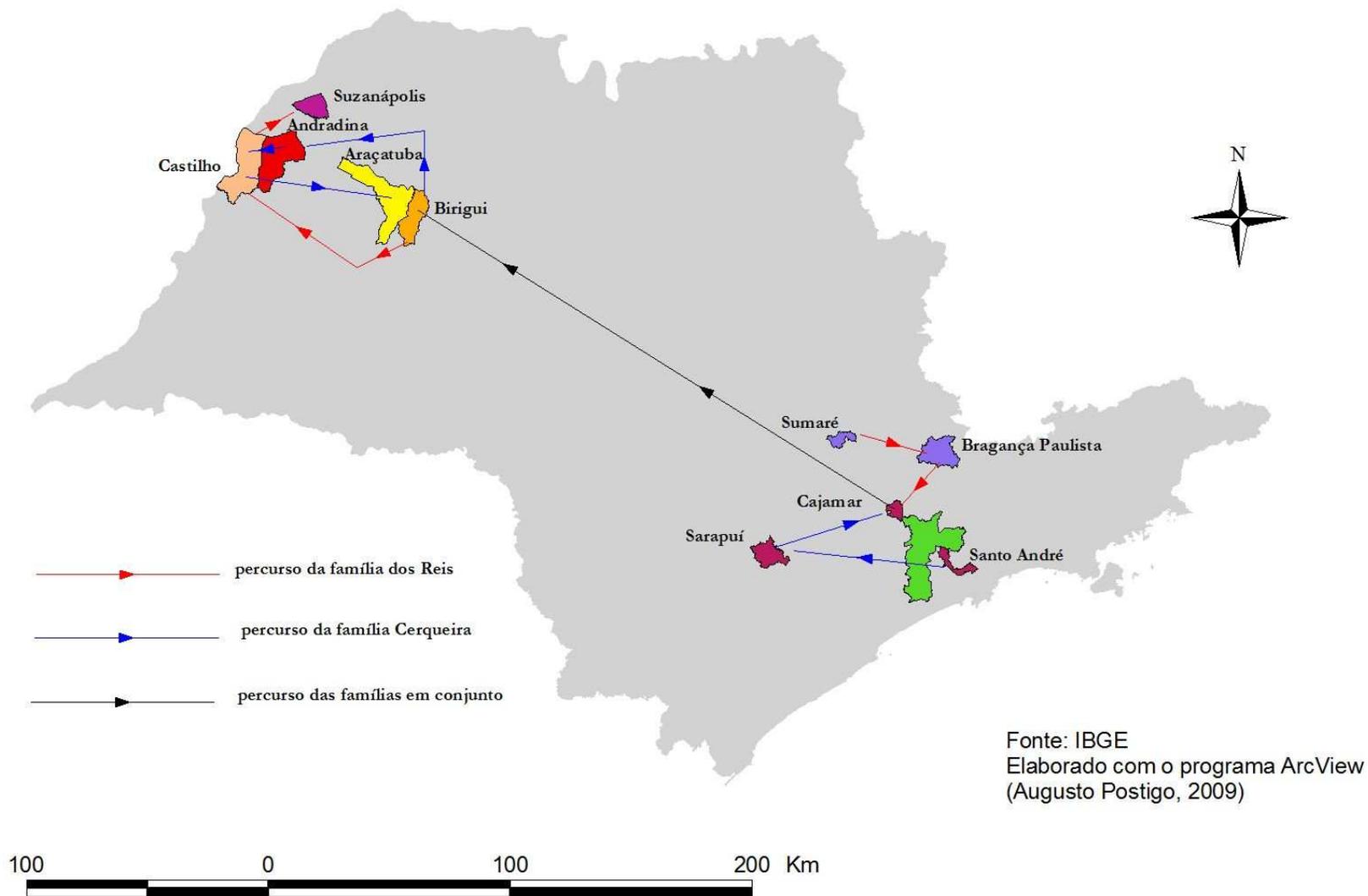
Araraquara e Riberão Preto. Ele entrou no mundo das ocupações de terra convidado por militantes do MST que conheceu no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limeira (SP). Em 2003 Zé Antônio era um dos mais ativos nas tarefas de organização e coordenação da secretaria do acampamento Terra Sem Males. Era considerado pelos acampados do TSM como um dos mais velhos de acampamento e como apoio da militância do MST.

**Zefa e Zé** — São um casal de assentados da Fazenda Macali. Ambos têm mais de 60 anos. São originários de Andradina, onde moravam quando surgiu a possibilidade de acampar no Dom Hélder Câmara, no município de Birigui (SP). Eles deixaram sua casa fechada e foram acampar, para tentar cumprir seu desejo de ter um lote de terra. Ficaram três anos acampando. Tinham três filhos, dois deles morreram tragicamente em 2007. Um deles de uma doença incurável e outro vítima de um assalto em Brasília, cidade onde morava. Sua filha também ganhou um lote de terra no assentamento, onde atualmente mora com seu marido.

**Zélia** — É uma das mais *velhas de acampamento*. Está acampada com seu marido, Cido, e duas crianças, uma filha de 11 anos e o filho de 6 anos, que chegou com pouco mais de 1 ano no acampamento. Zélia é moradora do acampamento Famílias Unidas e acampa sob a bandeira do MTR. Ela é originária da região onde se encontra o acampamento e antes de acampar morava em Nova Independência, num sítio com sua mãe. Zélia e sua família são consideradas pelo coordenador do acampamento do MTR como *boas pessoas*, moram no acampamento e não dão problema; no entanto, para o coordenador do MST, pertenceriam à categoria de *acampados mortos*, pois não participam das mobilizações.

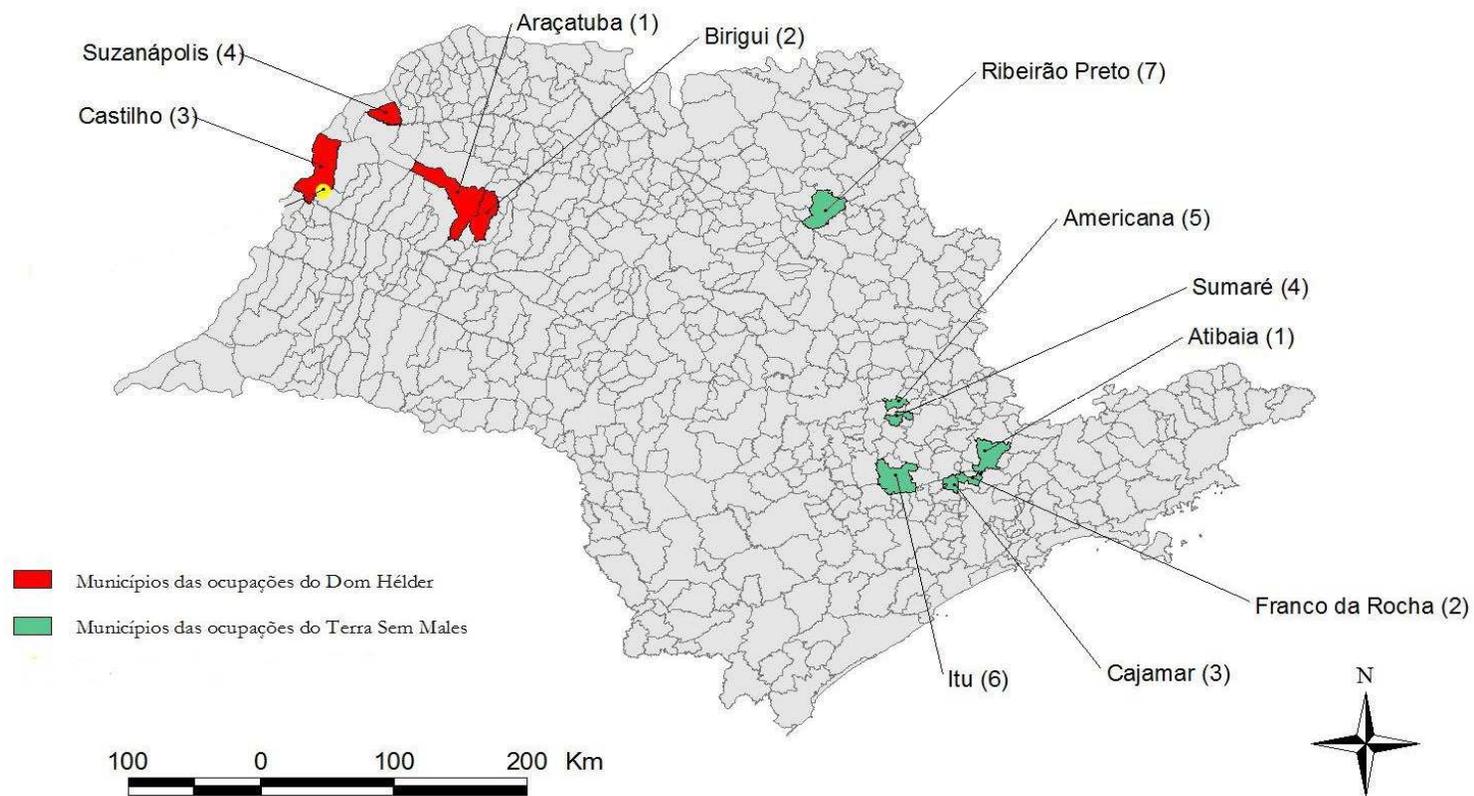
# MAPA 1

Percurso das famílias "dos Reis" e "Cerqueira" pelo mundo das ocupações de terra



## MAPA 2

### Cronologia das Ocupações (Estado de São Paulo)



Fonte: IBGE  
ArcView  
(Augusto Postigo, 2009)

# DOCUMENTO 1

## **Nova Atitude na Educação**

- \*Valorizar os professores.
- \*Isonomia salarial baseado no valor hora-aula.
- \*Plano de carreira do servidor da educação. (Revisão da Lei Complementar nº. 15).
- \*Revisar a situação, contratar mais professores adjuntos e melhorar os salários.
- \*O diretor do Departamento de Educação será escolhido pelos servidores da educação, professores e Conselho de Escolas.
- \*Verba da educação destinada somente para a educação.
- \*Dotar as escolas de todos os recursos materiais, tais como: material didático pedagógico, de escritório, de limpeza e uniformes logo no início do ano letivo.
- \*Adequar um sistema apostilado de ensino de acordo com a realidade local.
- \*Implantação de oficinas pedagógicas como elemento de apoio aos professores.
- \*Contratação de especialistas para suporte a educação, tais como, Assistente Social, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudiólogo nas escolas.
- \*Volta da prática da Educação Física nas EMEIS.
- \*Revisão do calendário escolar das Creches.
- \*Auxílio-transporte para professores da zona rural.
- \*Melhorar o transporte escolar.
- \*Criar centros de informática em cada bairro.
- \*Programas como PETI, AGENTE JOVEM, MEU 1º EMPREGO, etc.

## **Nova Atitude no Social**

- \*Os projetos sociais já existentes serão desenvolvidos com maior qualidade e terão continuidade e até mesmo ampliados.
- \*Iremos articular junto às secretarias e empresas governamentais tanto federais quanto estaduais, até mesmo privadas que desenvolvem ações sociais, recursos para implantação de novos projetos sociais profissionalizantes diversificados que serão ministrados nas áreas comerciais, prestação de serviços, artesanais, industriais e agrícolas.
- \*Criar a Casa do Artesão
- \*Viabilidade e participação de nossos artesãos nas exposições e feiras tanto internas quanto externas.
- \*Investiremos nas creches existentes ampliando as vagas
- \*Construção de novas creches.
- \*Faremos a manutenção da parceria e ampliação dos programas com o grupo da melhor idade.

## **Nova Atitude na Habitação**

- \*Aquisição de área destinada à habitação.
- \*Celebrar convênio com o Governo Federal para construção de casas populares.
- \*Casas populares a custo zero para a população.



## **Nova Atitude na Agricultura**

- \*O município possui um grande potencial agrário, hoje nós temos em nosso município um total de 09 assentamentos, 1 reassentamento, 1 pré-assentamento, 2 acampamentos e centenas Propriedades Rurais entre Pequenas, Médias e Grandes. Por isso faremos:
- \*Fortalecimento da Reforma Agrária no município através de projetos voltados para aumentar a renda dos assentados e pequenos produtores
- \*Compra de uma perfuratriz possante, que perfura até rocha, para levar água a todos que precisam. Garantindo que nossos produtores possam irrigar suas plantações, dar água aos animais e ter água para seu sustento.
- \*Desenvolveremos trabalhos nos assentamentos específicos para jovens e mulheres garantindo aumento da renda familiar, através de cursos de artesanato, hortas medicinais, inseminação artificial, apicultura, entre outros.
- \*Buscaremos parcerias com entidades públicas e privadas (SEBRAE, SENAR, EMBRAPA, SENAI, SENAC, UNESP, USP, etc.) para implantar projetos de desenvolvimento social e econômico das famílias
- \*Fazermos à manutenção das estradas rurais existentes.
- \*Abriremos novas estradas para o escoamento da produção rural.
- \*Criaremos uma concessão de linha de transporte urbano, garantindo o transporte em bairros mais distantes como Primavera, Beira Rio, etc.
- \*Implantaremos escolas nos assentamentos
- \*Implantaremos áreas de lazer (centros comunitários) em todos os assentamentos
- \*Instalação de UBS (Unidade Básica de Saúde) nos assentamentos, com um médico, auxiliares e um dentista.
- \*Adequar o Departamento Agrícola contratando mais técnicos para ajudar os produtores em todas as suas necessidades, criando um setor específico a fim de desenvolver projetos, tais como: irrigação de pastagens, produção de leite, fruticultura, etc.
- \*Criar o Agente Rural (Técnico que ajudará os produtores rurais em suas atividades).



## **Nova Atitude na Administração**

- \*Nosso grande desafio será fazer funcionar o Orçamento Participativo.
- \*O dinheiro público que a Prefeitura utiliza vem do seu bolso. Por isso é você quem tem de decidir onde e como a administração municipal deve gastá-lo. Vamos implantar o orçamento participativo e abrir espaço para que você decida junto com a Prefeitura a destinação dos recursos do orçamento municipal.
- \*Participação aberta a todos os cidadãos.
- \*Combinação de democracia direta e representativa.
- \*A dotação dos recursos para investimentos baseada na combinação de critérios gerais e técnicos respeitando as ações governamentais perante a Lei de Responsabilidade Fiscal.

## DOCUMENTO 2

### ACAMPAMENTO FAMÍLIAS UNIDAS DA FAZENDA

Fundando Em 21/12/2003

Coordenador

### DECLARAÇÃO

Eu \_\_\_\_\_  
Portador (a) da Cédula de identidade, RG sob o  
número \_\_\_\_\_, SSP/ \_\_\_\_\_ e inscrito (a) no  
CPF (MF), sob o número \_\_\_\_\_.

Coordenador do Acampamento **FAMÍLIAS UNIDAS DA FAZENDA**,  
localizado na Rodovia SP - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de  
São Paulo, filiado pela **M.T.R – MOVIMENTO TRABALHADOR RURAL**.

**DECLARO** para os devidos fins de direitos e efeitos legais que o Sr.  
(a) \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado (a) neste acampamento há \_\_\_\_\_.

Por ser a pura expressão da verdade, firmo a presente.

SP, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007

\_\_\_\_\_  
COORDENADOR

FONE:

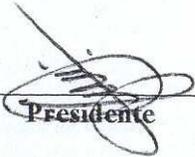
ENDEREÇO: RODOVIA SP

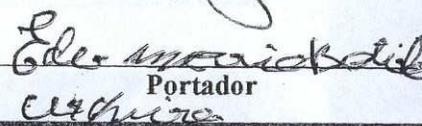
CIDADE: \_\_\_\_\_ – SP

**DOCUMENTO 3**

**MOVIMENTO DO TRABALHADOR RURAL**

**Sócio:** EDES MARIA BATISTA CERQUEIRA  
**Matricula:** 009                      **Núcleo:** RURAL  
**Data de Admissão:** 15/10/2005

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Portador



## DOSSIÊ FOTOGRÁFICO

### *O acampamento*<sup>187</sup>

Foto 1



Guarita na entrada do acampamento.

Foto 2



Barracas vazias, prontas para receber os próximos ocupantes.

---

<sup>187</sup> Autor das fotografias: Nashieli Rangel Loera. Abril de 2006.

**Foto 3**



Vista do acampamento da horta coletiva

**Foto 4**



Vista do acampamento de dentro da fazenda, do outro lado da cerca.

## Cronologia da ocupação

Foto 5



Primeiro dia, de manhã. Ao fundo, um dos barracões que foram montados de madrugada.

Foto 6



Primeira assembléia. Acima do carro, os dirigentes que iam falar. Junto um grupo de jovens que tocava música.

Foto 7



A maré de bonés vermelhos na assembléia e as pessoas acordando no meio do terreno rodeados de *kits ocupação*.

Foto 8



Vem, lutemos punho erguido  
Nossa Força nos leva a edificar  
Nossa Pátria livre e forte  
Construída pelo poder popular

**Foto 9**



Depois da assembléia alguns homens começam a trabalhar na comissão de estrutura. Foram buscar paus perto do rio para colocar o mastim e a bandeira e armar os primeiros barracos.

**Foto 10**



Homens desenrolam a lona no chão e medem para cortá-la em pedaços que servirão para colocar nos barracões.

**Foto 11**



Homens da comissão de estrutura montando os primeiros barracos. No chão folhas de palmeira que serão usadas também para os barracos.

**Foto 12**



No começo da tarde já tem vários barracos montados.

Foto 13



Os repórteres chegaram ao local. O *câmera man* filma a maré vermelha.

Foto 14



Os sem-terra se mostram para a imprensa.

Foto 15



Mística: representação da morte dos 19 sem-terra do Eldorado dos Carajás.

Foto 16



Mística: entoa-se o hino dos sem-terra.

Foto 17



Três dias depois. Todos os barracos estão montados e já há famílias novas instaladas debaixo da lona.